

VERSÃO IMPRESSA DISPONÍVEL
NO SITE DA EDITORA.



Ana Mercês Bahia Bock
Maria da Graça Marchina Gonçalves
organizadoras

DESIGUALDADE

Contribuições da psicologia sócio-histórica

SOCIAL

educ

Plano de Incentivo à Pesquisa
PIPEq
FIOCRH

DESIGUALDADE SOCIAL
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Carla Teresa Martins Romar

Ivo Assad Ibri

José Agnaldo Gomes

José Rodolpho Perazzolo

Lucia Maria Machado Bógus

Maria Elizabeth B. T. Morato Pinto de Almeida

Rosa Maria Marques

Saddo Ag Almouloud

Thiago Pacheco Ferreira (*Diretor da Educ*)

DESIGUALDADE SOCIAL **contribuições da psicologia** **sócio-histórica**

Ana Mercês Bahia Bock
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Organizadoras

educ

Plano de Incentivo à Pesquisa
PIPEq
PUC-SP

São Paulo
2024

Copyright © 2024. Ana Mercês Bahia Bock e Maria da Graça Marchina Gonçalves.
Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Desigualdade social : contribuições da psicologia sócio-histórica / Ana Maria Mercês Bahia Bock ;
Maria da Graça Marchina Gonçalves. orgs. - São Paulo : Educ, 2024.
278 p. ; 23 cm.
Bibliografia.
Apoio PIPEq (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Plano de Incentivo à Pesquisa)

ISBN. 978-85-283-0750-4

1. Desigualdade social - Brasil - Aspectos sociológicos. 2. Problemas sociais - Brasil. 3. Psicologia social -
Brasil. 4. Brasil - Condições sociais. I. Bock, Ana Mercês Bahia. II. Gonçalves, Maria da Graça
Marchina

CDD 302.0981
323.420981
330.981

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. - 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Produção Editorial

Sonia Montone

Revisão

Valéria Diniz

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Waldir Alves

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16
CEP 05014-901 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558
E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

PREFÁCIO

Desigualdade social: a maior preocupação do povo brasileiro hoje

Marcos Ferreira¹

“Se tens um coração de ferro,
bom proveito.
O meu, fizeram-no de carne,
e sangra todo dia.”

(José Saramago, *A Segunda Vida de Francisco de Assis*)

Há poucos anos, um texto com esse título seria impensável! De fato, na série histórica que será citada (iniciada em 2018), esse assunto não aparecia, até o ano de 2020, na lista das maiores preocupações da população do Brasil. Desigualdade e pobreza pareciam ter sido sempre empurradas para debaixo do tapete, deixando espaço para que o tema da corrupção fosse considerado a maior preocupação dos brasileiros.

O título deste prefácio está baseado em pesquisas realizadas pelo Instituto Ipsos² que acompanha a evolução das preocupações mais

1. Psicólogo, professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2. O Instituto Ipsos é uma organização voltada à assessoria de atores econômicos, que publica relatórios de suas pesquisas a cada mês e produz consolidados anuais da evolução dos dados coletados em suas pesquisas. Vale a pena conferir na apresentação feita por seu CEO em

importantes das pessoas, em dezenas de países, ao longo de anos. Para além da qualidade das pesquisas feitas pelo Instituto, essa construção de séries históricas de dados permite leitura de riqueza incomparável.

O que chama atenção, neste momento (nossa e deles), é a prevalência da preocupação com pobreza e desigualdade social em três anos seguidos. Nos anos de 2021, 2022 e 2023, pobreza e desigualdade social aparecem como a principal preocupação de brasileiras e brasileiros. A cada ano, mais de 40% dos entrevistados elegeram esse tópico como a sua mais importante preocupação.

Diferentemente da preocupação com corrupção, que foi prevalente por vários anos nas pesquisas, desigualdade e pobreza não receberam destaque tão acentuado por parte da mídia corporativa nacional. O que terá levado a gente brasileira a dar essa relevância a um tema tantas vezes solapado e disfarçado no discurso oficial de diferentes governantes e, também, no *mainstream* do discurso acadêmico? Será resultado do impacto do ressurgimento da fome no Brasil, percebido como retrocesso depois de ter sido debelada? Será que a cobertura feita no período de denúncia dos horrores do governo de extrema direita foi tão intensa que chegou a ser capaz de pautar essa preocupação na sociedade brasileira?³ Dimensões como essas terão sido suficientes para ganhar corações e mentes com tanto impacto?

Importa ressaltar que, na pesquisa do Instituto Ipsos, essa preocupação não aparece somente no Brasil. Na média dos países pesquisados, ela tem se mantido acima de 30%, seguidamente perdendo a primeira posição para o tema da inflação. No caso brasileiro, pobreza e desigualdade social é o

Ipsos Talks: O que preocupa as pessoas no Brasil? Informações sobre método de pesquisa são apresentadas em cada relatório mensal, como no caso do mês de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/what-worries-world-august-2023>.

3. O tratamento dispensado pela mídia corporativa ao tema da fome realmente aconteceu, como no caso das filas em busca de ossos, que causaram grande comoção. Mas, em nenhum momento, esse tratamento ganhou um “padrão Lula” na ocupação do espaço dos telejornais e jornalões. Isto é, não houve persistência continuada na pauta, nem tom alarmante, nem completude da informação a cada nova edição.

tema que ganhou esse destaque, passando à frente de temas como violência e criminalidade e do tópico saúde, as indicações mais estáveis entre as três maiores preocupações da gente brasileira ao longo dos anos.

A ocorrência desse destaque, no ano de 2023, coincide com a chegada ao governo brasileiro do querido Presidente Lula, com sua conduta de impulsionamento de projetos civilizatórios humanizadores.⁴ Projetos que também trazem destaque para a pobreza e para a desigualdade, como aconteceu em suas gestões iniciadas em 2003.

Esses são alguns dos motivos pelos quais o momento para o lançamento do livro da Ana Bock e da Graça Gonçalves não poderia ser mais propício. Essa capacidade de antever e dialogar com tema tão relevante só faz crescer a importância desta publicação e destas autoras para todos nós e para a Psicologia brasileira.

Há muitas outras credenciais a serem listadas aqui. Vou me ater somente a uma delas: Graça e Ana conseguiram trazer para o seu grupo de pesquisa uma pessoa que antecipou a atenção à desigualdade social como elemento de ancoragem para qualquer iniciativa (seja de pesquisa, seja de prática profissional) que aconteça a partir da Psicologia. Marcus Vinícius⁵ ficou mais conhecido como propulsor de uma Psicologia comprometida com a defesa dos Direitos Humanos, com a defesa de uma perspectiva antirracista na profissão das psicólogas e com o seu envolvimento definitivo na concepção e na operação de políticas públicas. Propostas como essas foram fruto de reflexão centrada em um tema específico: a raiz de todas as suas iniciativas foi sempre o enfrentamento da desigualdade social, com o decorrente continuado exercício de crítica a tudo que estivesse na contramão desse combate.

4. Por que processo civilizatório humanizador? Porque nas primeiras gestões de Lula, a garantia de direitos foi exercida com tal intensidade que resultou em inversão no crescimento de desigualdade social, e os efeitos desse exercício de cidadania foram impressionantes, apesar de toda a crítica feita de que tenha havido excesso de ênfase no acesso ao consumo. O golpe de 2016 teve finalização mais rápida em virtude do número de brasileiras e brasileiros que não se deixaram levar pelos estratégias da extrema direita na farta distribuição de dinheiro acontecida em 2022.

5. Marcus Vinícius de Oliveira Silva (1958-2016) foi psicólogo e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Essa opção, decorrente e produtora da adoção de crítica como ferramenta fundamental para a vida e para a profissão, levou Marcus Vinícius a se revoltar contra a própria concepção do que é aceito universalmente como direitos humanos. Esse incômodo era tão forte que ele confessou, desde a primeira hora dessa construção nos conselhos de Psicologia, já sob a liderança da Ana Bock, a sua revolta com a insuficiência da lista de direitos humanos reconhecidos pelas Nações Unidas.

Mesmo enquanto propugnávamos que a espinha dorsal das políticas públicas devessem ser os Direitos Humanos, ele apontava (por vezes em particular, mas pelo menos uma vez em público) uma limitação fatal dessa listagem que comprometia até mesmo sua concepção e aceitação por democratas radicais. Faltava ali o direito de todos os humanos à riqueza produzida pela humanidade.⁶ Em outras palavras, faltava ali a recusa à desigualdade social.

Para usufruir da liberdade de expressão, chave interpretativa da primeira listagem dos Direitos Humanos, seres humanos precisam ter liberdade de acessar alimento de qualidade, em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades e com sabor compatível com processos civilizatórios humanizadores. Para exercer os demais direitos, é preciso que os corpos humanos estejam livres da mais concreta marca da desigualdade social: a fome.

Essa constatação devastadora nos provoca e questiona a todas e todos. Ela nos proíbe aceitar a ideia de que a defesa dos Direitos Humanos seja suficiente para abrir horizontes novos para a humanidade. Ela nos proíbe de aceitar que alguém tenha foco específico na defesa de direitos de parcela específica da população. Toda ação voltada a uma luta parcelar perde o sentido se for tratada de modo isolado do conjunto da luta contra a desigualdade

6. Essa ausência na lista de direitos das pessoas humanas faz pensar se, ao referir “desigualdade social” estamos, na verdade, falando de “iniquidade social”. O primeiro sentido de dicionário da palavra iníquo é “aquele que pratica o que não é justo”. O termo latino *iniquitas* tem como primeiros significados exatamente: injustiça e desigualdade. Mas carrega também a ideia de crime, de onde se originou o uso religioso do termo no Brasil. Ora, a ausência do direito à riqueza produzida socialmente teria que ser considerada uma injustiça.

social. A defesa de um direito humano específico resulta em anulação da tese geral de defesa dos Direitos Humanos, mesmo aqueles incompletos definidos pela ONU.

Pois então, para nos aproximarmos deste livro, valerá a pena nos despirmos da pretensão de ter alcançado algum tipo de superioridade no tratamento do profundamente humano. Despirmo-nos da ideia de haver conseguido o estatuto de portador de superioridade em relação a outras formas de pensar, menos críticas, talvez mais dogmáticas.

Porque vivemos sempre na tensão de produzir conhecimento sobre a vida concreta, não para descrevê-la, mas norteados pela perspectiva de produzir mudanças. Impossível estudar desigualdade social sem pretender combatê-la e, mais importante, fazer isso apostando sempre no dizer de Oscar Varsavsky⁷ de que será preciso atuar de modo adequado aos limites impostos pela conjuntura, produzindo conhecimento e apontando perspectivas compatíveis com a vida nova que se pretende construir por meio da superação da ordem capitalista.

Impossível estudar sem querer combater a desigualdade social? Não necessariamente. Mais uma virtude deste livro: contribui para o aprimoramento da tensão no debate sobre os motivos pelos quais pessoas são levadas a rejeitar a desigualdade social. A adesão ao combate à desigualdade poderia, ao menos em tese, acontecer de forma alienada. Essa adesão alienada poderia ocorrer por diferentes vieses: ao modo consuetudinário, ao modo de um diapasão moral ou até como um tipo de efeito manada. Esses riscos nos impõem o estudo permanente sobre quais processos de constituição de subjetividade levam pessoas a adotarem ou a expressarem essa postura.

A penetrância da desigualdade social nos obriga a ir além do uso de bordões sobre capitalismo e socialismo e escarafunchar fundo nas fímbrias do modo como nos relacionamos com outros humanos e com todos os objetos e processos presentes em nosso cotidiano. É possível depreender daquilo

7. Em seu memorável *Estilos tecnológicos – propuesta para la selección de tecnologías bajo nacionalidad socialista* (publicado em 1974), Varsavsky aponta essa consigna de que a produção intelectual seja compatível, ao mesmo tempo, com o presente e com um momento futuro, bem ao gosto das teses presentes na Filosofia da Práxis.

que aprendemos com Ivan Illich (1970) que a desigualdade social é alimentada por processos entranhados nas práticas mais assimiladas pelo nosso cotidiano. Illich nos ensinou que processos de dominação e de alienação surgem nas mais refinadas filigranas das relações sociais e econômicas. Ele nos fez perceber que desigualdade social habita o uso de veículos automotores, habita a organização da oferta de serviços de saúde, a própria operação da educação.

Nesse contexto é que se torna crucial que a produção de estudos, debates e combate à desigualdade social aconteça no âmbito da construção de processos civilizatórios humanizadores⁸ (portanto, antirracistas, anticoloniais, antipatriarcais) que tomem a solidariedade humana como antídoto aos males que assolam a nação e o planeta. Uma solidariedade (talvez já presente nas comunidades periféricas, como vimos Zeca Moura⁹ apontar) a ser aprendida por todos nós, considerados acima (ou pouco acima) da linha de fronteira com os desvalidos da sociedade.

Uma última virtude a ser destacada acerca deste volume. Aprendemos que o trabalho isolado de intelectuais que se refugiam na academia, ainda que virtuoso em algum momento, pode não ser suficiente para quem adota desigualdade social como objeto de estudo. Como profissionais da Psicologia, sabemos da importância da constituição de atores credíveis e representativos para fazer avançar processos que, por mais bem estudados e elaborados, serão letra morta (ou, ao menos, débil) se não estiverem conectados a lutas concretas em favor da ampliação do compromisso social da Psicologia e de quantas ciências e profissões que lidem com as subjetividades brasileiras. A materialização desses processos e aprendizados corresponde à construção

8. Aspecto fundamental da hominização consiste em reconhecer e buscar que todos os sujeitos se reconheçam como portadores do direito de ter direitos. Sem isso, qualquer discurso sobre garantias de acesso ganha o gosto de concessão de alguém. Ademais, ao se perceber como portador do direito de ter direitos, os sujeitos ganham potência para exigir o acesso universal à riqueza produzida socialmente.

9. José Moura Gonçalves Filho, psicólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP).

de peças de contradição com a vida circundante, elementos fundamentais para a construção de qualquer ruptura consistente com a sociabilidade que conhecemos.

Portanto, não por acaso, nós vamos encontrar Graça e Ana, a qualquer momento, em algum movimento de luta na sociedade brasileira. Não consiste em simples coincidência o fato de as organizadoras deste volume manterem participação em iniciativas por meio das quais buscam estar enfrontadas, também, com temas que assombram as sociedades brasileira e planetária. Agora mesmo, estão empenhadas em produzir uma convocação planetária visando colocar a Psicologia em ação no combate à admissibilidade da fome. Mas seus temas são muitos, como o impacto das tecnologias computacionais sobre as subjetividades, os processos subjetivos subjacentes ao discurso econômico, os impactos da crise climática sobre as subjetividades brasileiras, assim como o jogo com as subjetividades realizados pelos meios de comunicação em temas cruciais para a humanidade, como os bombardeios, aprisionamentos e assédios de todo tipo perpetrados contra o povo palestino.

Obrigado, Graça Gonçalves e Ana Bock.

APRESENTAÇÃO

Maria da Graça Marchina Gonçalves
Ana Mercês Bahia Bock

“O intelectual existe para criar o desconforto, é o seu papel. Não há nenhum país mais necessitado de verdadeiros intelectuais, no sentido que dei a esta palavra, do que o Brasil”.

Milton Santos

Este pensamento de Milton Santos expressa a vontade que nos orientou ao organizarmos este livro: o desejo de criar o desconforto em relação ao que poderíamos afirmar ser o maior problema que o Brasil enfrenta e tem enfrentado ao longo de sua história: a desigualdade social.

A gravidade do problema é grande, e poderíamos dizer que a maior parte da população brasileira já sabe disto; nossa desigualdade social é uma das maiores do mundo, o que não parece ser novidade para nossa gente. Mas constata-se, ao mesmo tempo, que não há o desconforto necessário. Parece que convivemos, com certa tranquilidade, com índices altíssimos de desigualdade na distribuição da riqueza no Brasil, com a presença da fome, com a existência da miséria. Como e o que torna possível esse conforto?

A resposta às questões de ordem econômica e sociológica sobre a desigualdade social tem sido apresentada por intelectuais desses campos. A psicologia, entretanto, parece-nos ter papel fundamental exatamente na compreensão da existência do conforto. O que torna possível colocarmos nossas cabeças no travesseiro conhecendo os índices que caracterizam a desigualdade no Brasil? São de natureza psicológica as respostas a essa questão

e cabe à psicologia se colocar à disposição da sociedade para a construção de explicações que permitam a compreensão e a superação do conforto brasileiro. É nosso papel, como pesquisadoras e pesquisadores do campo da psicologia, criarmos o desconforto. O conjunto de textos aqui reunidos tem essa finalidade.

O primeiro capítulo pretende oferecer o contorno teórico para a inserção das diversas contribuições que vêm a seguir, nos capítulos que compõem a obra. Ele fala da desigualdade social e das possibilidades de leitura realizadas por uma perspectiva crítica em psicologia: a sócio-histórica. A partir do campo da psicologia social, Gonçalves e Bock (organizadoras do livro) trazem aspectos e dados que permitem o desenho da desigualdade, evidenciando a concepção com a qual trabalham. Tal formulação, pautada nos fundamentos teórico-metodológicos da abordagem, é sempre provisória, no sentido de que acumula compreensões sobre esse fenômeno social, com a consideração de vários âmbitos da sua constituição, mas aprofunda-se, amplia-se e se altera à medida que as pesquisas avançam. Nesse desenho, apresentamos a categoria da dimensão subjetiva da realidade para a leitura da desigualdade social e da compreensão do conforto constituído historicamente no Brasil sobre esse fenômeno de enorme gravidade.

Nossos esforços receberam os apoios competentes de Marcio Pochmann no capítulo 2 e de Deivison Faustino e Walter Lippold no capítulo 4. Ainda tivemos o prazer de incorporar o capítulo 3, escrito pelo psicólogo mexicano Raúl Rocha Romero, parceiro de muitos debates e esforços para ampliar e qualificar a interlocução das psicologias que se desenvolvem na América Latina.

No capítulo 2, após discorrer sobre características da sociedade pós-industrial, marcada pelas tecnologias da Era Digital, com processos que aprofundam e alteram os padrões da desigualdade social, Marcio Pochmann fala sobre o processo histórico brasileiro e a gênese da desigualdade. Sua análise oferece elementos para a compreensão do lugar do país no contexto do capitalismo mundial, revelando aspectos da atualização do subdesenvolvimento e da dependência presentes na realidade contemporânea, com implicações para a organização da economia, a dinâmica das classes sociais, o lugar do trabalho e o emprego, o que traz consequências para a reconfiguração

e permanência da desigualdade. Sua análise do mercado de trabalho e das políticas públicas, no período mais recente da história do Brasil, aponta os desafios decorrentes do esvaziamento e enfraquecimento das instituições democráticas, esvaziamento decorrente dos traços desse subdesenvolvimento marcado pelo neoliberalismo. Sua discussão nos instiga a repensar os caminhos para o enfrentamento da desigualdade social, notadamente aqueles que dependem de um Estado diferente do que se apresenta.

No capítulo 3, Raúl Rocha Romero traz um histórico da democracia, mas exatamente sob o viés de sua relação com a contraposição igualdade-desigualdade. Nesse eixo, apresenta um panorama analítico em que diversos aspectos articulados à produção da desigualdade e ao seu enfrentamento se entrelaçam com a questão democrática. O autor pontua contornos e limites das democracias em diferentes contextos, o que permite evidenciar aspectos ainda hoje relevantes de serem considerados, como as desigualdades entre homens e mulheres, garantindo uma leitura crítica desses temas. Romero discute, mais detidamente, a configuração da igualdade e da democracia no âmbito do liberalismo, com suas implicações para a representação e, conseqüentemente, para o alcance da igualdade e da justiça social, considerando, principalmente, que se trata de questões que se apresentam no âmbito do capitalismo e da exploração intrínseca a ele. O capítulo é concluído com apontamentos e questionamentos que mostram como a democracia, a igualdade e a desigualdade incidem sobre corações e mentes, instando a ações, a partir da psicologia, que contribuam para o alcance da democracia e da igualdade.

Faustino e Lippold, no capítulo 4, trabalham a desigualdade em seus aspectos contemporâneos fortemente marcados pela mediação das tecnologias digitais de informação e comunicação. Analisam os mecanismos que mantêm a exploração e a desigualdade, com elementos tecnológicos altamente sofisticados que ampliam e aceleram o aprofundamento da desigualdade social. Temas como colonialismo digital, ciberespaço e cibertempo, produção e apropriação de dados, o efeito dos algoritmos, a mineração de dados e o *big data*, a inteligência artificial, são abordados e considerados à luz dos processos de trabalho e de relações sociais de exploração com vistas à acumulação do capital, instigando todos a considerarem as especificidades

deste contexto que se vale da tecnologia, sem o que não daremos conta de compreender as contradições do processo histórico em curso. De maneira oportuna, os autores analisam as implicações desses processos para a produção subjetiva e a sua relação com a saúde mental e os sofrimentos contemporâneos. Para discorrer sobre isso, apresentam uma crítica sagaz a respeito das formulações do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, a partir de categorias marxistas de análise, em torno da noção de valor. A discussão apresentada mostra-se extremamente relevante, oferecendo subsídios fundamentais, desde essa perspectiva da sociotecnologia, para a crítica ao capitalismo neoliberal.

Em sua apresentação da desigualdade social brasileira, Furtado, no capítulo 5, traz elementos de análise do trabalho e da sua organização histórica no Brasil, considerando as modulações que recebeu a partir do desenvolvimento do capitalismo que aqui ocorreu. Com essa leitura, apresenta elementos fundantes da estrutura social desigual do país, a partir de debates nos campos da economia e da sociologia e da caracterização que se pode fazer, atualmente, do trabalho precário e da constituição do *precariado*, a classe trabalhadora configurada no âmbito do capitalismo neoliberal a partir da flexibilização e reestruturação do trabalho. Na sequência, o autor expõe as articulações teóricas e de pesquisa que vem desenvolvendo junto ao seu núcleo de estudos para compreensão, com aportes da psicologia social sócio-histórica, dos processos subjetivos implicados com a vivência dos trabalhadores nesse contexto. Com esse propósito, discorre sobre as formulações teóricas em tona da categoria consciência e sobre a elaboração da categoria dimensão subjetiva da realidade. Apresenta, ainda, a síntese de pesquisas recentes do núcleo. O capítulo compõe, dessa forma, uma contribuição relevante para a compreensão da desigualdade social brasileira, oferecendo elementos específicos da psicologia sócio-histórica, fundamentais para o aprofundamento de questões relativas aos processos de desenvolvimento de consciência e de constituição de dimensões subjetivas da realidade, os quais permitem aproximar a análise geral e a compreensão dos elementos subjetivos da desigualdade social brasileira.

Esses textos compõem uma primeira parte do livro, dedicado a reflexões teóricas sobre a desigualdade social. Como se vê, a complexidade do

fenômeno requer análises de vários âmbitos e é o que aí encontramos. Em comum entre os capítulos, leituras referidas ao marxismo e às suas categorias de análise, as quais permitem apontar as contradições destes tempos históricos, entendendo que a crítica produzida contribui para sua superação.

Em uma segunda parte do livro, os capítulos trazem resultados de pesquisas e análises temáticas. Em ambos os casos, o foco principal é a desigualdade social como estudada pela psicologia sócio-histórica. Moretti e Gonçalves (capítulo 10) e Gomes (capítulo 11) trazem análises sobre segmentos sociais que, embora vivenciem e expressem as mazelas produzidas por uma sociedade desigual, nem sempre são devidamente considerados sob esse foco.

Moretti e Gonçalves discutem a questão indígena por meio do atravessamento da desigualdade social estrutural na luta desses povos pela terra, evidenciando que essa luta marca, acima de tudo, a defesa das culturas tradicionais, vitais para a existência e desenvolvimento desses grupos, revelando, também, que esse segmento social é refém das estruturas da desigualdade que se perpetuam no Brasil. Nesse contexto, os autores apontam aspectos dessa condição que produzem impactos no bem viver e na produção de cuidado e saúde, mais especificamente entre os indígenas Kaiowa do Mato Grosso do Sul. Da identificação de situações de violência e desrespeito a esses povos, matizadas pela naturalização da desigualdade social, decorre a necessidade de implicação das psicólogas e psicólogos com a defesa dos direitos dos indígenas, sendo fundamental o direito à terra.

Gomes, por sua vez, também indica elementos centrais na configuração social da desigualdade em uma sociedade capitalista neoliberal, destacando, nessa caracterização geral, os aspectos que mostram, de maneira nítida, a produção da exclusão. É nos espaços de exclusão, marcados pela negação do acesso a direitos, espaços que são reiterados quanto mais se espalha o capitalismo em sua fase neoliberal, que cresce a população de rua. Ao mesmo tempo que cresce, o mesmo neoliberalismo, em sua faceta ideológica, inviabiliza e/ou naturaliza sua existência. Esse panorama geral ganha concrectividade a partir da análise específica da realidade da cidade de São Paulo, elaborada a partir de informações e relatos obtidos em vários contextos de atuação do autor junto a essa população. Dois eixos são trabalhados nas suas

contradições e como evidência das faltas básicas que acometem essa população: moradia e trabalho. Somente dessa forma se poderá problematizar devidamente os limites para a inclusão e as saídas para essa situação. De maneira pulsante, assim como é a vida que ali se encontra, são apresentados pontos e contrapontos da vida na rua, desde a precariedade e a falta de recursos para uma vida digna, até a possibilidade de encontros e organização. Resistência é a palavra-chave da análise que busca o que está para além da invisibilidade.

Os demais capítulos trazem resultados de pesquisas sobre desigualdade social, produzidas no âmbito dos grupos de estudos e investigação das organizadoras do livro. Em dois textos (capítulos 7 e 8), Bock, Gonçalves e Sanchez relatam a síntese dos resultados obtidos em duas pesquisas realizadas na cidade de São Paulo: uma sobre a vivência da desigualdade social por moradores de diferentes (e desiguais) regiões da cidade; outra sobre a relação de moradores de diferentes (e desiguais) regiões da cidade com serviços públicos de saúde, educação e assistência social. A primeira pesquisa foi realizada em várias etapas e permitiu aprimorar a caracterização da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo ao longo de dez anos, levando à produção de um *mapa da subjetividade*, ou seja, a indicação de aspectos diversos da vivência na cidade desigual. A segunda pesquisa seguiu com essa proposta, mas com um recorte específico, a relação dos moradores com os direitos sociais na forma mais direta de sua concretização, ou seja, na relação com serviços públicos. Vale ressaltar que ambas as pesquisas contaram com a participação de alunos de iniciação científica, alguns deles, coautores do capítulo 8. Vale também dizer que ambas as pesquisas oferecem resultados desafiadores que evidenciam nossa compreensão do tema: a desigualdade social é fenômeno contraditório e complexo.

O capítulo 6, de Silva, Reichow, Carvalho e Gonçalves, apresenta uma revisão de literatura sobre a produção de pesquisas sobre desigualdade social da área da Psicologia. Esse levantamento confirma o que já percebíamos ao estudar a relação entre psicologia e desigualdade social – a área pouco pesquisada sobre desigualdade enquanto fenômeno social. Observa-se, de forma geral, a desigualdade como mero “pano de fundo” de outros processos; ou o fenômeno da desigualdade é igualado a pobreza; ou ocorre o estudo da pobreza, e não das relações desiguais da sociedade. Os resultados permitem

reflexões importantes sobre formulações teóricas e metodológicas da psicologia social, por exemplo sobre novas expressões das velhas dicotomias entre indivíduo e sociedade. Também permite, notadamente, refletir sobre o papel da pesquisa em psicologia frente a esse fenômeno social quando se aposta em uma *psicologia para transformar*.

Por fim, os capítulos 9 e 12 tematizam, cada um de uma maneira, a educação, tema que parece intrínseco à desigualdade social. Discussões teóricas e dados de pesquisa mostram a valorização da educação, de uma *boa* educação, para o enfrentamento e a superação da desigualdade social. Por isso, a consideração desse tema requer crítica bem formulada e apoiada em vários âmbitos da questão, o que é feito no capítulo escrito por Kulnig e Bock. A partir de uma discussão de desigualdade social apoiada em autores que ampliam a análise do tema, as autoras discutem sobre práticas escolares, procurando evidenciar o atravessamento da desigualdade social no cotidiano da escola. A boa educação requer uma boa escola; quais elementos críticos devem ser aí considerados?

Simões e Bock estendem essa análise, no capítulo 12, para o ensino superior, trazendo outra questão presente no cotidiano da educação: as relações raciais, com a presença do racismo e das suas diferentes manifestações nas instituições voltadas à formação e à pesquisa. Confronto grave, entre o que se diz e o que se faz, evidenciando a necessidade urgente de práticas antirracistas em todas as instituições, principalmente, talvez, naquelas compromissadas com a formação para o futuro.

Finalizando esta apresentação, agradecemos aos parceiros que responderam positivamente ao nosso convite e esperamos (do verbo esperarçar, como dizia Paulo Freire) que as contribuições possam (como dizia Milton Santos) favorecer a criação do desconforto. A transformação social que nosso país necessita exige esse desconforto e queremos, a partir da psicologia, cumprir nosso papel de intelectuais.



SUMÁRIO

1. Desigualdade social: a perspectiva da psicologia social sócio-histórica.....23
Ana Mercês Bahia Bock
Maria da Graça Marchina Gonçalves
2. Desigualdade e subdesenvolvimento na Era Digital 47
Marcio Pochmann
3. Igualdad: el valor postergado de la democracia75
Raúl Rocha Romero
4. Tudo junto, cada qual na sua solidão: um diálogo com Byung-Chul Han
sobre a hiperconectividade e a deficiência da conexão 93
Deivison Faustino
Walter Lippold
5. Desigualdade social e precarização do trabalho: dois fenômenos
que se complementam 115
Odair Furtado
6. Desigualdade social: o que a Psicologia tem a dizer sobre isso?..... 131
Lorena Maria da Silva
Andressa Cezimbra Reichow
Mônica Gurjão Carvalho
Maria da Graça Marchina Gonçalves
7. O mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo..... 157
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Ana Mercês Bahia Bock
Sandra G. Sanchez

8. Desigualdade social e políticas públicas – aspectos da dimensão subjetiva da realidade.....	185
Sandra G. Sanchez Maria da Graça M. Gonçalves Ana Mercês B. Bock	
9. Desigualdade social e práticas escolares.....	209
Rita de Cássia Mitleg Kulnig Ana Mercês Bahia Bock	
10. A luta dos Kaiowa por territórios enfrenta a desigualdade social brasileira: considerações a partir da Psicologia Sócio-histórica	225
Leandro Lucato Moretti Maria da Graça Marchina Gonçalves	
11. Memórias da população em situação de rua: agravamento e resistência	243
José Agnaldo Gomes	
12. Ensino superior, desigualdade social e racismo: uma discussão necessária.....	259
Gabrielle Capinam da Silva Simões Ana Mercês Bahia Bock	
Sobre os autores	275



Desigualdade social: a perspectiva da psicologia social sócio-histórica

Ana Mercês Bahia Bock
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Introdução

O tema da desigualdade social é, sem dúvida, um tema relevante. Foi assim que o percebemos quando passamos a investigar a questão a partir da psicologia social sócio-histórica. Pautadas pela perspectiva de que a psicologia que interessa é aquela comprometida com a transformação social, como aprendemos com Silva Lane, elegemos essa como uma problemática fundamental a ser compreendida, dada sua posição central e estrutural na sociedade brasileira. Fomos, então, ao trabalho.

Entretanto, de imediato, inúmeros desafios se apresentaram para que pudéssemos desenvolver investigações nesse eixo. Um deles referia-se à constatação de que a psicologia muito produziu sobre a pobreza, mas pouco, muito pouco, sobre a desigualdade social.¹ Na mesma linha, constatamos que, quando focalizado pela psicologia, o fenômeno não era, necessariamente, tomado como tal, mas como certo contexto em que produções subjetivas se dão, recebendo influências das condições apontadas.

De certa forma, isso não constituía novidade, considerando-se produções hegemônicas na psicologia social que estabelecem dicotomias entre indivíduo e sociedade, terminando por individualizar/psicologizar

1. O capítulo 6 trata disso.

explicações para os fenômenos sociais ou desconsiderar o indivíduo como sujeito ativo na produção dos processos sociais. Vimos, assim, que na abordagem desse tema era preciso continuar o esforço de produzir formulações teórico-metodológicas de enfrentamento às dicotomias no pensamento psicológico, neste caso, desenvolvendo a pesquisa sobre a categoria *dimensão subjetiva da realidade*. Essa categoria aponta exatamente para a imbricação entre subjetividade e objetividade, para a relação dialética entre indivíduo e sociedade, permitindo falar da subjetividade que constitui um fenômeno social ao mesmo tempo em que está por ele constituída.

Outro desafio dizia respeito à necessidade de tomar a desigualdade social em suas múltiplas determinações e em sua complexidade. Ficava nítido, desde então, que não poderíamos fazê-lo a partir apenas da psicologia como área de conhecimento. Era imperioso o diálogo com outras áreas que investigam a desigualdade social. Por isso, desde sempre e com vários objetivos, mantivemos o estudo da desigualdade social a partir da sociologia, da economia, da teoria política, da história.

O primeiro objetivo era caracterizar detidamente as dimensões objetivas da desigualdade social a fim de ter elementos necessários para trabalhar devidamente a dialética subjetividade-objetividade e alcançar a análise da dimensão subjetiva da desigualdade social. Outro, era ampliar a compreensão da psicologia sobre o fenômeno, praticando o exercício da identificação das suas múltiplas determinações e de trabalhar com a perspectiva da ruptura das fronteiras disciplinares naquilo que representam de limites ao conhecimento da realidade, ou seja, fazer isso via interdisciplinaridade e transdisciplinaridade – ou, como dizia Marcus Vinícius de Oliveira Silva², *indisciplinaridade*. O que importava era aprofundar a compreensão da desigualdade social, usando uma diversidade de recursos. Ao mesmo tempo, era importante apresentar uma leitura específica da psicologia, evidenciando que isso poderia contribuir para o entendimento e o enfrentamento dessa grave questão social.

2. Psicólogo, militante da luta antimanicomial, dos direitos humanos, e pesquisador da desigualdade social. Era membro do nosso grupo de pesquisa CNPq. Mais informações em: www.memorialmatraga.com.br.

As investigações sobre desigualdade social desenvolvidas por nossos grupos de pesquisa³ foram caminhando e, nesse processo, fomos lidando com outro desafio – a definição ou a delimitação do que estávamos chamando de desigualdade social. Nesse percurso, passamos pela discussão do termo, se deveria estar no singular ou no plural (desigualdade ou desigualdades?), o que, na verdade, ia revelando a necessidade de considerar a articulação classe-raça-gênero e outros marcadores na configuração desse fenômeno social.

O texto que apresentamos neste capítulo, como contribuição da psicologia social sócio-histórica para a compreensão da desigualdade social, passará, brevemente, por esses desafios, procurando revelar o momento em que estamos a partir das produções acumuladas até aqui. Iniciaremos com o último desafio citado, porque a produção em torno dele explicita os referenciais teórico-metodológicos que utilizamos.

Porque desigualdade social – a questão teórica

Em conformidade com a psicologia social sócio-histórica e seus fundamentos teórico-metodológicos, entendemos a desigualdade social em uma perspectiva marxista, sendo a desigualdade produzida de maneira ineludível pelo modo de produção capitalista. Essa é a base de análise da qual partimos.

Trata-se da desigualdade que expressa relações de dominação decorrentes da exploração do trabalho pelo capital e que constitui, nesse processo, classes sociais antagônicas. Trata-se, ainda, da compreensão desse processo de exploração como tendo características e dinâmicas que resultam em produção e acúmulo de riqueza e, ao mesmo tempo e nesse movimento, em produção de pobreza e miséria.

3. Além do Grupo de Pesquisa CNPq (Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social e suas Diversas Expressões), as autoras coordenam núcleos de pesquisa nos programas de pós-graduação a que pertencem: Núcleo de Pesquisa em Dimensão Subjetiva e Desigualdade Social (DSigual) – Ana Bock, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação da PUC-SP; Núcleo de Políticas Públicas e Desigualdade Social (NUPPDES), Graça Gonçalves, no programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP.

O método materialista histórico e dialético orienta a leitura da realidade social nessa perspectiva, em que o processo de constituição da vida é tomado a partir da materialidade da produção e das relações sociais configuradas pelo trabalho e da dialeticidade presente no processo contraditório de transformação constante do ser humano, da natureza e da sociedade. Tal processo produz a história e impõe a historicidade como categoria fundamental de análise (Gonçalves, 2020).

Portanto, a desigualdade social se constitui no âmbito das relações sociais formatadas pelas relações de produção próprias do capitalismo. Não há como compreendê-la desvinculada de relações de dominação e opressão, assim como não há como compreender as relações de dominação e opressão sem considerar a dinâmica de desenvolvimento das formas de exploração do trabalho e de acumulação do capital.

Para falar de desigualdade social, precisamos situá-la, na contemporaneidade, no processo de mundialização e financeirização do capital, de precarização do trabalho e do neoliberalismo. Por isso, parte da nossa investigação sobre o tema inclui recorrer a pesquisadores de outras áreas que se debruçam sobre isso e trazer deles aspectos que permitam caracterizar o desenvolvimento histórico da materialidade social em nível global e nas particularidades do Brasil (Dowbor, 2017, 2020; Netto, 2013; Pochmann, 2015, 2022).⁴

Tais processos complexos devem ser considerados, embora não sejam o foco principal dos nossos estudos. Todavia, consideramos importante formular uma compreensão básica que permita seguir produzindo análises sobre a desigualdade social de maneira coerente, com o método materialista histórico e dialético. Nesse sentido, deve-se considerar, além da contradição, como categoria de análise fundamental, a categoria totalidade.

A desigualdade de que tratamos, própria da realidade brasileira, a qual pretendemos conhecer em suas múltiplas determinações, está referida à totalidade social do capitalismo, que avança em crise estrutural e lança mão de recursos cada vez mais predatórios de exploração do trabalho e da natureza,

4. Os capítulos 2, 3, 4 e 5 tratam desses temas de maneira mais aprofundada.

o que só faz aprofundar essa desigualdade. O enfrentamento da desigualdade social e das suas implicações requer a compreensão de que essa determinação fundamental deve ser superada.

Trata-se de tarefa histórica que vai sendo gestada nos processos de acirramento das contradições materiais e objetivas que implicam, necessariamente, produções e organização subjetivas. A compreensão aprofundada da ideologia neoliberal e dos seus tentáculos que se espriam pelas formas de vida, de sociabilidade, de produção valorativa, é necessária para se considerar a articulação entre as dimensões objetivas e subjetivas na sociedade contemporânea, base do posicionamento e das experiências dos sujeitos contemporâneos, em sua diversidade atravessada por diferentes opressões.

Dessa forma, compreender o aprofundamento do individualismo, do consumismo, da ideologia da meritocracia; compreender a valorização do presente e a negação do futuro, a volatilidade das experiências; compreender a captura das subjetividades em processos tidos como inexoráveis, notadamente os mediados pelas tecnologias de comunicação e pela inteligência artificial; compreender essa face mais subjetiva do neoliberalismo torna-se fundamental. É preciso considerar que a ideologia neoliberal contribui para a sustentação dos processos objetivos altamente excludentes da dominação no capitalismo atual, justificando a flexibilidade do trabalho e a do mercado, o descompromisso do Estado com a garantia de direitos, a ruptura das fronteiras e o enfraquecimento de Estados nacionais e que, enquanto faz isso, incide sobre as produções subjetivas naquela direção, promovendo o desalento, o descaso com o outro, a falta de perspectivas e de projetos de futuro, a busca da felicidade individual a qualquer custo. Vale dizer, entretanto, que é preciso reconhecer que, ao mesmo tempo, surgem resistências e reações a esse estado de coisas, expressões dos processos contraditórios da sociedade que nos desafiam, seja na compreensão da sua gênese, seja na identificação da necessidade de que sejam fortalecidas e aprofundadas frente ao cenário atual de profunda desvalorização da vida e das possibilidades de humanização.

Tais manifestações e expressões subjetivas, tomadas na dialética subjetividade-objetividade, ajudam a configurar e caracterizar a dimensão subjetiva da desigualdade social, como veremos adiante. Por ora, queremos enfatizar

a necessidade de se considerar a totalidade social nesse processo objetivo-subjetivo como o contexto que deve ser considerado para a investigação da desigualdade social em sua dimensão subjetiva.

Outros dois elementos desse processo devem ser destacados: a produção da alienação – cujo fundamento material está no estranhamento produzido pelas relações de trabalho capitalistas (Furtado e Svartman, 2009) – e a questão da garantia de direitos sociais como conquista dos trabalhadores ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Ambos falam das contradições da sociedade capitalista que devemos ter em conta.

Em relação ao primeiro aspecto, devemos sempre considerar que a alienação atravessa as produções subjetivas, naturalizando a desigualdade social e impedindo a identificação e a compreensão das determinações sociais e históricas que constituem essa realidade estrutural. O processo de alienação, intrínseco ao modo de produção capitalista, implica o estranhamento do trabalhador em relação ao produto e à forma do trabalho, ao outro e à genericidade do humano:

Esses trechos [citações de Marx] nos fazem pensar no fenômeno da alienação como a crítica da relação entre consciência e atividade sob a forma capitalista de produção. A crítica recai na redução do homem à condição de instrumento, no fato de que a organização social do trabalho, ao invés de sustentar o controle coletivo dos produtores livremente associados, o desenvolvimento de potencialidades por meio da atividade social, determina a subjugação de uma classe de homens sobre outra, transforma a atividade produtiva em meio de dominação. Portanto, a exteriorização do homem sob o modo de produção capitalista carrega contraditoriamente um processo de estranhamento, de não efetivação. O homem formado sob essas condições da atividade social é um homem abstrato, incapaz de reconhecer-se como homem social em função de forças objetivas, está de certa forma exilado de sua própria história. (Ibid., p. 94)

Dessa forma, o processo de trabalho e relações sociais assim configurado produz alienação e implica a fragmentação da consciência, impede o reconhecimento da historicidade que constitui a vida social e o lugar de cada um e torna-se seara ampla e ideal para o individualismo. Contraditoriamente,

entretanto, resulta em indivíduos que, ao mesmo tempo que apostam nas possibilidades individuais, sofrem com a solidão e a falta de perspectivas, tornando-se presas fáceis das ideologias favoráveis ao *status quo*. Indivíduos que, por isso, reconhecem a desigualdade social e a rejeitam ao mesmo tempo que a toleram. Como, então, daria-se a superação da desigualdade social? Que grupos sociais e em quais circunstâncias teriam interesse e se empenhariam nesse enfrentamento?

Em relação ao segundo aspecto, a questão dos direitos sociais, podemos analisar como, historicamente, a *igualdade* torna-se um valor que termina por justificar a desigualdade e como, nesse movimento, encontra-se com a luta por direitos. Como valor inovador defendido nas revoluções burguesas, a igualdade foi se definindo de maneira formal e abstrata. Contudo, enquanto indicava possibilidade de universalização de conquistas sociais, o princípio da igualdade cumpriu o papel ideológico de expressão dos interesses burgueses. A isso a ideologia da meritocracia se soma, justificando a manutenção da desigualdade pela existência de diferenças individuais e naturais. Esse caráter ambíguo foi se revelando no desenvolvimento do modo de produção capitalista, que, objetivamente, não superou desigualdades e instituiu, ao contrário, sua naturalização. Dessa forma, o princípio da igualdade revelou-se abstrato e formal (Gonçalves, 2019; Gonçalves e Brambilla, 2020).

Tal noção articula-se com a noção de direitos que também vai expressar diferentes experiências e situações históricas. A articulação entre igualdade e direitos está na própria formulação da noção de direito enquanto algo a que todos os sócios de uma sociedade devem ter acesso. Mas, mesmo com essa compreensão geral, podemos identificar variações relativas a contextos históricos diferentes. Se a noção de direitos individuais acompanha as transformações históricas que igualam, em tese, os indivíduos frente ao mercado nos processos iniciais do desenvolvimento capitalista, a afirmação dos direitos sociais revela o contraponto produzido pela luta dos trabalhadores ao longo do século XX, os quais vão reivindicar a igualdade de fato, com a garantia de acesso aos bens e serviços que promovem a vida digna (Singer, 2003). Nesse sentido, podemos dizer que os direitos sociais apontam para a necessidade de se concretizar o princípio da igualdade por outra lógica, que não a dos interesses dominantes.

Sabemos, entretanto, que essa concretização também revela as condições do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo em que a garantia de direitos sociais diminui a desigualdade social, ampliando o acesso a bens e serviços, tal situação atende a necessidades do capital, de reprodução da força de trabalho e da acomodação de conflitos. Por isso, entendemos que a compreensão da desigualdade social passa, também, pela identificação dos processos históricos que configuram direitos sociais e dos processos históricos de configuração do papel do Estado e das políticas públicas em relação à garantia desses direitos (Gonçalves e Rosa, 2022).

No caso do Brasil, as particularidades do seu processo histórico levam a que apenas a Constituição de 1988 vai tratar dos direitos sociais e da atribuição ao Estado da sua garantia. Tais particularidades evidenciam, ainda, as peculiaridades da desigualdade social em nosso país, seja por sua amplitude e profundidade, seja por revelar aspectos históricos oriundos da colonização e da escravização (retornaremos a isso mais adiante), bem como as implicações disso para o desenvolvimento de políticas públicas sociais na contemporaneidade.

Nessa linha, acompanhamos a análise de pesquisadores que apontam o lugar das políticas públicas sociais de garantia de direitos na histórica recente do Brasil, considerando que as análises desse lugar, devidamente avaliado e criticado, oferecem contribuições para um conhecimento importante sobre a dinâmica de enfrentamento da desigualdade social em nosso país. Por vários caminhos, é possível verificar que a diminuição da desigualdade social no Brasil, em geral ou em determinados setores, tem relação com o nível de desenvolvimento e ampliação de políticas públicas. Várias medidas e vários índices de caracterização da desigualdade social mostram uma dinâmica em que o aumento ou a diminuição da desigualdade têm relação com a redução ou a ampliação das políticas públicas de saúde, educação, saneamento, moradia, assistência social, transferência de renda, do aumento do salário-mínimo, entre outras (Arretche, 2015, 2018; Arretche, Marques e Faria, 2019; Campos et al., 2004; Guerra, Pochmann e Silva, 2015; Pochmann, 2022).

Nesse contexto de análise, entendemos que cabem a investigação e a compreensão da dimensão subjetiva relativa a fenômenos sociais do campo

das políticas públicas, de modo a reconhecer que parte das possibilidades de enfrentamento da desigualdade social passa por compreender *qual é a subjetividade que sustenta a desigualdade*.⁵ As noções de igualdade e direitos compõem a dimensão subjetiva da realidade e carregam tanto as reproduções ideológicas que naturalizam e toleram a desigualdade social quanto a afirmação possível de valores e princípios éticos para o enfrentamento das questões sociais. Analisar a dimensão subjetiva das políticas públicas sociais permite compreender facetas da desigualdade social que nos falam de como se pensa e se percebe a vivência de direitos, de como se percebe e se concebe o direito do outro, de como se observa e se avalia a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade das políticas sociais – todos aspectos que nos falam de como a desigualdade social é percebida e concebida nesse âmbito.

Assim, nossa compreensão conceitual de desigualdade social é procesual e inclui vários âmbitos da questão, como viemos apontando. Nosso propósito é fazer uma leitura desse fenômeno a partir das contribuições da psicologia sócio-histórica. As pesquisas que desenvolvemos procuram evidenciar e analisar os aspectos da dimensão subjetiva da desigualdade social. Como procuramos indicar, para tal propósito é necessário abordar o fenômeno em sua multideterminação e complexidade, considerando aspectos sociais, econômicos, históricos e ético-políticos, como fizemos até aqui, de maneira breve. Seguiremos aprofundando alguns aspectos históricos e epistemológicos na direção de explicitar a noção de desigualdade social com a qual trabalhamos.

Nossa análise da desigualdade social começa, como discutimos, com o reconhecimento da desigualdade de classes intrínseca ao capitalismo como a desigualdade fundamental. Entretanto, procuramos indicar que isso não deve levar a visões reducionistas e simplistas que desconsiderem a dinâmica contraditória de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a qual vai entrelaçando múltiplas determinações e mediações, resultando na desigualdade social como fenômeno complexo.

5. Indagação de Marcus Vinícius de Oliveira Silva que instigava os debates no nosso grupo de pesquisa.

Nesse sentido, a análise histórica das particularidades do desenvolvimento do Brasil implica, necessariamente, compreender que o capitalismo que aqui se desenvolve tem traços específicos do lugar periférico ocupado pelo país na relação com o capitalismo central, o que se define desde o período colonial. Nesse processo, outro elemento essencial deve ser considerado: a escravização dos povos africanos que foram trazidos para cá, que compõem, de maneira principal, a força de trabalho do Brasil colônia, com desdobramentos para os períodos históricos posteriores. Outros aspectos podem e devem ser somados aos anteriormente citados: as fortes marcas de uma sociedade patrimonialista; a força do machismo que caracteriza as relações entre gêneros; o conservadorismo que se mescla nas relações e em algumas práticas religiosas; os valores que registram a força da colonização, que se atualiza permanentemente, prendendo nossas “almas” a pensamentos e hábitos estrangeiros de nações colonizadoras. Enfim, são muitas as marcas históricas que atuaram na constituição do Brasil e que contribuem para a configuração da desigualdade social.

Os fundamentos epistemológicos já referidos devem comparecer aqui também. Eles levam à consideração primordial da materialidade da vida social que constitui a desigualdade de classes no capitalismo brasileiro, articulada, dialeticamente, à desigualdade racial. Quando apontamos essas articulações como particularidades da realidade brasileira, estamos nos referindo ao particular enquanto categoria dialética, devendo, portanto, ser referidas dialeticamente, como particularidades, a um processo geral.

Fomos produzindo essa compreensão da desigualdade social no enfrentamento dos desafios a que nos referimos na introdução deste texto. O aspecto principal, nesse processo, foi o entendimento de que seria preciso falar em desigualdade de classes e trabalhar com a matriz classista de análise em uma perspectiva marxista, mas recolocando o lugar da desigualdade racial em função da centralidade dessa questão na história do Brasil.

Nossos estudos passaram, então, pela consideração de conceitos que buscam a articulação entre classe, raça e gênero como determinações centrais das desigualdades. Consideramos análises pela interseccionalidade (Collins, 2017), pela consubstancialidade (Hirata, 2014; Kergoat, 2010), e retomamos a noção de *nó* (Saffioti, 2015). Todas essas contribuições nos alertaram

para um âmbito da questão da desigualdade que não tem lugar secundário no tema, não é um apêndice: as desigualdades de raça e de gênero compõem a desigualdade social de maneira intrínseca – e assim devem ser consideradas. Nesse sentido, essas formulações teóricas são importantes.

Entretanto, nesse ponto, retomamos as questões de método, recolocando a questão. Realmente, não se trata de eleger qual é a “desigualdade mais importante”, como dizem, acertadamente, os adeptos da interseccionalidade. Também não se trata de justapor as desigualdades, como dizem, acertadamente, os que trabalham com a consubstancialidade, tratando-as, em última instância, como “variáveis”. Nossa análise caminha pela radicalidade no uso do método materialista histórico e dialético, procurando identificar, na materialidade da vida social, a base que produz entrelaçamentos constitutivos da desigualdade social própria do capitalismo, com as especificidades de cada contexto histórico – no nosso caso, com as especificidades da história do capitalismo no Brasil.

Temos de considerar que, na história do Brasil, a desigualdade de raça é elemento central que viabiliza, na exploração do trabalho escravo, a configuração do Brasil como país capitalista, mas um capitalismo periférico que serve ao capitalismo central. Isso vai sendo processado no desenvolvimento da colônia, no atendimento dos interesses dos países centrais na fase mercantil e da acumulação primitiva do capital, tendo acontecido, nesse processo, o modo brasileiro de produção escravagista (Moura, 2020) e, a seguir, na inserção do país no capitalismo industrial, sempre em lugar secundário e dependente. Nesse processo, o lugar do negro se modifica na forma – deixa de ser trabalho escravo, *stricto sensu* –, mas não no conteúdo: o negro continua sendo o segmento da população mais explorado nas relações de trabalho.

Vários pesquisadores debatem esse lugar do negro no capitalismo periférico brasileiro, mostrando a precarização e a exploração a que esteve submetido desde a colônia até o Brasil moderno (Gomes e Paixão, 2008; Moura, 2020; Souza, 2009), mas, principalmente, evidenciando como esse lugar serve ao capitalismo que aqui se desenvolve, não sendo um elemento anômalo do processo. Ao contrário, esse lugar periférico e o desenvolvimento possível e desejável nesse contorno pressupõem um tipo de exploração do trabalho que requer o negro inferiorizado, a ralé reproduzida, a exploração

sistemática e profunda mantida, a precarização sempre presente e atualizada em tempos neoliberais. Nesse sentido, a desigualdade racial é constitutiva do capitalismo brasileiro.

Como analisado por Moura (2021), o negro escravo é seguido pelo negro liberto, avaliados ideologicamente, no entanto, com sinal invertido – ao *bom* escravo segue-se o *mau* cidadão. Essa produção ideológica, no entanto, reflete o processo social de exploração do trabalho escravo justificado pela inferioridade e “passividade” do negro e, a seguir, após a “abolição”, a segregação do negro liberto, desfavorecido em todas as condições, no ingresso e na participação da sociedade competitiva. Mecanismos objetivos e ideológicos foram sendo produzidos e atualizados desde a colônia e o império e prepararam a marginalização do negro liberto: a desconsideração de suas capacidades, lutas e resistências; os mecanismos econômicos que impediram seu acesso ao trabalho e aos produtos no mercado; a valorização positiva dos imigrantes, enquanto não havia políticas de absorção do negro na economia. Tais mecanismos e seu peso ideológico, segundo análise do autor, parecem ter efeito mais grave do que o próprio trauma da escravidão (ibid.).

Essa análise contribui para que se reconheçam os efeitos do período escravagista, que devem ser considerados ainda hoje. Não se trata de encontrar “resquícios” da escravidão nos tempos atuais, como se houvesse uma incapacidade de superação ou um “vitimismo” da população negra. Trata-se da existência de mecanismos potentes de atualização da hierarquia valorativa de pessoas e da dominação. Isso explica a persistência do racismo e da sua manifestação estrutural, e aqui já apontamos um aspecto importante da dimensão subjetiva da desigualdade social no Brasil: o racismo é transversal a todas as expressões da desigualdade social. Sem compreender raça, desigualdade racial e racismo como fenômenos intrinsecamente articulados ao desenvolvimento do capitalismo, não será possível compreender a desigualdade social no Brasil. A invenção da raça, a desigualdade racial e o racismo são elementos constituintes do capitalismo e da luta de classes no Brasil.

A mesma articulação deve ser feita com sexo/gênero. A desigualdade de sexo/gênero não pode ser pensada à parte da desigualdade de raça e do racismo, pois ambas se articulam, no Brasil, ao processo de exploração do

trabalho pelo capital, com âmbitos diversos e particulares – todos, entretanto, referidos aos processos de opressão produzidos pelo capitalismo, porque necessários à sua manutenção e reprodução.

A vista desses aspectos é que afirmamos que a desigualdade social no Brasil é fenômeno estruturante da sociedade e tem como componente essencial o racismo. É também essa compreensão que permite considerar as opressões de sexo/gênero no contexto histórico das relações de classe e, especialmente no Brasil, articulado com as relações desiguais de raça e o racismo.

Isso posto, afirmamos que o fenômeno que investigamos é *a desigualdade social*. Colocar o termo no singular não reduz o fenômeno a um elemento, nem desconsidera os vários âmbitos da questão, mas obedece a uma perspectiva metodológica: não trabalhamos com *recortes* da desigualdade social, mas com *múltiplas determinações*, o que obriga a considerar seus diversos âmbitos para passar da apreensão imediata e da aparência para o concreto de sua produção histórica.

Porque desigualdade social – a dimensão subjetiva

Outro desafio que apontamos no início do texto refere-se, especificamente, à psicologia social e à forma como a área lidou com a análise de fenômenos sociais. As produções dicotômicas que marcaram sua história tiveram que ser enfrentadas, uma vez que as dicotomias (entre subjetividade e objetividade, razão e emoção, indivíduo e sociedade) levaram à naturalização e à individualização das explicações sobre os fenômenos sociais (Gonçalves e Bock, 2009).

A perspectiva sócio-histórica foi crítica, desde sempre, em relação às dicotomias, mesmo porque seus fundamentos metodológicos fornecem subsídios não apenas para a crítica, mas também para orientar outra forma de fazer. A dialética materialista aponta para as contraposições como contradições, ou seja, entende que os elementos constituintes de uma relação formam uma unidade de contrários em movimento constante, o que leva à superação das dicotomias.

Teoricamente, diante de concepções psicológicas e sociológicas da psicologia social, ou seja, diante da individualização e da psicologização dos fenômenos sociais ou de sua esquematização social abstrata, a perspectiva sócio-histórica vem desenvolvendo a categoria dimensão subjetiva dos fenômenos sociais para indicar que o foco da pesquisa deve ser *a produção social da realidade social* (Gonçalves e Furtado, 2016). Tal categoria teórica aponta para a necessidade de identificar a dialética subjetividade-objetividade nos fenômenos sociais.

Em relação à pesquisa sobre a desigualdade social, a utilização dessa categoria mostrou-se como recurso fundamental para falar da imbricação entre o indivíduo e o contexto histórico e social em que persiste a desigualdade social. Pareceu-nos que seria a maneira de oferecer uma leitura complementar sobre o fenômeno, no diálogo com outras áreas e no sentido de explicitar aspectos psicológicos que também constituem o fenômeno, ou seja, no sentido de identificar e analisar sua *dimensão subjetiva*.

Tendo esse desafio, de produzir um conhecimento sobre o fenômeno que superasse dicotomias, foi interessante percebermos a mesma preocupação em pesquisadores de outras áreas: não desconsiderar a diversidade de elementos presentes na desigualdade social, inclusive os elementos de subjetividade.

Assim foi que nos encontramos com pesquisas da área da sociologia que falam da *percepção* da desigualdade social, da produção pré-reflexiva de *valores* que estruturam relações e formas de sociabilidade (Souza, 2006, 2009). Também nos deparamos com retratos da desigualdade social que trazem a visão das pessoas sobre o fenômeno (Oxfam Brasil).

Nesse sentido, nossa busca pela construção de uma contribuição para a compreensão mais ampla da desigualdade social – olhando o fenômeno em sua complexidade, mas destacando uma contribuição da perspectiva da psicologia – encontrou muitos parceiros e muitas parceiras em sua trajetória, os quais indicavam aspectos do que poderíamos compreender de maneira mais detida e aprofundada como a dimensão subjetiva do fenômeno.

Talvez, algumas das primeiras parceiras tenham sido Reis e Scalon, que vinham do campo da sociologia. Reis (2000) pesquisou a percepção da desigualdade social por parte das elites, afirmando que estas reconhecem

as questões da pobreza e da desigualdade como fundamentais e colocam as questões sociais como os principais problemas do país. A causa de tamanha calamidade social estava, segundo a população pesquisada, no baixo nível educacional da população. Dessa forma, apostavam que a saída para a desigualdade estava no acesso à educação; acreditavam que, assim, a classe menos favorecida poderia ascender socialmente; apresentavam, no geral, soluções de caráter individual para a desigualdade social. A redistribuição de renda para os mais pobres não aparecia como alternativa. Reis (2000) apontava, a título de conclusão, que faltava às nossas elites uma noção de responsabilidade social, pois não se sentiam responsáveis pelo problema da pobreza e da desigualdade. O Estado aparecia sempre como o maior responsável, e as sugestões de saídas para a situação social eram sempre de caráter individual:

[...] as elites enfatizam espontaneamente a temática da desigualdade, consideram-na problemática para toda a sociedade, mas tendem a rejeitar reformas distributivas. Como recurso de mudança no padrão de acentuada desigualdade, preconizam medidas patrocinadas pelo Estado que proporcionem a todos melhores condições de vida. Ou seja, as elites favorecem uma orientação de política que privilegia a superação da pobreza, mas não da desigualdade. (Ibid., p. 49)

Scalon (2004) estudou a percepção da desigualdade. De acordo com sua pesquisa, 80% dos entrevistados percebiam uma estrutura (representada pela figura triangular de uma pirâmide) em que uma pequena elite ocupava uma posição hierarquicamente privilegiada, no topo da pirâmide, enquanto a grande massa ocupava sua base. A autora estudou, na mesma pesquisa, como os entrevistados pensavam que o Brasil deveria ser, chegando a um triângulo invertido, no qual apenas pequena parcela da população estaria compondo o conjunto dos pobres na sociedade. Scalon (2004) apontava que os brasileiros tinham consciência de que a sociedade é desigual, de que o poder está nas mãos de uma minoria, de que essa sociedade tomava a sorte como ingrediente principal do sucesso.

É importante registrar que, já em 1999, Sawaia se debruçou sobre a vivência daqueles que enfrentam a pobreza e a sub-humanidade resultantes da desigualdade. Para a autora, a exclusão deveria ser vista sob a perspectiva

ético-psicossociológica, de forma a analisá-la como um processo complexo que, em si, não é nem subjetivo, nem objetivo; nem individual, nem coletivo; nem racional, nem emocional. É um processo sócio-histórico que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social – não só na econômica – vivido pelas necessidades do eu, com sentimento, significado e ações.

Em 1996, Sposati coordenou a construção e a apresentação do *Mapa da Exclusão/Inclusão Social na Cidade de São Paulo*. Sposati, que fazia excelentes contribuições na área da assistência social, apresentou seus questionamentos sobre o significado da exclusão social e produziu o *Mapa* a partir de duas modalidades de construção:

[...] uma quantitativa e outra qualitativa. A construção quantitativa, baseou-se no levantamento de fontes de dados numéricos e na construção de indicadores e índices, resultando na classificação dos 96 distritos do município de São Paulo de acordo com o índice de Exclusão Social de São Paulo (lexSP), [...]. A construção qualitativa apoiou-se no levantamento de campo realizado por equipes paroquiais da Campanha da Fraternidade que, de posse de um roteiro de estudo, cartografaram pelas ruas dos bairros as formas de manifestação da exclusão social. (Sposati, 1996, p. 15)

Nessa dimensão qualitativa, reconhecíamos a necessidade de produzir pesquisas sobre as vivências subjetivas da desigualdade social, o que apoiaria nosso propósito de investigar a dimensão subjetiva. Acompanhamos e dialogamos com a produção de Sposati durante um período importante para nossas pesquisas, quando consideramos aspectos da caracterização da desigualdade social em São Paulo, incluindo elementos da vivência subjetiva

Em seguida, nosso diálogo vai se dar com a produção do grupo coordenado, agora na área da economia, por Márcio Pochmann, o *Atlas da exclusão social no Brasil* (2004), desenvolvido a partir de suas contribuições no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O grupo de pesquisadores, utilizando um conjunto de indicadores, formulou um índice de exclusão que permitia apresentar os diferentes distritos de São Paulo e de outros Estados e municípios do Brasil, de modo a diferenciar a exclusão que os caracterizava. A leitura

econômica nos era estranha, e o esforço para compreendê-la foi grande, compensado pela disponibilidade (e paciência) dos pesquisadores em dialogar conosco, no campo da psicologia. O *Atlas da exclusão* foi de grande importância para nosso grupo de pesquisa, pois passamos a utilizá-lo para caracterizar a desigualdade social e, a partir disso, como referência em nossas pesquisas. Buscávamos “completar” o *Atlas* com o mapeamento da dimensão subjetiva que acompanhava a condição desigual dos distritos de São Paulo, tanto aqueles com baixo índice de exclusão como aqueles com alto índice de exclusão. Encontrávamos uma referência para iniciar nossos estudos sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social.

Nesse caso, a diversidade de indicadores utilizados na produção do *Atlas da exclusão* também favorecia o aspecto que nos parecia fundamental – não reduzir a caracterização da desigualdade a fatores econômicos de renda, mas perceber suas diferentes formas de expressão e seus diversos componentes. Assim, fazia cada vez mais sentido reforçar a necessidade de se considerar aspectos da subjetividade constituintes do fenômeno.

Cabe, ainda, destacar o diálogo proveitoso com Jessé Souza. Em 2004, em contato com a obra de Scalon, encontramos o capítulo apresentado por Souza: “Modernização periférica e naturalização da desigualdade – o caso brasileiro”. Este texto e a extensa obra posterior de Souza (2006a, 2006b, 2009, 2010 e muitas outras contribuições) nos trouxeram uma contribuição importante, pois, ao discutir a desigualdade no Brasil, o autor buscou dar visibilidade a fatores que, no senso comum, justificavam e mantinham essa desigualdade. Souza estava próximo dos aspectos que queríamos analisar a partir da psicologia e que passamos a conceber como dimensão subjetiva da desigualdade social.

O Centro de Estudos da Metrópole (CEM), coordenado por Arretche, também teve e tem seu lugar de importância em nossos diálogos. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (Arretche, 2015) tornou-se referência importante para darmos base política a nossas discussões.

Identificamos, nessas produções de outras áreas, além da busca que também fazíamos de considerar a desigualdade social em sua complexidade de aspectos constituintes, principalmente, indicações da importância de nos determos na compreensão da sua dimensão subjetiva.

A Oxfam Brasil tornou-se, nos últimos 10 anos, fonte importante de dados e estudos sobre a desigualdade social que também consideram, de alguma forma, as vivências da desigualdade. Citamos, por exemplo, a pesquisa *Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil*, publicada em 2017 e atualizada em 2019, 2021 e 2022. Diz a pesquisa em suas conclusões: “96% dos brasileiros acreditam que é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e de assistência social para quem mais precisa” (Oxfam Brasil, 2022, p. 6). Nos resultados da pesquisa, o trabalho aparece como prioridade e há concordância com o aumento da tributação para financiar políticas sociais; 85% dos brasileiros acreditam que o progresso do país se relaciona diretamente com a redução da desigualdade social e entendem ser obrigação dos governos diminuir a diferença entre ricos e pobres; 62% duvidam que o trabalho sirva de equalizador das chances para os mais pobres; 54% não creem que a educação das crianças pobres equalize suas chances; 74% acreditam que a Lei de Cotas tem tido papel importante na redução da desigualdade. O estudo conclui que as principais prioridades para a redução das desigualdades estão no investimento público em educação e saúde, na oferta de empregos e no combate à corrupção. Garantir direitos iguais para homens e mulheres, combater o racismo e aumentar o salário-mínimo aparecem com destaque (ibid., pp. 6-7).

Já fizemos contato com essa produção da Oxfam a partir de algumas de nossas produções em pesquisas que caracterizaram a dimensão subjetiva da desigualdade social em alguns contextos. Foi interessante perceber que dispúnhamos de elementos de análise psicológica que permitiam estabelecer relações e aprofundar a compreensão do fenômeno.

A retomada de nossos diálogos com vários pesquisadores teve a finalidade de evidenciar que buscamos a dimensão subjetiva da desigualdade social considerando e dialogando com várias áreas que nos permitem compreensão mais ampla e complexa do fenômeno. Muitos deles já nos apresentam

aspectos que compõem a dimensão subjetiva, pois é o conjunto de ideias, valores e opiniões sobre a desigualdade social que permite que construamos essa dimensão.

É importante destacar que a dimensão subjetiva se refere:

[...] às construções da subjetividade que também são constitutivas dos fenômenos. São construções individuais e coletivas, que se imbricam, em um processo de constituição mútua e que resultam em determinados produtos que podem ser reconhecidos como subjetivos. (Gonçalves e Bock, 2009, p. 143)

Essa categoria da dimensão subjetiva nos permite superar a dicotomia presente na psicologia que levou a área a se afastar da realidade social em sua complexidade para entendê-la como influência – e não como constituição mútua. É essa concepção de relação, dialética, que a categoria permite explicitar e analisar. Além disso, permite enriquecer a área da psicologia social com uma construção teórica que dá visibilidade a aspectos de natureza subjetiva que são produzidos nos espaços de intersubjetividade; sendo mais precisas produções resultantes da dialética subjetividade-objetividade. Falar desse processo significa reconhecer que há “percepções” sobre a desigualdade social, porém há mais do que isso, pois estas “percepções” compõem uma dimensão do próprio fenômeno da desigualdade social.

Nesse sentido, a desigualdade social não é um fenômeno “apenas” sociológico ou econômico: é, também, um fenômeno psicológico, pois uma de suas dimensões é de natureza subjetiva/psicológica. É preciso que nossa contribuição neste campo seja segura e empenhada para que as soluções para a desigualdade social extrapolem os campos da economia e da sociologia e se apresentem, também, como mudanças culturais que permitam a transformação das significações que se estabeleceram no Brasil sobre essa questão. É preciso desnaturalizar a desigualdade social. Temos, como psicologia, um papel importante nessa tarefa.

Referências

- ARRETCHE, Marta (org.) (2015). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Unesp/CEM.
- ARRETCHE, Marta (2018). Trinta anos da Constituição de 1988: razões para comemorar? *Novos Estudos Cebrap*, v. 37, n. 3.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo e FARIA, Carlos A. (orgs.) (2019). *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e PT*. São Paulo, Unesp.
- BOCK, Ana M. B. (2018). *A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez.
- CAMPOS, André et al. (orgs.) (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Cortez. v. 2.
- COLLINS, Patricia H. (2017). Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1.
- DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do capital improdutivo*. São Paulo, Autonomia Literária.
- DOWBOR, Ladislau (2020). *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo, Edições Sesc São Paulo.
- FURTADO, Odair e SVARTMAN, Bernardo P. (2009). “Trabalho e alienação”. In: BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, M. Graça M. (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 73-115.
- GOMES, Flávio e PAIXÃO, Marcelo (2008). Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Maracanan*. Rio de Janeiro, n. 4.
- GONÇALVES, M. Graça M. (2019). “Ressonância: identidade e alteridade: breve análise à luz da contraposição igualdade e desigualdade”. In: VICENTIN, M. et al. (org.). *Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica*. São Paulo, Educ/PIPEq, pp. 89-106.

- GONÇALVES, M. Graça M. (2020). “Dimensão subjetiva da realidade: desafios na compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos”. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M. e ROSA, Elisa Z. (orgs.). *Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica*. São Paulo, Cortez, pp. 39-63.
- GONÇALVES, M. Graça M. e BOCK, Ana M. B. (2009). “A dimensão subjetiva de fenômenos sociais”. In: BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, M. Graça M. (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- GONÇALVES, M. Graça M. e BRAMBILLA, Beatriz B. (2020). “Dimensão subjetiva e políticas públicas: de como a garantia de direitos requer a consideração da subjetividade”. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M. e ROSA, Elisa Z. (orgs.). *Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez, pp. 263-283.
- GONÇALVES, M. Graça M. e FURTADO, Odair (2016). “A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a psicologia e a educação”. In: AGUIAR, Wanda M. J. e BOCK, Ana M. B. *A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 27-42.
- GONÇALVES, M. Graça M. e ROSA, Elisa Z. (2022). “Direitos sociais e políticas públicas: contribuições da psicologia sócio-histórica para um projeto de sociedade”. In: AGUIAR, Wanda et al. *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de fenômenos sociais*. São Paulo, Educ, pp. 63-80.
- GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio e SILVA, Ronnie A. (orgs.) (2015). *Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois*. São Paulo, Cortez, 2015. v. 2.
- HIRATA, Helena (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1.
- KERGOAT, Danièle (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, n. 86.
- MOURA, Clóvis (2020). *Dialética radical do Brasil negro*. 3 ed. São Paulo, Anita Garibaldi.

- MOURA, Clóvis (2021). *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo, Dandara.
- NETTO, José Paulo (2013). Uma face contemporânea da barbárie. *Novos Rumos*, v. 50, n. 1.
- OXFAM Brasil (2022). *Relatório Nós e as Desigualdades*. São Paulo, Oxfam Brasil/Data Folha. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2022/09/LO_relatorio_nos_e_as_desigualdade_datafolha_2022_vs02.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.
- POCHMANN, Marcio (2015). *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo, Ideias e Letras.
- POCHMANN, Márcio (2022). *A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial*. São Paulo, Ideias e Letras.
- REIS, Elisa P. (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *RBCS*, v. 15, n. 42, fev.
- REIS, Elisa P. (2004). “A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro”. In: SCALON, Celi (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/Iuperj/Ucam, pp. 37-73.
- SAFFIOTI, Heleith (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo.
- SAWAIA, Bader (1999). “Introdução: exclusão ou inclusão perversa?”. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- SCALON, Celi (org.) (2004). “O que os brasileiros pensam das desigualdades sociais”. In: SCALON, Celi (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/Iuperj/Ucam, pp. 17-35.
- SINGER, Paul (2003). “A cidadania para todos”. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (orgs.) *História da cidadania*. São Paulo, Contexto, pp. 191-263.
- SOUZA, Jessé (2004). “Modernização periférica e naturalização da desigualdade: o caso brasileiro”. In: SCALON, Celi (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/Iuperj/Ucam, pp. 75-113.

- SOUZA, Jessé (2006a). “A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe”.
In: SOUZA, J. (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, UFMG, pp. 55-69.
- SOUZA, Jessé (org.) (2006b). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.
- SOUZA, Jessé (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, UFMG.
- SOUZA, Jessé (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG.
- SPOSATI, Aldaíza (1996). *Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo*. São Paulo, Educ.

Desigualdade e subdesenvolvimento na Era Digital

Marcio Pochmann

“(O) problema que geralmente está sendo visualizado é como o capitalismo administra as estruturas existentes, enquanto o problema relevante é como ele as cria e as destrói.”

(J. Schumpeter, *Capitalismo, socialismo e democracia*, 1942)

A desigualdade circunscrita ao projeto de modernidade ocidental parte da reflexão sobre um problema latente ao longo da Era Industrial, cuja trajetória evolutiva seria superior ao atraso representado pelo passado agrarista. Enquanto o desenvolvimento nas sociedades industriais expressaria a dimensão menos intensa possível da desigualdade, no subdesenvolvimento ela se manifestaria de forma muito mais profunda e extensa.

Nesse sentido, a temática da desigualdade tratada como problema estaria associada ao nível do desenvolvimento provável de ser alcançado no âmbito da Era Industrial – destaque importante trazido pelo protagonismo dos iluministas assentado na centralização do conhecimento racional próprio do projeto de modernidade ocidental.

Entre as principais contribuições do Iluminismo, constata-se, por exemplo, a percepção constitutiva do ideário de correção das desigualdades nas sociedades, pela garantia dos direitos naturais do indivíduo, como a liberdade e a livre posse de bens. Por meio da razão, a humanidade poderia sair das trevas em que se encontrava, submetida ao velho e violento agrarismo medieval, constituindo um inédito e moderno processo civilizatório (Elias, 1994).

As contradições dessa perspectiva não deixaram de ser expostas ao longo do tempo, a começar pela originária interpretação de Jacques Rousseau que revelou em 1755, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, a natureza do processo gerador das desigualdades sociais e morais nas sociedades modernas.

Em síntese, Rousseau identificou a desigualdade como sendo resultado da propriedade privada combinada ao anseio de superioridade de uns em relação a outros, enquanto gerador de lutas incessantes pela dominação mediante a acumulação do poder e da riqueza (Rousseau, 2008). Isso porque nas antigas sociedades primitivas, a organização dos seres humanos se voltava ao atendimento das necessidades emergentes, como procriação, proteção e alimentação. Mesmo com o aparecimento e crescimento da posse privada, o sentimento de insegurança se manteria implícito à possibilidade da acumulação de bens.

Dessa forma, a concepção de superioridade de uns em relação aos demais se afirmaria no interior das sociedades modernas. As facilidades abertas aos poderosos viriam acompanhadas pela simultânea ampliação do excedente econômico e da ociosidade, portadora do sentido de vida diferente da centralidade do trabalho decorrente da acumulação de riqueza e propulsora de privilégios e comodidades especiais a poucos.

Da mesma forma, a concretização do projeto de modernidade ocidental teria permitido consagrar o eurocentrismo como sentido universal da história, permitindo substituir o comportamento primitivo próprio das fragilidades da vida diante da força da natureza e a dependência mística e religiosa (Hegel, 1999; Kant, 2001). Com o avanço da Era Industrial, a natureza foi sendo dominada, assumindo a condição menor de mero recurso de uso ilimitado na produção de mercadorias, cujos efeitos destrutivos sobre o meio ambiente somente foram melhor compreendidos a partir do século XIX.

Mesmo com a inegável importância do ideário iluminista, a capacidade de reversão de problemas como a desigualdade, própria modernidade da Era industrial, iniciada ainda no século XVIII, mostrou-se variável e insuficiente. A esperança, no entanto, ocupou de crescente expectativa um futuro superior que, embora positiva e necessária, não se mostrou capaz de reverter as

condições estruturais pelas quais a desigualdade se produziu e se reproduziu ao longo do tempo. Isso porque a problemática da desigualdade não deveria se limitar a ser descrita pelas causas e consequências de sua existência. A sua reprodução e, sobretudo, as transformações a que foi exposta estariam associadas às alterações nas estruturas socioeconômica-ambientais próprias da Era Industrial.

Constata-se, todavia, que o patamar da hierarquia de assimetrias próprias da Era Industrial apresenta, desde o final do século XX, contradições que decorrem do colapso do projeto de modernidade ocidental (Bauman, 2001; Harvey, 1992; Kurz, 2008). Ao mesmo tempo, o deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente estaria por ser acompanhado pela montagem de outro projeto de modernidade, perseguido pela marcha de transformações estruturais proveniente da Era Digital (Guimarães et al., 2022; Jiping, 2021).

Diante disso, as páginas a seguir apresentam uma abordagem acerca da problemática da desigualdade centrada nos constrangimentos contemporâneos do projeto de modernidade ocidental. Pela atualidade da perspectiva de emergência da Era Digital, a temática da desigualdade, trazida originalmente a partir do ideário iluminista, próprio do desenvolvimento das sociedades modernas industriais, tornou-se insuficiente, senão disfuncional, ao entendimento e, sobretudo, ao seu enfrentamento no âmbito das sociedades pós-industriais.

A insistência na reprodução das análises tradicionais termina por obstaculizar o entendimento, o debate e as ações mais adequadas à superação da desigualdade – que, neste início da terceira década do século XXI, mostra-se crescentemente complexa. Na sequência, a situação brasileira será enfatizada como parte marcante das limitações próprias das interpretações e experiências das políticas públicas adotadas no horizonte periférico do sistema capitalista global.

Equívocos na concepção de superioridade na sociedade pós-industrial

Por ser apresentada como resultado de uma nova infraestrutura socioeconômica capitalista, a perspectiva teórica pós-industrial inaugurada no final dos anos de 1960 foi concebida como trajetória evolutiva superior à Era Industrial. Da mesma forma que o longo e primitivo agrarismo teria sido sucedido pelos avanços da Era Industrial, as sociedades pós-industriais seriam de sucessiva continuidade avançada no projeto de modernidade ocidental.

Assim, a transição de uma economia baseada na produção manufatureira para outra, assentada nos serviços, fundamentou o pensamento neoliberal que, a partir da década de 1970, dominou a tese de que a desindustrialização ocidental representaria uma sucessão sofisticada das antigas sociedades industriais para as avançadas, pós-industriais. A transformação tecnológica geradora de profundas mudanças nos sistemas de comunicação e de gestão da informação inauguraria uma nova fase superior do capitalismo ocidental (Bell, 1973; Touraine, 1969).

Com o avanço nas atividades econômicas vinculadas ao setor terciário, as informações e os sistemas de transmissão das informações se tornariam os fundamentos do novo progresso, assim como a geração da energia elétrica e do petróleo teria sido a base pela qual a sociedade industrial avançou. Pela via das tecnologias da informação e comunicação, a estrutura social pós-industrial estaria assentada na centralidade do conhecimento como estruturador da riqueza e das ocupações das sociedades pós-industriais.

Assim, a natureza do poder seria alterada mediante a disputa pela posse do conhecimento, assim como o poder, no interior das sociedades industriais, teria emergido da propriedade e do capital financeiro (Drucker, 2015). A perda de participação relativa da produção industrial no Produto Interno Bruto (PIB) para os serviços resultaria da transição para sociedade pós-industrial, conforme a perspectiva de superioridade defendida por autores propulsores do neoliberalismo (Sefryn, 2020; Ward, 2014; Starr, 2022). As transformações em marcha no interior da estrutura ocupacional concederiam à educação a condição de impulsionadora dos processos de mobilidade social de maneira superior ao passado da Era Industrial, cuja classe

dominante se fundamentaria na riqueza e no *status* assentados na herança. Pela educação, a ascensão de classe social estaria assentada no mérito do capital humano, mais valorizado do que o capital financeiro.

Pela perspectiva individual, o acesso a redes sociais e a conexão com informações permitiriam trajetórias exitosas no interior da estrutura de classes. Apesar da retórica otimista, a realidade prevaiente apontou o quanto a difusão econômica de postos de trabalho na passagem da sociedade industrial para a pós-industrial tem sido assentada na baixa produtividade, cujos contratos temporários e por conta própria, sem proteção social, permanecem deslocados da mobilidade social ascendente.

Nesse contexto, a proliferação de ocupações gerais, desconectadas dos sentidos de identidade e pertencimento desviou a relação salarial decorrente da tradicional polarização capital-trabalho da sociedade industrial para a nova relação débito-crédito, própria da pós-industrial. Diante do custo (débito) de vida, a participação salarial declinou relativamente ao avanço das oportunidades de crédito derivadas de endividamento, doações filantrópicas, programas governamentais de transferência de renda, monetização das redes sociais, aplicativos, entre outras inovações institucionais.

A relação débito-crédito se mostrou compatível com a canalização dos rendimentos para o processo de modernização do padrão de consumo nas sociedades pós-industriais, inclusive dos segmentos de menor poder aquisitivo. Tudo isso se mostrou compatível com a globalização patrocinada pelos interesses das grandes corporações transnacionais como significativa reorganização do sistema produtivo capitalista.

Por meio das cadeias globais de valor, a relação geoeconômica mundial foi sendo profundamente alterada. A antiga relação centro-periferia da Era Industrial foi ficando para trás diante da emergência de outra Divisão Internacional do Trabalho (DIT), assentada nos poucos países produtores e exportadores de bens e serviços digitais. Os demais países se converteram em consumidores-importadores de bens e serviços digitais, tornando-se cada vez mais dependentes da produção e da exportação de bens primários. Pela nova DIT, o novo centro dinâmico passou a reconfigurar a relação com a periferia mundial, tornando mais problemática a gestão da devastação ambiental ante o novo regime climático, o Antropoceno, com temperaturas mais elevadas.

Além disso, a ampla interconexão de informações e comunicações impactou profundamente a sociabilidade e o comportamento humano no interior das sociedades pós-industriais. De maneira geral, as relações sociais aprofundaram o grau de individualidade e solidão na esfera de convivência física, ao mesmo tempo que as imaterialidades comunicativa e informativa coletivas forçaram conexões espontâneas e de *curtoprazismo*.

As facilidades de acesso aos bens e serviços digitalizados, sem necessidade presencial, impactam acentuadamente a convivência humana. Com a crescente captura do tempo vivido pelo entretenimento comunicativo, certo rebaixamento cultural – inclusive redutor da capacidade subjetiva humana – fez declinar, com maiores riscos, a subordinação à inteligência artificial, aos algoritmos, às guerras híbridas, à mudança climática, entre outros.

Tudo isso contribuiu para confirmar os equívocos da concepção original de superioridade na passagem para a sociedade pós-industrial. Ainda que os progressos técnico e científico tenham sido acelerados no tempo presente, a dependência e o esvaziamento da soberania entre nações ricas e pobres foram acompanhados por maior desigualdade e empobrecimento relativo de multidões a viver sem destino perante a ruína das sociedades industriais.

Desta forma, o projeto de modernidade ocidental permitiu manter o entendimento sobre a desigualdade enquanto problema descolado do princípio básico da convivência humana. Talvez por isso, a desigualdade seguiu enfatizada enquanto realidade meritocrática diferente da igualdade e da justiça social.

A crítica à concepção da desigualdade que decorre do ideário iluminista ainda dominante se assenta na sua incapacidade de acompanhar a mutabilidade das formas de sua produção e reprodução ao longo do tempo. Com isso, se dá o crescente distanciamento das possibilidades de alteração profunda nas estruturas da desigualdade, fazendo prevalecer a rigidez das instituições e a predominância cultural, mesmo diante da identificação da mudança de época histórica presente na passagem da Era Industrial para a Digital.

Isso porque a desigualdade se afirma como complexo obstáculo ao desenvolvimento humano pleno. No balanço atual sobre a sociedade pós-industrial, pode-se constatar o quanto a promessa de superioridade em relação

à sociedade industrial não se realizou, mas produziu mais desigualdade numa sistemática de produção de assimetrias que aponta ser cada vez mais distante da formação de sociedades civilizadas.

A diferenciação entre sociedade e intrassociedade é aprofundada pelo neoliberalismo da individualidade competitiva, não cooperativa, reforçada pelo esforço de legitimação do projeto de modernidade ocidental. Ainda que possam se apresentar colapsadas, as desigualdades de classes e de outra natureza produzidas no âmbito da Era Industrial se ampliaram na passagem para a sociedade pós-industrial, inclusive com o avanço dos processos de digitalização social e datificação econômica.

O horizonte exposto pela desigualdade deveria ser enfrentado em novas bases, rompendo com o projeto de modernidade ocidental que, por séculos, assenta-se em economias de guerra e destruição ambiental. Em pleno começo do século XXI, o centro dinâmico do mundo se desloca para o Sul Global, o que tem gerado inédita oportunidade para outro projeto civilizatório.

Como se sabe, desde o estrangulamento do comércio entre o Oriente avançado e a primitiva Europa, na metade do século XV, quando ocorreu a queda de Constantinopla, o projeto de modernidade ocidental emergiu fundamentado na economia de guerra e no uso da natureza como mero recurso ilimitado. O aparecimento das armas de fogo e o seu uso difundido por impérios ocidentais da época coincidiram com a própria constituição inicial do mercado mundial.

A integração de diferentes continentes (escravizados da África, minérios e *plantation* da América e consumo de mercadorias na Europa) se tornou possível mediante a formação do sistema colonial europeu. Por três séculos (XVI a XVIII), o colonialismo permitiu a difusão de valores associados à extração de riquezas de territórios ocupados por civilizações originárias que compreendiam a natureza diferentemente do modo de vida imposto pelo colonizador.

A partir do final do século XVIII, as lutas anticoloniais permitiram a formação de nações independentes, porém integradas e subordinadas à continuidade do projeto de modernidade ocidental. Mesmo com a superação

do velho colonialismo, o novo sistema hierárquico capitalista se tornava dominante num mundo cada vez mais assentado na economia de guerra e de extração da natureza.

No século XX, as duas grandes guerras mundiais revelaram o poder destrutivo da humanidade pela sofisticação das armas de fogo, especialmente em sua fase nuclear. Mesmo com o fim da Guerra Fria (1947-1991), os anos dourados do projeto de modernidade ocidental, conforme verificado após a derrota do nazifascismo, em 1945, terminou não ocorrendo.

Nos últimos cinco séculos, a perspectiva Ocidental de modernidade se consolidou pela força das armas de fogo e pela indústria cultural centrada na concepção universal determinada pelo Norte Global, trazida pelo Iluminismo – um projeto de modernidade que separou o modo de vida humano da convivência com a natureza, transformada à exaustão como simples fator de produção de uso ilimitado. Ao mesmo tempo, o projeto de modernidade ocidental resultou na ocultação de civilizações formadas por povos originários, com saber e modo de vida compatíveis com a natureza. Os problemas que hoje afligem o mundo, como as guerras, a mudança climática, as crises virais, entre outros, estão diretamente relacionados aos limites do projeto de modernidade ocidental.

Neste começo da terceira década do século XXI, o deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente tem sido acompanhado pelo aparecimento de novos pressupostos de modernidade, distintos do nortecentrismo global. O seu conhecimento e a sua difusão no mundo se tornam fundamentos necessários para além da esfera econômica e, sobretudo, da comercial.

Outra cultura de convivência com a diversidade dos povos deve emergir, especialmente com as especificidades da natureza, constituída pela nova participação política democrática que a Era Digital possibilita. Mesmo não reconhecida plenamente, a digitalização das sociedades contempla nova dimensão da cidadania, que ultrapassa a velha concepção de participação política exercida, exclusivamente, pela presença física e pelo protagonismo humano.

Novos sujeitos, para além da ação humana, tornaram-se decisivos, como a biosfera, a mudança climática, a natureza, os vírus. Da mesma

forma, as crescentes possibilidades tecnológicas, convertidas em partes da indumentária humana (luvas, óculos e indumentária em geral), fazem da conectividade com o mundo virtual o campo estendido e complexo da nova vida política democrática.

A esperança reside na construção de outra ordem internacional, fundamentada na tradicional democracia política, que não seja a repetição do passado de domínio Ocidental, muitas vezes incapaz de reconhecer a igualdade e a soberania entre os povos como a unidade necessária para o desenvolvimento de um futuro comum. Para tanto, as economias de guerra e da destruição ambiental, próprias do domínio da centralidade do Norte Global nos últimos cinco séculos, precisam, urgentemente, ser substituídas por um novo projeto de modernização. Do contrário, a marcha atual da insensatez tende a se prorrogar, cancelando o futuro em torno do protagonismo das emergências do presente. Tem sido assim a perspectiva que vai se consolidando neste primeiro quarto do século XXI, com sinais crescentes de certa naturalização das desigualdades que podem ser associados à nova Era Digital.

Isso porque parece prevalecer a conformação na sociedade pós-industrial de uma classe social de domínio econômico, político e cultural global a inviabilizar os contrapesos que até existiam em relação às assimetrias sociais existentes durante a Era Industrial. Diante das novas dimensões de desigualdade, a nova classe de domínio global se diferencia pela imposição de hierarquia social amparada em agrupamentos fechados no interior da Era Digital (Kotkin, 2020; Roth, 2021).

Como se fosse recuperar do passado o perfil de estamento social, percebe-se que, no plano global, novas assimetrias, próprias do modelo de negócios da datificação, passa a assumir nos espaços digitais o papel de subordinação de multidões de indivíduos e de instituições dependentes da produção e circulação de informações. Por isso, a cosmovisão que emerge própria do neotecnofeudalismo, favorável à reprodução de uma espécie de “senhores feudais” controladores de big datas e comandantes de multidões a operar o trabalho imaterial desregulado das plataformas digitais.

Ao longo das sociedades industriais, o domínio de uma classe social sobre outras não se apresentou inédito. Por isso, é necessário o reconhecimento

de que na sociedade pós-industrial ocorre a reprodução de novas esferas de desigualdades, comprometedoras de movimentos e ações em defesa da igualdade. Até então, a ordem de hierarquias respondia ao padrão das desigualdades patrimoniais, de privilégios e de poder (Bourdieu, 2014; Durand, 2020; Marshall, 1979).

No contexto da sociedade pós-industrial, o aparecimento de novas dimensões da desigualdade, reforçado pelas assimetrias associadas à dependência da Era Digital, pressupõe o repensar do atual padrão de entendimento e de ações de políticas públicas voltadas à inclusão social; para além do paradigma teórico que problematiza a desigualdade nas esferas sociais, o reconhecimento que emerge da nova complexidade a se impor sobre a realidade própria da Era Digital.

Por isso, a crítica necessária sobre as tendências humanas decorrentes da utilização de recursos insustentáveis, responsáveis pela promoção do próprio colapso do projeto de modernidade ocidental. Sob o domínio da riqueza acumulada e da desigualdade aprofundada na Era Digital, a percepção de que a mudança de época requer a radicalização do entendimento acerca da forma como o capitalismo destrói a sociedade industrial e cria a sociedade pós-industrial.

Gestão estatal dos condenados pela ruína da sociedade industrial no Brasil

O projeto republicano que veio à tona a partir da década de 1860, conforme o Manifesto do Partido Republicano tornado público em 1870, partiu da necessidade da implementação de um conjunto de reformas modernizantes, inviável de ocorrer durante o período Imperial (1822-1889) e conduzido pela elite situada no Rio de Janeiro. Para tanto, o são-paulismo se impôs como centralidade econômica, política e cultural regional sob o lema positivista da aceleração do progresso material a concretizar a nova ordem hierárquica interna no país em transição para o domínio capitalista.

Sob a condição periférica posta em marcha desde os anos de 1890, o capitalismo se impôs nascente e crescentemente dominante, tendo por

futuro do presente a condição de subdesenvolvido, fortemente condicionado pelo peso das marcas do passado. Ademais do subdesenvolvimento e da dependência externa, a passagem do longo e primitivo agrarismo para a sociedade industrial contemplou duas fases distintas no Brasil.

A primeira, relacionada ao capitalismo ainda nascente, transcorreu constitutiva de enclaves urbanos localizados próximos das regiões litorâneas, fortemente impulsionada pela reprodução do modelo primário-exportador herdado do período Imperial. Submetido à primeira onda de globalização capitalista, liderada pela Inglaterra (1870-1914), o Brasil conseguiu formar o mercado de trabalho livre. Mas isso ocorreu fundamentalmente no meio urbano e em poucas regiões, especialmente no centro-sul, que conteve significativa presença de mão de obra imigrante e exclusão dos trabalhadores negros e dos miscigenados, oriundos do período escravista. No campo, onde predominava a maior parte das ocupações, as relações de trabalho pouco avançaram em relação às condições forçadas de labor (Barbosa, 2008; Pochmann, 2001).

Cabe acrescentar que, em grande parte das regiões geográficas, especialmente no interior do país, prevaleceu a presença de ampla parcela de população rural sobrando das atividades tipicamente capitalistas. Na condição de agregados sociais, ou como massas inorgânicas à dinâmica capitalista, somente uma parcela relativamente pequena e situada no andar de cima da sociedade brasileira participava do que havia de Era Industrial da época, pois era conectada somente por importações.

Pelo funcionamento do Estado liberal mínimo vigente no regime político da República Velha (1889-1930), a questão social que ganhava expressão seria considerada, fundamentalmente, como casos de polícia a serem reprimidos com vigor físico e violência. Em contrapartida, o país convivia com a formação do sistema jagunço organizado pelo fanatismo religioso e pelo banditismo social, sobretudo nas regiões interioranas do país (Cunha, 1984; Prado Junior, 2008; Vasconcelos, 2002).

A segunda fase constitutiva da sociedade industrial esteve associada ao processo de modernização capitalista possível a partir da Grande Depressão Capitalista de 1929, ao fim da Guerra Fria (1947-1991), quando ocorreu o interregno da primeira onda de globalização liderada pela Inglaterra. Sob o

domínio do ciclo dinâmico de acumulação capitalista liderado pelos Estados Unidos, o Brasil conseguiu transitar do antigo modelo econômico primário-exportador para o projeto de industrialização e urbanização nacional assentado, inicialmente, na substituição das importações.

Mesmo com a Revolução de 1930, predominaram constrangimentos que decorriam, externamente, da força do imperialismo dos países do Nortecentrismo e, internamente, da violência e do conservadorismo praticados pelas elites agrárias e pelo patronato urbano. Assim, a pauta reformista foi sendo continuamente postergada por força de regimes antidemocráticos, especialmente quando emergia como oportunidade histórica de ser realizada.

O resultado foi a consolidação de capitalismo industrial tardio selvagem, assentado em massas sociais empobrecidas e em ampla desigualdade. O intenso e descontrolado fluxo migratório campo cidade tornou o processo de urbanização dominante, com ampla periferização da população deslocada do interior para as metrópoles situadas nas regiões litorâneas (Lefebvre, 1999; Maricato, 1982; Marques e Torres, 2005; Santos, 1993).

Movida pela centralidade do emprego formal, portador da cidadania regulada por acesso aos direitos sociais e trabalhistas, a ascensão social foi intensa, ainda que profundamente desigual. Sob a modernização do capitalismo tardio, assistiu-se ao crescimento econômico de características selvagens, protagonizado pela passagem da economia de especialização primário-exportadora para o modelo de substituição de importações, inicialmente constitutivo do sistema produtivo complexo, diversificado e integrado nacionalmente.

Todavia, com o ingresso passivo e subordinado na globalização liderada pelos Estados Unidos, a partir do início dos anos de 1990, o Brasil caracterizou-se pela transição para a sociedade pós-industrial, demarcada pela regressão econômica com forte e negativo impactos desestruturadores da sociedade. Desde então, a ruína da sociedade industrial tem sido acompanhada pelo aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa, capazes de produzirem e reproduzirem a desigualdade em dimensões pouco conhecidas, até então, pelo uso do tradicional arcabouço teórico disponível.

O esvaziamento do dinamismo econômico resultou na geração de multidões de sobrantes dos requisitos das atividades tipicamente capitalistas,

cada vez mais submetida ao novo sistema jagunço urbano conformado pelo fanatismo religioso e pelo banditismo social. Isso porque o conceito positivista do progresso material assentado na sua aceleração como base no ordenamento hierárquico do capital foi perdendo sentido com o desmoronamento da sociedade industrial.

As classes sociais estruturantes do capitalismo tardio, como o operariado e a burguesia industrial, sofreram profunda metamorfose. Enquanto a burguesia industrial se converteu em rentista, comerciante de produtos importados ou exportadora de produtos primários, o operariado da manufatura foi sendo deslocado das atividades tipicamente capitalistas para as ocupações informais e, por conta própria, nas atividades das economias popular e de subsistência.

Por ser o elo frágil da reprodução global do sistema capitalista, os limites periféricos do progresso material no Brasil se aprofundaram nas perversas perspectivas associadas ao colapso do projeto de modernidade ocidental, cuja fratura social deixou de ser especificidade periférica. A retaguarda das “vantagens do atraso” do passado assumiu a vanguarda pela qual as referências teóricas da modernização e do desenvolvimentismo perderam sentido prático.

O diagnóstico de época se tornou fundamental enquanto reflexão acerca dos indícios crescentes do cancelamento da modernização capitalista ocidental, uma vez que o presente foi sendo apresentado como prelúdio de um passado em que, sob o impasse da ausência do progresso, multidões de sobranes seguem sem o horizonte do destino superior. As ocupações disponíveis se deslocaram do eixo temporal que se conectava ao horizonte de um futuro melhor, passando a estar vinculadas à estagnação ou à regressão social próprias da ausência do progresso material próprio do desenvolvimentismo.

A reafirmação da marginalização e a desagregação social produzidas em grandes escalas e em novas bases estruturais constituem nova faceta dos agregados sociais da atualidade urbana brasileira, a impor reação conservadora do estado de exceção permanente. O congestionamento econômico contemporâneo brasileiro tornou o desenvolvimentismo peça de um passado distante a enfrentar dos históricos problemas estruturais da sociedade industrial em conformação.

O monstrengo social em construção com a ruína da sociedade industrial faz desaparecer o subdesenvolvimento tradicional, substituído pelas emergências das calamidades continuamente esvaziadoras das esperanças políticas do regime democrático. Sob o receituário neoliberal, o antagonismo do passado desenvolvimentista deu lugar às apostas na conciliação, quando a retórica dos vencedores se transforma em alívio ao sofrimento sem fim das multidões sem destino.

Enquanto sujeitos monetários, mas sem dinheiro, as multidões passaram a ser desconectadas da perspectiva salarial proveniente da relação capital-trabalho. Em seu lugar, ganhou expressão a relação débito-crédito, compatível tanto com as lógicas capitalistas do trabalho em plataformas digitais como com as ocupações distantes das atividades tipicamente capitalistas – como a economia popular e de subsistência.

Diante do custo da vida definida pela ordem urbana, cabe a estratégia da sobrevivência nas ações de crédito operadas por variadas formas. Pelo rebaixamento e pela precarização das ocupações de natureza geral, próprias do modelo econômico primário-exportador impulsionador de atividades econômicas de baixa produtividade, avança a flexibilidade em funções complementares, legais ou não integradas ao sistema jagunço bem como dependentes da transferência de renda pública, do endividamento, entre outras.

Nesse sentido, o cenário de aparente ausência de classes sociais e de frações parece resultar das relações difusas de trabalho. Ao comprometerem a identidade e o pertencimento coletivo, terminaram por desfavorecer a atuação das tradicionais instituições de representação de interesses próprias da sociedade industrial (associações, sindicatos, partidos políticos).

Observa-se, assim, como as classes sociais subalternas tendem a se reproduzir enquanto multidões dispersas nas regiões litorâneas, quase sempre sem horizonte de destino. Em plena sociedade pós-industrial que resulta da desmontagem do progresso burguês gerador da Era Industrial, tornou cada vez mais frustrante o projeto de modernidade ocidental almejado desde a segunda metade do século XIX, conforme indicado pelo Manifesto do Partido Republicano – uma perspectiva de modernidade que se perde da perspectiva ambivalente das classes dominantes no Brasil, capaz de projetar-se no âmbito da condição periférica do sistema capitalista global. Daí o

aparecimento de agregados sociais de nova natureza que, guardada a devida proporção, recupera a dimensão da sociedade do passado, descolada do projeto de modernidade ocidental.

Reversão no projeto de sociedade salarial: do crescimento sem redistribuição à redistribuição da renda sem crescimento econômico

A passagem do primitivo e longo agrarismo para a sociedade industrial, no Brasil, foi constituída a partir do projeto tenentista de conversão da enorme massa sobranete e inorgânica ao capital no campo em proletários urbanos com cidadania regulada (Cardoso, 2010; Gomes, 1988; Santos, 1979). Com mais de três séculos de profunda desvalorização do trabalho durante o regime da escravidão, sem que fosse revertido profundamente durante o capitalismo nascente herdado da República Velha (1889-1930), o projeto de sociedade salarial somente conseguiu emergir por força da Revolução de 1930.

O processo acelerado de modernização verificado entre as décadas de 1930 e 1980 permitiu estruturar as classes sociais básicas do capitalismo tardio, ainda que submetida aos limites do conservadorismo político e dos regimes autoritários do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura civil-militar (1964-1985). Por força disso, a vitalidade econômica se estabeleceu perseguida por intenso movimento migratório do campo para a cidade, demarcada pelo urbanismo disforme e periférico.

Naquela oportunidade histórica, o enfrentamento da desigualdade se encontrava submetido ao ideário de superação do subdesenvolvimento, consagrado pelo ideário da centralidade do emprego assalariado formal, definidor do padrão de cidadania regulado pelo acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Em mais de meio século, a sociedade brasileira se transformou profundamente, e seu avanço material transcorreu associado ao aprofundamento das assimetrias social, econômica, política, culturais, regional e infraestrutural. Desde o ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização, o projeto de sociedade salarial foi profundamente abalado.

Com a adoção do receituário neoliberal, a economia nacional perdeu vigor, sucedida que foi pela ruína da sociedade industrial e pela secundarização do enfrentamento do subdesenvolvimento.

Com isso, o problema da ocupação se apresentou destoante da centralidade do emprego assalariado formal, sendo a concepção de cidadania regulada por direitos sociais e trabalhistas, substituída pelo acesso ao consumo privado por mecanismos de transferência de renda vinculados às políticas de alívio da pobreza. Nessas condições, as classes sociais configuradas até então sofreram o processo de desclassamento, próprio da geração e da expansão de multidões de brasileiros sobrando dos requisitos de funcionamento das atividades econômicas tipicamente capitalistas.

Desde o final do século XX, o capitalismo brasileiro apresenta trajetórias contraditórias. As décadas de 1970 e de 2010 servem de exemplos extremos: enquanto o vigor do crescimento econômico ocorreu desacompanhado do processo de redistribuição da renda nacional nos anos 1970, o fatalismo do decréscimo do PIB *per capita* aconteceu com alguma equidade redistributiva nos anos 2010. Pela expansão média anual do PIB *per capita* de 5,8%, seguida do crescimento das exportações ao ritmo de 22% ao ano, a taxa de desemprego aberto se manteve estabilizada abaixo de 3% da força de trabalho em plena década de 1970.

Essa constatação, a partir de dados oficiais, contrasta profundamente com o desempenho do capitalismo verificado na década de 2010. Nos anos da década de 2010, por exemplo, as exportações registraram variação positiva de apenas 0,4% como média anual, enquanto o PIB *per capita* decresceu 0,5% ao ano. Em função disso, a taxa do desemprego aberto foi multiplicada por 2,6 vezes, passando de 5,3% em 2010 para 13,9% da força de trabalho em 2020.

Diante do disparate na performance econômica evidenciada nessas décadas, as consequências sociais para o país não foram tão acentuadas, especialmente na desigualdade de renda e na pobreza. Na década de 1970, por exemplo, a taxa de pobreza regrediu 48,4%, declinando de 68,4% da população em 1970 para 35,3% dos brasileiros em 1980. Em termos absolutos, a população considerada pobre no ano de 1970, estimada em 61,1 milhões de

brasileiros, encolheu para 41,3 milhões de pessoas em 1980, ou seja, a queda acumulada de 32,4% na década de 1970 – o que correspondeu à saída de 19,8 milhões de pessoas da condição de pobreza.

No mesmo período de tempo, o grau de desigualdade na distribuição de renda medida pelo índice de Gini sofreu elevação, indicando a concentração dos ganhos do crescimento econômico no segmento dos mais ricos. Tanto assim que a medida de desigualdade aumentou 3,8%, tendo o coeficiente de Gini passado de 0,57 em 1970 para 0,59 em 1980.

No caso da década de 2010, a taxa de pobreza foi reduzida em 66,2%, pois declinou de 13,6% do total dos brasileiros em 2010 para 4,6% da população em 2020. Os 16,1 milhões de habitantes que passaram a deter rendimento acima da linha de pobreza equivaleram à queda acumulada de 62,2% no contingente de pobres no país durante a década de 2010. Em resumo, o estoque de pauperizados declinou de 25,9 milhões habitantes em 2010 para 9,8 milhões de brasileiros em 2020. Sobre a desigualdade de renda, pode-se registrar a prevalência da estabilidade no índice de Gini: tanto em 2010 como em 2020, a medida de desigualdade de renda no Brasil ficou estacionada em 0,53.

Mesmo com o desempenho econômico desfavorável, verificado pelo encolhimento da renda nacional por habitante, a pobreza diminuiu e a desigualdade de renda ficou estabilizada na comparação do ano de 2010 com o de 2020. O diferencial em relação à performance econômica na década de 1970 foi o conjunto das políticas públicas de redistribuição de renda que, somente em 2020, incluía cerca de 40% da população brasileira receptora de benefício monetário diretamente do orçamento público federal.

Na década de 1970, por exemplo, o país não registrava nem mesmo 3% do total da população beneficiada por políticas públicas de transferência de renda. Isso porque, ademais do estado de exceção imposto pela ditadura civil-militar (1964-1985), prevalecia no Brasil, pelo menos até a Constituição Federal de 1988, o projeto de sociedade salarial assentado no conceito de cidadania, regulado por direitos sociais e trabalhistas assegurados pelo acesso ao emprego com carteira assinada.

Assim, o emprego formal detinha centralidade no atendimento das políticas públicas (saúde, aposentadoria, pensão e outros). A ênfase de então

no crescimento econômico era a chave para aquela época no enfrentamento de graves problemas sociais, como o desemprego, a pobreza e a desigualdade de renda.

O avanço no redistributivismo, a partir da Constituição de 1988, permitiu ampliar e alavancar o conceito de cidadania no Brasil. Para além do emprego formal, prevaleceu o movimento de universalização do acesso público à educação fundamental, à saúde e às iniciativas assistenciais, incluída a garantia de renda, independente da centralidade no trabalho.

Por conta disso – e mesmo diante do avanço da taxa de desemprego aberto, especialmente numa economia sem dinamismo para crescer na década de 2010 –, a pobreza pode ser contraída, sem a elevação do grau de desigualdade da renda. Nesse pêndulo da trajetória capitalista extrema, conforme identificada nas décadas de 1970 e 2010, o país não se estruturou suficientemente para reduzir a distância que separa o Brasil que realmente é do que o Brasil que poderia vir a ser.

A gestão estatal das emergências

A derrota imposta ao movimento Diretas Já, em 1984, circunscreveu a transição política para a democracia nos limites do colégio eleitoral definido pela ditadura civil-militar. Com isso, a agenda de reformas, conforme antecipada pelo documento “Esperança e Mudança”, em 1982, foi abandonada. Tanto assim que as eleições de 1986 não foram chamadas para a elaboração exclusiva da nova Constituição. Embora cidadã, conforme muito bem definida por Ulysses Guimarães, a Constituição de 1988 foi dirigente, mas dependeu de sua regulamentação, a ser realizada posteriormente, sem garantias de sua efetiva implementação, a depender das vontades do Centrão.

Ao mesmo tempo, a combinação imposta pela reestruturação no centro do capitalismo mundial, especialmente a partir dos EUA ao longo da década de 1980, com o fim da Guerra Fria (1947-1991) terminou por esvaziar as possibilidades de continuidade do desenvolvimento na periferia capitalista.

Se adicionarmos, ainda, a forma malfeita com que o Brasil aderiu à globalização neoliberal desde 1990, chega-se, assim, às razões que levaram à ruína da sociedade industrial no país.

Naquele cenário, o papel do ciclo político da Nova República (1985-2016) se moveu em direção a diferentes fases da gestão da barbárie que resultaria da decadência da estrutura produtiva e, por consequência, do desemprego, das subocupações e da imobilidade social que se seguiram à desestruturação da incompleta sociedade industrial. A primeira fase decorreu do acordo político, em 1988, que viabilizou a Constituição cidadã, colocando para o Estado a centralidade das ações de promoção e proteção social (seguro-desemprego, universalização da previdência social, transferência direta de renda, entre outras inovações institucionais).

A segunda fase transcorreu a partir dos anos 1990, com a regulamentação neoliberal da Constituição de 1988. Para tanto, o Estado foi submetido ao modelo gerencialista, que transferiu para o setor privado, através de terceirização, privatização e organizações não governamentais (ONGs), o compartilhamento da gestão da barbárie na forma de novos negócios.

Uma espécie de governo dentro do governo passou a operar no Brasil, dirigindo parte do gasto público e suprimindo, por consequência, a soberania popular sobre políticas públicas por meio de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), ONGs, igrejas e até do crime organizado e das milícias. Além disso, o poder econômico privado foi se travestindo, cada vez mais, em poder político, cujos interesses diretos assumiram maior peso eleitoral e domínio sobre o legislativo.

A terceira fase emergiu das inéditas atividades do parlamento brasileiro que passou a assumir as funções de gestor e fiscalizador do gasto público. Isso porque o avanço nas várias formas de emendas parlamentares, inclusive no chamado orçamento secreto, concedeu aos parlamentares a função de gestores de parcela crescente do orçamento público. Em associação com instituições públicas e, sobretudo, privadas, grande parte dos representantes do poder legislativo nos três níveis (federal, estadual e municipal) passou a manter relações diretas e crescentes do gasto público com os votos necessários para manter a reprodução dos próprios mandatos. Com isso, deu-se a rápida

transformação do parlamento em câmara federal de vereadores concentrada nos problemas locais de suas bases políticas e cada vez mais deslocada das questões nacionais.

A quarta fase da gestão da barbárie gerada pela ruína da sociedade industrial provém da ação armada dos interesses dos negócios dominados pelo crime organizado e pelas milícias. Dado o controle que passou a deter as populações vulneráveis, a gestão da barbárie parece seguir a força da violência patrocinada pelo fuzil. A recente ampliação das regras para aquisição de armas e munições parece confirmar o quanto a dramaticidade da barbárie brasileira deslocou-se de sua gestão do Estado, cada vez mais próxima do setor privado tradicional. Em alta, o poder do novo sistema jagunço foi se alastrando no meio urbano, especialmente nas áreas metropolitanas litorâneas cada vez mais sem dinamismo econômico, comandadas pela convergência do banditismo social com o fanatismo religioso.

Os limites do Estado Centauro

A reforma do Estado produzida pelo receituário neoliberal se mostrou compatível com as exigências de ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização, a partir de 1990. Com isso, a herança da administração pública moderna concebida pelo desenvolvimentismo dos anos de 1930 a 1980 foi submetida tanto à força do dinheiro como ao patrimonialismo eleitoral.

A exitosa retórica anti-big government disparada pelos porta-vozes do dinheiro serviu ad nauseam para o enfraquecimento da resistência do serviço público e de sua tecnocracia desenvolvimentista. Simultaneamente, o avanço da cultura privatista terminou substituindo o atendimento ao público enquanto exercício de cidadania por renovadas práticas de clientelas próprias do patrimonialismo eleitoral. Para tanto, a emergência de uma nova tecnocracia antidesenvolvimentista e de mentalidade neocolonial somente se mostrou possível através da contratação pelo setor público de escolas privadas pagas a “preço de ouro” para a “deformação” de especialistas que tendem a saber cada vez mais de coisa nenhuma. Exemplos disso abundam

no interior do conjunto das elites dirigentes nos três poderes da República que foi capaz de contrapor o projeto do desenvolvimento nacional pela via da regressão neocolonial (Pochmann, 2021).

Nesse sentido, deu-se a configuração do Estado Centauro, cuja cabeça dirigente forjada pelo neoliberalismo se voltou, prioritariamente, ao atendimento de interesses do rentismo financeiro e dos proprietários dos recursos naturais atrelados à exportação. O resultado foi a ascensão do poder econômico a conduzir políticas públicas predominantemente orientadas à privatização do setor produtivo estatal e à inoculação da lógica gerencialista no interior da administração pública. Além disso, a prática recorrente de governos nos pagamentos de juros do endividamento público e das desonerações e isenções fiscais favoreceu acentuadamente o andar de cima da sociedade. Assim, os ricos, poderosos e privilegiados absorveram do orçamento público o equivalente, em média, a 12% do PIB desde os anos 1990.

No Estado Centauro brasileiro, a cabeça e os membros superiores assumiram a feição neoliberal. Na sustentação do processo de monopolização de benefícios aos ricos, o Brasil passou a gerar crescente população sobrando dos interesses dominantes das atividades econômicas tipicamente capitalistas. Em consequência, a configuração de multidões de brasileiros sem destino no interior da sociedade permitiu recuperar ação renovada e recorrente do patrimonialismo eleitoral. Diante da subordinação da esfera política ao poder econômico, o processo eleitoral se viu crescentemente contaminado pela lógica mercantil operada por sistema partidário de maioria fragmentada e impulsionadora de intensa instabilidade governamental.

Nesse contexto, o soerguimento de amplo corpo do Estado Centauro se mostrou estratégico para a produção de best practices na gestão das multidões sobrando e sem destino em profusão no país. Ao contrário de sua cabeça neoliberal, o corpo do Estado Centauro operou expandindo o gasto público nas ações de emergência social para o andar de baixo da sociedade por meio de duas diferentes frentes governamentais.

A primeira, mais ampla e perceptível politicamente, foi a inédita incorporação no fundo público de amplas parcelas da população empobrecida. Em 2020, por exemplo, cerca de 40% dos brasileiros faziam parte de algum programa de transferência de renda do governo federal, enquanto em 1985,

não chegava a 3% da população. O significativo e exitoso processo de monetização dos pobres se mostrou fundamental para o importante alívio do sofrimento de ampla parcela da base da pirâmide social. Ao mesmo tempo, a modernização no padrão de consumo dos pobres esvaziou a prioridade formativa da cidadania política, permitindo a ascensão do fanatismo religioso e do banditismo social. Sem que a estrutura produtiva tivesse sido recomposta, o país passou a depender de importações crescentes de bens e serviços e de intermediários ao consumo popular. De maior valor agregado e conteúdo tecnológico, as compras externas favoreceram a geração de melhores empregos no exterior, restando ao mercado interno a generalização de ocupações de baixa produtividade e rendimento, equivocadamente vistas, inicialmente, como “ascensão brilhante” de uma nova classe média.

A segunda frente governamental pertencente à configuração do corpo do Estado Centauro permaneceu secundarizada e pouco conhecida, embora eficiente na atuação sobre as multidões sobrantes e sem destino. O processo de encarceramento massivo e de violência extrema se consagrou pela absurda evolução na taxa de homicídios, que expressou o perfil de atuação estatal sobre a parcela mais rebelde do andar de baixo da sociedade (Wacquant, 2003): de um lado, a passagem de um país que detinha baixo índice de encarceramento até os anos 1980 para assumir, mais recentemente, a terceira posição no *ranking* mundial de população encarcerada; de outro, a prevalência de 40 mil a 50 mil assassinatos oficialmente registrados em média por ano – o que, ainda subestimado, não deixa de apontar uma espécie de “guerra civil contra pobres insurgentes” no país.

Diante de tudo isso, cabe destacar que, neste primeiro quarto do século XXI, a hegemonia neoliberal se encontra crescentemente desgastada. Mesmo que a força do dinheiro e a do patrimonialismo eleitoral continuem a exercer papel ativo, o Estado Centauro revela a sua paralisia funcional enquanto “compra de tempo” necessária a postergar a ruptura com o atual cenário nacional.

A reconfiguração do Estado Centauro brasileiro é urgente e imposterável. Isso é evidente, pelo menos para quem acredita que há, na profunda assimetria entre a cabeça e o corpo do Estado, gigantesca dissonância com a democracia, o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Considerações finais

O Brasil parece ter desaprendido de cuidar do seu futuro. Prisioneiro do neoliberalismo, o segue consumido pelos impasses e emergências do curtoprazismo.

São vários anos de uma economia em rumo descendente, que passou da sexta maior do mundo para a décima terceira posição no ranking global. Mas isso não significa que tudo tenha sido retraído, uma vez que a transformação da estrutura produtiva industrial brasileira em plataforma de valorização financeira do grande capital interno e externo torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

No capitalismo da atualidade, cada vez mais para poucos, o determinante tem sido o receituário neoliberal. Em sua primeira fase, durante a Era dos Fernandes (Collor, 1990-1992, e Cardoso, 1995-2002), cerca de 1/3 da população foi convertida em “inempregáveis”, conforme o presidente Fernando Henrique Cardoso alertou na abertura do Seminário Internacional sobre Emprego e Relações do Trabalho realizado em abril de 1997, em São Paulo.

Atualmente, em pleno curso da segunda fase do neoliberalismo, a massa sobranada do capitalismo para poucos, patrocinada por Temer e por Bolsonaro, ameaça perfazer 2/3 da população. Isso, é claro, ao ampliar a contabilização do que se compreende por desemprego aberto, adicionado pelas várias formas disfarçadas de esconder a redundância do trabalho às necessidades dos patrões.

Diante disso, nada parece acontecer, sobretudo no plano das ideias do Brasil oficial, que assiste ao aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza, do rebaixamento do padrão de vida, da precarização da ocupação, da destruição ambiental, da fome. A imutabilidade do diagnóstico prevalece, sem autocrítica dos defensores do receituário neoliberal, especialmente em relação ao enorme descompasso entre a retórica das promessas e a realidade posta.

O debate econômico segue empobrecido, revelando o quanto a guerra de posições ideológicas se mostra infrutífera ao sentido de futuro que se encontra em disputa no mundo. De um lado, a preguiça daqueles que

defendem a destruição do paradigma pretérito do desenvolvimentismo, acreditando que o espontaneísmo das forças de mercado seria, por si próprio, suficiente para protagonizar o novo. De outro, a perspectiva do retorno ao normal anterior, muito melhor, certamente, que a atualidade vivida pelo conjunto da população. Todavia, corre o sério risco da decrepitude sem compreender que o passado não mais se conecta às necessidades do presente e do futuro, especialmente em relação às fontes novas de expansão econômica no mundo.

A ausência de panoramas prospectivos sobre as possibilidades brasileiras indica certo desconhecimento a respeito das possibilidades de exploração da economia do mar e do espaço sideral. Enquanto o tema do mar permanece distante, perceptível apenas em sua superfície, a partir da longa costa brasileira, o que está no seu fundo segue pouco conhecido, com menos de 5% até agora monitorado.

O mesmo ocorre em relação à economia do espaço, que se estrutura em dois segmentos distintos: o espaço-terra e o espaço-espaço sideral. No segmento espaço-terra, que compreende a dimensão de até 100 quilômetros da superfície do mar, operam meios de transportes de cargas e humanos tradicionais, como aviões e helicópteros, e cada vez mais os satélites, que respondem por cerca de 2/3 do faturamento obtido por atividades econômicas realizadas no espaço a serviço da terra. As big techs, enquanto corporações transnacionais a operar o processo de datificação, tornaram os negócios mais valorizados nos mercados, expressos pela grandiosidade das operações nas bolsas de valores. Para além da linha Kármán, acima dos 100 quilômetros da superfície da Terra, expande-se o segmento espaço-espaço sideral, movido tanto por via das empresas privadas em parceria com as agências governamentais nos Estados Unidos como por ação do Estado chinês em parceria com empresas privadas. As duas principais fontes de riqueza provêm da exploração de recursos naturais através da mineração de produtos raros (platina, ouro e outros) em meteoros e usinagem do hélio-3 na Lua.

O acesso aos recursos naturais no espaço visa servir de combustível às naves, de água para os futuros colonizadores e de componentes de

infraestrutura para a exploração do espaço sideral. As estimativas de ganhos extraordinários têm sido motivo de fortes investimentos privados e públicos em poucas nações no mundo.

Além disso, destacam-se os serviços de lançamento de foguetes, armazenamento de combustível, base espacial e pesquisa e desenvolvimento científico de grande monta. Não parece haver limites acerca das possibilidades de exploração das fontes novas de riqueza a orientar os segmentos da economia do espaço sideral.

Referências

- ARANTES, P. (2023). *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro*. São Paulo, Ed. 34.
- BARBOSA, A. (2008). *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- BELL, D. (1973). *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix.
- BOURDIEU, P. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo, Cia. das Letras.
- CARDOSO, A. (2010). Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 4.
- CARMO, R. et al. (2022). *Que futuro para a igualdade? Pensar a sociedade e o pós-pandemia*. Lisboa, Observatório das Desigualdades, Cies.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro, Vozes.
- CUNHA, E. (1984). *Os sertões*. São Paulo, Ed. Três.
- DRUCKER, P. (2015). *Sociedade pós-capitalista*. Lisboa, Actual.
- DURAND, C. (2020). *Technoféodalisme: critique de l'économie numérique*. Paris, Éditions La Découverte.
- ELIAS, N. (1994). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOMES, Â. (1998). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice.
- GUIMARÃES, J. et al. (2022). *O novo humanismo*. São Paulo, Paulus.

- HARDT, M. e NEGRI, A. (2004). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. São Paulo, Record.
- HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Rio de Janeiro, Loyola.
- HEGEL, G. (1999). *Filosofia da História*. Brasília, UNB.
- JIPING, X. (2021). *A governança da China*. Beijing, EdLE.
- KANT, I. (2001). *Crítica da razão pura*. 5 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- KOTKIN, J. (2020). *The coming of neofeudalism: a warning to the global middle class*. New York, Encounter Books.
- KOWARICK, L. (1985). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KURZ, R. (2008). *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (1999). *A cidade do capital*. Rio de Janeiro, DP&A.
- MARICATO, E. (org.) (1982). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- MARICATO, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hucitec.
- MARQUES, E. e TORRES, H. (2005). *Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Senac.
- MARSHALL, T. (1979). *Cidadania, classe social e status*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- NUM, J. (1969). Superoblação relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*. Buenos Aires, v. 5, n. 2.
- OLIVEIRA, F. (1975). *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Cebrap.
- PAOLI, M. (1974). *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo, Pioneira.
- PEREIRA, L. (1971). *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo, Pioneira.
- POCHMANN, M. (2001). *A metrópole do trabalho*. São Paulo, Brasiliense.
- POCHMANN, M. (2021). *Neocolonialismo à espreita*. São Paulo, Senac.
- PRADO JUNIOR, C. (2008). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.

- ROTH, S. (2021). The great reset: reestratification for lives, livelihoods, and the planet. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 166.
- ROUSSEAU, J. (2008). *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. Porto Alegre, L&PM.
- SANTOS, M. (1993). *Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, W. (1979). *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.
- SCHWARZ, R. (2012). *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SEFRYN, P. (2020). “Creative destruction and neoliberal landscapes: post-industrial archaeologies beyond ruins. In: MCATACKNEY, L. e RYZEWSKI, K. (eds.). *Contemporary archaeology and the city: creativity, ruination, and political action*. Oxford, Oxford Academic.
- STARR, P. (2022). “Post-industrial” versus “neoliberal”: rival definitions of our age. In: STARR, P. e ZELIZER, J. *Defining the age: Daniel Bell, his time and ours*. New York Chichester, CUPress, pp. 161-194.
- TOURAINÉ, A. (1969). *La société post-industrielle*. Paris, Denoël.
- VASCONCELOS, S. (2002). Homens provisórios: coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas. *Scripta*. Minas Gerais, v. 5, n. 10.
- WACQUANT, L. (2003). *Punir os pobres*. 2 ed. Rio de Janeiro, Revan.
- WALZER, M. (2003). *Esféras da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo, Martins Fontes.
- WARD, S. (2014). *Neoliberalism and the global restructuring of knowledge and education*. London, Routledge.

Igualdad: el valor postergado de la democracia

Raúl Rocha Romero

Introducción

En este capítulo se presentan algunas ideas teóricas que el concepto igualdad ha tenido a lo largo de la historia, así como las prácticas políticas e institucionales que se han derivado de tales ideas. Se sostiene que aunque la democracia tiene como valor fundamental la igualdad, en las democracias liberales o representativas ésta se ha reducido a su dimensión político-electoral, y que la igualdad económica y social, que es una igualdad sustantiva, se ha postergado por diversas razones. Finalmente se discute brevemente que si bien las instituciones políticas son un pilar de la democracia, ésta también tiene relación con la subjetividad, es decir, con las cogniciones y emociones de las personas, así como con su comportamiento.

Democracia es un término polisémico y multirreferencial, es decir, presenta múltiples significados y sólo puede ser cabalmente entendido en función de su asociación con otros conceptos. También, dependiendo de la perspectiva teórica que se asuma, se incorporan en alguna definición particular elementos que se soslayan en otras perspectivas, o se ponderan unos más que otros. Desde su definición etimológica – poder del pueblo – hasta los sentidos y significados que le asignan las personas comunes, la democracia se aprecia también como un concepto inclusivo. Por ello, la noción democracia tiene un significado fundamental y unívoco: igualdad política, económica y social entre todas y cada una de las personas que

integran una sociedad. Aunque, como sostenemos aquí, la igualdad ha sido el valor postergado de la democracia, teórica y empíricamente el concepto democracia no puede entenderse sin el de igualdad.

Existen diversas tipologías acerca de la democracia. Baste señalar aquí que Sartori (1989) habla de democracia política, económica y social. Ello coincide con conceptualizaciones recientes acerca de una democracia de tipo procedimental (democracia político-electoral) y una democracia sustantiva (democracia económica y social).

Luego de la tercer ola democratizadora (Huntington, 1994) ocurrida en el Siglo XX, en estas dos décadas del Siglo XXI lo que envuelve la discusión teórica y política es lo que se denomina la crisis de la democracia, que refiere los riesgos, las amenazas internas y externas, y las vulnerabilidades de este sistema político.

Al respecto, existen algunos autores que refieren los riesgos de la democracia de un modo específico y, con todo y que son análisis certeros, no contextualizan la democracia actual pues se centran en la democracia en sí misma, en su andamiaje institucional y, por su puesto, en sus propios riesgos. Por ejemplo, Levitsky y Ziblatt (2018) afirman que hoy, a diferencia de hace apenas unas décadas en las que las democracias sucumbían ante golpes militares, las democracias albergan en su seno las posibilidades de su propia destrucción mediante la llegada al poder, por mecanismos propiamente democráticos, de autócratas que subvierten las instituciones democráticas, responsabilizando particularmente a los partidos políticos por no cumplir con su función protectora y de salvaguarda de la democracia frente a políticos demagogos y autoritarios. En el mismo sentido, Keane (2018) afirma que la política se ha vaciado de contenido porque, en un entorno mediático, compiten personas populares frente a actores políticos tradicionales desprestigiados y que el resultado es el descontento en y con la democracia; una democracia que él llama monitorizada porque está expuesta a un mayor escrutinio, control y vigilancia lo que, a la postre, hace de ésta una cuestión demasiado complicada para la ciudadanía.

Sin embargo, análisis como estos no ubican que el tipo de democracia actual, la llamada democracia liberal o representativa, es una democracia inmersa en el capitalismo como modo de producción.

Un examen más profundo acerca de la crisis de la democracia es el de Przeworski (2022), quien, además, toma en cuenta el contexto del capitalismo. Este autor sostiene que desde el Siglo XII tanto en los defensores como en los detractores de la democracia ha existido la creencia de que ésta, y particularmente la promesa del sufragio universal, generaría igualdad económica y social. Sin embargo, como él mismo apunta: “la persistencia de la desigualdad constituye evidencia *prima facie* de que las instituciones representativas no funcionan como deben, al menos no como casi todo el mundo creyó que lo haría” (ibid., p. 11). Si bien este autor asume una definición minimalista de la democracia, y reconoce que las señales visibles de la crisis de la democracia son la pérdida de apoyo a los partidos establecidos, la desconfianza en las instituciones democráticas y los políticos, conflictos manifiestos en las mismas instituciones y la incapacidad de los gobiernos de mantener el orden público sin recurrir a la represión (ibid., p. 35), asume que las causas obedecen a factores estructurales: unos de tipo económico, como el estancamiento de los ingresos, la desigualdad económica y la movilidad; y otros de tipo social, como la polarización, el racismo y la hostilidad (ibid., pp. 125-143). A la postre, como asevera este autor, ocurre una erosión gradual de la democracia, su subversión por parte de gobiernos electos por el voto (ibid., p. 44), es decir, la subversión sigilosa de la democracia.

Por otro lado, en un análisis filosófico político y jurídico acerca de la igualdad, Ferrajoli (2019) también afirma que el origen de las amenazas a la democracia se encuentra específicamente en las desigualdades que son, a su vez, producto de las políticas que han desmantelado el Estado de Bienestar. Para él, “asistimos a la quiebra de la política, que en estos años ha abdicado de su papel de tutela de los intereses generales y de gobierno de la economía para someterse a las leyes del mercado” (ibid., p. 10) y, por ello, la igualdad como programa puede refundar la política desde arriba y desde abajo.

Igualdad/desigualdad: una breve historia

La historia de la igualdad es también una historia de la desigualdad. Es más, la desigualdad es la que originó las acciones y las luchas que emprendieron algunos hombres y pueblos que histórica y tendencialmente han hecho que algunos asuntos humanos y las propias personas sean consideradas como iguales. Aquí es preciso aclarar que, desde los griegos, la igualdad – o la lucha contra la desigualdad – se cobija bajo las ideas y práctica de la democracia.

Dado que el término igualdad es anterior al de democracia, las luchas contra la desigualdad existieron antes de ella. Efectivamente, en los pequeños asentamientos griegos anteriores al periodo clásico, integrados por agricultores y gobernada por clanes, algunos empezaron a acumular riquezas producto de la propiedad de tierras y de la práctica del comercio, y ello configuró la principal diferencia entre unos – los ricos – y otros – los pobres –, originándose así la primer y principal forma de desigualdad. Ya con los griegos, las ideas y formas institucionales y prácticas de la igualdad, se configuran y expresan a través precisamente de la lucha por la desigualdad en el marco de la democracia, de una democracia que, desde entonces, ha estado sujeta a permanentes y tensas redefiniciones tanto teóricas como prácticas.

Su concreción societal no ha estado exenta de contradicciones y de cuestiones que a la luz de nuestra visión aparecen como impensables, como la existencia de esclavos frente a los hombres libres e iguales. Y si bien nuestra manera de pensar la igualdad en la actualidad se enfrenta a constantes redefiniciones institucionales y prácticas, es precisamente por ello que no debemos perder la brújula respecto de las cuestiones normativas, prescriptivas o ideales. Es decir, se trata de pensar lo que debe ser la igualdad -y la misma democracia- y de cómo debe manifestarse ésta en el seno de nuestras sociedades frente a lo que empíricamente – por no decir indolente o cínicamente – se expresa de manera cotidiana frente a nuestros ojos, y en lo que quizá participamos.

Así, los detonantes de los cambios hacia mejores condiciones de igualdad han sido las desigualdades expresadas entre los hombres a partir

de sus posesiones y riquezas y, por extensión, por quienes poseen esas propiedades y riquezas. Por supuesto que la lucha contra la desigualdad está condicionada por los más diversos factores, que van desde los estructurales hasta los coyunturales. Y tampoco se pueden omitir algunas cuestiones específicas, como los propios avatares del desarrollo de la democracia como régimen político, las ideas políticas que se fueron construyendo para sustentarla, las propias prácticas políticas y culturales y las formas de pensamiento y comportamiento de las personas en su vida cotidiana a lo largo de la historia.

Es en Atenas en donde florece la democracia. Pero la democracia griega, quizá el mejor invento de la humanidad, era muy distinta a la que hoy concebimos. En efecto, el *demos*, el pueblo, estaba conformado estrictamente por hombres adultos y originarios de la ciudad. Estaban excluidos los menores, las mujeres, los extranjeros y los esclavos. Frente a ellos, los demás atenienses eran hombres iguales. Ello implicaba que podían elegir y ser elegidos por turno o por elección para algún cargo público de corta duración, entre otras cosas. Pero aquí lo que queremos enfatizar es que la noción de igualdad estaba sumamente acotada por algunas características y que, en ese sentido, únicamente había unos pocos iguales y muchos desiguales. Para los hombres atenienses, la libertad era la condición para alcanzar la “buena vida” en la *polis*, ya que “la igualdad es el fundamento práctico (y moral) de la libertad” (Held, 2006, p. 39). Pero la vida en la democracia ateniense se desarrollaba entre las tensiones de los pocos hombres libres e iguales y los muchos desiguales que carecían de derechos políticos. Aquí baste traer a colación la vida de los esclavos, que para ellos era cualquier cosa que podamos imaginar, menos la realización del sueño político griego: la vida feliz y buena.

Dadas las circunstancias de la democracia griega, que implicaban enormes desigualdades en su vida cotidiana y que eran, a su vez, derivadas de la igualdad sólo entre los adultos atenienses y de la exclusión de todos los demás, su funcionamiento expresa la incompatibilidad entre la libertad y la igualdad política de todos y la autoridad, el orden y la estabilidad de ese

régimen (ibid., p. 51). Por ello, para este autor “un compromiso conjunto por el bien de la comunidad y por la justicia social se hace imposible” (ibid., p. 51).

A pesar de las virtudes de la democracia directa griega – poder soberano de la asamblea compuesta por el cuerpo de *politeias* o ciudadanos, cargos públicos elegidos por sorteo y cuya duración era breve y jurados populares – la política expansionista de Atenas y la ausencia de instituciones y de una burocracia que vehiculizara las decisiones políticas, hizo que Atenas fuera destruida por otros imperios. Con todo, la idea de la *isonomía*, es decir, la igualdad de los ciudadanos ante la ley y la igualdad de derechos políticos, y la de *isegoría*, la igualdad de todos a participar en los asuntos públicos, constituyeron el gran legado de la democracia griega. En efecto, es con y desde los ciudadanos griegos que los hombres empezaron a verse como iguales y, por tanto, reclamaban una proporción más igualitaria en la gestión de los asuntos de la *polis* y sus esfuerzos se dirigieron a ampliar la participación y la igualdad (Del Águila, 1998). Como puntualiza Requejo (2008, p. 63): la “igualdad es un valor presente en la primera versión histórica de la democracia”.

Sin embargo, y después de un largo tiempo en el que se veía a la democracia como algo negativo, a partir incluso de las críticas y propuestas de algunos pensadores griegos que la consideraron como una forma corrompida de gobierno por la “tiranía” del *demos* al buscar satisfacer los intereses de los pobres por sobre la estabilidad institucional entre éstos y la aristocracia, las ideas de igualdad entre ciudadanos, la libertad y la participación, así como la de justicia – *diké* – y el respeto a la ley, solo pudieron recuperarse hasta principios del Renacimiento y la caída del absolutismo, y bajo la perspectiva del llamado Republicanismo. En la base de esta recuperación está la idea del ciudadano de la *polis*, es decir, del ciudadano que participa directamente en los asuntos de la ciudad, particularmente en el gobierno y la justicia, en el marco de la constitución. Es precisamente Aristóteles a quien se le reconoce como el que de manera más precisa sienta las bases del uso de algunos conceptos como el de bien común, que constituirán las bases de la tradición republicana.

Respecto de la república romana, de la que algunos autores afirman que era más una oligarquía que una democracia – como la de Atenas –, vale la pena destacar que los romanos les permitieron participar dentro de la comunidad política a los campesinos nacidos ciudadanos y a los esclavos emancipados, aunque eran las élites las que gobernaban, continuando así con la desigualdad institucional entre las personas.

En ese largo periodo de desprestigio de la democracia, el cristianismo y las creencias e instituciones medievales desplazaron en buena medida las ideas seculares de la democracia ateniense. El ideal de igualdad fue adaptado a la fe cristiana con la fórmula etérea: “la igualdad de los hombres ante Dios” (Held, 2006, p. 58). Por ello, y con todo y que durante los Siglos XII y XIII hubo algunas experiencias de autogobierno en algunas ciudades italianas, esta horizontalidad se daba sólo entre la nobleza feudal, y la igualdad se reconocía únicamente entre la aristocracia quedando, por tanto, excluidos el resto de los sectores de una comunidad.

De este modo, estas experiencias de autogobierno influyeron en el republicanismo renacentista para desarrollar la idea de que el autogobierno es la base de la libertad de los ciudadanos y de su derecho a participar, dentro del marco constitucional, en los asuntos comunes. Pero los ciudadanos sólo eran los varones con propiedades y que pagaban impuestos. Esto quiere decir que aún permanecía la idea de la igualdad sólo para algunas personas, excluyendo a mujeres, esclavos, servidumbre y extranjeros. La igualdad exclusivamente para los pocos.

El pensamiento republicano posterior se desarrolló con base en los ideales del ciudadano activo, la libertad y el autogobierno y, en ese sentido, la igualdad era sólo para los ciudadanos, cuya condición dependía de sus propiedades e independencia. Esta igualdad implicaba, además de la igualdad en la participación en la república -la ciudad-, ahora la igualdad de derechos políticos. Aunque se empezaba a abogar tímidamente por la igualdad económica, en los hechos seguían excluidos los no iguales: las mujeres y los pobres. Con todo, una formulación importantísima respecto de la igualdad entre hombres y mujeres, la realizó Mary Wollstonecraft en su libro publicado en 1792 *Vindicación de los derechos de la mujer*, y en la que, bajo el marco de la relación entre lo público y lo privado y aceptando la interconexión entre

libertad e igualdad, pensaba que debían crearse las condiciones para lograr más igualdad, pues sólo así, sin las diferencias derivadas de las propiedades y riquezas de unos y la pobreza de otros, el ciudadano podía desarrollarse de manera plena y participar activamente en la república. En este contexto, afirmaba que en tanto la mujer es un ser racional, como el hombre, no había razón para que ésta no gozara de los mismos derechos y, por tanto, no debían reducirse sus intereses, junto con los de los niños, a los intereses de los varones (ibid.). Sin embargo, esta línea de pensamiento que aboga por la igualdad de géneros para la participación política, y sus implicaciones para la democracia, no fue considerada seriamente sino hasta la aparición del feminismo como teoría política contemporánea.

El republicanismo enfatizó las ideas de la libertad de los individuos para la participación política y la del gobierno mixto (aquél que en la constitución y en el mismo ejercicio establece formas organizativas para que las distintas fuerzas políticas se contrarresten), pero su influencia se vio transformada por las siguientes tradiciones de pensamiento. Es hasta con la independencia de los Estados Unidos de América que las reflexiones políticas se dirigen a un republicanismo que dejaba atrás las ideas republicanas anteriores, y en el que se avanzaba en la ampliación del sufragio universal (un derecho dentro de la igualdad política) y a la consideración de que lo que mueve a los hombres en la comunidad política no es la búsqueda del bien común, sino la satisfacción de los intereses de los hombres libres. Así, el liberalismo abogó por la idea de la libertad individual frente a las intromisiones del propio gobierno y de particulares. Así, “el ocaso del republicanismo coincide con el nacimiento del liberalismo” (Rivero, 1998, p. 71), aunque lo que realmente ocurrió es una integración del republicanismo con el discurso liberal para dar lugar a un tipo de democracia que dista mucho de la democracia ateniense: la democracia liberal o representativa.

En este punto se establece una distinción entre la democracia de los antiguos y la democracia de los modernos, y surge entonces la cuestión de cuáles son los elementos nucleares provenientes de las distintas versiones de la tradición liberal que permiten reconocer la democracia moderna, porque entre el liberalismo político y la democracia existen tensiones no resueltas como el hecho de articular el gobierno representativo y los valores liberales

con la participación ciudadana en la conducción de los asuntos públicos, que implica como valor la igualdad. Así, desde su origen en el Siglo XIX la democracia representativa presenta una tensión entre los valores de la igualdad y de la libertad. El liberalismo enfatiza la libertad individual y, a través de ella, el gobierno representativo, la separación de poderes, etc., pero sobre todo la protección de los derechos naturales de los individuos, y en particular de sus vidas y de sus propiedades frente a las intromisiones de otros y del mismo Estado. Por su parte, la democracia enfatiza la igualdad de todos los hombres para con ello posibilitar su participación en el gobierno. Pero en la democracia liberal o representativa esta igualdad formal no se concreta en una igualdad sustantiva porque tiene mucho más peso el valor de la propiedad, de la tenencia de bienes por parte de los hombres, y no su condición de ciudadanos iguales que, por cierto, excluía a amplios sectores de la población hasta la conquista del sufragio universal como un logro de la igualdad política. De este modo, la representación política en las democracias modernas se entiende como representación de intereses y no de cualquier otra cosa, como la búsqueda del bien común.

Igualdad, democracia liberal y capitalismo

Igualdad es un concepto complejo. Tanto filosófica y teóricamente como en las representaciones subjetivas que de ella tiene la gente común, la igualdad puede significar muchas cosas. La igualdad no significa que los seres humanos seamos idénticos. Significa más bien que los seres humanos tenemos la misma condición biológica y psicológica, en tanto miembros de la misma especie. Una vez que el ser humano traspasó los límites de su condición natural y que logró modificar su medio ambiente, esta noción se ha extendido a los ámbitos en los que actualmente incursiona: el político, el económico y el social por ser los que definen en mucho las formas y derroteros que adopta la sociedad en la que vive. En estos ámbitos, igualdad significa que las personas cuenten con las mismas condiciones para el desarrollo de su cuerpo (como condición biológica) y de su subjetividad (como condición psicológica), de modo tal que puedan desarrollar su

personalidad en el marco de la autodeterminación, es decir, de la libertad y la igualdad, y de una sociedad cuyos miembros y gobierno aseguran y distribuyen tales condiciones.

Lo anterior lo establece de manera precisa Ferrajoli (2019, p. 13), cuando se pregunta – y se responde – acerca de las razones que hacen que la igualdad como principio esté incorporada en las constituciones en calidad de fundamento de su carácter democrático:

La primera es que la igualdad está estipulada *porque somos diferentes*, entendiéndolo ‘diferencia’ en el sentido de diversidad de las identidades personales. La segunda es que está estipulada *porque somos desiguales*, entendiéndolo ‘desigualdad’ en el sentido de diversidad en las condiciones de vida materiales. En definitiva, la igualdad está estipulada porque, de hecho, somos diferentes y desiguales, para la tutela de las diferencias y en oposición a las desigualdades.

Ahora bien, la base jurídica de la igualdad son los derechos fundamentales, es decir, los derechos de libertad, los derechos civiles, los derechos políticos y los derechos sociales (ibid., pp. 15-16). Los primeros tres se dirigen al respeto de las propias diferencias, y los derechos sociales a la reducción de las desigualdades. En éstos se incluye el derecho a la educación, a la salud, a la subsistencia y a la seguridad social.

Es interesante el tratamiento que este autor hace en su texto porque, según él, a partir de la igualdad, tanto en un sentido normativo como en los hechos, se puede refundar la política en el sentido de que ésta debe perseguir el interés de todos.

Cabe enfatizar aquí que los derechos sociales, como normas jurídicas que prescriben el comportamiento de las personas (igualdad formal), pueden o no llevarse a cabo en la realidad (igualdad sustantiva). Pero, como ya vimos, la lucha contra la desigualdad es lo que ha alimentado el sentido mismo de la democracia al definir y redefinir el concepto de igualdad. Históricamente los desiguales son quienes han obtenido conquistas en el sentido de acercarse más al ideal de la igualdad entre todas las personas. Así, los derechos sociales deben garantizar en términos societales y de gobierno, que los desiguales – no justamente los diferentes porque esta dimensión se valora y se tutela – tengan

las condiciones materiales de vida para que puedan ejercer sus libertades y derechos y para que puedan desarrollar plenamente su personalidad en el seno de la sociedad en la que viven. Sin embargo, considerando el contexto en el que vivimos, la igualdad:

No resulta fácilmente compatible con la organización económica del capitalismo, que acompaña históricamente el desarrollo del liberalismo político clásico, cuando dicho valor se entiende más allá de la teórica y abstracta igualdad liberal de los ciudadanos ante la ley -igualdad jurídica, y se postulan versiones de carácter más material, como la igualdad de condiciones, de oportunidades o de resultados. (Requejo, 2008, p. 107)

De manera particular, “la igualdad política, sobre la cual se supone que se basa el sistema democrático, no tiene una coexistencia cómoda con el capitalismo, un sistema de desigualdad económica” (Przeworski, 2022, p. 39). Aún más: la misma igualdad política se diluye en el capitalismo en tanto que, como lo demuestra el mismo autor, se crea un círculo vicioso pues la desigualdad económica inevitablemente genera desigualdad política, que a su vez reproduce la desigualdad económica (Przeworski, 2012).

En la actualidad, se trata de un capitalismo que, como lo han llamado algunos, se ha convertido en un capitalismo “salvaje” porque ha llevado hasta límites insospechados la extracción de plusvalía y, por consiguiente, la explotación de la enorme masa de trabajadores asalariados. Aquí cabe decir que históricamente la democracia ha ensanchado diversos tipos de derechos para la ciudadanía – políticos, civiles, culturales –, pero ha encontrado obstáculos estructurales para instaurar derechos económicos y sociales. Y ello se debe a que en la esencia misma del capitalismo, en contra de la aspiración mayor de la democracia a la igualdad en todos los sentidos entre los hombres, está la premisa de que los que menos tienen, los pobres, no avancen en la escala social y los que son los dueños de los medios de producción, los ricos, no retrocedan en dicha escala. Solo de esa manera, mediante la explotación – desde hace tiempo llamada eufemísticamente intensificación del trabajo –, es posible la reproducción del orden social establecido y, en el marco constitucional y legal, su legitimación por la democracia liberal.

La pobreza, no sobra decirlo, está ligada al ingreso y, por tanto, al empleo y trabajo. Y esto depende de las políticas de Estado. Durante el periodo del llamado Estado de Bienestar hubo una cierta conciliación entre los valores de la democracia liberal y la igualdad que se concretaron en la consagración y materialización de algunos derechos de carácter económico y social cuyo objetivo consistió en redistribuir el ingreso para que la mayoría de la población lograra condiciones de vida mínimas y, con ello, estuviera en condiciones de ejercer sus libertades y derechos políticos y civiles que están constitucional y legalmente reconocidos.

Sin embargo, aunque en la época moderna han coexistido la democracia y el mercado, con las políticas neoliberales instrumentadas desde los años 70s del siglo pasado en casi todo el mundo, se han exacerbado las desigualdades. Por ello, se han vuelto casi nulas las posibilidades de que un gobierno instrumente, a través de la redistribución del ingreso, políticas ya no que iguallen económicamente a las personas, sino por lo menos su mitigación para reducir las brechas de desigualdad.

Aparte de las propias críticas al neoliberalismo y de la exigencia de una mayor regulación del mercado por parte del Estado, lo que algunos Estados han empezado a instrumentar, encontramos también cada vez más críticas a la democracia representativa porque en este sistema de gobierno el poder político sólo lo detentan unos cuantos y por su escaso compromiso con la igualdad social:

Las concentraciones de poder político son incompatibles con la democracia y con un compromiso con la igualdad social en general, cuando consisten en que algunos tienen un mayor poder arbitrario para influir en las decisiones de acuerdo a sus preferencias idiosincrásicas. (Ingham, 2022)

De manera particular, algunos han criticado la representación política en sí misma cuando examinan la representación no ya de las mayorías, sino de grupos minoritarios como los indígenas, concluyendo que la representación política es una simulación (Rocha, 2021a).

Por otro lado, no se puede dejar de mencionar el texto de Piketty (2022). Es un texto polémico y demasiado optimista. A reserva de un mayor

examen de sus tesis y de los datos que ofrece, el autor concluye que “existe una evolución tendencial a lo largo de la historia hacia una mayor igualdad social, económica y política” (ibid., p. 9). En efecto, como lo desarrollamos líneas arriba, la humanidad emprendió una lucha contra la desigualdad, lo que ha culminado en mayores libertades y garantías respecto de los derechos políticos, culturales y civiles, pero, en contraste, en mucho menor medida de los derechos económicos y sociales. Otra de sus conclusiones, que al autor le parece obvia, es que “la desigualdad es ante todo una construcción social, histórica y política” (ibid., p. 18), y no, como lo afirmamos en este texto, una condición sustancial de la democracia liberal y del capitalismo como forma de organización económica, política e ideológica de las sociedades. Para ser cautos frente al optimismo de este autor, basten los siguientes datos:

La concentración de riqueza acumulada en manos de una minoría de ultra ricos, que ya alcanzaba niveles récord, se ha intensificado. La actual ‘policrisis’ global ha enriquecido aún más a esta reducida élite. Durante la última década, el 1% más rico de la humanidad ha acaparado más del 5 % de la nueva riqueza global generada. Pero el análisis de Oxfam a partir de los datos de Credit Suisse muestra que, desde 2020, la súper concentración de riqueza por parte de los súper ricos se ha intensificado. Desde entonces, dos tercios de la nueva riqueza generada a nivel global han ido a parar al 1% más rico, casi seis veces más que la que acaba en manos del 90% más pobre de la humanidad. Esto supone que, por cada dólar de nueva riqueza obtenido por una persona perteneciente al 90% más pobre de la humanidad, un millonario se embolsa 1,7 millones de dólares. (Oxfam, 2023, p. 8)

Este informe concluye que “la existencia de tantos millonarios en sí misma es un fracaso político”, pues “la concentración extrema de riqueza socava el crecimiento económico, corrompe las políticas y los medios de comunicación, erosiona la democracia y acentúa la polarización política” (ibid., p. 10).

Democracia e igualdad: formas y expresiones de la subjetividad y del comportamiento

La igualdad es un valor político, más específicamente un valor de la democracia. Ahora bien, los valores son:

Sistemas cognitivo-emocionales que prescriben la conducta de los seres humanos. Especificando, son sistemas de ideas que resultan de la interacción entre el sujeto que valora y el objeto valorado. Estos sistemas de ideas presentan un vínculo indirecto con las actitudes y el comportamientos de los personas. Tienen la característica de estar temporal y situacionalmente condicionados. En ese sentido, cuando los valores son compartidos por un amplio segmento de poblaciones en un tiempo determinado, conforman sistemas de valores que alimentan la cultura de una época y una sociedad. (Rocha y García, 2022, pp. 41-42)

De este modo, la igualdad, como valor, se condensa en ideas, creencias y prácticas culturales, institucionales y de la vida cotidiana compartidas o no por amplios segmentos de la población. La democracia hoy es vista como el mejor método electivo, la mejor forma de gobierno y, como lo hemos apuntado en otro texto (Rocha, 2021b), la democracia es también una forma de comportamiento:

Porque las expresiones comportamentales de la gente revelan que la democracia, sus valores, sus formas institucionales de hacer las cosas y los códigos culturales se han internalizado en las personas, es decir, que forman parte, como contenidos cognitivos asociados a determinadas emociones, de la subjetividad de cada individuo. (Ibid., p. 22)

En este sentido, tanto la democracia como la igualdad están presentes en la subjetividad de las personas como sistemas cognitivos que incluyen diversos procesos psicosociales como creencias, actitudes, etc., y con las emociones asociadas a tales cogniciones. A partir de estos procesos cognitivos y emocionales, y de sus contenidos referidos a la democracia y a la igualdad, las personas pueden expresar su comportamiento siendo congruentes o no con dichos procesos y contenidos.

Indudablemente que la democracia como sistema de gobierno descansa en el funcionamiento de las instituciones políticas, como la representación política, la división de poderes, etc., y en el comportamiento de los actores políticos relevantes, pero la subjetividad de las personas y particularmente los valores de la democracia – entre ellos la igualdad – también importan.

En las democracias liberales no sólo es necesario buscar e instrumentar diseños institucionales que sean cada vez mejores, sino que también debe de buscarse que la cultura política de las personas y específicamente su subjetividad política expresen la democracia y la igualdad como formas de comportamiento frente a los demás. Y esta parece ser una tarea más complicada porque implica que las personas asuman que:

La obediencia, el respeto y el apego psicosocial a las instituciones sociales y políticas democráticas se obtienen precisamente porque la democracia no sólo es el mejor método electivo y la mejor forma de gobierno, sino que es también la mejor forma de vivir la vida y de convivir con los demás, porque en el marco de la democracia, de un entorno de igualdad y libertad, es posible que las personas, todas, construyan sus propios derroteros particulares sin descuidar lo que atañe al conjunto de la sociedad: el bien común. (Ibid., p. 23)

Por ello, la igualdad es un valor que debe ser enseñado, aprendido y practicado para asegurar un mejor funcionamiento de la democracia porque, en suma, tanto la democracia como la igualdad son también formas y expresiones de la subjetividad y del comportamiento de las personas. Ante esta tarea compleja, particularmente la psicología está llamada a desempeñar un papel de enorme relevancia. Independientemente de la participación política que los psicólogos puedan tener en tanto ciudadanos, de lo que se trata es de investigar las representaciones subjetivas de la gente en relación con la democracia y sus valores para descubrir las formas que nos permitan aprender y enseñar, junto con las avances en la ingeniería constitucional y legal para lograr instituciones políticas cada vez más democráticas, justas e igualitarias, a vivir en democracia.

Referencias

- DEL ÁGUILA, Rafael (1998). “Los precursores de la idea de democracia: la democracia ateniense”. In: DEL ÁGUILA, Rafael; VALLESPÍN, Fernando y otros. *La democracia en sus textos*. Madrid, Alianza Editorial, pp. 15-48.
- FERRAJOLI, Luigi (2019). *Manifiesto por la igualdad*. Madrid, Trotta.
- HELD, David (2006). *Modelos de democracia*. 3 ed. España, Alianza Editorial.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994). *La tercera ola: La democratización a finales del siglo XX*. España, Paidós Ibérica.
- INGHAM, Sean (2022). Representative democracy and social equality. *American Political Science Review*, v. 116, n. 2.
- KEANE, John (2018). *Vida y muerte de la democracia*. México, Fondo de Cultura Económica.
- LEVITSKY, Steven y ZIBLATT, Daniel (2018). *Cómo mueren las democracias*. México, Ariel.
- OXFAM (2023). La ley del más rico: gravar la riqueza extrema para acabar con la desigualdad. *Informe de Oxfam*, enero. UK, Oxfam GB.
- PIKETTY, Thomas (2022). *Una breve historia de la igualdad*. México, Ariel.
- PRZEWORSKI, Adam (2012). Democracy, redistribution, and equality. *Brazilian Political Science Review*, v. 6, n. 1.
- PRZEWORSKI, Adam (2022). *Las crisis de la democracia. ¿A dónde puede llevarnos el desgaste y la polarización institucional?* México, Siglo XXI Editores.
- REQUEJO, Ferran (2008). *Las democracias: democracia antigua, democracia liberal y Estado de Bienestar*. 2 ed. España, Ariel.
- RIVERO, Ángel (1998). “El discurso republicano”. In: DEL ÁGUILA, Rafael; VALLESPÍN, Fernando y otros. *La democracia en sus textos*. Madrid, Alianza Editorial. pp. 49-113.
- ROCHA, Raúl (ed.) (2021a). *Representación política sustantiva de las minorías indígenas en México. Cultura, instituciones y subjetividad*. México, Unam/FES Zaragoza.

- ROCHA, Raúl (2021b). “Introducción: la representación política como desafío de la democracia moderna”. In ROCHA, Raúl (ed.). *Representación política sustantiva de las minorías indígenas en México: cultura, instituciones y subjetividad*. México, Unam/FES Zaragoza, pp. 15-42.
- ROCHA, Raúl y GARCÍA, Diana Laura (2022). Instituciones, democracia y subjetividad: los valores de la democracia en México. *Know and Share Psychology*, v. 3, n. 2.
- SARTORI, Giovanni (1989). *Teoría de la democracia. 1. El debate contemporáneo*. México, Alianza Editorial.

Tudo junto, cada qual na sua solidão: um diálogo com Byung-Chul Han sobre a hiperconectividade e a deficiência da conexão

Deivison Faustino
Walter Lippold

Introdução: cada qual na sua solidão

A maioria de nós, aqueles que tinham condições sociais e econômicas de abrigo durante a pandemia do novo coronavírus, pôde testemunhar em primeira pessoa o que foi a experiência contraditória imposta por intensa privação de sentidos, dada a necessidade sanitária de isolamento biológico, combinada com o uso de meios sociotécnicos que nos evitaram completo isolamento social. Em sentido estrito, diferente do que ocorre com uma pessoa reclusa pelo sistema carcerário, em que a restrição de sentidos está atrelada à impossibilidade da convivência “social”, a quarentena sanitária não exigiu isolamento social, mas isolamento biológico que evitasse o contato de pessoas infectadas com outras, possíveis hospedeiras. Quem dispunha de meios próprios seguiu trabalhando, namorando, participando de eventos culturais e sociais, dentre outras atividades.

Seguimos em contato – *keeping in touch*, como se diz na língua inglesa coloquial – durante o isolamento, tocando-nos quase magicamente a distância, alargando ou comprimindo a nossa percepção de tempo e de espaço. O toque, tão importante a este ser ontologicamente gregário que somos nós,

ganha, com a mediação digital, possibilidades novas e inimagináveis pelos nossos antepassados recentes (e até contemporâneos). Mas o *touch* sobre as teclas plásticas ou acrílicas dos nossos dispositivos não nos permitiam sentir o calor, a textura e, muito menos, a pulsação do outro, supostamente tocado. Não nos permitiu, principalmente, sentir a pegada desse que nos toca, exceto por figuras de linguagem ou outras formas de representação abstrata.

Durante a pandemia, o Brasil não podia parar, dizia uma campanha publicitária racialista, veiculada pelo Governo Federal, que incitava trabalhadores precarizados – todos negros – a desrespeitarem as medidas de vigilância sanitária, arriscando-se para não prejudicar a economia (Faustino, 2020). Mas a verdade é que quase ninguém parou e a disponibilidade de aparatos e de meios sociotécnicos de comunicação digitalizada permitiu acelerar e intensificar a um nível jamais visto os ritmos produtivos, lançando-nos a uma vertiginosa experiência de exaustão.

Nós, professores, estudantes, secretárias, burocratas, assistentes sociais, pesquisadores, engenheiros, artistas, intelectuais e outros profissionais do trabalho não produtivo seguimos, sem saber se trabalhávamos em casa ou se morávamos no trabalho, enquanto empregadas domésticas, motoristas, trabalhadores da saúde ou da segurança pública e outros setores, produtivos ou não, mais ou menos precarizados, seguiram morrendo por nós sem acesso ao isolamento biológico, dada a intensidade da sua subordinação ao isolamento social que os isolou de direitos diversos.

Nenhum deles, no entanto, pôde escapar à epidemia de mediações, cada vez mais profundas, das tecnologias digitais. Da motorista de aplicativos ao psicólogo que clínica a distância, da criança que joga on-line com seus amigos, espalhados pelos cinco continentes, aos operadores da telemedicina, do casal que troca nudes ao que termina a relação pelo WhatsApp, constata-se uma aguda contradição entre hiperconectividade e desconexão.

Como se não bastasse, essas contradições não são igualmente distribuídas. Enquanto nossas redes de ensino fundamental, médio e superior eram colonizadas pela *google suit for education*, com seus serviços de *meet*,

classroom, drive e docs, grande parte da população brasileira – cuja única internet acessada é aquela “liberada” por seus planos pré-pagos – não possuía pacote de dados e franquias adequadas para participar adequadamente das aulas. Exaustos, correndo e dopados (Brum, 2016), mas sem, necessariamente, que todos tivessem para onde correr e nem os mesmos meios para correr.

A hiperconectividade digital convive com diversos níveis de desconexão no nosso cenário *low life high-tech*, em um processo desigual e combinado de exploração e opressão que não começou e nem se findou com a mencionada pandemia, mas que estruturam o atual estágio de acumulação capitalista e as suas tendências sociotécnicas, aqui entendidas como “colonialismo digital”.

O cibertempo e o ciberespaço no contexto do colonialismo digital

Vários estudos têm demonstrado que a extração e o processamento em massa de dados de usuários da internet (*big data*) para alimentar um poderoso modelo de negócios e de engenharia social no contexto do colonialismo digital¹ permitem novas possibilidades de predição e influência no comportamento da população, no *marketing* político e no vigilantismo

1. No livro *Colonialismo digital: por uma crítica hacker fanoniana* (Lippold e Faustino, 2022) propomos, em diálogo com Kwet (2021), a caracterização do atual desenvolvimento tecnológico capitalista como “colonialismo digital”. Embora Kwet foque as novas expressões de imperialismo e de divisão internacional do trabalho com o advento das chamadas *big techs*, concentradas, na maioria das vezes, no Vale do Silício, propomos pensar o fenômeno como um guarda-chuva maior que engloba, a um só tempo, a divisão sociorracial e internacional do trabalho, em seu processo de desenvolvimento desigual e combinado, e o extrativismo de dados para alimentar o *big data*, nomeado por Coldry e Mejias (2018) de “colonialismo de dados”. Em nosso estudo, procuramos analisar essas tendências sob a categoria marxista da expropriação, o que nos levou a propor a existência de uma “acumulação primitiva de dados” (Faustino e Lippold, 2022).

digital de empresas de outros países e governos, bem como novas medidas de espionagem industrial, guerra de (des)informação, *lawfare*², uso de *pattern life*³, *lobby* de *big techs*.⁴

Essas inovações tecnológicas têm alimentado técnicas de gestão logística dos territórios urbanos e apropriação do tempo de trabalho (Ferrari, 2012), mas também ampliado, assustadoramente, as possibilidades de soberania e subjugação subjetiva. Tendo em vista o drama vivido atualmente, nesse cenário de imersão da vida, do trabalho, na mediação eletrônica das redes digitais, Bifo (2005) propõe diferenciar o *cibertempo* do *ciberespaço*. Há, segundo argumenta, uma defasagem entre ambos que promove a emergência em massa de sociopatologias, como depressão, déficit de atenção e, principalmente, *burnout*. Essa psicoepidemia que assola a sociedade ocidental se origina nesse fenômeno de subsunção colonial do tempo humano, objetivado pelo capitalismo desde seus primórdios:

A composição técnica do mundo muda, mas a apropriação cognitiva e a realidade psíquica não a seguem de maneira linear. A mudança do entorno tecnológico é muito mais rápida que a mudança dos hábitos culturais e dos modelos cognitivos. O estrato da infosfera é cada vez mais denso e o estímulo informativo invade cada átomo de atenção humana. (Ibid.; tradução nossa)

Para ele, o ciberespaço tem extensão ilimitada, enquanto o cibertempo é limitado porque está ligado à intensidade da experiência e a elementos orgânicos. A aceleração e a saturação da atenção que levam ao *burnout* nesse processo de vertiginosa ciborguização do humano, a ligação entre rede

2. Potências imperialistas derrubam governos não alinhados usando as próprias leis desses países-alvo.

3. Mapas que unem *socius*, *locus* e tempo para efetivar assassinatos “seletivos” com drones, buscando prever o comportamento do alvo. Ver Chamayou (2015).

4. “*Internet.org* e do *Project Loon*, são iniciativas do Facebook e do Google, respectivamente, que buscam oferecer acesso à internet de forma gratuita, a partir de satélites ou balões, para lugares remotos como algumas regiões da África e Ásia” (Foletto, 2018, p. 8).

digital e mente humana, agora explorada em sua dimensão subjetiva, a favor da mineração de dados e metadados para treinar algoritmos de *machine learning*, bots e IAs.

A experiência do outro se banaliza. O outro se converte em uma estimulação frenética sem interrupções e perde sua singularidade, intensidade e beleza. Menos curiosidade, menos surpresa; estresse, agressividade, ansiedade, medo. A aceleração produz um empobrecimento da experiência, porque estamos expostos a uma massa crescente de estímulos que não podemos elaborar com a forma intensiva de prazer e conhecimento. Mas informação e menos significado. Mais informação e menos prazer. (Ibid.; tradução nossa)

É verdade, como argumenta Donna Haraway ([2009[1991)], que todos já somos meio ciborgues desde que o ser humano se apropriou, pela primeira vez, da natureza para converter um galho ou uma pedra em ferramenta que estendesse o seu corpo frágil, finito e vulnerável diante das necessidades naturais ou espirituais. No entanto, o desenvolvimento tecnológico propiciado pela terceira revolução técnico-científica e, posteriormente, pelo advento da *big data* no âmbito da chamada web 4.0, ampliou não apenas as técnicas de automação, intervenção e alteração consciente do próprio corpo e da natureza – como nos sonhos de liberdade propagados pelo iluminismo – mas também inverteu curiosamente essa tendência, levando-nos ao pesadelo da transferência, cada vez maior, das escolhas conscientes para algoritmos automatizados (Žižek, 2023).

É necessário lembrar que algoritmos e funções automatizadas pela chamada inteligência artificial generativa, por mais fantásticas que nos aparecem são, até o momento, trabalho humano objetivado (Iasi, 2023) que simulam a capacidade humana sem, necessariamente, desenvolverem reflexo e consciência (Kaufman, 2016). Isso não os torna menos nocivos ou encantadores, mas reivindica que a análise da gênese e da função dessas dissonâncias entre ciberespaço e cibertempo – sobretudo, a investigação dessa intensa corrida pela extração cada vez maior de dados – leve em consideração a sua materialidade sociotécnica: a saber, a sua completa submissão às necessidades de acumulação de capital (Couldry e Mejias, 2019).

A grande questão de fundo é se essa nova realidade, marcada por uma verdadeira *acumulação primitiva de dados* (Lippold e Faustino, 2022), não parece caminhar para a constituição de uma *nova era digital* (Pochmann, 2022), mas sim para a intensificação das velhas formas de valorização do valor em escala e abrangência jamais vistas (Faustino e Lippold, 2023). Outras questões que emergem a partir daí têm a ver com a descrição e a análise dos efeitos e das experiências subjetivos dessas mudanças. Daí resulta o caminho que propomos a seguir.

Hiperconectividade, psicopolítica e transparência: um diálogo com Byung-Chul Han

Uma das análises mais instigantes sobre os efeitos subjetivos do colonialismo digital é oferecida pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han em suas obras *Sociedade da transparência* e *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (Han, 2017, 2018). Nesta o filósofo estabelece um diálogo foucaultiano entre o próprio Foucault e outros pensadores, como Freud e Benjamin, para analisar as novas técnicas de poder sob o neoliberalismo; em *Sociedade da transparência*, ele retoma criticamente o conceito de perda da aura, tal como proposto pelo filósofo frankfurtiano.

Em seu famoso texto, *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, Walter Benjamin (2012) analisa a passagem daquilo que nomeia como *valor de culto* para o *valor de exposição*. A origem da aura estaria na ligação da arte com a religião; as estátuas e objetos sagrados obtinham seu valor de culto ao serem ocultados para, em certos períodos, serem levados para fora das câmaras dos templos, dando acesso para que as pessoas pudessem vê-los. O sentimento aurático é produto da dialética entre o *próximo* e o *distante*. Pensemos em uma estátua de um santo em uma igreja qualquer. Quando a estátua entra no campo visual de uma pessoa religiosa, ela sente a sua proximidade enquanto é catapultada para um longe-dali. A aura é o *hic et nunc*, o “aqui agora”, de estar ali, vendo uma obra única e original,

cujas cópias não manifestam essa bruma aurática. Não só obras de arte, mas objetos históricos, lugares, também nos envolvem na aura. O rosto humano, no retrato fotográfico, seria o seu último refúgio.

Benjamin entende que o capitalismo, com sua reprodutibilidade técnica, aniquila experiências auráticas. Para ele, o cinema seria o golpe fatal dessa experiência, pois, para se efetivar como arte, precisa ser reproduzido em massa. No entanto, Benjamin não lamenta o fim da aura, ele vê no cinema e na arte de massas uma superação do sentimento aristocrático e elitista da arte envolta em aura. Ele chegou a alertar para o perigo de o fascismo tomar conta do cinema e comentou as possibilidades da sétima arte para a libertação das classes trabalhadoras (ibid.).

Partindo dos conceitos de valor de culto e de valor de exposição, cunhados por Benjamin para explicar os efeitos subjetivos do que aqui nomeamos colonialismo digital, Han afirma estarmos vivendo uma era de coação que aniquila a experiência aurática ao incitar a exposição cada vez mais pornográfica de tudo o que antes era considerado privado, fazendo evanescer o valor de culto de alguns dos mais importantes rituais humanos.

Se o valor de culto tem a ver com certa mística sagrada de alguns ritos, o valor de exposição, constitui, em seu argumento, a essência perfeita de um enigmático capitalismo que se apresenta como um produto que “não pode ser reduzido à contraposição marxiana entre valor de uso e valor de troca”. Um valor que visa chamar a atenção, mas “não é um valor de uso porque está afastado da esfera de uso; tampouco é um valor de troca porque não reflete qualquer força de trabalho. Deve-se unicamente à produção do chamar a atenção” (Han, 2017, p. 17).

Se o cinema, analisado por Benjamin, deu acesso ao inconsciente óptico, o *big data*, analisado por Han, acessa e explora o inconsciente digital. Para ele, o “Big data faria um ego a partir do id que se deixa explorar psicopoliticamente”. A memória digital é sem intervalos, sem narrativa, é uma adição de dados sobre dados e anula o direito de ser esquecido. Falta uma dimensão narrativa que é própria do vivente: “A memória digital se constitui de momentos presentes indiferentes, ou, por assim dizer, de momentos *zumbis* [...]. A temporalidade digital é a dos mortos-vivos” (Han, 2018, p. 93).

Embora descarte a noção marxista de *valor de troca*, curiosamente, Han argumenta que o nosso semblante se mercadifica quando o expomos às redes sociais, tornando-se uma *face*, que é a forma mercadoria do rosto. Como argumenta, “na fotografia digital toda negatividade é expurgada. Não precisa mais de câmara escura nem de processamento, não precisa ser precedida por nenhum *negativo*. É puro *positivo*” (Han, 2017, p. 18).

Até mesmo o envelhecimento atrelado à fotografia analógica é banido; não há devir na foto digital e na face. Não há a dialética do próximo e do distante, ou seja, a aura é aniquilada. “Na sociedade expositiva cada sujeito é seu próprio objeto-propaganda; tudo se mensura em seu valor expositivo [...]. É uma sociedade pornográfica; tudo está voltado para fora, desvelado, despido, desnudo, exposto” (ibid., p. 20).

Voltaremos a esse argumento a seguir, porém antes é necessário reconhecer que as possibilidades sociotécnicas de produção e de reprodução têm sido cada vez mais mediadas não somente por *relações sociais coisificadas* (mercadorias), mas também por relações sociais coisificadas em tendente mercantilização – que viabilizam e, ao mesmo tempo, delimitam o tipo de contato e de relações que temos com os outros e, em consequência, conosco. No plano cotidiano, não apenas a internet, mas também os diversos *hardwares* e *softwares* necessários ao seu uso vão se tornando incontornáveis.

No entanto, como argumenta Silveira (2015, p. 11), seríamos ingênuos ao pensar que o Google é somente uma empresa inovadora que nos ajuda a otimizar nossa vida ou apenas um poder automático, um dispositivo de poder que se ergueu contra seus criadores. Ele é, antes de qualquer coisa, “uma corporação que integra o sistema de controle, vigilância e expansão de poder do Estado norte-americano”. A exploração, o cruzamento, o processamento de dados e a criação de perfis organizados dos usuários, visando à *modulação de comportamentos* para fins de *marketing* são o núcleo do capitalismo cognitivo (ibid.).

O pedágio exigido para uso do Google tem sido, cada vez mais, a reconfiguração das relações que se estabelecem fora de seu domínio direto, alterando, definitivamente, a nossa forma de estar no mundo. Esta reconfiguração cibernética do corpo, da experiência e da subjetividade se expressa

tanto nas alterações objetivas do tempo de circulação de mercadorias, valores e dados quanto na percepção sensitiva a respeito de nós, dos outros e do mundo.⁵

Hoje, a agenda de contatos ou de compromissos, arquivos de documentos e imagens pessoais, dados históricos ou informações teóricas são cada vez mais depositados em uma espécie de memória informacional mundial quase ilimitada – substituindo ou coabitando com a memória individual organicamente limitada, criando novas dimensões aos sentidos em seu processamento neurosináptico e, sobretudo, à percepção de si. De modo semelhante, a própria ação cotidiana individual é teleologicamente direcionada à projeção da própria imagem ou, pelo menos, das representações de si, como mais uma mercadoria a ser barganhada no mercado de *likes*, justamente por ser o velho mercado capitalista a mediar cada vez mais as relações humanas – inclusive aquelas que lhe pareciam intocáveis há algumas décadas.

É preciso lembrar, no entanto, que a despersonalização reificadora que acompanha essa mercantilização da vida não exclui o *valor de uso* – bem como a utilidade social – das tecnologias e, muito menos, dos usos infinitamente diversos que se possa fazer delas, nem anula, totalmente, a criatividade e a liberdade humana, embora as restrinjam violentamente. A percepção dessa fusão bio-psico-sociotecnológica levou Donna Haraway a declarar, ainda em 1985, o manifesto ciborgue. “O conceito de biopolítica de Michel Foucault não passa de uma débil premonição da política-ciborgue – uma política que nos permite vislumbrar um campo muito mais aberto” (Haraway, 2009, p. 37).

Um dos pontos da crítica de Han é o quanto o acesso a determinadas tecnologias tem reificado as relações sociais e a nossa subjetividade. Tendo esse aspecto em vista, o filósofo sul-coreano defende que estamos vivendo em uma sociedade do desempenho, que se estrutura pela elaboração de um psicopoder explorador da liberdade humana (Han 2015, 2017, 2018). Tal argumento – embora carente das mediações econômicas que nos permitiriam

5. Ver: <http://drrodrigonasascimento.com/entenda-como-os-filtros-do-instagram-tem-influenciado-a-busca-por-cirurgias-plasticas/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

chegar à crítica da apropriação do valor – parece oferecer importantes contribuições para avaliarmos o poder de modulação de comportamento e de predição oferecidos pelo *big data* e os seus efeitos subjetivos.

No entanto, a preocupação em superar o economicismo presente em algumas análises sobre o neoliberalismo leva o filósofo a tomá-lo como um “novo regime”, em que o poder, diferentemente do paradigma fordista-industrial “não se constitui por estratos antagônicos da sociedade” (Han, 2017, p. 15), levando, portanto, à diluição da luta de classes, em um sentido estrito.

Em seu argumento, o fordismo-taylorismo, durante a vigência da chamada Indústria 2.0⁶, teria sonhado em moldar um trabalhador-bovino, totalmente alienado, em sua função de apêndice da máquina, através de um poder disciplinar e negativo, um *hard power*. Tratava-se de uma sociedade contraditoriamente perigosa, que unia grandes massas de trabalhadores no mundo das fábricas. No entanto, a chamada “acumulação flexível”, “imaterial”, “pós-industrial” e “pós-fordista” permitiria, agora, que o sujeito sentisse estar no controle quando, na verdade, era interpelado por estruturas que mal conhecia e mal controlava, como é o caso do *big data* e os seus algoritmos frios.

Esse poder supostamente novo alteraria, inclusive, a nossa percepção a respeito das doenças. Assim, a histeria, a paranoia e a esquizofrenia foram o *pathos* que se manifestou na vigência da sociedade disciplinar fordista-taylorista. Esse poder disciplinar acabava por suscitar o surgimento de rebeldias de todo o gênero, pois o fracasso social levaria à contestação do sistema. Já no “paradigma” atual, continua o filósofo, o poder se pauta pela exploração da liberdade, e não pela sua restrição. O sujeito que “fracassa” na sociedade atual não se torna um rebelde, mas um depressivo, pois o poder inteligente internaliza no indivíduo o processo de fracasso social como fracasso individual.

Em um estudo pioneiro sobre o uso de aplicativos automatizados de autocuidado em saúde mental, Bruno (2018) e Bruno, Bentes e Faltay

6. A chamada segunda revolução industrial ou Indústria 2.0 foi marcada pelo advento da eletricidade e da produção em massa, possibilitada pelo taylorismo e pelo fordismo.

(2019) afirmam que tão preocupante quanto a opacidade do processo de captura de dados, nesta tendência de acumulação primitiva de dados, há algo relacionado ao modelo de cuidado em saúde que esses aplicativos ofereceram, voltado à noção liberal “cuide de você mesmo e seja sujeito do seu próprio autocuidado em saúde mental” – na contramão dos princípios da reforma psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde (SUS). Em decorrência, as doenças, agora, são aquelas ligadas à exploração da psique via mineração de dados e biodados e da estafa mental e física devido ao trabalho: *burnout*, ansiedade e déficit de atenção são *pathos* disseminados atualmente.

Um novo e ainda mais poderoso panóptico é composto por nós mesmos através do smartphone e da tecnologia *mobile* em geral; as câmeras frontais, traseiras e panorâmicas do nosso smartphone tiram *selfie* do nosso corpo, da nossa residência e de partes íntimas. Na sociedade do cansaço, na qual a luta de classes e os seus agentes repressivos seriam internalizados no próprio indivíduo, busca-se o sujeito do desempenho, o empresário-de-si. Seria este o delírio distópico final da ideologia capitalista, que eleva todos a “colaboradores”, “empresários”, visando ao amortecimento da luta de classes efetiva? Para Han (2018, p. 85) “o sujeito contemporâneo é um empreendedor de si mesmo que se autoexplora. [...]. O sujeito digitalizado e conectado é um *pan-óptico de si mesmo*”. Há, também, os invalidados, os sem *score*, os que não interessam ao data science das corporações. Se você é considerado economicamente baixo, é classificado como *waste* (lixo); perfis com potencial consumidor são os *shooting star*, “dinâmicos, casados, entre 36 e 45 anos, sem filhos, levantam cedo para correr, gostam de viajar e veem *Seinfeld*” (ibid., p. 91). Essas classificações são tentativas de se emular novas classes digitais, por exemplo, modulando o acesso a crédito. Junto ao panóptico atua um *banóptico* que identifica e bane os indesejados ao sistema (ibid.).

A ludificação, a gamificação e a datificação da vida, que se utilizam das técnicas e da estética política de jogos eletrônicos, são alguns dos elementos motivacionais da pedagogia empresarial, cuja ética de guerra inclui ganhar emblemas, bônus, prêmios e até créditos em jogos *pay to win*, além de itens,

roupas virtuais com NFT.⁷ A gamificação das relações de trabalho é um dos elementos do processo de plataformização da economia, mas também de gestão de guerras reais onde corpos de carne e ossos são dilacerados por mísseis telecomandados a milhares de quilômetros de distância.

Na sociedade do desempenho, continua o filósofo, as tecnologias de poder psicopolíticas são o dispositivo da transparência de dados e o *big data*. O dispositivo da transparência visa eliminar a negatividade, tornando tudo raso e padronizado para fluir melhor a comunicação e sua consequente mercadificação, configurando um inferno do igual. Aqui atua um poder positivo e uma violência da positividade. O *inferno já não são os outros*; instaura-se *um inferno do igual*. A alteridade e sua intrínseca negatividade é diluída na egolatria de um Grande Eu.

Han (2017) retoma Freud para lembrar que sabemos, desde a criação da psicanálise, que o ser humano não é transparente nem consigo mesmo, pois é condicionado por elementos do inconsciente que lhe escapam, mas, assim como em um filtro de imagem do instagram, a positividade compulsória visa varrer qualquer ruído para debaixo do tapete a fim de apresentar imagens vendáveis. A sociedade da transparência é, para Han, uma sociedade da exposição pornográfica. Parece que a pornografia do corpo e a da alma são mais efetivas que o moralismo para o controle e, por fim, para a destruição do eros:

O pornô não aniquila apenas o eros, mas também o sexo. A exposição pornográfica não causa apenas uma alienação do prazer sexual, mas torna-o impossível; torna impossível viver o prazer. Assim, a sexualidade se dissolve na performance feminina do prazer e na visão de desempenho masculino; o prazer exposto, colocado sob holofotes, já não é prazer. (Ibid., p. 20)

Pode-se argumentar, com razão, que a posição de Han se aproxima de visões normativas e conservadoras sobre o pornográfico. Historicamente, o fenômeno da pornografia manifestou elementos de subversão, crítica ao moralismo, criando redes de distribuição clandestinas. Desde que

7. *Non-fungible token*. Os *tokens* não fungíveis são a febre do momento.

Gutenberg, no Ocidente, imitou a prensa chinesa de Bi Sheng, a difusão de imagens e textos pornográficos e eróticos teve grande alcance, em jornais, folhetins, nas gravuras feitas com água forte⁸ e depois com litografia. Entretanto, parece que, com o avanço da sociedade em que a mercadoria é o ente-chave, a indústria pornô se tornou uma das mais degradantes para as trabalhadoras, com exploração e escravidão sexual. Houve, também, uma uberização da pornografia, uma plataformização que se aproveita da paixão por vídeos e fotografias amadoras.

Não há espaço aqui para discutir as possíveis diferenças entre o pornográfico e o erótico (Lorde, 1984) e nem retomar o debate sobre as possibilidades ou não de um pornô feminista (Favaro e De Miguel, 2016), mas identificar que para Han o *big data* e a coação por exposição, a transparência como tecnologia de poder psicopolítico, substituem o jogo ambíguo da sedução, com seus mistérios, encruzilhadas e negatividades, por um procedimento que inibe a tensão erótica. Em aplicativos como Tinder, com os olhos vidrados e os dedos passando imagens no *touch*, o outro é subsumido no inferno do igual, e o sexo se torna um mero escolher mercadorias em um catálogo: “Uma fruição imediata que não permite qualquer tipo de contorno imaginativo” (Han, 2017, p. 25).

Ao mesmo tempo, a fixação por *fitness* é explicada pelo filósofo sul-coreano como uma operação de maximização do valor expositivo, é uma violenta coação para ser belo, ser eternamente jovem, ter a aparência otimizada. Não se tira foto do treino, mas sim, treina-se para tirar foto. Em um cenário que já podemos nomear de biopunk, adolescentes querem produzir na carne o que os filtros de instagram criam no ciberespaço, em realidade aumentada. Assim, o uso abusivo de plásticas e substâncias estéticas tornam-se imperativos para sustentar sua autoimagem.

8. Técnica de gravura feita com um placa metálica cujas ranhuras, junto ao uso de ácido, produzem o desenho.

Por uma crítica *hacker-fanoniana* à psicopolítica

Há uma série de problemas que podem ser elencados na abordagem proposta por Han. Em primeiro lugar, o poder comentado por ele é dotado de uma autonomia tal que acaba ocultando as disputas entre capital e trabalho alienado em torno da apropriação dos tempos de trabalho. Para além disso, não nos parece adequado reduzir o fordismo a um *paradigma de poder*, como caracterizado pela Indústria 2.0, mas como uma etapa concreta de desenvolvimento capitalista que se valia de elementos políticos, ideológicos e subjetivos próprios à sua reprodução material. Isso não retira a importância da dominação psíquica abordada por ele, mas ela deixa de ser pensada independente das necessidades produtivas.

Outro ponto importante, que ainda será debatido, é o fato de o esgotamento do fordismo não ter levado à sua superação, decisiva – muito menos à sua substituição por um “novo paradigma”, mas a uma reconfiguração do processo produtivo que manteve os seus traços fundamentais – apropriação dos tempos de trabalho para as finalidades da acumulação de capitais – mas reorganizou a sua morfologia a partir de novas possibilidades de emprego tecnológico na valorização do valor.

É verdade que essa transição suscitou o aparecimento de novas formas de sofrimento e adoecimento psicológico, próprias das novas posturas exigidas aos indivíduos, mas essa exigência, mais uma vez, não vem de um poder puramente político, mas das tecnologias de gestão social voltadas a atender às novas necessidades do capital.

Por fim, ao contrário do que supõe o filósofo, acreditamos que a superexposição de si pode ser entendida tanto como valor de uso quanto como valor de troca: é valor de uso porque permite satisfazer determinada necessidade material, biológica ou espiritual, porém é cada vez mais reduzida a valor de troca quando a sua produção passa a ser mediada por uma certa monetização – financeira ou simbólica – de sua aparição. Mas o principal problema da tese de Han não são esses.

Ao tratar a exposição no âmbito individual, como escolha do indivíduo, empreendedor de si mesmo que, voluntariamente, busca conforto em sua própria alienação, Han ignora uma premissa marxista muito básica, presente

no Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, em 1852, a respeito da liberdade: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1986, p. 17). As circunstâncias que mediam a suposta servidão voluntária ao *big data* é um complexo e engenhoso aparato de controle social e de indução de escolhas. Algoritmos desenhados para capturar a atenção, os padrões de vida, a energia vital de pessoas para vendê-los no mercado trilionário de dados.

A ideia de um servo superegoico, cujo senhor paterno é ele mesmo, além de atraente, indica, de fato, o quanto o mercado tem buscado colonizar o desejo, os sonhos e até as interdições, mas ela não dá conta de explicar as mediações sociais externas a essas escolhas, pois as mistifica e as trata como se fossem responsabilidades do indivíduo. Um motorista da Uber não trabalha 20 horas por dia apenas porque interiorizou o seu patrão, mas porque a porcentagem repassada a ele pelo seu trabalho é tão pequena que, trabalhando menos do que isso, não consegue o básico para reproduzir biologicamente a si e à sua família.

Por essa razão, é oportuno retomar a definição de colonialismo de dados oferecida por Coldry e Mejias (2019) em *The cost of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Para eles, as “nossas relações cotidianas com os dados estão se tornando coloniais por natureza” e provocando alterações nas relações de poder a partir de uma convergência jamais vista entre o *poder econômico* (poder de criar valor) e o *poder cognitivo* (poder sobre o conhecimento). No entanto, a análise da *big data* não pode ser separada de dois elementos essenciais: a infraestrutura externa em que são armazenados e a geração de lucro a que se destinam. Como argumentam:

Em suma, por dados entendemos os fluxos de informação que passam da vida humana em todas as suas formas para as infraestruturas de coleta e processamento. Este é o ponto de partida para gerar lucro a partir dos dados. Nesse sentido, os dados abstraem a vida convertendo-a em informação que pode ser armazenada e processada por computadores e se apropria da vida convertendo-a em valor para um terceiro. (Ibid.)

O *big data* é o coração gelado do colonialismo de dados, pois fundamenta um controle psicopolítico através do *data science* e do *micro-targeting*. Com o processamento do *big data*, é possível modular e prever comportamentos de eleitores, criando um novo tipo de *marketing* político, como foi usado por Steve Bannon para eleger Donald Trump.

Para Han (2018), o *big data* – e podemos acrescentar o colonialismo de dados – é um *Big Brother* e um *Big Deal*. *Big Brother* no sentido do “Grande Irmão” que nos vigia em pleno “Mundo Livre” – diferentemente do pano de fundo da distopia orwelliana, que visava criticar o socialismo, vivemos sob o olhar do “Grande Empreendedor Capitalista”. *Big Deal* é, pois, um grande negócio, a mina de ouro do século XXI. Empresas como a Acxiom oferecem, em seus catálogos, o *big data* de 300 milhões de estadunidenses, criando classificações dos perfis, novas classes digitais.

Sadin (2015) critica as indústrias digitais, a matematização da vida através de algoritmos e *big data*, fortalecendo o avanço do tecnoliberalismo. Ele evoca Husserl em *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*: “A matematização produz como consequência uma causalidade natural sobre si mesma, na qual todo evento recebe uma determinação unívoca e a priori” (ibid., p. 7)

No longa-metragem interativo da série *Black mirror*, *Bandersnatch*, o protagonista, um programador de games, um artesão *high-tech*, vive a sensação paranoica de que sua vida é controlada por uma força externa que o obriga a tomar decisões. Na verdade, este “Grande Outro”, no qual a liberdade de escolha do protagonista é depositada, é o próprio usuário da Netflix que escolhe, eufórico, com seu controle de *smarttv* na mão, o destino do personagem como nos livros-jogos baseados em *Role Playing Games*. Indo a zonas de realidades não visíveis, desvela-se o filme como representação do próprio usuário do serviço de *streaming* inimigo número 1 da liberdade na internet. Sob a bruma binária da liberdade de escolha, somos manipulados em tempo real, sendo capturados nossos dados, a rotação do nosso olhar. Nosso inconsciente digital é explorado através do monitoramento e do processamento de tudo o que vemos. Até mesmo elencos são montados com base no *data science* da Netflix.

A Netflix ilustra a ideologia do livre-arbítrio, que esconde um dos esquemas mais potentes de controle dos sujeitos vistos na História. A ideologia se reproduz muito mais profundamente pela forma do que pelo conteúdo. A Netflix financia séries sofisticadas e aparentemente críticas, como *Black mirror*, que sofreu uma netflixização quando foi adquirida pela corporação de entretenimento. Não importa se a série é crítica: estando no formato de *streaming* que explora os seus clientes psicopoliticamente, estamos dentro do emaranhado de poder que se projeta além das belas telas 4k em alta definição.

A *ideologia dataísta*, tal como na delirante imagem de um rabo abanando o seu cachorro (Ferrari, 2012), leva a crer que estamos em uma *sociedade do conhecimento* ou *informacional*, mas sem totalidade, silogismo ou narrativa; o *big data* não possui espírito, nem conceito próprio. Nesse aspecto, a leitura que Han faz de Hegel parece interessar: “Para Hegel, o filósofo do espírito, o conhecimento total prometido pelos *big data* pareceria um não saber absoluto” (Han, 2018, p. 94).⁹ É mera adição de dados, algo morto, sem narrativa, sem anima.

Hoje, porém, o Vale do Silício fica feliz em nos fornecer uma multiplicidade de ferramentas para enfrentar o sistema, ferramentas produzidas lá mesmo, no Vale do Silício: a Uber nos oferece serviços de transporte que se contrapõem ao setor existente de táxis; o Airbnb nos ajuda a encontrar acomodações e evitar o setor hoteleiro; a Amazon se encarrega de vender livros sem passar pelas livrarias; para não mencionar os incontáveis aplicativos que nos vendem vagas de estacionamento, nos arranjam parceiros

9. “Em *A Ciência da lógica*, Hegel afirma: ‘O silogismo é o racional e todo o racional’. Para ele o silogismo não é uma categoria da lógica formal. Um silogismo ocorre quando o começo e o fim de um processo foram uma conexão com sentido, uma unidade doadora de sentido. Portanto, ao contrário da mera adição, a narração é um silogismo. O *conhecimento* é um silogismo. Os rituais e as cerimônias também são formas de silogismo. Eles representam um processo narrativo. Assim, têm tempo, ritmo e compasso próprios. Como narrativa, escapam à aceleração. Por outro lado, onde todas as formas silogísticas se deterioram, tudo escorre sem *parar*. A aceleração total ocorre em um mundo onde tudo se tornou aditivo e cada tensão narrativa, cada tensão vertical, foi perdida” (Han, 2018, p. 97).

sexuais, fazem reservas para nós em restaurantes. Não resta quase nenhuma restrição social, econômica ou política que o Vale do Silício não tenha se empenhado em romper. (Morozov, 2018, p. 18)

O colonialismo de dados explora o jogo, a comunicação e a emoção; é um sistema muito eficiente que explora a liberdade. A comunicação mercadificada deve ser acelerada a ponto de retirar todas as barreiras da alteridade e da negatividade, do demorar-se a si, de todos umbrais e ocus. A opacidade do outro é banida em prol do inferno do igual. Qualquer negatividade, contradição ou ambiguidade entrava a comunicação.

O dispositivo da transparência cumpre os desígnios mais profundos da mercantilização total da vida. Assim, a exploração da vida através da extração de dados da nossa experiência e dos nossos corpos (biodados) não basta: com a como a internet das coisas (IoT - Internet of Things), as coisas nos vigiam também, em uma comunicação *machine to machine*, gerando volumes nunca imaginados de dados entre a *smartgeladeira*, o *smartfogão*, a *smartTV*.

A psicopolítica digital é possibilitada pelo *big data*, que penetra no inconsciente digital, inclusive com o poder de intervir e influenciar a psique no nível pré-reflexivo (Han, 2018, p. 23):

Cada dispositivo, cada técnica de dominação produz seus próprios objetos de devoção, que são empregados para a submissão, *materializando* e estabilizando a dominação. [...]. Devoto significa submisso. O *smartphone* é um objeto digital de devoção. Mais ainda, é o *objeto de devoção digital* por excelência. Como aparato de subjetivação, funciona como o rosário, e a comparação pode ser estendida ao seu manuseio. Ambos envolvem autocontrole e exame de si. A dominação aumenta sua eficiência na medida em que delega a vigilância a cada um dos indivíduos. O *curtir* é o amém digital. Quando clicamos nele, subordinamo-nos a contexto de dominação. O *smartphone* não é apenas um aparelho de monitoramento eficaz, mas também um confessorário móvel. O Facebook é a igreja ou a sinagoga (que literalmente significa “assembleia”) do digital. (Ibid., p. 24)

Não se trata, portanto, de uma simples alteração dos ritmos de vida ou da percepção humana por meio da introdução de novas tecnologias, nem de um ato individual de adesão ao despotismo, mas da manipulação intencional

da cognição humana, a partir dessas tecnologias, com vistas à ampliação da acumulação de capitais (Coldry e Mejias, 2019). Características do capitalismo neoliberal em sua fase neocolonialista tardia, em que minérios como ouro, lítio, columbita e tantalita são extraídos à base de golpes e de criação de mundos da morte (Mbembe, 2018) onde psicopolítica e necropolítica atuam com suas tecnologias de poder, racializadas na implementação do *softpower* e do *hardpower*. Assim, psicopoder e necropoder se complementam, um explorando a psique; o outro, colocando a morte a serviço do capitalismo. Mais que paradigmas de poder, são relações concretas mediadas pelos circuitos pervasivos do capital nas esferas de produção e de circulação de mercadorias.

Referências

- BENJAMIN, Walter (2012). *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre, Zouk.
- BIFO, Franco Berardi (2005). Del intelectual orgánico a la formación del cognitariado. *Archipiélogo: cuadernos de crítica de la cultura*. Madrid, n. 66.
- BRUM, Eliane (2016). Exaustos-e-correndo-e-dopados. *El País*, Brasil, 4 jul., pp. 1-3. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html. Acesso em: 2 mar. 2023.
- BRUNO, Fernanda (2018). A economia psíquica dos algoritmos: quando o laboratório é o mundo. *Nexo*, Ensaio, 12 jun. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2018/A-economia-ps%C3%AD-quica-dos-algoritmos-quando-o-laborat%C3%B3rio-%C3%A9-o-mundo>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna e FALTAY, Paulo (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 26, n. 3, set.-dez. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- CHAMAYOU, Grégoire (2015). *Teoria do drone*. São Paulo, Cosac Naify.

- COULDRY, Nick e MEJIAS, Ulises A. (2019). *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford, Stanford University Press.
- FAUSTINO, Deivison (2020). Os condenados pela Covid-19: uma análise fanoniana das expressões coloniais do genocídio negro no Brasil contemporâneo. *Buala*, Cidade, 10 jul. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cidade/os-condenados-pela-covid-19-uma-analise-fanoniana-das-expressoes-coloniais-do-genocidio-negro?fbclid=IwAR2-nRuVhOB-6tqxo2qAVxwzmbCtvca2Gj5H4Xk9UZCn9AwRmwJ03nFqEJ2k>. Acesso em: 9 jan. 2023.
- FAVARO, Laura García e DE MIGUEL, Ana Álvarez (2016). ¿Pornografía feminista, pornografía antirracista y pornografía antiglobalización? Para una crítica del proceso de pornificación cultural. *Labrys, Études Féministes/Estudos Feministas*, v. 29.
- FERRARI, Terezinha (2012). *Fabricação da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo, Outras expressões.
- FOLETTTO, Leonardo (2018). “Introdução”. In: BARBROOK, Richard e CAMERON, Andy. *A ideologia californiana: uma crítica ao livre mercado nascido no vale do silício*. Tradução de Marcelo Träsel. União da Vitória, Monstro dos Mares e Baixacultura. Disponível em: <https://baixacultura.org/loja/a-ideologia-californiana/>. Acesso em: 11 fev. 2023.
- HAN, Byung-Chul (2015). *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, Vozes.
- HAN, Byung-Chul (2017). *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, Vozes.
- HAN, Byung-Chul (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Mauricio Liesen. Belo Horizonte, Âyiné.
- HARAWAY, Donna J. (1991). “A Cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century”. In: HARAWAY, Donna J. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York, Routledge. (Trad. Bras. Tomaz Tadeu. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari e TADEU, Tomaz (2009). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica.

- IASI, Mauro (2023). IAgora: inteligência artificial e alienação. inteligência artificial e alienação. 2023. In: *Blog da Boitempo*. São Paulo, 12 maio. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/05/12/iagora-inteligencia-artificial-e-alienacao/>. Acesso em: 13 maio 2023.
- KAUFMAN, Dora (2016). Inteligência artificial: questões éticas a serem enfrentadas. In: SIMPÓSIO NACIONAL ABCiber – CIBERCULTURA, DEMOCRACIA E LIBERDADE NO BRASIL, 9, São Paulo. PUC-SP.
- KWET, Michael (2021). *Digital colonialism: the evolution of US empire*. *TNI Longreads*. Amsterdam, 4 mar. Disponível em <https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire>. Acesso em: 5 dez. de 2022.
- LIPPOLD, Walter e FAUSTINO, Deivison (2022). Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- LORDE, Audre (1984). “Use of the erotic: the erotic as power”. In: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York, The Crossing Press Feminist Series, pp. 53-59.
- MARX, Karl (1986). *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MBEMBE, Achille (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo, n-1.
- MOROZOV, Evgeny (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo, Ubu.
- POCHMANN, Marcio (2022). Era digital e Brasil sob escravidão contemporânea. *Outras Palavras*, 21 fev. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/pochmann-era-digital-e-brasil-sob-escravidao-contemporanea/>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- SADIN, Éric (2015). *La vie algorithmique: critique de la raison numérique*. Paris, L'Échappée.

- SANTANA, Léa Menezes de (2016). Quebra de paradigmas e contra atuações: como a pornografia feminista contribui para ressignificações também nos bastidores da indústria cinematográfica. *Revista Feminismos*, v. 4, n. 2/3. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30227>. Acesso em: 14 maio 2023.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (2015). “WikiLeaks e as tecnologias de controle”. In: ASSANGE, Julian. *WikiLeaks: quando o Google encontrou o WikiLeaks*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo, Boitempo.
- ŽIŽEK, Slavoj (2023). O deserto pós-humano. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*. São Leopoldo, 13 maio. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627866-o-deserto-pos-humano-artigo-de-slavo-j-zizek>. Acesso em: 14 maio 2023.

Desigualdade social e precarização do trabalho: dois fenômenos que se complementam

Odair Furtado

A condição social brasileira é um caso *sui generis*: um país com o Produto Interno Bruto (PIB) de 1,8 trilhão de dólares, equivalente a 8 trilhões de reais em 2023, o nono maior do planeta (EUA 18,6 trilhões; China 11,2 trilhões; Japão 4,9 trilhões; Alemanha 3,4 trilhões; Reino Unido, França e Índia, na casa de 2 trilhões) e uma das piores distribuições de renda de todo o planeta. Muito esforço de pesquisadores e muitas discussões foram realizadas para compreender essa peculiaridade brasileira.

É importante destacar o trabalho pioneiro do grupo formado em torno do professor Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), na década de 1950, que citamos em outra oportunidade (Furtado, 2021). Apontamos, então:

Assim, a maneira como se estruturou a forma básica de exploração, a relação capital-trabalho, ocorre sob o signo da exclusão, da crueldade e do cinismo. [...]. Essa matriz do projeto constitutivo da nação brasileira é responsável pela condição atual de um país com uma das maiores concentrações de riqueza e uma das maiores diferenças sociais do planeta e representa a forma como, desde o final do Segundo Império os segmentos dominantes estabeleceram a dinâmica da concentração de riquezas e poder em nosso país. Uma análise importante foi realizada pelos intelectuais brasileiros do porte de Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Este último, no seu livro *Escravidão e Racismo*, citando Celso Furtado e Caio Prado Jr., dentre uma consistente e vasta referência de

autores que embasaram seu trabalho, nos dá um retrato claro e preciso da passagem da formação social escravista para a formação social capitalista e como essa passagem era mediada pelos interesses regionais. Assim, para Ianni (1978, p. 25) ‘No Brasil, a formação social capitalista foi se constituindo, por assim dizer, por dentre e por sobre a formação social escravista’. (p. 22)

Pedro H. G. Ferreira de Souza, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), através do modelo desenvolvido pelo economista Thomas Piketty sobre o estudo das desigualdades econômicas, aponta que há uma posição tradicional entre os economistas que consideram a profunda desigualdade econômica entre pobres e ricos na América Latina e, particularmente, no Brasil, considerada pelo *mainstream* dos estudiosos como tendo origem no próprio período colonial. Entretanto, citando autores que ele chama de revisionistas (como John Coatsworth e Jeffrey Williamson), essa forma de concentração da riqueza na América Latina é recente e remete ao grande nivelamento observado na Europa nas primeiras décadas do século XX.

De qualquer forma, Souza (2018) frisa que, no caso brasileiro, a pesquisa sobre renda somente é possível a partir de 1926, momento em que o padrão de desigualdade brasileiro está consolidado. É curioso notar que, ao observar com lupa o percurso da desigualdade década a década, o autor identifica que os períodos de maior concentração da riqueza nas mãos do segmento da população representada pelo 1% mais rico ocorrem em períodos ditatoriais, e a redução da concentração nos períodos mais democráticos. De acordo com Souza (2018):

A permanência desses altos níveis de desigualdade não nos deve fazer perder de vista as tumultuosas mudanças que, mesmo sem se traduzirem em tendências seculares, produziram flutuações consideráveis nas frações apropriadas pelos mais ricos. No caso do 1% mais rico, há três períodos de clara elevação da desigualdade, dois deles correspondentes à instauração das duas ditaduras vividas pelo país no século XX: a fração do centésimo mais rico aumentou durante o Estado Novo (1937-1945), notadamente durante a Segunda Guerra Mundial, e após o golpe militar de 1964 [1964-1985]. (Ibid., p. 230)

Podemos considerar que o autor, cuidadosamente, aponta que através dos seus recursos analíticos não é possível constatar empiricamente, desde o seu início, a concentração de renda no Brasil e que sua análise a respeito é possível a partir dos registros de renda que têm início em 1926. Entretanto, Souza deixa aberta a porta para a análise social do processo, como apresentamos ao citar Florestan Fernandes e Octávio Ianni.

Do nosso ponto de vista, não é possível separar a história do desenvolvimento brasileiro de suas condições sociais e históricas, mas a visão aprofundada dessa discussão deixamos para economistas como Marcio Pochmann que também publica seu capítulo neste livro. O fato é que a desigualdade é estrutural e pode ser superada com políticas públicas eficientes e condições adequadas, tanto no cenário interno quanto no internacional. Entretanto, esbarra em condições inelutáveis: o capitalismo brasileiro e a superexploração da força de trabalho. Esse é o outro lado da moeda: a precarização da força de trabalho como forma de exploração dos trabalhadores brasileiros.

Tal precarização, no Brasil, desde a década de 1990, foi muito estudada por grupos liderados por Ricardo Antunes, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e por Ruy Braga, pesquisador da USP. Temos acúmulo de pesquisa importante que permite apontar, como Antunes (2006), que o “Capitalismo brasileiro, de desenvolvimento hipertardiado quanto ao seu modo de ser, vivenciou, ao longo do século XX, um verdadeiro processo de acumulação industrial, especialmente a partir do getulismo” (ibid., p. 16). Ele completa:

No que concerne à dinâmica interna do padrão de acumulação industrial, estruturava-se pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, em um patamar industrial significativo para um país que, apesar de sua inserção subordinada, chegou a alinhar-se, em dado momento, entre as oito grandes potências industriais. (Ibid., p. 17)

O argumento de Antunes nos permite entender que a análise da desigualdade brasileira pode ser constatada empiricamente, como bem aponta Souza (2018), mas não pode ser compreendida sem que se inclua a análise

das condições históricas e sociais em que ocorre o fenômeno da concentração de renda apontado pelo autor. O desenvolvimento social e a acumulação do capital não são construídos acidentalmente, mas como fruto de escolhas determinadas e alianças da burguesia brasileira e seus interesses imediatistas. A industrialização (tardia) mencionada por Antunes (2006), estabeleceu um novo ritmo ao país, produzindo o êxodo rural que levou a taxa de 80% da população rural a se transformar, em 1970, em 80% da população urbana. Todo esse movimento de transposição da população rural para as cidades formou uma classe operária que ganhou consistência política como classe (Braga, 2013), mas não qualificou a massa de migrantes que escapou da fome no campo para a vida precária nas periferias das grandes cidades. O êxodo rural, durante os 40 anos de industrialização do Brasil (1930-1970), deslocou uma massa de camponeses pobres para as cidades para se transformarem em operários pobres. A desigualdade social permanece igual, a condição social do trabalhador muda!

Ruy Braga descreve e analisa esse fenômeno como o nascimento do precariado brasileiro. Esse termo foi cunhado pelo pesquisador Guy Standing, da Universidade de Londres, em *The precariat: the new dangerous class* (2011) e concomitantemente utilizado por Braga, em 2012, em *A política do precariado: do populismo à hegemonia* (Braga, 2013).¹ O autor nos apresenta uma discussão bastante fundamentada em que compara a noção de *subproletariado* criada por Paul Singer a partir da forma como foi trabalhada por André Singer, com a de *batalhadores* cunhada por Jessé Souza. Braga avança para uma definição em que diz:

Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletário precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto do lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’ [18 Brumário de Luís Bonaparte]. Por três razões principais, essa definição parece-nos mais acertada do que aquela adiantada por Castel e Standing. Em primeiro lugar, ela permiti-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como subproduto da crise

1. Ruy Braga cita o livro de Guy Standing (2011) em seu livro, publicado originalmente em 2012.

do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. E terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*. (Ibid., p. 18)

Cabe, ainda, mencionar a síntese que Braga apresenta para esse cenário do que justifica a condição do precariado no Brasil:

[...] o processo de migração para as cidades, além de reforçar os baixos salários, favoreceu o desenvolvimento de relações trabalhistas precárias que acabaram cristalizando um mercado de trabalho cuja principal característica é a reprodução da insegurança proletária. (Ibid., p. 31)

O percurso dessa discussão que analisa a profunda desigualdade social no Brasil e as condições de evolução histórica dos trabalhadores e do mundo do trabalho mobilizou os maiores intelectuais brasileiros e o esforço acadêmico de gerações, desde Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Octavio Ianni e muitos outros até os novos analistas e pesquisadores como Antunes e Braga. Há um percurso desses grandes analistas da condição brasileira que foi sintetizado por Ruy Braga. São obras de cunhos diferentes, de momentos diferentes, geniais, mas com recursos ainda em construção que permitiram um olhar atualmente mais definido.

Assim, temos a constatação cabal da concentração de renda e da desigualdade social, conforme aponta Souza (2018), como um fenômeno latino-americano, mas particularmente brasileiro, que não acompanhou os momentos em que países da Europa superaram a sua condição de desigualdade através de movimentos de enfrentamento à burguesia, em formas historicamente determinadas, por exemplo, na derrota do nazifascismo na II Grande Guerra e na redemocratização da Europa, com as classes populares muito organizadas.

No Brasil, a organização operária chega a um estágio superior com as greves de 1980 a 1990, mas não suficientes para uma reorganização do país

de forma revolucionária. Mesmo o movimento Diretas Já, responsável pela queda da ditadura militar, não teve ímpeto suficiente para uma ação revolucionária que mudasse as condições gerais da relação entre o poder empresarial e a massa de trabalhadores e a reversão das formas de exploração do trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

Desigualdade social é um fenômeno histórico que reflete, na América Latina, o processo de transferência de riquezas e acúmulo primitivo do capital, estabelecendo relações sociais de dominação que marcam o desenvolvimento socioeconômico de nossas nações e a precarização das relações de trabalho que se associam a essas condições estruturais como forma cruel de exploração da força de trabalho. Evidentemente, as condições históricas de constituição das nações latino-americanas, com suas particularidades, ditam uma história singular de cada uma delas. O Brasil tem a sua história e a sua particularidade, mas não foge ao seu destino de país colonizado, escravagista até o último minuto, com uma reserva de contingente humano destinada a baixos salários e disponibilidade de cargos de baixa e média complexidade.

Essa condição não exige muito da formação de nossos trabalhadores e não houve também interesse público em alterar a condição de trabalhadores com baixa escolaridade, formados na lida; a manutenção de um enorme exército de reserva que mantém os baixos salários; um parque industrial que não apresenta sofisticação tecnológica. Entramos no século XXI com a implantação de uma reestruturação produtiva que diminuiu o número de pessoas empregadas nas indústrias; de um agronegócio agressivo que produz para exportação com baixa ocupação de mão de obra; com aumento exponencial do setor serviços; com uma população com renda baixa, que representa uma absurda parcela da população. Desigualdade social e precarização das relações de trabalho são fenômenos que se associam, no Brasil e na América Latina, como irmãos siameses, andando unidos e inseparáveis.

O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Ação Social (Nutas) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) vem estudando a precarização das relações de trabalho e as dimensões subjetivas da realidade. Vamos, neste momento, apresentar os resultados de algumas de nossas pesquisas que procuram,

do ponto de vista da psicologia social sócio-histórica, contribuir com essa discussão por meio de estudos empíricos que analisam como trabalhadores e trabalhadoras reagem, vivenciam, sofrem com essa dura realidade.

Antes de apresentá-los, precisamos esclarecer as bases teórica e metodológica que os pesquisadores do núcleo desenvolveram durante mais de 20 anos de trabalho. Antes da sua configuração como núcleo, as pesquisas versaram sobre a psicologia social e as condições de vida dos trabalhadores no Brasil. A base epistemológica utilizada sempre foi o materialismo histórico e dialético, a partir de Marx e Engels, e as discussões realizadas pelos marxianos posteriormente. Não se trata de questão simples, considerando que era necessário estabelecer a relação entre essa base epistemológica e a psicologia social. Esse percurso foi realizado, inicialmente, pela professora e grande formuladora da psicologia social crítica no Brasil, Sílvia T. M. Lane, desde a década de 1970. Ela foi a formadora e responsável pela elaboração da psicologia sócio-histórica na PUC-SP e constituiu o grupo de psicologia sócio-histórica, cujos integrantes continuaram o seu trabalho², pesquisando e publicando, mantendo essa construção teórica atual.

Os desafios são muitos, e no caso que aqui se coloca, temas centrais são o da consciência e o da alienação. Furtado (1992) inicia essa relação entre a psicologia sócio-histórica e o materialismo histórico e dialético polarizando a definição de consciência de Vigotski, Leontiev e Luria com base em uma formulação sobre as funções psíquicas superiores e a base marxista da consciência como fenômeno humano constituído a partir da relação do ser humano com o mundo circundante, invertendo a visão hegeliana sobre o fenômeno. Mas estamos falando da consciência como fenômeno psicológico – e não da consciência operária, como fenômeno de classe. O recurso para aproximar uma visão, a do fenômeno psicológico, com a da consciência de classes, como postulada por Lukács (2018) em *História e consciência de classe*, não era tarefa simples, por estarmos tratando de fenômenos distintos.

2. Cabe mencionar os nomes de Bader Sawaia, Ana M. B. Bock, Maria da Graça M. Gonçalves, Wanda Maria Junqueira Aguiar, Elisa Zaneratto Rosa, Edna Kahale, Sandra G. Sanches, dentre outros.

Estabelecer a expressão de vontade ou de motivação, como ocorre quando se trata da consciência individual para uma classe, no caso a classe operária, não fazia sentido.

A alternativa, naquele momento, foi considerar os dois fenômenos como distintos: a consciência individual como fenômeno produzido socialmente, mas realizado pelas funções psíquicas superiores. Isso aparecia em Vigotski como sentidos e significados: os sentidos como elaborados pelos sujeitos no contato com a produção social dos sentidos (Vigotski, 2009). Entretanto, como era produzido o fenômeno coletivo da consciência de uma classe? Para Lukács (2018), a consciência de classe era atribuída e notada a partir de ações coletivas dos trabalhadores, de greves por melhores salários a uma ação revolucionária. Essa era a medida para identificar níveis de consciência de classe.

Somente mais tarde essa dicotomia ficou mais clara e foi superada (Furtado e Svartman, 2009), quando relacionamos Vigotski com o Marx dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, particularmente o texto “Trabalho estranhado e propriedade privada” (Marx, 2008). Em seguida, a solução completa veio através da *Ontologia do ser social* de Lukács (2010, 2012, 2013). Aquilo que apresentamos como relação entre subjetividade e objetividade (Furtado, 1998, 2002, 2011) como fenômeno dialético – considerando não haver subjetividade sem objetividade e vice-versa – ganhou vida com a discussão de Lukács sobre ontologia, causalidade, causalidade posta, teleologia e teleologia posta. Para Lukács (2018) a consciência é tudo, menos um epifenômeno da processualidade social. Sem consciência, não há objetivação (*entäusserung*) e não pode haver ser social e, nesse sentido, o contexto da objetivação é realizado pela sua última mediação, o trabalho. É no trabalho que subjetividade e objetividade se articulam para converter a causalidade em causalidade posta. A apreensão do real se dá pelo reflexo, forma social da ativa apropriação do real pela consciência na busca dos meios, que é o verdadeiro processo *em si* do trabalho (Lessa, 2012).

Foi por meio dessa discussão que surgiu a noção de dimensões subjetivas da realidade (Bock e Furtado, 2019; Bock e Gonçalves, 2009; Furtado, 1998, 2002; Furtado et al., 2022) como categoria que se apropria da afirmação de Lukács de que subjetividade e objetividade se articulam e da discussão

do autor sobre a produção teleológica humana em que, em determinadas condições históricas, a causalidade posta (trabalho) quando objetivada transforma-se em “segunda natureza” e o ente posto adquire uma objetividade independente da consciência que o pôs.

Assim, as criações humanas (singulares ou totais) passam a se desenvolver de forma puramente causal, não teleológica, confrontando-se com o indivíduo no cotidiano como uma segunda natureza (Lessa, 2012). Essa “segunda natureza” que adquire uma objetividade independente da consciência, é o repertório, no caso do capitalismo, de conteúdos coletivos – de caráter ideológicos ou não – produzidos pela condição de estranhamento do ser social nas relações concretas de trabalho que justificam as relações sociais naturalizando-as. Assim, o sentido estranhado ocorre, em sua singularidade, a partir de cada sujeito na sua relação social (através do trabalho) e, coletivamente, através da produção de significados gerados a partir dessa relação de estranhamento.

Partindo dessas referências, buscamos a realização da pesquisa empírica, identificando condições em que as dimensões subjetivas da realidade interferem nas formas singulares de consciência do trabalhador, na condição de precarização das relações de trabalho, no cenário de um imenso exército de reserva de trabalhadores produzido pela desigualdade social. Conhecendo essa “segunda natureza”, como descreve Lessa, a partir da ontologia do ser social (Lukács, 2010, 2012 e 2013), poderemos entender melhor as adversidades vividas pelos trabalhadores precarizados nas suas condições reais de trabalho e apontar para a possibilidade de organização e superação dessa condição precária de trabalho.

O Nutas, nos últimos anos, vem se dedicando a produzir um mapa das condições precárias de trabalho, buscando analisar alternativas em que trabalhadores, de forma organizada, participam, como forma de superar o desemprego e garantir a produção de renda de forma digna. Para tanto, dedicamo-nos a compreender, do ponto de vista da psicologia social sócio-histórica, as dimensões subjetivas que perpassam as experiências dos trabalhadores ou de segmentos da sociedade que enfrentam dificuldades ou encontram soluções que podem ser ampliadas e socializadas.

Foi o propósito de Vanessa Miranda (2020), ao estudar a história da imprensa operária e a organização de movimentos populares das décadas de 1970 e 1980, no ABC Paulista e na Grande São Paulo, e suas lutas por democracia durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Miranda pesquisou diferentes coletivos que, no período mencionado, apresentavam produção significativa de materiais de comunicação popular. Da análise desses registros, depreenderam-se processos de organização, cultura e solidariedade, evidenciados como dimensão subjetiva da realidade. A autora identificou, nessas experiências, a criação de linguagens visual e escrita que transformam a forma de divulgar e de intervir em aspectos culturais da classe trabalhadora voltados à autonomia dos sujeitos, à sua emancipação e às práticas de solidariedade diante das adversidades socioeconômicas e da violência de Estado.

Também cabe destacar a pesquisa de Camilla Veras Pessoa da Silva (2022) em seu doutorado *Subjetividade-corpo-terra-território: os impactos psicossociais e a resistência das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da mineração na bacia do rio Doce em Minas Gerais*. Uma pesquisa que deu continuidade seu mestrado realizado logo após o rompimento da barragem e que permitiu à pesquisadora a identificação do protagonismo de mulheres que foram fundamentais na luta e na resistência em meio a uma situação trágica amplamente noticiada e acompanhada por todos nós. Além das histórias dramáticas, Camilla pôde destacar e analisar uma forma de feminismo que se constitui no enfrentamento e no reconhecimento da potência e da força dessas mulheres.

Um pouco antes, em 2015, Luciano Ferreira Rodrigues Filho, em seu mestrado *O trabalhador do corte de cana no Norte pioneiro do Paraná: o fim da atividade e os sentidos do trabalho*, fez uma bela pesquisa analisando as condições dos cortadores de cana no Norte do Paraná. A atividade do corte de cana é reconhecida como atividade que provoca graves acidentes aos trabalhadores, alguns, fatais. Essa atividade deve ser erradicada, mas o terreno acidentado do Norte do Paraná não permitia a utilização de colheitadeiras mecânicas para o corte da cana que era realizado por trabalhadores de vários lugares do país, contratados por “gatos” que os arregimentavam para um trabalho extremamente penoso e mal remunerado. A pesquisa serviu como denúncia das precárias condições de trabalho desses cortadores de cana.

Winnie Nascimento dos Santos (2020), no mestrado *Significações de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social*, buscou compreender a vida, as dificuldades, os enfrentamentos, a discriminação, o machismo no caso de mulheres pretas de reconhecido sucesso em suas carreiras profissionais. Sabemos que as mulheres pretas enfrentam as maiores dificuldades na inserção no mundo do trabalho e são precedidas por homens brancos, mulheres brancas e homens pretos. Entender como esse grupo de mulheres enfrentou e rompeu as barreiras da discriminação e do preconceito foi um modo de demonstrar que a luta antirracista dessas trabalhadoras, mesmo com todas as dificuldades, representa uma alternativa.

Também seguiu o caminho da discussão antirracista Márcio Farias (2022), cuja pesquisa tinha como objetivo situar o tema do racismo e da subjetividade a partir da psicologia sócio-histórica. Para isso, recompôs a contrapelo uma história da subjetividade e da psicologia em sua abstração e sua contingência racial para discutir como os povos entendidos como sem história – neste caso, africanos e seus descendentes também foram entendidos como sem subjetividade – e conseqüentemente subtraídos do panteão da humanidade, não só pelo pensamento conservador, mas também pelo pensamento progressista, inclusive o marxismo. Em linhas gerais, para a ciência da alma se afirmar enquanto *logos* na tradição ocidental, existiu um correspondente de experiência vivida, porém omitida ou negligenciada de não europeus. A tese é de que, sem que se refaça esse caminho, não será possível o devido cotejamento e a apreensão da dimensão subjetiva da realidade e da experiência negra.

Também nesse período, o trabalho através de plataformas, como Uber, iFood e até o trabalho plataformizado dos psicólogos (clínica on-line) apresentam-se como forma generalizada de precarização das relações de trabalho e colocam os trabalhadores que aderem a essas plataformas em condição bastante complicada, com baixo rendimento e a tentativa de convencê-los de que estão fazendo um ótimo negócio com um novo tipo de “empreendedorismo”. Destacamos o doutorado de Luís Henrique Nascimento Gonçalves (2023), *Máquinas automágicas: trabalho, mente estendida, subjetividade e o fetiche da mercadoria*, uma consistente e profunda pesquisa que esmiuçou a relação entre as máquinas “pensantes”, como diz Norbert Wiener, e a geração

de valor, de forma oculta, pelas redes sociais. A noção de mente estendida é vital para o sucesso dessas redes e sua apropriação do nosso modo de vida por meio dos algoritmos. Seguiu os passos de Luís Henrique o mestrado de Gabriel Girardi Motta (2022) sobre a uberização do trabalho de psicólogos e psicólogas através da plataformização do atendimento clínico psicológico – que é pessimamente remunerado e exige 10 horas de trabalho diário para garantir a renda média de um profissional bem instalado no mercado.

Cabe mencionar, também, o doutorado de Priscila Moreira Santana (2022) que realizou uma clínica do trabalho atendendo motoristas de ônibus da cidade de Manaus que foram afastados da atividade por adoecimentos causados pelo desempenho da profissão. Devido a esses acidentes de trabalho, alguns deles foram aposentados compulsoriamente e não têm chance de retornar à sua atividade. Priscila compara a ação da psicossociologia com a psicologia sócio-histórica e avalia o potencial da discussão sobre o desgaste da atividade realizada pelos motoristas de coletivos e as referências para o trabalho de recuperação e alternativa de vida para esses trabalhadores.

Por fim, houve a publicação de um livro com os resultados de pesquisa realizadas pelos participantes do Nutas (Furtado et al., 2021), coordenado por mim, pela professora Elisa Zaneratto Rosa (PUC-SP), pelo professor José Agnaldo Gomes (PUC-SP) e pela pesquisadora Solange Aparecida Lima (Nutas). Tal pesquisa foi realizada para a Unisol Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos com o objetivo de avaliar o método de trabalho das Redes de Cooperativas de Economia Solidária. Redes de cooperativas é uma etapa superior das cooperativas populares, que se organizam para potencializar suas ações. É o caso de cooperativas de produtores rurais do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo que, juntas, podem organizar a sua produção e garantir vendas de forma mais eficiente. A rede reúne várias cooperativas e estabelece sinergia nas relações de compra de insumos, de soluções técnicas e da venda dos produtos. São vários os ramos em que as redes estão formadas e funcionando com ganhos reais, que superam a fase inicial de cooperativas populares com baixo rendimento e vida útil muito curta. O papel do Nutas foi identificar o modo de funcionamento das redes e analisar seu potencial, identificando seus métodos de trabalho para que o modelo possa ser repetido em outras experiências no Brasil.

Podemos dizer que as pesquisas aqui apresentadas transitam em duas perspectivas que se somam na compreensão das dimensões subjetivas da precarização das relações de trabalho e das alternativas que buscam superar a desigualdade social no Brasil. Por um lado, busca compreender e apoiar trabalhadores e trabalhadoras, apoiando-os no que se refere ao sofrimento, causado tanto pelo adoecimento na situação de trabalho como pelo desgaste produzido por condições de trabalho inadequadas que, ao longo prazo, produzem adoecimentos graves que provocam o afastamento longo ou definitivo do emprego. Por outro, busca entender a dinâmica dos processos de consciência da realidade ou como o estranhamento dos trabalhadores e trabalhadoras em uma atividade laboral descolada de sua condição de ser social. Em outros casos, as pesquisas apresentadas avaliam alternativas de cunho popular que procuram geração de renda vinculada a uma visão política de superação do capitalismo.

Evidentemente, somente as experiências de resistência, no caso da saúde do trabalhador, ou da identificação de dimensões subjetivas produzidas como justificativa do *status quo* fortemente desfavorável para trabalhadores e trabalhadoras nas condições concretas do mundo do trabalho e da via para o que Braga (2013) chama de precariado, não são suficientes para transformação da realidade. A superação da desigualdade social e da precarização das relações de trabalho no Brasil depende de eficientes políticas do Estado brasileiro na direção da real distribuição de renda. Taxação das grandes fortunas e taxaço progressiva das heranças, programas de distribuição de renda, políticas públicas que garantam moradia à população mais pobre, saúde e educação pública de qualidade, esse conjunto de medidas é uma pauta urgente e deve estar presente nas reivindicações populares e nas negociações sindicais.

Nós, do Nutas, colocamo-nos politicamente nesse caminho, buscando realizar estudos e pesquisas engajados em um programa que se coloca ao lado de trabalhadores e trabalhadoras, procurando produzir conhecimentos que possam ser colocados a serviço daqueles que reúnem a força de transformação e representam o futuro do nosso país.

Referências

- ANTUNES, Ricardo (org.) (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo.
- BOCK, Ana M. B. e FURTADO, Odair (2019). “Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da Psicologia”. In: BOCK, Ana M. B. et al. São Paulo, Educ.
- BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, Maria da Graça, M. A. (org.) (2009). *Dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez.
- BRAGA, Ruy (2013). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo.
- FARIAS, Márcio (2022). *O Hércules quasímico da psicologia sócio-histórica: ontologia negativa, lutas políticas e dimensão subjetiva da realidade*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade de São Paulo.
- FURTADO, Odair (1992). *Da consciência crítica e da consciência fragmentada: um estudo sobre a consciência operária*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FURTADO, Odair (1998). *Dimensões subjetivas da realidade: um estudo da subjetividade social no Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade de São Paulo.
- FURTADO, Odair (2002). “As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social”. In: FURTADO, Odair e GONZÁLEZ-REY, Fernando L. (org.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- FURTADO, Odair (2011). *Trabalho e solidariedade*. São Paulo, Cortez.
- FURTADO, Odair (2021). “Redes solidárias, uma estratégia fundamental da economia solidária e das cooperativas populares”. In: FURTADO, Odair et al. *Redes solidárias: experiências no campo da economia solidária*. São Paulo, Educ.

- FURTADO, Odair e SVARTMAN, Bernardo P. (2009). “Trabalho e alienação”. In: BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, Maria da Graça, M. *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez.
- FURTADO, Odair et al. (2022). “A psicologia sócio-histórica e os fenômenos estruturantes na sociedade capitalista neoliberal”. In: BOCK, Ana M. B. et al. *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo, Educ.
- GONÇALVES, Luís H. N. (2023). *Máquinas automáticas: trabalho, mente estendida, subjetividade e o fetiche da mercadoria*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LESSA, Sérgio (2012). *O mundo dos homens: trabalho e ser social*. 3 ed. São Paulo, Instituto Lukács.
- LUKÁCS, György (2010). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo.
- LUKÁCS, György (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo, Boitempo.
- LUKÁCS, György (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, Boitempo.
- LUKÁCS, Georg (2018). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 3 ed. Trad de Rodnei Nascimento. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- MARX, Karl (2008). *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2 ed. São Paulo, Boitempo.
- MIRANDA, Vanessa (2020). *Trabalhadores e trabalhadoras em movimento(s): leigos católicos e outros sujeitos na luta por democracia. (ABC e Grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980)*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MOTTA, Gabriel G. (2022). *A produção de sentidos do psicoterapeuta inserido na economia de plataforma: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- RODRIGUES FILHO, Luciano F. (2015). *O trabalhador do corte de cana no Norte pioneiro do Paraná: o fim da atividade e os sentidos do trabalho*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTANA Priscila M. (2022). *A saúde do trabalhador e o sentido do trabalho: pesquisa com motoristas de ônibus afastados do trabalho na cidade de Manaus-AM*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, Winnie N. (2020). *Significações de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Camilla V. P. (2022). *Subjetividade-corpo-terra-território: os impactos psicossociais e a resistência das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da mineração na bacia do rio Doce em Minas Gerais*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de (2018). *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre ricos no Brasil 1926-2013*. São Paulo, Hucitec/Anpocs.
- STANDING, Guy (2011). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- VIGOTSKI, Lev S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes. Originalmente publicado em 1934.

Desigualdade social: o que a Psicologia tem a dizer sobre isso?¹

Lorena Maria da Silva
Andressa Cezimbra Reichow
Mônica Gurjão Carvalho
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Este capítulo é fruto das discussões feitas no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Nuppdes/PUC-SP). Trata-se da sistematização de um trabalho de revisão sobre a produção da Psicologia em relação ao tema da desigualdade social.

A maneira como o Nuppdes vem abordando o tema da desigualdade social em suas pesquisas orientou essa análise do estado da arte sobre o tema. O objetivo foi, ao mesmo tempo, proceder à análise da produção existente e cotejá-la com as formulações elaboradas no núcleo, em um exercício de autocrítica, aprofundamento e fortalecimento do debate em torno da desigualdade social, fenômeno central na sociedade brasileira, em relação ao qual entendemos que a Psicologia não pode se furtar a discutir, pesquisar e

1. Este texto parte da produção do Nuppdes em atividade de pesquisa e debate ocorrida no primeiro semestre de 2021, da qual participaram e com a qual contribuíram outros membros do núcleo: Adrienne Barbosa da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Guilherme Aleixo Sandrin, Flávia Roberta Eugênio, Henrique Almeida Silva Galvão, Péricles de Souza Macedo e Renata Leatriz de Campos Temps.

intervir, visando à sua superação. Iniciamos apresentando alguns dos principais aspectos da discussão acumulados no Nuppdes sobre desigualdade social e seguimos relatando a pesquisa de revisão realizada.

A desigualdade social é um fenômeno social complexo, multifacetado e foco de múltiplas compreensões. De modo geral, ela não é entendida unicamente como a desigual distribuição de renda, mas se expressa no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à moradia digna, à saúde, à assistência social, à justiça e aos espaços de cultura e lazer. Sendo um fenômeno multideterminado, as explicações que circundam a ocorrência da desigualdade social são distintas e dependem das condições históricas e das dinâmicas sociais próprias de cada sociedade. Nessa direção, Scalon (2011) enfatiza que restringir as raízes desse fenômeno social a um único fator é minorar a complexidade que o envolve; logo, sendo um fenômeno complexo, soluções simples ou unilaterais não são admitidas. Apesar dessa evidente questão, a desigualdade social, frequentemente, é tratada tão somente como elementos econômico/financeiro que não se relacionam com o modo como as pessoas se constituem, pensam e experimentam suas existências.

Trata-se do predomínio de concepções sobre a desigualdade social que naturalizam o fenômeno, o que se passa em termos teóricos, com implicações para as compreensões presentes no cotidiano. Em outras palavras, esse fenômeno muitas vezes é naturalizado em nosso convívio diário, abordado como um acontecimento natural.

Desnaturalizar a desigualdade social significa assumir que as condições nas quais algumas pessoas vivem não são aleatórias, naturais e imutáveis, mas consequências históricas do abismo econômico e social existente entre nós, resultado de escolhas políticas feitas secularmente. Assumi-la como construída sócio e historicamente nos convoca a compreendê-la como estruturante da realidade brasileira (Melsert e Bock, 2015; Scalon, 2011).

Não sendo um problema específico do Brasil, dados da Oxfam (2017) relativos a 2016 mostram que o 1% mais rico da população mundial detém a mesma riqueza que os demais 99% e que apenas oito homens bilionários possuem a riqueza equivalente a 3,6 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre do planeta. No cenário brasileiro, a revista estadunidense de negócios e economia Forbes mostra que, no primeiro semestre de 2021,

o Brasil ganhou 10 novos bilionários, sendo que boa parte deles aumentaram seus patrimônios em meio à crise sanitária do novo coronavírus (Calais, 2021).

Os dados em questão, aliados ao estudo de Scalon (2011), reforçam que a desigualdade social não é um fenômeno inevitável, mas fruto das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade. Sendo reiteradas ao longo do tempo, tais escolhas tornam a desigualdade social fenômeno durável que possui significativos aprofundamentos em momentos de crise. Em que pese a expressão formal de valores igualitários na sociedade, o que se observa, em muitos contextos, é a manutenção e o aprofundamento da desigualdade social em suas diversas expressões.

Para além dos aspectos materiais, é importante reconhecer que a desigualdade social possui fatores culturais, morais e subjetivos que a alicerçam, o que convoca outras áreas, além da sociologia – campo disciplinar com estudos proeminentes sobre essa categoria –, a pensar sobre esse fenômeno e sua permanência. Enfocando em nosso campo de estudo, a Psicologia, observa-se que o estudo da desigualdade social e de seus impactos subjetivos se apresenta ainda de maneira tímida, sendo abordada de modo mais frequente nos estudos que se propõem a análise dos fenômenos sociais. Gonçalves e Bock (2009) discorrem que, costumeiramente estudados de maneira dicotômica, os fenômenos sociais são compreendidos ora como determinantes do comportamento humano, ora como estanques e a-históricos, sendo as relações humanas e a realidade social polos opostos que se associam de maneira mecânica.

Parece-nos que, historicamente, a Psicologia tem negligenciado o estudo da desigualdade social, o que nos convoca, neste texto, a refletir e a problematizar a maneira como ela tem debatido esse fenômeno e seus impactos sobre as relações sociais, políticas e culturais. Assim, nosso ensaio tem como proposta analisar, na literatura científica, as compreensões acerca da desigualdade social nas publicações em Psicologia no Brasil. Sem a pretensão de esgotar os debates acerca do tema, pois sabemos que, como conceito, as compreensões de desigualdade social se modificam com base nas transformações da realidade social, nosso intuito é instigar o debate a fim de convocar a ciência psicológica a pensar sobre os caminhos que tem

percorrido na sua relação com a desigualdade social. Partindo da Psicologia Sócio-Histórica, nosso ensaio passou pela seleção e leitura prévia de artigos sobre a relação entre Psicologia e desigualdade social, congregados, posteriormente, em categorias de análise.

O estudo – procedimentos

O estudo em questão consiste em uma revisão de literatura baseada no método revisão de escopo (*scoping review* ou *scoping study*). A revisão de escopo tem como objetivo mapear os principais conceitos que apoiam determinada área de conhecimento, examinar a extensão, o alcance e a natureza da investigação, sumarizar e divulgar os dados investigados e identificar as lacunas de pesquisa existentes (Arksey e O'malley, 2005). Para sua execução, tornou-se necessário seguir estas recomendações: (1) elaboração de uma pergunta de pesquisa vinculada ao objetivo; (2) estudo da viabilidade, da amplitude e da abrangência da revisão; (3) identificação/seleção de estudos relevantes; (4) extração de dados; (5) sumarização e relato de resultados, incluindo resumo numérico e análise qualitativa, considerando as implicações dos estudos nas políticas, práticas ou pesquisas (Levac, Colquhoun e O'Brien, 2010).

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, objetivou-se compreender como o fenômeno da desigualdade social está sendo abordado pelos diferentes campos de estudo da Psicologia, para além de um exaustivo levantamento de dados quantitativos. Dessa forma, utilizou-se, para o processo de análise do material coletado, a Psicologia Sócio-Histórica que toma o materialismo histórico e dialético como método, partindo da realidade e das contradições geradas a partir das condições de produção da vida material a fim de compreender o conjunto de ideias, a sociedade e a forma como se dão as relações sociais em determinado período histórico (Gonçalves, 2020).

O problema de pesquisa foi elaborado com base na estratégia “Problema, Conceito e Contexto” (PCC), conforme descrita por Brum (2016). Após observar práticas semelhantes, utilizou-se a estratégia PCC adaptada para PIC: *P* como um espaço utilizado para definir a população

do estudo (produção científica acadêmica); *I* contemplando o Fenômeno de Interesse (Desigualdade Social); *C* contexto (Pesquisa em Psicologia). A estratégia PIC auxiliou na identificação dos tópicos-chave, ajustando-a ao objetivo do estudo, sendo possível definir a questão norteadora desta revisão: “Como a produção científica acadêmica em Psicologia tem abordado o fenômeno da desigualdade social?”

A estratégia de busca considerou apenas artigos publicados em periódicos indexados a fim de selecionar somente trabalhos submetidos a rigoroso processo de avaliação. Dessa forma, os critérios de exclusão foram: artigos não indexados, teses, dissertações, resenhas, livros e capítulos de livros; artigos repetidos nas bases de dados e textos que se caracterizavam como editoriais; estudos realizados fora do Brasil ou publicados em língua diferente do português. Esse último critério foi estabelecido em função de que, nesse primeiro momento, nosso objetivo era conhecer a realidade das produções da Psicologia brasileira acerca do tema. Assim, os critérios de inclusão ficaram estabelecidos da seguinte forma: conter como palavra-chave os descritores “psicologia” e “desigualdade social” ou “iniquidade social”; publicação em língua portuguesa; estudos produzidos por pesquisadores da área da Psicologia (mesmo que publicados em periódicos de área diferente); artigos que tratassem da relação Psicologia e desigualdade social ou da concepção da Psicologia a respeito do fenômeno da desigualdade e/ou dos fenômenos marcadamente decorrentes desta.

As bases de dados verificadas foram Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Priorizamos utilizar apenas descritores registrados no Descritores em Ciência da Saúde (Decs), sendo eles: “psicologia; desigualdade social” e “psicologia; iniquidade social”. Optamos por levantar apenas artigos científicos a fim de estabelecer esse universo de análise, mesmo reconhecendo a existência de valiosas produções sobre o tema em formato de teses, dissertações e livros. Logo, como este estudo surge da necessidade imediata de conhecer

as concepções que a Psicologia vem formulando sobre a desigualdade social brasileira e, a partir delas, discutir e analisar os debates postos, consultamos apenas materiais de acesso facilitado e gratuito.

Além disso, por partirmos da Psicologia Sócio-Histórica que compreende a realidade social de forma historicizada e em permanente processo de construção (Gonçalves e Bock, 2009), não estabelecemos um recorte temporal para a seleção dos estudos, buscando, assim, compor um banco que proporcionasse a visualização de possíveis modificações sobre as concepções de desigualdade social presentes nos materiais localizados. Podemos, então, entendê-las de forma contextualizada, a partir dos distintos momentos socioeconômicos e políticos do país.

O processo de busca iniciou-se a partir do estabelecimento da pergunta de pesquisa (Como a produção científica acadêmica em Psicologia tem abordado o fenômeno da desigualdade social?). A partir dela, utilizou-se duas combinações de descritores: “psicologia + desigualdade social” e “psicologia + iniquidade social”. A opção pela utilização do termo “iniquidade social” se deu em função de observarmos que alguns materiais encontrados na busca utilizando o termo “desigualdade social” indicavam a utilização de “iniquidade social” como palavra-chave. Assim, realizou-se a pesquisa das duas formas nas quatro bases de dados citadas.

A primeira etapa, intitulada pré-seleção, consistia em realizar a leitura dos títulos dos artigos e das palavras-chave, verificar o tipo de publicação e a possibilidade de recuperação do material na íntegra. Essa etapa inicial, realizada nas duas primeiras semanas do mês de maio de 2021, aproximava-nos, ainda que de forma abrangente, dos estudos que versavam sobre o tema da desigualdade social no campo de estudo da Psicologia no Brasil. Os trabalhos selecionados foram recuperados e adicionados a uma base de dados particular.

O processo de refinamento contou com mais duas etapas, intituladas refinamento e análise primária. Na etapa de refinamento, foi realizada a leitura dos resumos dos artigos para a seleção dos estudos que seriam lidos na íntegra posteriormente, além da exclusão dos artigos duplicados. Partiu-se, então, para a leitura dos materiais na etapa que chamamos de análise primária que nos permitiu entrar em contato profundo com o conteúdo dos

estudos selecionados e que, posteriormente, seriam sistematizados e categorizados. Desse modo, mais alguns artigos foram retirados do nosso banco, resultando em um “n” final de 29 estudos. O processo pode ser consultado no Quadro 1 – Seleção da amostra.

Quadro 1 – Seleção da amostra

SELEÇÃO DA AMOSTRA	ACHADOS	BUSCA DE DESCRITORES: “PSICOLOGIA” + “DESIGUALDADE SOCIAL” OU “PSICOLOGIA” + “INIQUIDADE SOCIAL”			
		PEPSIC (n - 08)	SCIELO (n - 78)	LILACS (n - 136)	CAPES (n - 78)
	REFINAMENTO	LEITURA DE TÍTULOS, LEITURA DE PALAVRAS-CHAVE, RECUPERAÇÃO NA ÍNTEGRA, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE PUBLICAÇÃO			
		PEPSIC (n - 05)	SCIELO (n - 18)	LILACS (n - 18)	CAPES (n - 24)
	ANÁLISE PRIMÁRIA	LEITURA DE RESUMOS PARA SELEÇÃO DE LEITURA NA ÍNTEGRA, EXCLUSÃO DE DUPLICADOS, CONSTITUIÇÃO DE BASE DE DADOS PRÓPRIA			
		BASE DE DADOS DO ESTUDO (n - 29)			
	EXTRAÇÃO DE DADOS	ARTIGOS SELECIONADOS PARA COMPOR BANCO FINAL			
		N - 25			

Fonte: os autores.

Cabe frisar que, embora estejamos relatando a evolução desse processo de forma linear, a construção de suas etapas resultou de constantes revisões dos critérios estabelecidos. Especialmente quando se iniciou a etapa de extração de dados e categorização, muitas questões foram se colocando para nós. A construção dos grupos analíticos que serão apresentados a seguir resultou de movimentos de “idas e vindas” para que se possibilitasse a constituição dos seus sentidos. Além disso, a etapa da extração de dados acabou resultando na exclusão de mais quatro estudos, proporcionando-nos um universo final de análise de 25 estudos.

Tanto para a etapa da seleção da amostra quanto para a extração dos dados e categorização, utilizamos como ferramenta de apoio o programa Excel. Nele, foram construídas duas planilhas: uma para inserção e outra para organização dos dados nos momentos descritos. Conforme realizada a leitura na íntegra dos 25 estudos selecionados, os seguintes dados eram registrados e, então, sintetizados nas planilhas citadas: título do artigo; objetivo; ano de publicação; palavras-chave; referencial teórico-metodológico adotado; principais resultados encontrados; conceito de desigualdade social utilizado; autoria/grupo executante do estudo/universidade/região do país a qual pertence; área em que se insere; avaliação.

Tais informações tornaram-se pertinentes à medida que buscamos traçar o perfil dos estudos produzidos em nível nacional que inclui, além da relevância científica dos periódicos nos quais vêm sendo publicados, o interesse que a Psicologia vem dedicando ao tema, o desenvolvimento deste ao longo dos anos e as regiões do país que vêm privilegiando tais publicações.

Realizada a sistematização e a leitura na íntegra do conjunto de textos, utilizando-se da compreensão acerca da desigualdade social a partir da Psicologia Sócio-Histórica, emergiram dos resultados dois grupos analíticos, “Categorias da Desigualdade Social: como os estudos apreendem esse fenômeno?” e “Categorias da Psicologia: como os estudos relacionam Desigualdade Social e Psicologia?”, os quais serão apresentados a seguir.

Resultados

A partir dos critérios estabelecidos, foram encontrados 25 artigos em levantamento realizado entre os meses de abril e maio de 2021, sendo eles publicados entre os anos de 1998 a 2020. Vale destacar que 70% da produção científica encontrada foi produzida a partir do ano de 2011, o que pode ser fruto do investimento em políticas públicas sociais, ocorrido de maneira mais contundente após esse período. Os textos selecionados se referem a estudos empíricos e teóricos com uso de metodologia, especialmente, qualitativa, sendo a região Sudeste do Brasil a responsável pela maior parte das produções, seguida das regiões Nordeste, Norte e Sul, respectivamente.

Como dito, os dados coletados foram sintetizados e agrupados em dois grupos analíticos. Para fins didáticos, a bibliografia encontrada foi separada em subgrupos dentro das categorias citadas no intuito de facilitar a apresentação dos dados.

Categorias da Desigualdade Social: como os estudos aprendem esse fenômeno?

A partir dessa categoria, tentamos apreender de que maneira a desigualdade social foi compreendida nas produções científicas em Psicologia. De modo geral, nenhum dos artigos apresentou uma definição de desigualdade social decorrente de um único fator ou se manifestando de uma única forma, mas como multideterminada e multifacetada, isto é, como fruto de distintos elementos, com variadas manifestações. A partir dos artigos selecionados, formaram-se três grupos de caracterização da desigualdade social: a) A desigualdade social contém múltiplas dimensões; b) A desigualdade social não se restringe ao acesso à renda; c) Não apresenta definição.

a) A desigualdade e suas múltiplas dimensões

Neste grupo foram selecionados 17 artigos que compreendiam a desigualdade social não apenas como expressão do desigual acesso a condições objetivas – como, por exemplo, o não acesso à renda –, mas também constituída por uma dimensão subjetiva. Ou seja, nesse grupo, os estudos apontaram como a ausência de ativos tangíveis e intangíveis constitui e é constituinte desse fenômeno, podendo apresentar implicações não somente nas condições de vida material, mas também nos processos de subjetivação humana.

Os textos de Accorsi, Scarparo e Guareschi (2012), Borges e Amaral (2017), Conceição e Zamora (2015), Euzébios Filho e Guzzo (2009), Faro e Pereira (2011), Oliveira e Bock (2016), Oliveira (2017), Melsert e Bock (2015), Nascimento, Sarubbi e Souza (2009), Salata (2007), Santos,

Mota e Silva (2013) e Zamora (2012) apresentam uma conceituação explícita de desigualdade social, definindo-a como um fenômeno multifacetado, portanto, que se expressa por meio de hierarquias socioestruturais diversas (desigualdades de raça, gênero, classe, idade e território) com determinações sociais, históricas e econômicas, sendo fruto das escolhas políticas feitas ao longo da constituição histórica do Brasil, logo, passível de ser revertida. Os autores acrescentam que as hierarquias sociais estabelecidas pela desigualdade social afetam, também, a percepção de si que os sujeitos possuem e das próprias possibilidades, restringindo as participações social e política e a ocupação de espaços públicos e representativos na sociedade.

Bertini (2014), Feijó e Macedo (2012), Gonçalves Filho (1998), Imbrizi et al. (2019) e Sawaia, Albuquerque e Busarello (2020) partilham de perspectiva similar sobre as implicações subjetivas da desigualdade social nos modos de vida dos sujeitos, contudo, ao contrário dos autores citados anteriormente, não trazem uma caracterização explícita acerca desse fenômeno, apresentando-o como previamente conhecido. Apesar disso, os textos ratificam que a desigualdade social, além de acentuar crises socioeconômicas já existentes, pode agravar processos de exclusão e sofrimentos vinculados às relações dos sujeitos com a sociedade.

b) Desigualdade não se restringe ao acesso à renda

Três artigos foram selecionados para a composição deste grupo. A desigualdade social foi compreendida, aqui, como um fenômeno que não se restringe à renda monetária regular, mas também se caracteriza pela impossibilidade de acesso às instituições que viabilizam maior inserção e ascensão social. Para nós, as diferenças entre este grupo e o grupo “a” são sutis e se expressam, especialmente, por meio do acesso a bens tangíveis que podem minimizar as expressões da desigualdade social. Um exemplo disso pode ser visto nos estudos de Moura e Tamboril (2018), Silva e Menezes (2020) e Patto (2017) que discorrem, respectivamente, sobre a experiência da escolarização de jovens negros e o acesso às universidades por meio da Lei de Cotas; a caracterização do perfil de pessoas que habitam em territórios de risco;

o caráter das privações vivenciadas por jovens brasileiros. As discussões, de modo geral, apresentam a desigualdade social como um dos condicionantes dos problemas sociais debatidos, enfatizando que ela se figura como precária ou até nula possibilidade de acessar instituições de lazer, cultura, educação, entre outras instituições de acesso a direitos, inviabilizando a melhora nas condições da vida material.

Assim, por mais que os artigos pertencentes a este grupo não compreendam a desigualdade social como a exclusiva falta de ganho financeiro, as discussões se dedicam a evidenciar as implicações sociais do não acesso aos recursos materiais por meio de políticas de garantia de direitos, não se debruçando sobremaneira nas implicações subjetivas do não acesso a instituições que possibilitam novas posições socioeconômicas.

c) Desigualdade não possui uma definição explícita

Neste item, agrupamos os artigos que, apesar de terem o fenômeno da desigualdade social como parte do debate, não apresentavam uma caracterização explícita para ele, mencionando-o ao longo do texto, sem explicitação de delimitação ou definição. Cinco artigos formaram este grupo: os textos de Roazzi, Dias e Roazzi (2006), Morais et al. (2007) e Guerra et al. (2010) discutem sobre as implicações da desigualdade social, entre outros aspectos, em relação à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Já Urnau e Sekkel (2015) e Gomes, Andrade e Maheirie (2017), debatem acerca da experiência de trabalhadores junto ao campo das políticas públicas, mais detidamente com situações que expressam decorrências da desigualdade social.

Apesar de os textos não apresentarem uma conceituação precisa sobre desigualdade social, os debates apontam para uma compreensão que ora a entende como expressões da desigual distribuição das produções tangíveis e intangíveis na sociedade brasileira, inclusive as políticas sociais, ora como o escasso acesso aos recursos econômicos e/ou materiais por grupos historicamente marginalizados.

Categorias da Psicologia: como os estudos relacionam desigualdade social e Psicologia?

Para formar essa categoria analítica, partimos do questionamento: Qual lugar é dado à categoria desigualdade social nas produções em Psicologia? Isto é, qual foco a Psicologia dá à desigualdade social e como se dão as discussões acerca desse fenômeno na sua relação com a ciência psicológica ao longo dos textos? A partir dessas indagações, foram construídas quatro subcategorias: a) Impactos da desigualdade na constituição da subjetividade; b) Caracterização e determinantes da desigualdade enquanto elementos de subjetivação; c) Dimensão subjetiva da desigualdade; d) Estratégias de enfrentamento.

a) Impactos da desigualdade na constituição da subjetividade

Nesta subcategoria, a desigualdade social ocupou o lugar de um fenômeno que gera implicações na constituição da subjetividade daqueles que vivenciam suas expressões de modo direto, ou seja, por meio da ausência de recursos e da impossibilidade de acesso a direitos e/ou a instituições que possibilitem a obtenção de recursos tangíveis e intangíveis. Desta forma, as políticas públicas sociais são entendidas como mediadoras entre os indivíduos e o acesso à herança social produzida, possibilitando novas formas de existir socialmente para distintos grupos populacionais historicamente marginalizados. Os textos de Salata (2007), Guerra et al. (2010), Patto (2017), Euzébios Filho e Guzzo (2009), Feijó e Macedo (2012), Urnau e Sekkel (2015), Borges e Amaral (2017) e Gomes, Andrade e Maheirie (2017) evidenciam o modo como o ausente ou o precário acesso às políticas de habitação, educação, assistência social ou outras formas de proteção social podem favorecer um declínio das participações social e política em espaços coletivos, produzindo sofrimento, heteronomia e responsabilização pelos bens materiais e imateriais não conquistados. Nessa direção, os autores evidenciam o modo como esse processo de culpabilização gerado por um

ideário meritocrático acaba por produzir percepções alienadas a respeito do acesso aos direitos, como se alguns grupos fossem deméritos destes ou como se os direitos sociais fossem “favores” do Estado. Desse modo, as produções enfatizam que o papel da Psicologia é desnaturalizar visões meritocráticas por meio da afirmação da garantia de direitos via políticas públicas e desvelar as bases estruturais das mazelas sociais, garantindo equidade e formas mais justas de acesso aos bens produzidos pela humanidade.

Já os textos de Oliveira (2017) e Faro e Pereira (2011) discorrem sobre o modo como a desigualdade social atinge de maneira distinta a população, evidenciando que as expressões desse fenômeno podem acentuar-se a depender das intersecções de raça, classe e/ou gênero. Logo, para os autores, a Psicologia tem a responsabilidade de desvelar os processos de exclusão social então naturalizados, produzindo novas formas de conhecimento que auxiliem na construção de caminhos para uma descolonização epistêmica.

b) Caracterização e determinantes da desigualdade enquanto elementos de subjetivação

Neste grupo, a desigualdade social foi debatida a partir de um conjunto de fatores ligados às determinações de posição social, raça, gênero e território, sendo estes geradores de violação de direitos e sofrimento psíquico. O texto de Moraes et al. (2007) mostra como as condições de desfavorecimento econômico e o precário acesso à educação e às outras políticas sociais podem expor famílias a situações de violação de direitos ou a naturalização dos processos de violência já imputáveis legalmente. Os textos de Zamora (2012) e Conceição e Zamora (2015) caminham em direção semelhante ao apontarem para a determinação de raça/cor como fator dificultador do acesso às políticas sociais, evidenciando as raízes históricas ligadas ao passado colonial e escravista brasileiro. As autoras debatem sobre o modo como o precário acesso a essas políticas promove a manutenção das iniquidades raciais e de ideários racistas acerca da população negra brasileira. Para as autoras, a ciência psicológica deve cooperar para a construção de políticas

sociais cujas bases sejam propiciadoras de emancipação humana e evidenciar o modo como a discussão de raça é central nesse debate – tanto quanto os debates ligados a classe.

A discussão feita por Silva e Menezes (2020) discorre, igualmente, sobre a determinação de raça/cor, mas aliada ao território, analisando a desigual distribuição histórica de terras no Brasil a fim de perpetuar as relações de poder de brancos sobre negros, inviabilizando a ascensão social da população escravizada então liberta. Para as autoras, o decorrido implicou não somente nas informais e precárias condições de trabalho dessa população, mas também nas condições de moradia e no desenvolvimento dos territórios habitados, sendo que a insuficiente infraestrutura e as condições de acesso à cidade acentuaram os processos de vulnerabilidade e exclusão social.

Moura e Tamboril (2018) e Roazzi, Dias e Roazzi (2006) debatem sobre como as determinações de raça/cor aliadas ao desfavorecimento socioeconômico podem gerar compreensões equivocadas a respeito do acesso às políticas de educação e à ascensão no mercado de trabalho. As autoras de ambos os artigos mostram como jovens estudantes de escolas públicas e/ou privadas relacionam o pertencimento a determinados grupos sociais e econômicos às capacidades cognitivas, por vezes, não reconhecendo as desiguais oportunidades históricas que constituem a população brasileira. Accorsi, Scarparo e Guareschi (2012), por sua vez, discutem a desigualdade social a partir dos parâmetros de designação da pobreza e do modo como ela se expressa no pensamento brasileiro. As autoras mostram como as formas de lidar com a pobreza no Brasil a naturalizam – seja por meio de práticas da iniciativa privada ou por ações voluntárias do terceiro setor – escamoteando suas raízes e sendo, paradoxalmente, geradoras de sofrimento humano para uns e prática mercantil para outros.

Finalmente, pudemos notar que os textos de Silva e Menezes (2020), Moura e Tamboril (2018), Roazzi, Dias e Roazzi (2006) e Accorsi, Scarparo e Guareschi (2012) denunciam o modo como os problemas sociais vividos em decorrência da desigualdade social gera sofrimento e humilhação, falseando as percepções que os indivíduos possuem sobre si mesmos ao partirem de visões desqualificadoras, ligadas à incapacidade cognitiva ou à falta de esforço pessoal para justificar as dificuldades experienciadas. Dessa forma,

cabe à Psicologia denunciar as raízes das mazelas sociais, construindo caminhos para a garantia dos direitos de todos e a atenuação dos sofrimentos decorrentes das humilhações cotidianas.

c) Dimensão subjetiva da desigualdade

As autoras Oliveira e Bock (2016), Melsert e Bock (2015) e Santos, Mota e Silva (2013) apontam que a desigualdade não se constitui apenas de uma dimensão objetiva, mas também de uma dimensão subjetiva. Portanto, não se pode estudar a desigualdade como se ela existisse somente para além dos sujeitos, mas é preciso buscar a presença dos sujeitos nessa construção, visibilizando sua presença na construção dos fenômenos sociais coletivos. É a partir dessa proposta que as autoras sugerem a dimensão subjetiva da realidade como categoria central para os estudos da desigualdade social a partir da Psicologia.

Por dimensão subjetiva, os três artigos apontam que os fenômenos sociais – entre eles, a desigualdade social – são produções humanas coletivas, nas quais estão presentes não só elementos da realidade objetiva, mas aspectos subjetivos daqueles que participam da sua construção. Em outras palavras, as autoras explicitam que, nos fenômenos sociais, estão imbricados aspectos subjetivos e objetivos, de tal maneira que, por um lado, os indivíduos se apropriam de aspectos objetivos da realidade, mas, por outro, a realidade também se constitui a partir de aspectos individuais que constituem os fenômenos sociais. Trata-se de uma relação dialética, já que a dimensão subjetiva não se situa propriamente no campo da objetividade ou da subjetividade – já que estes não devem ser considerados em separado –, mas na conjunção desses aspectos.

Na mesma direção, os textos de Sawaia, Albuquerque e Busarello (2020), Bertini (2014) e Gonçalves Filho (1998) discorrem sobre a desigualdade social e seu entrelaçamento com os sofrimentos gerados diante da ausência de perspectivas de futuro e de participação social causadas pelo hiato das iniquidades. Os autores mostram que o fenômeno da desigualdade social não se restringe ao acesso a bens produzidos pela humanidade,

tampouco se expressa inexoravelmente na realidade objetiva. Pelo contrário, a vida material e o modo como os sujeitos se constituem estão em relação, sendo eles não passivos ante os fenômenos sociais, mas partícipes do seu processo de construção.

Dessa forma, os autores enfatizam que os estudos acerca do fenômeno da desigualdade social não podem se restringir ao viés econômico, já que este não é objeto externo e divorciado dos sujeitos, mas devem ser, também, concernentes ao processo de construção subjetiva da população brasileira, cabendo à Psicologia identificar e analisar as distintas dimensões que compõem essa realidade.

d) Estratégias de enfrentamento

Nesta categoria, a desigualdade social se apresentou como fenômeno a ser enfrentado por meio de práticas artísticas promotoras da participação social e da garantia de direitos. A Psicologia, em sua relação com a arte, foi entendida como uma das ciências participantes do processo de construção de caminhos para confrontar as expressões da desigualdade social, como o racismo, a violência urbana e outras situações sociais críticas. O texto de Imbrizi et al. (2019) mostra como a cultura *hip-hop* pode gerar novas possibilidades de ocupação dos espaços públicos, de participação política e social, desenvolvendo as potencialidades de jovens, por vezes, marcados pela segregação social.

Discussão

A desigualdade social: pano de fundo ou foco nos estudos em Psicologia?

Ao longo da análise dos estudos elencados, notamos que a desigualdade social é apresentada, basicamente, de dois modos: ora como principal ocasionadora dos demais fenômenos sociais, ora como mais um fator que se alia a outros, acentuando as condições de vulnerabilidade da população.

Em outras palavras, parece-nos que a desigualdade social foi discutida em alguns textos como uma das causadoras dos problemas sociais ou como mais um problema independente das demais expressões da questão social que, quando aliado a outros, acentuam problemáticas já existentes. Poucos foram os artigos que se dedicaram ao estudo da desigualdade social como estruturante das relações sociais no Brasil ou que se dedicaram a compreender as dimensões que a compõem. Ou seja, poucos foram os estudos que tiveram a desigualdade social como foco.

Vale a ressalva que muitas das bibliografias aqui analisadas não tinham como objetivo o estudo da desigualdade social em si, mas das suas expressões, o que também pode nos dizer sobre o lugar em que esse fenômeno é colocado nas produções em Psicologia: como um pano de fundo, um problema que existe independentemente dos demais fenômenos sociais e que, por não ser a lente de análise principal da estrutura da realidade brasileira, também se apresenta timidamente nas discussões da ciência psicológica. Esta parece temer aproximar-se das dimensões que compõem a desigualdade social e de uma possível cooperação para a leitura desse fenômeno, contornando-o, sem se chegar, como se não fosse parte da sua responsabilidade olhar detidamente para a desigualdade social, suas implicações e cooperar na construção de vias materiais para o seu enfrentamento. A Psicologia, por muito tempo, escamoteou as raízes estruturais do fenômeno da desigualdade social.

Euzébios Filho e Guzzo (2009) apontam, em sua análise sobre desigualdade social e pobreza, que a realidade social não é uma entidade soberana que independe dos indivíduos ou que estes são passivamente determinados por ela. Para eles, a desigualdade social e a pobreza são determinadas pela história das relações humanas. Isso significa que a realidade social, como se apresenta, não é fruto do acaso ou de características naturais do desenvolvimento socioeconômico da humanidade, tomado de maneira abstrata. Ao contrário, ela é construção humana, o que pressupõe a impossibilidade de compreender tal realidade e as relações sociais mediadas por ela fora da dimensão histórica da vida material.

A naturalização das determinações do fenômeno da desigualdade social é uma das expressões do modo como a ciência moderna passou a desenvolver métodos a fim de compreender a realidade social, como nos mostram

Gonçalves e Bock (2009). As autoras discorrem que a ciência separou sujeito e objeto a fim de garantir a neutralidade do método científico e a fidedignidade do conhecimento produzido. O objeto a ser estudado, nessa perspectiva, é visto como possuindo essência própria, independentemente das condições da vida material, como se disponível para ser conhecido desde que fossem utilizados os procedimentos corretos que garantissem a não contaminação por parte do pesquisador de elementos tidos como subjetivos. Ou seja, os objetos e os sujeitos apresentavam-se divorciados, com características independentes e não relacionáveis. Na mesma direção, a realidade social, bem como os fenômenos sociais a ela aliados, também eram entendidos como naturais, à disposição da racionalidade humana para serem descobertos.

Euzébios Filho e Guzzo (2009) alinham-se a Gonçalves e Bock (2009), demonstrando como a individualização e a naturalização dos fenômenos sociais colocam os sujeitos como espectadores da realidade, escamoteando as raízes dos problemas sociais, favorecendo perspectivas que compreendem os sujeitos como responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso, bem como pelas mazelas sociais, entendendo-as como originárias da essência humana.

A Psicologia, a fim de afirmar-se como ciência, tomou caminho similar: assumiu a realidade social e seus respectivos fenômenos como previamente postos, estabelecendo a dicotomia individual-social, objetivo-subjetivo e interno-externo como referência não apenas para a construção da ciência psicológica, mas também para explicar o comportamento dos indivíduos em suas relações sociais, prezando por uma perspectiva apriorística sobre o meio e o indivíduo.

Ao contrário do que é apresentado pela Psicologia em seus primórdios, sob o prisma da ciência moderna, a Psicologia Sócio-Histórica parte da compreensão de que os fenômenos sociais são tecidos ao longo da história humana e das relações sociais de produção. É no processo ativo de transformação da natureza que se dá a formação humana, do mesmo modo que é a partir desta que as formas de produção da vida são modificadas no curso da história. Tal perspectiva possibilita novas lentes para ver o mundo. É por meio da unicidade entre individual e social, interno e externo, sujeito

e objeto que passamos a compreender os fenômenos. Essa unicidade não é sinônimo de sinergia, mas de contrários que, em relação, modificam-se mutuamente sem anularem um ao outro (Gonçalves e Bock, 2009).

Partindo desse prisma, chegamos ao entendimento de que os fenômenos da realidade são multideterminados, ou seja, formam-se a partir de múltiplas dimensões que se constituem ao longo do processo histórico da vida humana. Nesse ponto, Gonçalves e Bock (2009) nos ensinam que, como processos, não devem ser admitidos como estanques, prontos para serem descritos por meio da aparência, mas como captados em suas diversas relações constitutivas. Logo, é equivocada a busca de causas explicativas fundamentais ou centrais para os fenômenos sociais, pois as constantes transformações advindas das relações em e na sociedade não admitem explicações únicas, mas devem ser captadas em seu movimento. Interessa conhecer o processo de constituição dos fenômenos com suas múltiplas determinações e mediações.

Do mesmo modo se dá a compreensão da desigualdade social na realidade brasileira. Compreendê-la como parte da sociedade, sem identificar seus processos constitutivos, sem captar suas implicações no processo subjetivo da vida humana é restringir-se a uma descrição dada, estanque e, por vezes, naturalizada.

Vemos, com base no exposto por Nascimento, Sarubbi e Souza (2009), que a incipiente produção da Psicologia em sua relação com a desigualdade social e seus constituintes mostra como esse fenômeno, mesmo sendo estrutural da realidade brasileira – e, por que não dizer, dos próprios contornos da Psicologia como ciência e profissão no Brasil – ainda é trabalhado como ‘mais’ um fator partícipe dos problemas sociais integrante do sofrimento humano, como se este fosse consequência e não seu elemento constitutivo. As autoras acrescentam que, mais do que restringir o debate da Psicologia às explicações econômicas-sociológicas, é necessário se atentar aos sujeitos que estão envolvidos no processo de exclusão-inclusão², aos sofrimentos e afetos a ele relacionados.

2. Sawaia (2002) mostra que o fenômeno da desigualdade social promove um processo de inclusão que é constitutivo da exclusão social, isto é, todos estão incluídos em algum “lugar”,

A Psicologia, em sua constituição no cenário brasileiro, baseou-se em teorias europeias e norte-americanas a fim de explicar a constituição social e subjetiva da população brasileira. Por meio da psicométrie, buscou identificar e oferecer respostas para os problemas sociais, tendo resultados de testes e técnicas como parâmetros explicativos das nossas características como povo. Por muito tempo, os fenômenos sociais foram naturalizados, deixando a busca pela essência das mazelas sociais reduzida à consideração das produções dos indivíduos, foco da nossa produção científica. A questão que fica para nós é: diante das perspectivas críticas já construídas e dos distintos estudos – mesmo decorrentes de outros campos teóricos – acerca dos elementos constitutivos da desigualdade social, por que ainda a Psicologia se aproxima tão timidamente desse fenômeno e insiste em vê-lo como fator externo à constituição subjetiva da população brasileira?

Nosso intento em responder tal questão parte da compreensão de como a subjetividade – por tanto tempo, em nossos estudos, concebida como herméctica na sua relação com a sociedade – pode ser considerada de modo relacional e imbricada ao fenômeno da desigualdade social. Entendemos que, a partir da perspectiva sócio-histórica, é possível caminhar em uma direção que tome a desigualdade social como foco de estudo, avançando na compreensão desse fenômeno pela via da dialética subjetividade-objetividade.

Dimensão subjetiva: uma categoria para o estudo da desigualdade social na Psicologia

Cunhada por Furtado (2002), a categoria Dimensão Subjetiva da Realidade compreende, a partir da Psicologia Sócio-Histórica, que a realidade se constitui sob uma base objetiva (concreta) e uma base subjetiva (valores), sendo estas assentadas histórica e socialmente em um movimento de constante dialética.

mesmo que seja às margens do desenvolvimento humano e social.

Ao passo que a espécie humana modifica o mundo que o circunda na busca de satisfazer suas necessidades, a realidade também a transforma e é internalizada, construindo componentes de uma vivência subjetiva. Se partimos da realidade social para pensar a constituição da subjetividade, não podemos abafar, portanto, o caráter histórico que a estabelece. Não há uma subjetividade universal e atemporal, pois a subjetividade é fundada a partir das relações materiais, em determinado momento histórico, e dos modos de produção da vida. Logo, subjetividade e objetividade não se apresentam como opostos e independentes, mas compõem um mesmo processo, que parte de âmbitos diferentes da realidade (Gonçalves e Bock, 2009).

Pressupondo a subjetividade em seu caráter histórico e social, entendemos que a categoria Dimensão Subjetiva da Realidade apresenta-se como uma das direções que pode nos auxiliar no entendimento da relação subjetividade-desigualdade social, evidenciando, assim, a importância da produção científica sobre esse fenômeno social no âmbito da Psicologia.

Partindo dessa perspectiva, a desigualdade social não é um fenômeno isolado, para além dos sujeitos, mas um fenômeno que se constitui na constante relação entre indivíduo e sociedade. Portanto, não se pode estudar a desigualdade social como se ela existisse apenas fora dos sujeitos, como se não fosse, também, constituinte da subjetividade.

Compreender que a desigualdade constitui as relações sociais e a subjetividade é reconhecer que esse fenômeno está imbricado no modo como nos constituímos e constituímos o mundo em que vivemos, de tal maneira que a desigualdade atravessa o modo como percebemos as condições materiais que vivemos, mas não somente isso, já que ela constitui os desejos, as esperanças, o modo como se experimenta e se encara as diferentes situações vivenciadas.

Ademais, ao assumirmos esta categoria para a compreensão da desigualdade social, questionamos perspectivas psicológicas que apresentam o sujeito como abstrato, definido a partir de características e de potencialidades naturais e individuais. Assim, através desse olhar, constituímos uma crítica às visões psicológicas que responsabilizam os indivíduos pelos problemas sociais.

Considerações finais

Nossa investigação objetivou compreender o lugar ocupado pela categoria ‘desigualdade social’ nas produções científicas em Psicologia no Brasil. Mais do que evidenciar os modos como a Psicologia tem pensado a desigualdade social e suas implicações sobre o sofrimento humano, buscamos refletir sobre as compreensões desse fenômeno tidas pela ciência psicológica e o foco desta na sua relação com o estudo da desigualdade social. Percebemos que predominou a compreensão de que a desigualdade não se restringe à renda monetária e que ela tem sido mencionada como um dos fatores ou como geradora dos problemas sociais.

Apesar dos estudos, em sua maioria, partirem de perspectivas críticas de análise da realidade social, a produção em Psicologia parece estar em volta desse fenômeno, sem adentrá-lo de modo contundente. Muitas das propostas de enfrentamento das mazelas sociais parecem não atingir as raízes estruturais da desigualdade no Brasil, apesar de mencionarem essa necessidade, como se ficassemos presos à ponta do *iceberg*, sem mergulharmos em proposições materiais que enfrentam concretamente tal questão. Por mais que saibamos que a discussão sobre desigualdade social não pode se restringir ao aspecto econômico, minimizá-lo também não é estratégia de combate, já que a desigualdade é escolha política e, como tal, precisa ser pensada por meio de embates em espaços coletivos tantas vezes monopolizados por quem não se interessa em dissipá-la.

Mesmo compreendendo que não há caminho único para o enfrentamento da desigualdade social no Brasil e que os estudos levantados apresentam distintos modos de atenuar seus efeitos, não podemos, como ciência, ficarmos restritos à amenização do sofrimento humano, como se a realidade social não fosse passível de mudança. Ao partirmos de uma perspectiva em Psicologia que atenta para a construção histórica e social da vida humana, somos convocados a ocupar espaços e desenvolver uma ciência que construa caminhos para o fim das iniquidades e que mire a igualdade e a justiça social. Para tanto, é necessário entendermos as esferas que compõem a desigualdade

social e os ideários processualmente criados por ela, para assim pensarmos em uma Psicologia que, articulada a outros saberes, vá, efetivamente, às raízes desses fenômenos.

Referências

- ACCORSI, Aline; SCARPARO, Helena e GUARESCHI, Pedrinho (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 3.
- ARKSEY, Hilary e O'MALLEY, Lisa (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 8, n.1.
- BERTINI, Fátima Maria Araujo (2014). Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe2.
- BORGES, Marcos Rodrigues e AMARAL, Alessandro Freitas (2017). A desigualdade social e suas influências na subjetividade contemporânea. *Revista Psicologia e Saúde em Debate*, v. 1, n. 2.
- BRUM, Crhis Netto de (2016). “Revisão narrativa da literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem”. In: LACERDA, Maria Ribeiro e COSTENARO, Regina Gema Santini (orgs.). *Metodologias da pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática*. Porto Alegre, Moriá, pp. 123-143.
- CALAIS, Beatriz (2021). O Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021. *Forbes Money*, 10 abr.
- CONCEIÇÃO, Viviane Lima e ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas (2015). Desigualdade social na escola. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 32, n. 4.
- EUZÉBIOS FILHO, Antonio e GUZZO, Raquel Souza Lobo (2009). Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1.
- FARO, André e PEREIRA, Marcos Emanuel (2011). Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 16, n. 3.

- FEIJÓ, Marianne Ramos e MACEDO, Rosa Maria Stefanini de (2012). Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 29, n. 2.
- FURTADO, Odair (2002). “As dimensões subjetivas da realidade – uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social”. In : FURTADO, Odair; GONZÁLEZ-REY, Fernando L. (orgs.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 91-105.
- GOMES, Allan Henrique ; ANDRADE, Letícia e MAHEIRIE, Kátia (2017). A experiência de ser trabalhador na assistência social : imagens de vidas implicadas com o campo da desigualdade social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 12, n. 3.
- GONÇALVES FILHO, José Moura (1998). Humilhação social : um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (2020). “Dimensão subjetiva da realidade: desafios na compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos”. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia e ROSA, Elisa Zaneratto (orgs.). *Dimensão subjetiva da realidade: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez, pp. 39-63. E-book.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e BOCK, Ana Mercês Bahia (2009). “A dimensão subjetiva de fenômenos sociais”. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e BOCK, Ana Mercês Bahia (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- GUERRA, Andréa Máris Campos et al. (2010). Construindo ideias sobre a juventude envolvida com a criminalidade violenta. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, n. 10, v. 2.
- IMBRIZI, Jaquelina Maria et al. (2019). Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. spe.

- LEVAC, Danielle; COLQUHOUN, Heather e O'BRIEN, Kelly (2010). Scoping studies: advancing the methodology. *Implement Science*, v. 5, n. 69.
- MELSERT, Ana Luísa de Marsillac e BOCK, Ana Mercês Bahia (2015). Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educ. Pesqui.*, v. 41, n. 3.
- MORAIS, Normanda Araujo de et al. (2007). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 3.
- MOURA, Maria Rosimére Salviano de e TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa (2018). “Não é assim de graça! Lei de Cotas e o desafio da diferença”. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 3.
- NASCIMENTO, Leda Souza do; SARUBBI, Maria Renata Menezes e SOUZA, Paula Pimenta de (2009). A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. *TransFormações em Psicologia*, v. 2, n. 1.
- OLIVEIRA, Alessandra dos Santos e BOCK, Ana Mercês Bahia (2016). Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 2.
- OLIVEIRA, Érika Cecília Soares (2017). Uma “monstra perigosa”: pistas de Carolina Maria de Jesus para a intervenção psicossocial. *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 22, n. 4.
- OXFAM (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo, Brief Comunicação.
- PATTO, Maria Helena Souza (2017). Direitos humanos e desigualdade social. *Ide*, v. 39, n. 63.
- ROAZZI, Antonio; DIAS, Maria da Graça B. B e ROAZZI, Maira (2006). A representação da desigualdade econômica em crianças e adolescentes de nível socioeconômico diferentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 3.

- SALATA, André Ricardo (2007). Segregação urbana e reprodução das desigualdades sociais: um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 2.
- SANTOS, Luane Neves; MOTA, Alessivânia Márcia Assunção e SILVA, Marcus Vinicius Oliveira (2013). A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. 3.
- SAWAIA, Bader Burihan (2002). “Introdução: exclusão ou inclusão perversa?” In: SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes, pp. 7-13.
- SAWAIA, Bader Burihan; ALBUQUERQUE, Renan e BUSARELLO, Flávia Roberta (2020). O paradoxo do isolamento na pandemia segundo o povo indígena Sataré-Mawé/AM. *Psicologia & Sociedade*, v. 32.
- SCALON, Celi (2011). Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, v. 1, n. 1.
- SILVA, Juliana Catarine Barbosa da e MENEZES, Jaileila de Araújo (2020). Sobre as pessoas que habitam os territórios em risco. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 49.
- URNAU, Lilian Caroline e SEKKEL, Marie Claire (2015). Desafios às políticas diante da desigualdade social: diálogos com residentes de um garimpo amazônico. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 1.
- ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 24, n. 3.

O mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo

Maria da Graça Marchina Gonçalves
Ana Mercês Bahia Bock
Sandra G. Sanchez

Introdução

A desigualdade social tem se colocado como um desafio para a psicologia em suas várias áreas e vários campos, pois se reconhece que não basta introduzi-la nos estudos, nas reflexões e nas práticas apenas como cenário ou contexto importante, estabelecendo relações de influência sobre a subjetividade. Para a perspectiva sócio-histórica, a desigualdade deve ser trazida para a psicologia como determinação essencial, constitutiva das subjetividades. Nesse sentido, exige que sejam produzidos conhecimentos e categorias de análise que contenham a dialética da relação do sujeito e da subjetividade com um mundo que se apresenta marcado pela desigualdade social.

Esse propósito está articulado com o desenvolvimento teórico da categoria *dimensão subjetiva da realidade* (Bock e Furtado, 2020; Furtado, 2002, 2011; Gonçalves e Bock, 2005, 2009; Gonçalves e Furtado, 2016), que propõe uma leitura dos fenômenos sociais de maneira a superar formas dicotômicas de abordá-los, as quais implicam fragmentações e separações entre subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade. A categoria dimensão subjetiva da realidade aponta para a construção dialética da realidade social, considerando que é produto da atividade de sujeitos em sociedade, em processo histórico.

A dimensão subjetiva da realidade fala da articulação entre a materialidade social, que conforma e delimita a atividade dos indivíduos, e a produção simbólica que registra e representa as experiências e vivências que se dão nesse processo social. Essa produção simbólica subjetiva objetiva-se nas relações sociais e no compartilhamento das experiências por meio de diversos produtos da cultura que têm a linguagem como elemento principal. Assim, a dimensão subjetiva da realidade é uma dimensão simbólica (registros emocionais, cognitivos, intelectivos) que se refere à subjetividade, pois é produção de sujeitos – mas também se expressa no campo social, sendo constitutiva desse campo por meio de objetivações desenvolvidas cultural e historicamente (valores, leis, regras, normas, ideologias, instituições, teorias, discursos, conhecimentos, concepções). Todo esse processo de produção subjetiva tem sua gênese e articula-se dialeticamente com a vida material.

A referência para falar da dimensão subjetiva da realidade é a mesma, na perspectiva sócio-histórica, de que se parte para falar de subjetividade: o materialismo histórico e dialético. Assim, a concepção de ser humano considera, primeiramente, seu lugar concreto, sua atividade no contexto das relações sociais, definidas pela forma como socialmente se organiza o trabalho, atividade fundante do ser histórico. Trata-se de considerar, conforme Lukács, a causalidade, a ontologia e a teleologia do ser social (Furtado, 2011).

O indivíduo é ativo no contexto histórico – que é contraditório em função das determinações de classe – e sua atividade é objetiva e subjetiva, porque atua e representa a realidade e a própria atuação, ao mesmo tempo, em uma unidade de contrários, uma unidade dialética. A atividade subjetivo-objetiva não é, entretanto, de relação complementar e direta, mas contraditória e mediada, na qual incidem determinações diversas.

Uma das mediações é exatamente o lugar social ocupado pelo indivíduo e definido pela organização estrutural que opõe as classes sociais; ou seja, uma das mediações são as relações sociais. Outra mediação é o processo de alienação que configura o trabalho na sociedade capitalista, definindo-o pela tríplice determinação de estranhamento: estranhamento em relação ao produto do trabalho, à atividade de produção e ao ser humano genérico. As dimensões material (causalidade), ontológica e teleológica desarticulam-se no âmbito individual, no singular do cotidiano da vida do indivíduo,

atravessadas que são pela situação particular (social), que produz alienação e opõe o singular (indivíduo) ao universal (ser humano genérico) de maneira contraditória (Furtado e Svartman, 2009; Oliveira, 2005).

Há, ainda, uma mediação importante: a linguagem. Resultado da articulação dialética com o pensamento, a linguagem objetiva o processo de significação, elemento fundamental da atividade subjetiva. O processo de significação articula significados e sentidos, sendo os significados a expressão da atividade subjetiva que se tornou coletiva e social, objetivando-se e podendo ser compartilhada. Os sentidos são a produção subjetiva que ocorre constantemente no processo de atividade do indivíduo, de sua vivência, a qual inclui a expressão emocional articulada à produção simbólica. A linguagem, expressa pela fala, que se desenvolveu dialeticamente relacionada ao pensamento, revela o processo de significação que ocorre no processo de atividade em relações sociais. Por isso, por meio da análise da articulação entre significados e sentidos, a fala permite conhecer aspectos dos processos de atividade objetiva e subjetiva.

Quando o foco de estudo é o indivíduo e sua subjetividade, a fala produzida por ele dá acesso aos processos subjetivos, constituídos a partir da atividade em relações sociais, em uma realidade concreta. Quando o foco são os fenômenos sociais em sua dimensão subjetiva, a fala dos indivíduos, envolvida no fenômeno de alguma forma, dá acesso a essa construção simbólica que, a partir da compreensão da dialética subjetividade-objetividade, expressa uma dimensão do próprio fenômeno social que foi, em alguma medida, constituída por suas dimensões objetivas (do fenômeno) e o constitui, ao mesmo tempo, como fenômeno, em sua dimensão subjetiva, considerando a participação de sujeitos em sua produção.

Por esse caminho teórico-metodológico é que se juntam a categoria dimensão subjetiva da realidade e o fenômeno da desigualdade social em nossas pesquisas. Com o objetivo de contribuir para a compreensão da desigualdade social em sua complexidade, iniciamos nossos estudos caracterizando as dimensões objetivas do fenômeno por meio da consideração de dados econômicos, sociológicos e políticos da desigualdade social (Arretche, 2015; Campos et al., 2004; Guerra, Pochmann e Silva, 2015; Medeiros, 2012; Miguel, 2016; Reis, 2000; Scalon, 2011; Souza, 2006,

2009). Também desenvolvemos investigações com o objetivo de caracterizar a dimensão subjetiva da desigualdade social. Este capítulo traz informações sobre uma dessas investigações, realizada com o objetivo de caracterizar, com esse referencial, a desigualdade social em São Paulo.

A dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo

Esta pesquisa foi realizada por um grupo de professoras-pesquisadoras¹ e grupos de alunos de iniciação científica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre os anos de 2008 e 2018. O objetivo da investigação foi caracterizar a dimensão subjetiva do fenômeno social da desigualdade na cidade de São Paulo, a partir da expressão de significações de seus moradores sobre a vivência da desigualdade social.

Na busca de uma referência inicial sobre a desigualdade social, que, com certeza, se encontrava em outras áreas do conhecimento, consideramos que o *Atlas da exclusão social*, de Campos, Pochmann e Silva (2004), atualizado por Guerra, Pochmann e Silva (2015), seria uma boa referência para a pesquisa, por várias razões. Em primeiro lugar, por caracterizar a cidade de São Paulo de forma instigadora. O *Atlas* apresenta mapas que a descrevem de acordo com o resultado obtido a partir da utilização de índices diversos em cada um de seus diferentes distritos. Os índices são categorizados em quatro níveis, e quatro cores representam os distritos de acordo com eles: vermelho para os piores índices; verde para os melhores; laranja e amarelo para os intermediários. Por um lado, isso permite perceber, no conjunto de oito mapas da cidade (referentes a oito índices), a concentração de situações precárias, em vários índices, nas mesmas regiões; por outro, a concentração das melhores situações também nos mesmos distritos. Isso pode ser facilmente percebido porque, nos diferentes mapas, as regiões vermelhas, laranjas, amarelas e verdes são coincidentes em quase todos.

1. Professoras Ana Mercês Bahia Bock, Maria da Graça Marchina Gonçalves e Sandra G. Sanchez.

Outro aspecto importante do *Atlas* é que, mesmo sendo baseado em dados quantitativos, transformados em índices, o trabalho ali realizado está baseado em uma concepção de desigualdade social (no caso, exclusão social) que considera aspectos qualitativos. Já a utilização de índices variados, para além de índices econômicos, revela essa preocupação. A apresentação de dados relativos a diferentes dimensões também busca capturar a complexidade do fenômeno.

A pesquisa sobre a desigualdade social em São Paulo partiu da caracterização da cidade apresentada no *Atlas* e foi realizada em cinco etapas (entre 2008 e 2018), nas quais teve lugar o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que pudessem dar conta de caracterizar a complexidade do fenômeno, incluindo sua dimensão subjetiva, por meio da identificação das vivências dos moradores das diferentes regiões. Em cada etapa, houve a aplicação de procedimentos de coleta de informações e análise de dados diferentes, procurando-se, com isso, aprofundar o conhecimento da subjetividade constituinte e constituída pela desigualdade social.

A primeira etapa foi caracterizada por entrevistas em grupo (grupos de homens e grupos de mulheres, separadamente) em três das quatro regiões da cidade (regiões vermelha, laranja e verde), buscando-se um primeiro contato com as falas e significações que os moradores produziram sobre viver em São Paulo, cidade marcada pela desigualdade social. As falas ficaram organizadas, após análise, nas categorias relatos de experiência; descrição da desigualdade; explicação para a desigualdade; sentimentos produzidos pela vivência na cidade; projetos de futuro. A segunda etapa partiu das referências produzidas na primeira etapa e, a partir delas, produziu-se um questionário, com questões fechadas e abertas, para ser aplicado em larga escala: 367 questionários foram aplicados (141 na região vermelha, 84 na laranja, 78 na amarela e 64 na verde). Na terceira etapa, os resultados dos questionários foram reorganizados em torno dos temas concepção de desigualdade; explicação para a desigualdade; vivência e relação com a cidade; noção de direitos. O resultado dessa análise resultou em frases representativas das significações encontradas. Além disso, os resultados dessa etapa orientaram a elaboração de um roteiro para a realização de entrevistas individuais na quarta etapa. A análise dessas entrevistas foi feita por meio dos núcleos de significação, procedimento

estabelecido por Aguiar e Ozella (2006, 2013). Os temas aprofundados na quarta etapa foram: relação com a cidade; educação e escola; direitos e cidadania. Na quinta e última etapa, foram realizados grupos focais nas quatro regiões, os quais partiam das sínteses estabelecidas em etapas anteriores. As frases elaboradas na terceira etapa serviram de disparador para a discussão nos grupos. Eram apresentadas as frases relativas à própria região do grupo de moradores, seguida de discussão e, a seguir, as frases referentes a uma região “oposta”.² Voltávamos, de alguma forma, à conversação com os moradores sobre a vivência na cidade, semelhantemente à primeira etapa – mas, agora, apresentando a eles as frases-síntese constituídas para a região e as frases-síntese de uma região de condição oposta, buscando uma finalização da caracterização dos elementos de subjetividade que pudessem permitir a construção do mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social.

O desenvolvimento da pesquisa nessas cinco etapas gerou muitos resultados, detalhados e sistematizados de várias formas. Optamos por apresentar os resultados por recortes temáticos como forma de aproveitar e, ao mesmo tempo, sintetizar os resultados das várias etapas da pesquisa. Entendemos que foi possível desenvolver um processo de aprofundamento, através das etapas, na compreensão e explicação das significações identificadas. Assim, procuramos apresentar esse processo.

Essa forma de apresentação nos pareceu, também, que levaria mais facilmente à compreensão das frases definidoras do mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo que obtivemos, produzidas em sua versão final na quinta etapa da pesquisa. O recurso utilizado para produzir o *mapa da dimensão subjetiva* foi a produção de frases representativas das significações que se destacaram em cada região.

Apresentaremos, então, os principais recortes temáticos que sintetizam os resultados das cinco etapas e as frases-síntese representativas da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo, considerando as quatro regiões (vermelha, laranja, amarela e verde).

2. Apresentação das frases-síntese da região (a mesma em que moram os participantes); a seguir, apresentação das frases-síntese de outra região (vermelha => verde; verde => vermelha; laranja => verde; amarela => vermelha).

Desigualdade social, meritocracia e o papel da educação

A meritocracia e o papel da educação no enfrentamento da desigualdade foram temas recorrentes desde o início da pesquisa. Ambas as noções apareceram em todas as etapas, de maneira frequente e consolidada, revelando a presença constante de significações que apontam que a explicação bem como a caracterização e o enfrentamento da desigualdade social se dão por meio da valorização do esforço individual e, também, da educação, apresentada de forma genérica.

Nas entrevistas em grupo da primeira etapa, o *esforço pessoal* (entendido como esforço “certo”, aquele que se mantém constante e com foco, para além de adversidades) e o *papel da educação* (como principal fator de enfrentamento da desigualdade social) foram dois dos indicadores encontrados. As falas em torno do esforço pessoal contaram não só com exemplos pessoais, mas também com comparações e o reconhecimento de que aqueles que se saíram bem sempre se esforçaram. Foi o caso de um participante da região vermelha que reconhecia em si próprio o esforço (trabalhando sempre e muito), mas reconhecia, também em seu patrão, um esforço “melhor”, porque constante e mais focado. Já a educação foi referida muitas vezes pelos participantes dos grupos, mas praticamente sem nenhuma avaliação da sua situação concreta e sem nenhum reconhecimento de que há vários tipos de escola e de acessos diferenciados – a escolas melhores e piores, por exemplo.

Nos resultados dos questionários (segunda e terceira etapas), análises comparativas evidenciaram aspectos da subjetividade dos moradores que se expressam de duas maneiras: reprodução de significados sociais, com carga ideológica; produção de nuances em função da realidade vivida. Reaparece, em termos gerais, a concepção meritocrática, mas de maneira genérica, reforçando a ideia de que se trata de reprodução ideológica. Isso também vale para a educação, na medida em que “a boa escola” é definida como aquela que dá “boa educação”, sem maiores considerações (tratava-se, aqui, de uma questão aberta). Foi possível perceber, nos dois casos, nuances nas respostas de participantes de diferentes regiões, tanto nas questões abertas

(que foram devidamente categorizadas) quanto nas alternativas escolhidas.³ As nuances puderam ser percebidas principalmente entre as regiões extremas, o que reforça a ideia de que a produção de significações está articulada com a vivência concreta. Exemplos de nuances: o esforço pessoal ajudado por boas relações (região verde) ou por começar cedo na vida, começar a trabalhar (região vermelha); a boa escola se referir a boas condições de infraestrutura (região vermelha) ou a boa formação, formação crítica (região verde).

Na quarta etapa, de entrevistas individuais, as falas produzidas com a conversação foram analisadas pelo procedimento de núcleos de significação (Aguiar e Ozella, 2006, 2013). Um conjunto de entrevistas se deu em torno do tema *educação em uma sociedade desigual*, cuja análise resultou em núcleos de significação que evidenciaram aspectos que merecem destaque. Nas falas sobre o tema educação, imbricam-se aspectos relativos à meritocracia, reafirmando o que apareceu nas etapas anteriores: o esforço pessoal para superar a desigualdade deve começar na escola; uma escola que realiza a educação, que é fator importante para ascender ou para superar limites. Os aspectos que identificamos como meritocracia têm vários contornos (esforço pessoal, saber aproveitar oportunidades, pensar no próximo, necessidade de ter exemplos – “em quem se espelhar”). O comum entre esses aspectos é a individualização da explicação que atribui, em última instância, a indivíduos a responsabilidade pela desigualdade ou por sua superação.

Essa articulação reaparece na quinta etapa, nos grupos focais. A fala dos participantes produzida no debate do grupo, à vista do *Mapa da exclusão social* e das frases-síntese resultantes das etapas anteriores, também foi analisada por meio do procedimento de núcleos de significação. Foram produzidos vários deles a partir das falas de cada grupo (um grupo de cada região), os quais mostram que a discussão em torno das frases-síntese relativas à educação e à meritocracia reforçou, de maneira geral, a ideia de que o esforço individual, o mérito de cada um, bem como a educação, são fatores que caracterizam, explicam ou resolvem a desigualdade social, segundo moradores das diferentes regiões.

3. Ver exemplo dessa análise em Bock e Gonçalves (2017).

Outro aspecto que pudemos observar na quinta etapa é que as significações produzidas na discussão dos diferentes grupos e presentes nos núcleos identificados apontam para a aceitação das frases-síntese produzidas na terceira etapa, grosso modo, a concordância com elas, além de, em alguns casos, apresentar maior elaboração. Ou seja, os participantes dos grupos poderiam discordar das frases, oferecer outras interpretações, formular outras ideias, mas, de forma geral, ratificaram as ideias presentes nas frases mesmo quando revestidas de nuances um pouco diferentes, revelando alguma particularidade em função da região.

Assim, na região vermelha é mais presente a articulação entre esses temas, compreendidos como necessários para se alcançar igualdade de direitos. São três indicadores⁴ (boa educação, mérito individual e educação de casa) sustentando, em parte, o núcleo que associa a melhora da situação à igualdade de direitos. Para se ter melhor visão desse núcleo, vale pontuar que os outros indicadores referem-se a atitudes de enfrentamento, esperança e comparação do Brasil com outros países.

Na região laranja, o tema da meritocracia é mais forte, sendo a educação mencionada de maneira mais genérica. A meritocracia, entretanto, é qualificada como fonte de mudanças; a ideia é que a possibilidade de mudança está dada para todos, bastando, para isso, esforço. Aparece, no mesmo contexto, uma crítica aos pobres que “não sabem lutar”.

Na região amarela, ambos os temas são fortes e estão, de certa forma, articulados. A ênfase na ideia de educação como aquela que “vem de casa”, ou seja, a noção de que a educação começa com a família, parece denotar também uma concepção meritocrática, na medida em que se pauta por noções individualizantes, se não diretamente de responsabilização do indivíduo, de responsabilização de sua família. Soma-se a isso a noção de que a desigualdade é produzida pelas pessoas, em um âmbito de pensamento também individualizante.

4. Os *indicadores*, aqui, referem-se ao primeiro agrupamento de falas (selecionadas como pré-indicadores), conforme orientação do procedimento de núcleos de significação (Aguiar e Ozella, 2013). O agrupamento de indicadores em torno de uma significação resulta nos núcleos.

Já na região verde, o tema da educação não teve destaque, mas o tema da meritocracia tem abordagem interessante: é valorizado e ao mesmo tempo cobrado. Parece ser essa a ideia por trás do reconhecimento do “mérito” desse “pessoal mais simples”, conforme falas de participantes do grupo.

Desigualdade social e relação com a cidade

Neste recorte, estão considerados aspectos que começaram a aparecer já na primeira etapa da pesquisa e que, ao longo das demais etapas, foram sendo configurados e abordados naquilo que se mostrou relevante para compreender as vivências dos moradores de uma cidade desigual na relação com essa cidade.

Um dos indicadores obtidos na primeira etapa dá visibilidade a aspectos das manifestações dos moradores das diferentes regiões que se referem a como se sentem na cidade, no sentido do pertencimento a ela; como se sentem no confronto com os desiguais de si que estão na cidade; como aproveitam (ou não) os recursos oferecidos pela cidade; como circulam pela cidade. Esses aspectos decorrem, basicamente, do conjunto de falas agrupadas, naquela etapa, na categoria relatos de desigualdade.

De forma geral, foram observados aspectos que denotam vivências desiguais na relação com a cidade, representando, para alguns, em síntese, sentimentos que se aproximam da experiência de ser “dono” da cidade; para outros, sentimentos de ser, de algum modo, estranho a ela. Vários aspectos revelaram diferenças no nível de apropriação dos bens que a cidade oferece, sobressaindo-se a noção de propriedade, por parte dos ricos (moradores da região verde), e a noção de estranhamento ou desconhecimento da cidade por parte dos pobres (regiões laranja e vermelha).

Na região vermelha, sobressaem sentimentos de vergonha, de humilhação pela forma como se sentem olhados pelos outros; aparecem relatos de luta pela sobrevivência, não só no que se refere às necessidades básicas, mas também pelo direito de existir, ser “gente normal”; as histórias de vida,

em geral, são marcadas por experiências negativas, carregadas de faltas e dificuldades, de discriminação pela aparência e de um eterno buscar, ainda que haja esperança para o futuro.

A região laranja mostra diferença entre homens e mulheres. Quando se fala de desigualdade, as experiências relatadas pelas mulheres se referem a questões presentes no cotidiano do bairro: falam dos filhos que sofrem pela diferença, da relação com os vizinhos e da luta contra a precariedade do bairro. Quando falam mais amplamente da cidade, ressaltam as relações marcadas pelo preconceito contra os pobres. Já os homens privilegiam os relatos sobre trabalho e sobre relações com os patrões. Relatam experiências envolvendo preconceito por serem pobres. Sua relação com a cidade, de forma geral, é permeada pelo trabalho. Para eles, o bairro seria, de certa forma, um refúgio desse esquema geral, pois aparece como local de relações de amizade e de convivência familiar.

Na região verde, os moradores entrevistados consideram que os espaços urbanos são vividos de maneira diferente por ricos e pobres e, apesar de notarem essa distinção, não a atribuem à desigualdade. Eles percebem que os grandes centros onde circulam os ricos têm pobres diferentes, diferentes daqueles que causam medo, que são perigosos e/ou inadequados; esses pobres “diferentes” são os seus porteiros, seus motoristas, suas empregadas domésticas. Afirmam que políticas mais coercitivas são necessárias para que sua segurança possa ser garantida e que moradores de bem, como os ricos, não devem sofrer com as consequências da desigualdade social. Sentem “seu” espaço invadido, quando se deparam, por exemplo, com um morador de rua na “sua” calçada.

Sobre a relação com o próprio bairro, embora haja noção de pertencimento nos grupos de todas as regiões, as razões para esse pertencimento ou suas características variam: no grupo de moradores do bairro laranja, o pertencimento tem relação com a conquista, por meio de lutas sociais, de melhorias para o bairro; no grupo de moradores do bairro verde, aparece de maneira naturalizada: os sujeitos sentem o bairro como, naturalmente, propriedade de quem está nele.

A maneira de perceber os “diferentes” no próprio bairro também é diversa. Nos bairros mais pobres, localizar os diferentes, em geral, significa

localizar pessoas ainda mais pobres, uma vez que a amplitude da diferença é menor. No bairro verde, os diferentes são todos aqueles que estão de passagem em um lugar que é, naturalmente, de quem está lá, os “iguais” (e ricos).

Esses aspectos foram abordados de maneira mais detalhada nas segunda e terceira etapas, a partir do questionário, o qual tinha um conjunto de questões que tratava do tema relação com a cidade.

O resultado dos questionários mostrou que o pertencimento à cidade é um sentimento geral, que percorre todas as regiões. Entretanto, esse sentimento aparece em menor nível para os dois extremos das quatro regiões: a vermelha, mais excluída, e a verde, menos excluída, segundo o *Atlas da exclusão social*. Também é nessas duas regiões que os respondentes apontaram com mais intensidade o sentimento de exclusão. As justificativas desse sentimento são, porém, distintas nas duas regiões: enquanto a região vermelha se sente excluída por conta do contato com pessoas de condição social diferente, quando percorre o restante da cidade, a região verde justifica tal sentimento com o fator da violência.

Pode-se supor que os habitantes da região vermelha, periférica na cidade de São Paulo, em sua maioria, trabalham nas regiões amarela e verde. O contato com pessoas de outras regiões parece ser o que lhes traz sentimento de exclusão, pois o confronto com o diferente é cercado de preconceitos e relações hierárquicas naturalizadas. Por sua vez, os habitantes da região verde também entram em contato com os da região vermelha em uma relação de desigualdade. Porém, não é isso que os faz se sentirem excluídos, mas sua percepção sobre a violência. Embora a violência seja um fenômeno complexo e estrutural (associada à estrutura social desigual), ela aparece de maneira fragmentada (fatos violentos) e relacionada aos sujeitos “desiguais”, como se viu na primeira etapa da pesquisa, ficando reduzida à violência que o habitante da região verde teme quando um habitante da região vermelha cruza seu caminho no seu próprio bairro.

Se esse sentimento de exclusão perpassa, principalmente, moradores das regiões vermelha e verde, há outro aspecto da relação da cidade que aponta, apesar de tudo, para um pertencimento, uma consideração de que a cidade permitiu “construir a vida aqui” e se desenvolver. Isso aparece sem muitas diferenças em todas as regiões, mas foi interessante perceber que o sentido de

construir a vida acaba tendo variação quando se observam outros elementos considerados importantes, tais como as relações estabelecidas. Nesse caso, predominam referências à família, como relações importantes e de apoio nos bairros vermelhos e laranjas; aparecem, também, menções a amigos. De forma geral, em todas as regiões, há poucas referências a algum tipo de organização coletiva mais ampla, como os movimentos sociais. Embora pouco frequente, essa alternativa aparece mais em respostas de moradores das regiões vermelha e laranja.

A quarta etapa da pesquisa abordou o tema da relação com a cidade em entrevistas individuais. A análise produziu núcleos de significação que referendam as significações gerais que apareceram nas etapas anteriores. No caso de participantes da região verde, reaparece a noção de que todos (de todas as regiões) não vivenciam plenamente o pertencimento à cidade, exemplo de naturalização da desigualdade. No caso de participantes da região vermelha, reaparecem de maneira mais evidente: a percepção da desigualdade entre os moradores de regiões diferentes; o reconhecimento da importância da questão material e financeira; atribuições mais genéricas de responsabilidade em relação à desigualdade.

Ao mesmo tempo, o que se acrescenta, aqui, são nuances relativas a vivências individuais, o que era esperado e corrobora a perspectiva sócio-histórica de análise – no sentido de que cada sujeito tem sua subjetividade produzida em relações de mediação com o contexto social, mas resguardada a dimensão singular. Apareceu, por exemplo, uma ideia de autorresponsabilização pela desigualdade, encontrada na fala de um participante da região verde (*Acho que essa pessoa [da região vermelha] não se sente tão pertencente quanto eu me sinto; Eu vejo que eu não tenho feito nada para mudar isso também...*), ou uma visão mais crítica e menos naturalizada de participantes da região vermelha (*Eu sou desigual lá [na região verde], e o contrário também é verdadeiro; Uma pessoa periférica consegue falar da do centro, e uma pessoa do centro não consegue falar da periferia; O que move é a grana*).

Nesse sentido, como resultado mais geral dessa etapa, fica o reconhecimento de que as formulações gerais próprias de moradores de uma região e, em alguns casos, de toda a cidade, ganham matizes e nuances individuais, ratificando a compreensão sócio-histórica da articulação dialética entre o

singular e o geral, entre indivíduo e sociedade, entre significados e sentidos. Mas todas elas falam de produções subjetivas, marcadas pela desigualdade social presente na cidade, como expressão particular da desigualdade estrutural da sociedade brasileira.

Na quinta etapa, os núcleos de significação identificados revelam, como se vê também no recorte temático 1, a aceitação, de forma geral, das frases-síntese elaboradas com os resultados das etapas anteriores. Também de forma geral, as mesmas perspectivas de relação com a cidade, aqui, talvez, com mais elementos de detalhamento dos aspectos identificados como características da vivência da desigualdade social. Embora tenha sido observada variação considerável entre as regiões nesse detalhamento, em todas elas aparecem dois aspectos: a situação do bairro em relação à infraestrutura e às condições de acesso a bens e serviços; os elementos das relações entre diferentes grupos sociais.

No primeiro caso – a situação do bairro – são colocadas, na região vermelha, dificuldades e falta de recursos encontradas pela população e críticas gerais aos serviços públicos. Na região laranja, a ênfase é para as conquistas dos moradores e para os aspectos das lutas dos movimentos sociais que geraram conquistas – o que favorece visão positiva sobre o bairro. Esse aspecto também apareceu na região laranja na primeira etapa da pesquisa. Poderíamos supor que a região laranja da cidade é aquela cuja relativa melhora de índices, comparativamente à região vermelha, conta, de maneira significativa, com movimentos de luta e resistência da população e que, na região vermelha, mesmo que eles ocorram, seus resultados e/ou seu reconhecimento, diante das dificuldades encontradas, são mais frágeis.

Na região amarela, sobressai certa ambiguidade na relação com o bairro. Parece, pelas significações encontradas, que há maior pluralidade de percepções e concepções, que colocam a região ora como mais próxima das melhores condições, mais valorizada, portanto, ora como uma região com muitos problemas. Assim é que são apontados aspectos relativos a dificuldades no acesso a serviços e problemas na infraestrutura do bairro, ao mesmo tempo em que aparecem aspectos positivos. Essa pluralidade também faz com que apareça, de maneira mais nítida do que em outras regiões, o estabelecimento

de diferenciações internas à região. A região amarela parece ser a que mais reproduz, internamente, a lógica hierárquica de relação entre diferentes grupos de moradores.

As significações encontradas na região verde parecem evidenciar, de outra maneira, aspectos que apareceram na primeira etapa: a percepção de que a cidade pertence aos moradores dessa região; a percepção de que essa situação seria normal; o parâmetro para se falar da cidade; o reconhecimento, mas de maneira naturalizada, da existência da desigualdade na cidade. Assim é que os participantes do grupo falam da existência de “nós” e “eles”, ao mesmo tempo em que consideram que a cidade é de todos. Eles reconhecem uma violência na desigualdade entre “nós” e “eles” – ao mesmo tempo em que falam de uma vida difícil para todos, enquanto apontam questões de segurança e valorização de profissões como fatores relacionados a essa dificuldade. Ou seja, reconhecem a desigualdade da cidade e falam dela a partir dos próprios parâmetros, como moradores da região verde. Com isso, revelam, de certa forma, que sua referência é a região verde, e não a desigualdade entre as regiões da cidade e o que a provoca.

Nesse sentido, vemos que as noções de pertencimento à cidade, de considerar a cidade como sua, de se sentir incluído ou não passam pela vivência da diversidade concreta das situações presentes na produção e reprodução cotidiana da vida na cidade. Entendemos que os diferentes matizes das significações, presentes em cada região, nos falam disso.

Desigualdade social – concepções e explicações

Em todas as etapas, a concepção de desigualdade social que predomina nas manifestações dos moradores da cidade de São Paulo, já aparece, de certa forma, nos recortes temáticos anteriores. Observamos aspectos que falam de concepções naturalizadoras e individualizantes do fenômeno. A ideologia da meritocracia, talvez, seja o aspecto central na constituição de concepções sobre o que é e qual é a gênese da desigualdade social, ao mesmo tempo

em que oferece explicação e propõe formas de superar a desigualdade. A individualização do fenômeno por meio da noção de *esforço pessoal* organiza de maneira relevante sua compreensão.

Também no tema da relação com a cidade, pudemos perceber esses aspectos presentes, como uma base para as questões apontadas em que as diferenças e dificuldades são, muitas vezes, individualizadas e explicadas mais por características das pessoas e das relações interpessoais do que por aspectos estruturais de produção e reprodução da desigualdade.

Embora tenhamos identificado algumas variações nas diferentes etapas, em síntese, podemos dizer que a pesquisa aponta a existência, entre os moradores da cidade, de concepções que naturalizam a desigualdade social e fazem referência a um padrão “normal” de relações sociais, do qual os desiguais se desviam; por razões diversas, mas, com muita ênfase, nessa explicação, para os fatores individuais. Os raciocínios individualizantes, ao mesmo tempo que naturalizam os fenômenos sociais e históricos, impedem a identificação das múltiplas determinações que os constituem e ocultam sua gênese social e histórica.

Outro aspecto que se repete são formulações genéricas, tanto na definição da desigualdade como nas explicações atribuídas e nas indicações de soluções possíveis.

A naturalização de um fenômeno social, a individualização das explicações sobre ele e as formas vagas e genéricas com que é referido e explicado são características presentes de forma significativa nas falas dos moradores da cidade, revelando um caráter ideológico de mascaramento das determinações, contradições e tendências de movimento do fenômeno.

Seguem resultados sintéticos de cada etapa a respeito desses temas, os quais poderão evidenciar mais detidamente essa análise.

Na primeira etapa – das entrevistas em grupo de homens e mulheres nas regiões vermelha, laranja e verde –, os temas concepção de desigualdade e explicação para a desigualdade constituíram duas das categorias que organizaram a apresentação dos resultados. Os aspectos identificados em torno dessas categorias resultaram em alguns dos indicadores que foram, então, sistematizados a partir dos resultados e que mostram a compreensão de desigualdade social predominante.

Um deles é o indicador noção de desigualdade que apareceu sempre referido à pobreza (em todos os grupos): a “igualdade” são os ricos, a riqueza; os pobres são o desvio, os “desiguais”. Outro indicador retirado da primeira etapa – apontado de forma abstrata, em uma relação distante – foi governo/Estado, aparecendo como fator apontado para explicar a desigualdade ou como responsável por produzir o fim da desigualdade, incluindo, ainda, a noção de direitos misturada com “favor” (para os mais pobres) ou obrigação do outro (Governo) cumprir (para os mais ricos).

Além desses indicadores, outros dois, educação e esforço pessoal, trazem boa parte dos elementos considerados como explicação para a desigualdade, como já indicamos. A educação aparece como causa da desigualdade e solução para superá-la; a noção de esforço pessoal sintetiza todas as concepções e explicações que individualizam a compreensão da desigualdade social.

Além da individualização e naturalização da desigualdade social e seus determinantes, mas, de certa forma, fazendo parte dessas elaborações, acompanham as concepções e explicações para a desigualdade social ideias simplistas, genéricas, sem explicitação de seus elementos constitutivos e de possíveis fatores determinantes do fenômeno.

Isso foi observado já nas definições do fenômeno que se resumiam a apontar diferenças entre grupos sociais, ao mesmo tempo em que se apontava um nível “normal” ou desejável (o nível dos mais ricos) para estabelecer essas diferenças. Houve muito poucas falas indicando a relação da desigualdade social com questões estruturais como diferença de acesso à riqueza – que aparecia, quando muito, como diferença de renda.

Também se pôde observar essas noções genéricas nas referências a “governo” e “governantes” como responsáveis por superar a desigualdade social. Noções de Estado não apareceram e/ou apareceram confundidas com governo e não foram feitas diferenciações entre governos de espectros políticos diferentes. O que se apontava era apenas “o Governo”.

O mesmo ocorreu nas atribuições feitas à Educação que não foi nem minimamente qualificada. Falava-se apenas em “educação” como causa para a desigualdade (pelo acesso desigual) ou como saída para a desigualdade

(se todos tiverem acesso a ela). Não houve qualquer menção a questões que matizam e posicionam projetos e políticas educacionais, como: educação pública ou privada? democrática ou elitista? crítica ou reprodutora?

Esses indicadores foram considerados para a elaboração do questionário; boa parte das questões tratava desses temas (concepção de desigualdade e explicação para a desigualdade). As alternativas de respostas às questões fechadas refletiam os achados da primeira etapa, ao mesmo tempo em que apresentavam contrapontos ao que predominou nas falas dos grupos nessa etapa. Ou seja, as alternativas ampliavam o espectro de definições e explicações para o fenômeno na direção de conferir eventuais limites desses contornos e o que poderiam representar. Nesse sentido, os resultados dos questionários trabalhados na segunda e na terceira etapas oferecem mais elementos de análise.

O primeiro refere-se à comparação do padrão de respostas entre as diferentes regiões, considerando o conjunto de questões relativas a cada tema (concepção e explicação para a desigualdade). No caso do conjunto relativo a questões que abordavam a concepção de desigualdade, não foram encontradas grandes diferenças na distribuição de respostas entre as quatro regiões, nem mesmo um padrão que se repetisse nas diferentes alternativas ou questões, considerando-se as regiões. As respostas predominantes apontam: uma cidade que é de todos os seus moradores; a desigualdade associada à deficiência de serviços públicos ou às diferenças no atendimento de direitos; sentimentos de indignação por ver direitos das pessoas desrespeitados. Vale destacar que, na região amarela, aparece mais destacado o sentimento de impotência que é a segunda alternativa em porcentagem de respostas das demais regiões. Essa combinação de indignação e impotência, talvez, ajude a entender outras respostas, como veremos.

Essas alternativas foram, então, apontadas com frequência semelhante em todas as regiões. A continuidade da análise, entretanto, reforça a percepção de que a semelhança está na dificuldade em identificar a gênese estrutural e histórica da desigualdade, levando à escolha de formulações gerais. Isso se confirma no resultado obtido com a resposta aberta que pedia uma definição para desigualdade social. Nesta, sobressaem as respostas genéricas e pouco elaboradas, embora com alguma variação quanto ao conteúdo. Observamos,

também, que a indignação em relação ao desrespeito aos direitos não se sustenta aqui e pouco aparece na definição de desigualdade em todas as regiões, com algum destaque para as regiões vermelha e laranja. É nesse sentido que ponderamos que, talvez, o sentimento de impotência teria atenuado a indignação, mostrando, afinal, certo conformismo.

A indicação de questões estruturais na definição da desigualdade é pouco frequente e aparece com maior índice na região verde, sendo a categoria isolada com maior porcentagem de respostas nessa região. Nas demais regiões, o índice de respostas nessa categoria foi bem menor. Também deve ser destacado o índice de respostas da região vermelha à definição que, ao contrário de estrutural, focaliza a desigualdade como fenômeno de relações interpessoais. No caso da região vermelha, é a categoria isolada com maior índice de respostas.

A categoria que reúne respostas que fazem referência a questões políticas teve baixa frequência em todas as regiões. Em termos quantitativos, essa categoria não se destaca; em termos qualitativos, reúne respostas também genéricas que definem a desigualdade com referências a questões políticas genéricas, ou a governantes, em geral.

O tema da violência, que apareceu na primeira etapa, não se destaca aqui. Uma hipótese é de que seja referido mais à pobreza do que à desigualdade, por isso não teria sido frequente nesta questão que pede uma definição de desigualdade. Ou seja, a pobreza ofereceria riscos, mas a desigualdade é pouco vista como violência.

Com relação às explicações para a desigualdade social, os resultados obtidos com o conjunto de questões que abordavam esse aspecto reafirmam a meritocracia, a ênfase na educação e a referência genérica a governantes, seja para descrever, explicar ou apontar soluções para a desigualdade social. Assim é que, por exemplo, as alternativas que atribuem o sucesso profissional de uma pessoa ao seu esforço pessoal ou a boas condições de estudo são as que têm maiores porcentagens de respostas, sendo que a alternativa esforço pessoal tem, aproximadamente, sete vezes mais respostas do que aquela que atribui o sucesso à classe social.

Na mesma linha, “falhas na educação” e “incompetência dos governantes” foram as mais apontadas na questão que solicitava diretamente

uma explicação para a desigualdade; na questão que pedia para se apontar a solução para a desigualdade, as alternativas mais indicadas foram “ter bons governantes” e “melhorar a educação”. Vale considerar que, como discutido anteriormente, tanto a referência a governantes como a referência à educação são genéricas, com pouca elaboração sobre como esses aspectos se concretizariam e o que implicariam. No caso das questões aqui analisadas, elas eram fechadas e as alternativas foram oferecidas dessa maneira – mas esse caráter genérico foi percebido e confirmado em questões abertas do questionário, como já apontamos. Além disso, alternativas que se referiam a aspectos mais definidos estruturalmente tiveram índices baixos de respostas.

A quarta etapa da pesquisa possibilitou abordagem diferente desses dois temas: eles não foram, diretamente, orientadores das entrevistas individuais que tiveram como referência os temas educação, relação com a cidade, direitos e cidadania. As definições e explicações para a desigualdade aparecem, então, a partir deles. Nos temas educação e relação com a cidade, os aspectos gerais não diferem significativamente do que foi encontrado nas etapas anteriores.

Já em relação ao tema direitos e cidadania, aspectos relativos ao reconhecimento da necessidade da garantia de direitos e do desenvolvimento da cidadania, ainda que de forma pouco elaborada, são associados às noções de desigualdade social. Por exemplo, há referências, nas falas dos entrevistados, a desigualdades no respeito aos direitos, considerando-se diferentes regiões da cidade; ou há referências a uma realidade social que dispõe de maneira desigual bens e serviços que contemplam direitos. Aparecem, ainda, menções às dificuldades de compreensão das noções de direitos e cidadania pelas pessoas, o que se relacionaria com a manutenção da desigualdade.

Esses aspectos parecem indicar que, quando há estímulo à ampliação ou ao aprofundamento das reflexões sobre o tema da desigualdade, isso é aproveitado e, de alguma forma, incorporado às expressões dos moradores. Expressões espontâneas a respeito da desigualdade social e suas causas (na entrevista em grupo da primeira etapa ou nas questões abertas do questionário) pouco remetem ao tema da cidadania e garantia de direitos. Entretanto,

quando isso é tematizado diretamente, as formulações incluem essa questão à análise da desigualdade social de maneira articulada, como se pôde ver nos núcleos de significação identificados nas entrevistas individuais desta etapa.

A quinta etapa recoloca essas questões por meio da apresentação das frases-síntese para apreciação dos grupos focais. O resultado vai, de certa forma, na mesma direção. Os grupos das diferentes regiões aproveitam os elementos oferecidos nas frases e elaboram formulações sobre a desigualdade social e suas causas que, embora não fujam do que foi apresentado anteriormente em seus traços centrais, incluem aspectos relativos a certo nível de aprofundamento e ampliação da análise, por exemplo: os núcleos de significação da região vermelha que estabelecem relações entre a realidade vivida na região e as situações desiguais de acesso a bens, serviços e direitos, ou aquele que apresenta fortes críticas à realidade enfrentada nessa região da cidade com detalhamento dos aspectos indicados.

Como dissemos, não deixam de aparecer traços presentes nas outras etapas: pensamentos individualizantes; queixas pela discriminação sofrida; referências ao mérito individual.

Além disso, observa-se em todas as regiões, de alguma forma, que um viés que poderia ser considerado mais crítico à desigualdade social é relativizado por algum traço de naturalização. Por exemplo, quando se destacam significações que apontam para a existência de discriminação em relação aos moradores da região vermelha, mas também se destacam situações de boas relações entre as regiões vermelha e verde (núcleo de significação do grupo focal da região vermelha); quando colocado que *a questão da desigualdade até entre nós existe* (grupo focal da região laranja); quando dito que *às vezes a desigualdade somos nós que fazemos* (grupo focal da região amarela); quando se conclui que *a vida é difícil para todo mundo* (grupo focal da região verde). Todas essas formulações se dão junto a eventuais críticas à existência da desigualdade social, como se houvesse o reconhecimento desta (afinal, está na frente de todos), mas junto a adesão a concepções e explicações naturalizantes e individualizantes, como apontado.

O mapa da dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo

Ao final da quinta etapa da pesquisa, foram elaboradas frases representativas da dimensão subjetiva da desigualdade social na cidade de São Paulo, a fim de compor o mapa da dimensão subjetiva da cidade desigual. Tais frases começaram a ser elaboradas na terceira etapa da pesquisa e foram apresentadas aos grupos focais na quinta etapa como disparadoras da discussão proposta sobre viver em uma sociedade desigual. Já indicamos que, de forma geral, houve concordância dos grupos das quatro regiões com as frases apresentadas, tanto com as referentes à própria região como com as referentes a uma região oposta. Apesar disso, observamos, a partir dos resultados, nuances e novos elementos nessa nova discussão em grupos, os quais serviram de apoio para a formulação final das frases. A seguir, apresentamos formulações descritivas da vivência da desigualdade social por moradores de cada região, elaborados com suas respectivas frases.

Região Vermelha

São Paulo é minha cidade porque minha vida foi aqui construída. Relações políticas não aparecem e as relações de ajuda são secundárias na relação com a cidade.

- sentimentos gerais são de não exclusão, mas a condição social pesa na relação com a cidade;
- o gostar da cidade é ambivalente; ela é cheia de oportunidades, mas com muitos problemas de infraestrutura;
- a cidade pertence a todos, mas isso é limitado por questões financeiras, que limitam certos espaços; há reconhecimento da exclusão (de mulheres e classes mais baixas);
- consideram que a desigualdade social é gerada por desigualdade de classes e desestruturação familiar;
- há sentimentos de indignação por ver direitos desrespeitados e incômodo com a desigualdade existente na cidade;

- consideram que a desigualdade social é um mal, algo muito ruim, um problema social a ser combatido;
- entendem que o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional – depende do mérito de cada um;
- a desigualdade social é explicada pelos maus governantes e pela educação precária;
- a desigualdade social será resolvida por bons governantes e pela melhoria da educação;
- manifestam preocupação com o futuro escolar e profissional dos filhos porque estão em situação desprivilegiada em relação à educação e por pertencerem a uma classe social baixa;
- os direitos das pessoas são percebidos de maneira mais imediata, em relação a necessidades próprias; muitas vezes elas não são percebidas como direitos a serem atendidos; o acesso a eles é personificado (por exemplo, no profissional que atende em um serviço público).

Região Laranja

São Paulo é minha cidade porque minha vida foi aqui construída. Relações políticas e de ajuda não aparecem na relação com a cidade.

- sentimentos gerais são de não exclusão, mas a condição social pesa na relação com a cidade;
- há sentimentos negativos na relação com a cidade, que é violenta e discriminadora;
- a cidade pertence a todos, mas isso é limitado por questões financeiras e pelo acesso insuficiente a informações;
- consideram que a desigualdade social é gerada pela não garantia de direitos;
- há sentimentos de impotência e indignação pelo desrespeito aos próprios direitos;
- a desigualdade social é um problema social a ser combatido;
- o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional que depende do mérito de cada um;

- a desigualdade social é explicada pelos maus governantes e pela educação precária;
- a desigualdade social será resolvida, dizem, por bons governantes e melhoria da educação;
- sobre direitos das pessoas, falam em lutas para conseguir melhorias para o bairro.

Região Amarela

São Paulo é minha cidade porque minha vida foi aqui construída. Relações de ajuda não aparecem na relação com a cidade.

- sentimentos gerais são de não exclusão, mas violência e condição social são questões que afetam;
- predominam sentimentos positivos e ambivalentes em relação à cidade, que tem muita beleza e riqueza cultural;
- a cidade pertence a todos, mas é limitada por questões financeiras, pelo difícil acesso aos locais e devido à distância, pelo acesso insuficiente à informação;
- a desigualdade social é gerada pela não garantia de direitos, pela desestruturação familiar e pelo menor poder de compra de parte da população;
- há sentimentos de impotência frente à desigualdade e de indignação por ver direitos dos outros desrespeitados;
- a desigualdade social é diferença – ter muito ou ter pouco; é, também, um mal, uma coisa ruim;
- o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional – que depende do mérito de cada um;
- a desigualdade social é explicada pelos maus governantes e pela educação precária;
- a desigualdade social será resolvida, dizem, por bons governantes e pela melhoria da educação;
- percebem os direitos das pessoas como direitos gerais e conquistas a longo prazo;

- acham normal que a população seja bem atendida nos serviços públicos (revelando alguma noção de direitos), algo que deveria acontecer sempre.

Região Verde

São Paulo é minha cidade porque minha vida foi aqui construída. Relações de ajuda não aparecem na relação com a cidade.

- não sentem exclusão na cidade, mas a violência e o fato de não encontrarem conhecidos são questões que os afetam;
- predominam sentimentos positivos em relação à cidade, que tem muitas oportunidades;
- a cidade pertence a todos, mas certos espaços são reservados a certos grupos e nem todos se sentem à vontade neles;
- a desigualdade social é gerada pela falta de acesso a serviços qualificados, pela não garantia de direitos e pela desestruturação familiar;
- há sentimentos de indignação por verem os direitos das pessoas desrespeitados e há sentimentos de respeito pelos que venceram;
- consideram a desigualdade uma diferença estrutural, social e de distribuição de renda;
- o indivíduo é responsável pelo seu sucesso profissional que depende do mérito de cada um;
- a desigualdade social é devida à educação precária e à má distribuição de renda;
- a desigualdade será resolvida pela melhoria da educação e pela distribuição mais justa da riqueza;
- não têm preocupação com o futuro educacional e profissional dos filhos, porque reconhecem que são privilegiados na educação e na classe social;
- têm noção sobre os próprios direitos (e responsabilizam órgãos públicos pela sua garantia);
- pensam sobre os direitos das pessoas para além do cotidiano, do imediato, mas a longo prazo; revelam preocupações amplas sobre a sociedade.

Considerações finais

A desigualdade social, na cidade de São Paulo, tem muitas facetas, expressas nas significações compartilhadas e produzidas pelos seus moradores. Dessa forma, podemos falar de uma dimensão subjetiva da desigualdade social que se articula dialeticamente com a realidade objetiva da cidade. Apontar a dimensão subjetiva permite reconhecer sujeitos que vivem a cidade com suas contradições e que expressam suas vivências em compreensões, concepções e explicações sobre si mesmos, sobre os outros, sobre a cidade, sobre o futuro.

Vimos que estão presentes, nessas formulações, aspectos gerais e comuns a moradores de todas as regiões, o que nos diz das condições da cidade, também gerais, que afetam a todos de alguma maneira e da ideologia que perpassa as relações, transformando significações referidas a determinados interesses em supostamente representativas de interesses universais. Como de praxe, são formulações que naturalizam processos históricos de constituição dos fenômenos, encobrindo sua gênese material e contraditória.

Por isso mesmo, ou seja, por essa gênese na materialidade da vida social e suas contradições, as significações também são contraditórias. Esse aspecto, entretanto, não é de fácil percepção. Tomadas de forma isolada, uma ou outra formulação (a ideológica e universalizante ou a que a ela se contrapõe, revelando singularidades mediadas por particularidades) podem levar a percepções ingênuas sobre a desigualdade social. Na primeira formulação, deixando de perceber as expressões da vida alternativa e de enfrentamento ao que é dominante; e, na outra, romantizando as classes dominadas, vistas com certo heroísmo. Nos dois casos, as relações sociais e históricas são naturalizadas.

Entendemos que esta pesquisa contribui para que se considere a complexidade do fenômeno da desigualdade social – identificando as contradições que movem os processos sociais – e que essa compreensão oferece elementos para que se reconheçam possibilidades e tendências no movimento da história, atuando em favor das que nos interessam. Ou seja, atuando em favor de projetos societários que apontem para a possibilidade da superação da desigualdade social.

Referências

- AGUIAR, Wanda M. J. e OZELLA, Sérgio (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição de sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26.
- AGUIAR, Wanda M. J. e OZELLA, Sérgio (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236.
- ARRETCHE, Marta (2015). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Unesp/CEM.
- BOCK, Ana M. B. e FURTADO, Odair (2020). “Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da psicologia”. In: BOCK, Ana M. B; GONÇALVES, M. Graça M. e ROSA, Elisa Z. (orgs.). *Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez, pp. 17-38.
- BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, M. Graça M. (2017). “A dimensão subjetiva da desigualdade social: desafios teóricos e metodológicos”. In: MACHADO, Carlos et al. (orgs.). *Democracia e desigualdade: registros críticos*. Porto Alegre, Zouk, pp. 171-194.
- CAMPOS, André et al. (orgs.) (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- FURTADO, Odair (2002). “As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social”. In: FURTADO, Odair e GONZÁLEZ-REY, Fernando (orgs.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 91-105.
- FURTADO, Odair (2011). *Trabalho e solidariedade*. São Paulo, Cortez.
- FURTADO, Odair e SVARTMAN, Bernardo (2009). “Trabalho e alienação”. In: BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, M. Graça M. (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 73-115.

- GONÇALVES, M. Graça M. e BOCK, Ana M. B. (2005). “Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos”. In: GONZÁLEZ-REY, Fernando L. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo, Pioneira Learning Thomson, pp. 109-125.
- GONÇALVES, M. Graça M. e BOCK, Ana M. B. (2009). “A dimensão subjetiva de fenômenos sociais”. In: BOCK, Ana M. B. e GONÇALVES, M. Graça M. (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 116-157.
- GONÇALVES, M. Graça M. e FURTADO, Odair (2016). “A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a psicologia e para a educação”. In: AGUIAR, Wanda M. J. e BOCK, Ana M. B. (orgs.). *A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 27-42.
- GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio e SILVA, Ronnie A. (orgs.) (2015). *Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois*. São Paulo, Cortez. v. 1.
- MEDEIROS, Marcelo (2012). *Medidas de desigualdade e pobreza*. Brasília, UnB.
- MIGUEL, Luís F. (org.) (2016). *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo, Unesp.
- OLIVEIRA, Betty (2005). “A dialética do singular-particular-universal”. In: ABRANTES, Angelo A.; SILVA, Nilma R. e MARTINS, Sueli T. F. (orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis, Vozes, pp. 25-51.
- REIS, Elisa P. (2000). Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *RBCS*, v. 15, n. 42, fev.
- SCALON, Celi (2011). Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, n. 1.
- SOUZA, Jessé (2006). “A gramática social da desigualdade brasileira”. In: SOUZA, Jessé (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.
- SOUZA, Jessé (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, UFMG.

Desigualdade social e políticas públicas – aspectos da dimensão subjetiva da realidade¹

Sandra G. Sanchez
Maria da Graça M. Gonçalves
Ana Mercês B. Bock

Introdução

A psicologia sócio-histórica, a partir de seus fundamentos, reconhece a desigualdade social como fenômeno estruturante e central da realidade brasileira, que deve ser enfrentado na perspectiva da transformação social que os fundamentos implicam. A partir disso, desenvolvemos várias pesquisas e reflexões teóricas sobre o tema², utilizando, prioritariamente, a categoria dimensão subjetiva da realidade.

1. São coautores deste capítulo os alunos que participaram do projeto de iniciação científica que deu origem ao texto. São eles: Caio Labaki Agostinho Luvizotto, Carolina Lassabia de Godoy, Gabriela Sousa Braga, Giulia de Paula Rivellino, Isadora Souza Miklós, Jaqueline Monico Bernardes, Julia Seggiano Nazareth, Letícia Távora Luque, Lorena Porto Amador, Luiza Vaz Gabriel Xavier de Jesus, Marta de Castro Alves Bichir, Nicolle Gromann Libbos, Victória das Graças Gomes – alunos de iniciação científica; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pibic), com fomento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e sem fomento.

2. Tais produções estão concentradas no Grupo de Pesquisa CNPq – Dimensão subjetiva da desigualdade social e suas diversas expressões. Uma das linhas de pesquisa do grupo é sobre a

Tal categoria aponta para os processos dialéticos da relação entre subjetividade e objetividade, oferecendo recursos para uma leitura dialética também da relação entre indivíduo e sociedade. Procuramos investigar aspectos da subjetividade, produção de sujeitos, que constituem o fenômeno da desigualdade social, ao mesmo tempo que são constituídos pelo fenômeno e seus diferentes aspectos.

Essa formulação geral pode ter vários recortes. Um deles observa as diferentes maneiras de relação entre moradores de um território com os serviços públicos oferecidos e como são atravessadas pela desigualdade social. Trata-se de um âmbito que se mostrou relevante para a compreensão da vivência da desigualdade social, pois entendemos que os serviços públicos são os elementos mais diretos da relação das pessoas com políticas públicas, as quais, por sua vez, materializam projetos societários sobre como deve se garantir o acesso e a realização de direitos sociais. A garantia de direitos, acompanhada por concepções de cidadania, é instrumento para o enfrentamento da desigualdade social (Gonçalves e Rosa, 2022).

Dessa forma, um conjunto de pesquisas que investigou aspectos relativos às concepções e vivências em relação a direitos sociais e a relação com serviços públicos – além das concepções de desigualdade social e dos aspectos da vivência cotidiana em uma cidade desigual – permitiu caracterizar a dimensão subjetiva do campo das políticas públicas sociais e sua relação com a desigualdade social. Apresentamos, aqui, uma dessas pesquisas como exemplo do tipo de contribuição que pode ser produzida pela psicologia sócio-histórica, procurando evidenciar aspectos da dimensão subjetiva.

O objetivo foi caracterizar significações que compõem a dimensão subjetiva das políticas públicas de assistência social, educação e saúde em São Paulo, considerando o contexto de desigualdade social que caracteriza a cidade, com o intuito de produzir recursos para a elaboração, implementação e avaliação de políticas sociais que considerem essa dimensão. As significações, segundo Aguiar e Bock (2016):

dimensão subjetiva da desigualdade social em São Paulo. Parte das produções dessa linha de pesquisa estão apresentadas no capítulo 9; outra parte, compõe este capítulo.

Expressam a síntese afetiva e cognitiva, individual e social, constituída no plano da subjetividade do sujeito histórico. Sua natureza social nos permite, metodologicamente, utilizá-los como suporte ou fonte da dimensão subjetiva da realidade que se ancora e é produzida no e pelo sujeito. (Ibid., p. 54)

A dimensão subjetiva é uma categoria que nos possibilita identificar a presença e a contribuição dos sujeitos na construção da realidade:

Essa dimensão é caracterizada por elementos de significação (valores, sentimentos, ideias, significados) que encontram-se ancorados na subjetividade e objetivados na realidade social e nas relações vividas entre os humanos. (Ibid., p. 49)

A desigualdade social é um fenômeno complexo, multideterminado que requer a consideração de múltiplos aspectos, entre os quais a dimensão subjetiva.

Pochmann (2015) apresenta, em suas análises, mudanças e manifestações ocorridas no Brasil, no decorrer do tempo de formação e desenvolvimento do país como nação, que indicam as bases históricas da desigualdade social. Inicialmente, a sociedade brasileira se apresentou como sociedade agrária, em que o cerne da desigualdade se constituía do monopólio da propriedade da terra e, posteriormente, de uma sociedade urbana e industrial, em que a matriz da desigualdade se encontra na concentração da posse privada da terra e dos recursos naturais por meio da organização capitalista dos meios de produção.

A análise de Jessé Souza (2009) traz outros aspectos para complementar essa leitura, indicando a produção da naturalização da desigualdade social, que passa a ser aceita e mesmo invisibilizada. Há uma visão universal e hegemônica que carrega consigo um esquecimento social, na medida em que postula que todos os indivíduos têm as mesmas possibilidades e a conquista de sua realização é lida, unicamente, pelos próprios méritos do vencedor. O autor questiona o mérito individual que ignora as condições sociais, como o capital cultural e econômico que a classe alta e média possuem, invisibilizando a desigualdade social como fator decisivo que permeia as relações e todas as atividades em nossa sociedade, permitindo que a exploração do

trabalho seja lida como consequência da falta de esforço pessoal de determinado segmento da sociedade, e a desigualdade efetivamente invisibilizada. Nesse contexto, o autor analisa a produção social de um segmento indefinidamente mantido e reproduzido, a ralé:

É desse modo que essa classe [a ralé] é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são inofismáveis. Essa é a nossa verdadeira “luta de classes” intestina, cotidiana, invisível e silenciosa, que só ganha as manchetes sob a forma “novelizada” da violência transformada em espetáculo e alimentada pelos interesses comerciais da imprensa. [...] a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. (Ibid., p. 24)

As considerações apresentadas por Pochmann (2015) e Souza (2009) possibilitam, por diferentes aspectos, analisar o fenômeno da desigualdade – que é histórico e social. Apontam os autores que a desigualdade tem significações constituídas que a descaracterizam, encobrindo sua real produção social. Dar visibilidade a essas significações é fornecer ferramentas para enfrentá-las e compreendê-las, o que contribui para superá-las. Por isso, faz-se imprescindível evidenciar todas as suas dimensões. A investigação sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social, evidenciada nas significações sobre as políticas públicas sociais, é a contribuição que se pretendeu produzir com esta pesquisa.

A seguir, pontuamos, brevemente, as políticas públicas de saúde, educação e assistência social, que o foram foco deste projeto.

Política pública de saúde

A noção de saúde instituída pela Constituição de 1988 possibilitou a oficialização do Sistema Único de Saúde (SUS) – público e gratuito – que

efetiva o direito à saúde através de políticas públicas universais. O SUS tem o objetivo de viabilizar “a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas”, como consta na Lei 8.080, a Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990). Entre as diretrizes e os princípios fundamentais que estruturam o SUS, estão a universalidade, a integralidade e a equidade.

A universalidade se refere ao direito universal de acesso a serviços de saúde eficientes em todos os níveis de assistência. Devendo se dar no âmbito do atendimento e do sujeito, a integralidade remete à noção de saúde como atenção integral, considerando os diversos aspectos da realidade para a promoção da qualidade de vida e do completo bem-estar biopsicossocial dos sujeitos. Por fim, a equidade considera a necessidade de reduzir as desigualdades sociais existentes na população brasileira por meio de políticas públicas de saúde que proporcionem bem-estar a todos. Isso porque a saúde, ao promover qualidade de vida, é fundamental para a redução das desigualdades, ao mesmo tempo em que a equidade se faz necessária para a promoção da saúde universal e integral.

Cabe ressaltar que o SUS pensa os sujeitos em suas condições de vida e determinações sociais, atentando para as diversidades existentes na população e se propondo a atender às necessidades específicas de cada grupo populacional. Considerando que saúde envolve qualidade de vida e bem-estar, estando inter-relacionada a diversos aspectos da vida, o SUS não se restringe a ser uma política de saúde entendida de maneira restrita, mas é, acima de tudo, uma política social que investe no cuidado das pessoas por meio de serviços intersetoriais e equipes interdisciplinares. Dessa forma, possibilita avanços na saúde pública brasileira na direção da garantia do direito à saúde.

Política pública de educação

A Constituição Federal Brasileira (1998) garante o direito universal à educação e evidencia que ela procura desenvolver o sujeito em relação a três aspectos principais: 1) a dimensão antropológica cujo objetivo é a

formação do ser humano; 2) a dimensão política, que forma cidadãos para a vida pública; 3) a dimensão ética da educação, ligada ao aspecto da formação profissional. Assim, podemos dizer que o processo formativo social da educação é responsável pela preparação do ser humano para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, é ressaltar que esse processo existe em todos os ambientes cotidianos, podendo ocorrer tanto formalmente quanto informalmente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2001)³ determinam diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Embora o surgimento de leis e de planos transformadores da educação sejam um grande passo em direção à defesa do direito universal à educação, a execução desses marcos legais deixa a desejar. A política brasileira é marcada por grande descontinuidade e negação das propostas anteriores a cada ciclo de governo, um movimento pendular que não permite a concretização das medidas necessárias. Apesar dos avanços obtidos e inegáveis, conseguidos a partir de 1988, não foi possível superar a desigualdade no âmbito da educação.

Política pública de assistência social

A assistência social só conquistou o marco de ser um direito a ser garantido por meio de políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988, no processo de transição democrática em que passou a integrar o tripé da seguridade social brasileira, junto à previdência e à saúde. O reconhecimento dos direitos sociais implicou mudanças nas políticas sociais e na participação política. No período de maior incremento das políticas voltadas à garantia desses direitos, ocorre o que Marta Arretche (2018) define como inclusão dos *outsiders*. A incorporação à titularidade de direitos de aposentadoria, saúde e assistência social pela Constituição de 1988 foi um marco importante para os direitos entendidos como de cidadania plena.

3. Primeiro PNE.

Na Constituição Federal de 1988, dois artigos iniciam o delineamento da política de assistência social no Brasil (artigos 203 e 204), mas somente em 1993 foi regulamentada a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), instituindo efetivamente a assistência social como direito social não contributivo e, em 2004, foi constituído o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

O Suas visa à garantia das seguranças de renda, convívio, acolhimento e autonomia e contribui para a melhoria das condições sociais da população. Sua importância está em apontar para a responsabilidade pública na melhoria do acesso às políticas sociais. Dessa forma, a assistência social se estrutura a partir do território, com ações em dois níveis de proteção: básica e especial, sendo esta de média e alta complexidade, respectivamente. Suas unidades públicas de referência na prestação de serviços e na concessão de benefícios – portas de entrada dos usuários no sistema – são o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), voltado à proteção básica, e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), voltado à proteção especial. Outros serviços, benefícios, programas e projetos compõem o Suas.

Método

Conforme mencionado, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar a dimensão subjetiva do campo das políticas públicas de educação, saúde e assistência social através das vivências dos moradores da cidade de São Paulo, considerando seu atravessamento pela desigualdade social.

Para a identificação da desigualdade existente na cidade de São Paulo, foram utilizados o Mapa da exclusão/inclusão social (Meis) e o Índice Territorial de Proteção Social – ITPS (Sposati e Monteiro, 2017) que classificam diferentes regiões da cidade em função do maior ou menor índice de exclusão e da maior ou menor presença de proteção social. A partir dessa referência, foram definidos critérios de escolha dos participantes: residir em um bairro de São Paulo com exclusão social intensa (zona vermelha) ou

inclusão social (zona verde) e ter mais de 18 anos; para cada área de política social focalizada (educação, assistência social e saúde) foram entrevistados homens e mulheres.

O método da pesquisa pautou-se no uso da ferramenta de entrevista individual semiestruturada, no formato remoto. Tal formato foi adotado em decorrência da pandemia de Covid-19 que implicou na medida sanitária do isolamento social. Isso exigiu o acréscimo de um critério de escolha dos entrevistados: que tivessem acesso a recursos tecnológicos para realizar uma conversa em formato on-line. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro previamente elaborado e adequado a cada área de política pública focalizada.⁴

Foram realizadas 13 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: com foco na política de *Saúde* foram 4 entrevistados, dois residentes na zona vermelha e dois na zona verde de São Paulo. No que se refere à *Educação* foram 6 entrevistados, três residentes na zona verde e três na zona vermelha da cidade de São Paulo. Com foco na política de *assistência social*, foram realizadas 3 entrevistas, duas com residentes na zona verde e uma na zona vermelha da cidade.

A opção pela realização de entrevistas visou caracterizar a dimensão subjetiva das políticas públicas através da análise da fala dos entrevistados que expressam significações sobre aspectos que compõem esse campo de relações sociais.

Considera-se que a linguagem é constitutiva do ser humano. Nas falas dos sujeitos, durante a entrevista, são acessados processos psíquicos como os sentidos e os significados (Aguiar e Ozella, 2013). Assim, as pesquisadoras impulsionaram uma conversação a respeito da política social em questão.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para que pudessem ser analisadas. A análise foi realizada a partir do procedimento proposto por Aguiar e Ozella (2013) de composição de núcleos de significação. Desse modo, após a transcrição das entrevistas, ocorreu uma leitura flutuante, ou seja,

4. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, parecer nº 2.747.135.

uma leitura inicial para familiarização com o texto e para que o pesquisador apreenda, ainda sem qualquer classificação, aspectos importantes da fala do entrevistado.

Após a leitura fluante do material transcrito, buscaram-se pré-indicadores nas palavras ditas pelos sujeitos, isto é, aquilo que revelava articulação de significados e sentidos, incluindo o não dito de maneira explícita. Em seguida, o processo realizado foi de aglutinação dos pré-indicadores, “seja pela complementaridade, ou pela contraposição, de modo que nos levem a uma menor diversidade” (ibid., p. 309). A aglutinação dos pré-indicadores revela os indicadores, entretanto, é importante a compreensão de que devem ser entendidos sempre articulados à totalidade dos conteúdos trazidos pelo sujeito em sua expressão.

Após a aglutinação dos pré-indicadores em indicadores, foi iniciado o processo de articulação entre eles para o estabelecimento de núcleos de significação. “Os núcleos devem expressar aspectos essenciais do sujeito [...]. Devem, assim, ser entendidos como um momento superior de abstração” (ibid., p. 310). Em seguida, foi feita a análise dos núcleos, que se iniciou com uma discussão interna, passando para uma análise internúcleos: “Em geral, esse procedimento, explicitará semelhanças e/ou contradições que vão novamente revelar o movimento do sujeito” (ibid.).

As políticas públicas sociais em sua dimensão subjetiva

Apresentamos a descrição detalhada da análise das entrevistas realizadas com o foco na política de saúde, destacando os núcleos de significação constituídos para cada um dos entrevistados, visando à melhor compreensão do procedimento de análise empregado na pesquisa; em seguida, a síntese da análise das entrevistas realizadas em relação à educação e à assistência social.

No que se refere à *política de saúde*, foram entrevistados 4 sujeitos. A primeira entrevista da zona verde foi realizada com A. C., mulher branca de 43 anos, residente no bairro Moema, engenheira de segurança do trabalho com renda familiar média de 9 a 12 salários-mínimos. A segunda

entrevistada da zona verde foi L. R, mulher branca de 20 anos, estudante, moradora no Itaim Paulista, com renda familiar média de mais de 10 salários-mínimos. Já na zona vermelha, a primeira entrevista foi feita com K., homem negro de 26 anos, morador do bairro Cidade Tiradentes, assessor técnico na Secretaria de Inovação e Tecnologia, com renda familiar média de 3 a 6 salários-mínimos. A segunda entrevista foi realizada com M., mulher negra de 42 anos, moradora no Jaraguá, técnica de enfermagem, com renda familiar média de até 2 salários-mínimos. Foram construídos núcleos de significação a partir das falas de cada um dos entrevistados.

A partir da fala de M. (zona vermelha), foi possível construir cinco núcleos de significação. O primeiro, denominado “Aqui é um lado esquecido. Eles deviam dar um suporte maior”, traz as significações da entrevistada em relação a aspectos que mostram a desigualdade social, tais como esquecimento e abandono das populações periféricas. O segundo núcleo, “Se você for atrás você tem, se você não for, você não tem. A população é um pouco culpada também, não sabe cobrar”, revela as significações da entrevistada acerca dos direitos sociais como algo pelo qual se deve “correr atrás”, responsabilizando os sujeitos pela garantia de seus direitos e atribuindo-lhes a necessidade de luta constante por condições mínimas de vida. Nomeado “Se todo mundo está aqui [utilizando um serviço público], é porque precisa”, o terceiro núcleo revela que as políticas públicas fornecem auxílio necessário para que M. se sinta amparada e menos esquecida pela sociedade. O quarto núcleo denominado “Mas é assustador o SUS, viu? Eles são muito desumanos hoje em dia”, revela as decepções da entrevistada com as políticas públicas de saúde. O último núcleo, “Se eu não consigo no SUS, eu pago o exame ou a consulta. Mas não está tendo muita diferença, o privado está ficando como o SUS”, evidencia as significações em relação aos serviços privados de saúde como sendo de melhor qualidade e o sistema público como precário, revelando as contradições presentes em tais significações, visto que a entrevistada enaltece o potencial do sistema público.

No caso de K. (zona vermelha), foram estabelecidos quatro núcleos de significação. O primeiro é: “Eu tenho convênio médico, mas sempre que eu tenho uma emergência eu utilizo o SUS”. Esse núcleo revela uma dinâmica que, segundo o entrevistado, estende-se entre parte dos moradores

de Cidade Tiradentes que é a utilização do convênio médico para consultas e exames de rotina e do SUS para situações emergenciais. O segundo núcleo foi nomeado “Muito da história da Cidade Tiradentes é de luta”, revelando que o histórico de luta por direitos no bairro é fundamental para implementação de equipamentos de saúde no território, na visão de K. O terceiro núcleo foi chamado de “[...] no convênio, é totalmente diferente né? Porque é uma empresa. Você tem que tratar bem, senão...”. Ele aponta para as constantes comparações feitas pelo entrevistado entre os serviços público e privado e evidencia, também, a ideia do entrevistado de que, na saúde privada, há maior controle do serviço por parte do usuário. O último núcleo, “Hoje, devido à precarização, quem tem dinheiro não vai ao SUS”, revela o entendimento do entrevistado de que, apesar de o SUS ter uma proposta de promoção de saúde, a precarização do serviço é um impeditivo para que isso aconteça. Nele também aparece a questão de que, quem tem dinheiro, acaba não utilizando o SUS e, novamente, a contradição entre aquilo que é previsto e a forma como o SUS se estrutura atualmente.

A entrevista de A. C. (zona verde) também resultou em quatro núcleos de significação: “Vendo de fora [...] falta gente, falta estrutura, falta um bom atendimento [...]. Mas toda vez que a família como um todo precisou, foi muito bem atendida”; “Ou pra quem não tem, realmente [...] baixa renda, ou pra quem precisa de um determinado procedimento”; “A gente principalmente saber e divulgar, porque quase todos os direitos da constituição eles estão lá e não tem uma campanha, justamente pra não ter uma cobrança né”; “Normalmente um lugar público é de fácil acesso. [...]. [O SUS é] insustentável por si só”.

O primeiro núcleo fala da contradição existente em seu discurso, pois ao mesmo tempo que afirma não conhecer ou ter contato com o serviço de saúde pública – a não ser pela experiência de familiares que, em sua maioria, foi positiva –, tem uma opinião consolidada de que o serviço é ruim. O segundo se refere à noção de direito de A. C., mas apesar de alegar reconhecer a saúde como um direito, demonstra só fazê-lo na dimensão individual, naturalizando e individualizando a desigualdade de acesso a essa política. Já o terceiro, trata da significação que a entrevistada produziu frente à atuação do Estado como ineficiente e uma espécie de inimigo da população no que

tange à garantia de direitos. Mostra grande valorização do envolvimento dos cidadãos no campo das políticas, como sendo os responsáveis pelos próprios direitos, considerando que o Estado por si só não os garantiria. Por fim, o quarto núcleo diz, mais diretamente, sobre a percepção da entrevistada em relação aos serviços públicos, atribuindo sua baixa qualidade à universalidade. Ou seja, acredita que o fato de todas as pessoas terem acesso ao SUS é o que prejudica sua qualidade e faz com que ela não o frequente.

Em relação a L. (zona verde), foi possível traçar três núcleos de significação. O primeiro, “Saúde e o SUS: integrais, universais e teóricos”, revela que L. compartilha da lógica dos princípios do SUS e da concepção de saúde como sendo algo integral, mas que, apesar disso, há pouca proximidade (vivencial e teórica) por parte de L. com as políticas públicas de saúde. O segundo núcleo, “Direito conquistado não é direito garantido”, permite averiguar a concepção de direitos que L. possui, mostrando que ela entende a saúde como um direito, mas compreende que há um dever constante por parte da população de lutar para apropriar-se dele. A partir das falas, percebe-se que suas concepções sobre responsabilidade pelo acesso e pela garantia de direitos negam o direito propriamente dito e submetem-se a uma lógica meritocrática. Também se nota que a posição de privilégio que L. ocupa é apenas superficialmente reconhecida, permanecendo velada na maior parte das considerações sobre desigualdades sociais e de acesso às políticas de saúde. Por fim, a partir do terceiro núcleo, “Serviço privado ainda é melhor que o público”, explicita-se que L., apesar de defender as políticas públicas de saúde, afirma optar mais por utilizar os serviços privados. Tal preferência se dá, em essência, pela noção que L. tem de que aquilo que é público tenderia, necessariamente, a ser pior, mais gasto e precário, pois é utilizado por mais gente.

Nota-se que algumas temáticas se destacaram nas entrevistas, seja por similaridade nas falas dos sujeitos ou por divergências de ideias. Os entrevistados residentes em zonas periféricas retrataram aspectos característicos da vida em seu território, o que não aparece na fala dos entrevistados das outras regiões. Suas falas expressam as especificidades de seu cotidiano em bairros periféricos, ressaltando sua percepção sobre a desigualdade social observada e suas experiências com as políticas públicas e os serviços presentes na região.

A desigualdade social surge atrelada a sentimentos de abandono e de esquecimento das populações periféricas, as quais vivem em escassez de recursos, enquanto outra parcela da população vive em abundância. Os moradores de regiões periféricas se veem desamparados socialmente devido à falta de suporte do governo e da ausência de políticas públicas e serviços básicos, como os de saúde. As políticas públicas são descritas como essenciais para a garantia de direitos e de condições mínimas de vida desses participantes, entretanto, quando elas se ausentam ou são insuficientes, instaura-se o desamparo social.

Os serviços privados também não se fazem presentes na periferia. Conforme descrito pelo entrevistado residente na Cidade Tiradentes, os bairros periféricos funcionam como bairros dormitórios, assim, poucos equipamentos privados de saúde têm interesse em se estabelecer no local. Há generalizada falta de acesso a serviços de saúde nos territórios periféricos, o que contribui para a naturalização da baixa qualidade dos serviços existentes.

Naturalizados, o pouco acesso e a baixa qualidade dos serviços de saúde não são vistos como possibilidade à reivindicação por serviços melhores. A moradora do bairro do Jaraguá observa que a população periférica não luta para ter seus direitos garantidos e enfatiza a necessidade de mobilização pessoal a fim de conseguir condições mínimas de vida onde reside. Tais ideias e modos de agir são consequências da naturalização da desigualdade social e da escassez de recursos materiais na realidade periférica, a qual é marcada pelo pensamento individualista e meritocrático característico do capitalismo neoliberal.

Foi possível notar, também, uma noção individualista dos direitos sociais nas falas dos entrevistados. Eles expressam reconhecer a saúde como um direito, mas, ao aprofundar essa noção, percebe-se que ela é distorcida, de modo que esse reconhecimento é relativo apenas à dimensão individual dos direitos. Há desconsideração dos fatores sociais envolvidos na existência e garantia dos direitos, visto que se parte de um olhar individualizante e meritocrático que responsabiliza a população por ela. Isso pode ser visto, por exemplo, nas falas das entrevistadas A. e L., em que a necessidade de luta

pelo acesso e pela garantia dos direitos é naturalizada e até mesmo exaltada, de forma que, quando não são garantidos, a população é culpabilizada por não “correr atrás” suficientemente.

A comparação entre os serviços público e privado de saúde aparece nas quatro entrevistas. O morador no bairro Cidade Tiradentes relata que possui plano de saúde privado, mas utiliza equipamentos públicos em situações emergenciais. No plano de saúde, por se estabelecer uma relação entre uma empresa e um cliente, o entrevistado entende haver mais controle sobre a qualidade do serviço: *“No convênio como é uma empresa, então o médico pode ser [...] segue a lógica do capital, se você não tiver trabalhando, você vai embora e a gente contrata outro aqui”*. Ainda assim, ele critica os planos de saúde ao dizer que a precarização no atendimento público se dá por interesse dos convênios privados, já que, se o SUS não funciona, as pessoas são “obrigadas” a procurar serviço de melhor qualidade.

A moradora no Jaraguá também utiliza ambos os sistemas de saúde. Ela revela que, quando tem condição financeira, prefere pagar pelo serviço privado de saúde por entender que o atendimento no SUS é “assustador”. A entrevistada afirma que o tratamento no SUS é “desumano”, o que faz com que se sinta desamparada, preferindo recorrer aos serviços privados sempre que possível. Novamente, aparece uma hipervalorização do sistema privado de saúde em oposição ao sistema público de saúde, o qual, segundo M., *“tem coisas que dava pra melhorar bem mais”*. Entretanto, a entrevistada afirma que o SUS tem grande potencial e resgata aspectos exclusivos como a universalidade.

Portanto, os dois entrevistados das regiões com alto índice de exclusão social trazem a questão da precarização no serviço de saúde pública enquanto fenômeno que os levam, muitas vezes, a escolher procurar serviços privados. Em ambos os casos, porém, há compreensão de que o serviço público tem potencial para ser melhor, visto que se pauta em princípios socialmente importantes, evidenciando noção menos individualizante acerca dos direitos.

As entrevistadas das regiões com baixo índice de exclusão social, por sua vez, demonstram afastamento da realidade do sistema público de saúde, pois criticam esse serviço mesmo utilizando-o pouco. Aquela que reside em

Moema, por exemplo, afirma não sentir segurança no atendimento pelo SUS, justificando que a universalidade do sistema influencia negativamente na sua qualidade.

Já a moradora do Jardim Paulista, apesar de defender as políticas públicas de saúde, também demonstra valorização do sistema privado de saúde. Ainda que utilize o sistema privado com a justificativa de que, no seu bairro, tais equipamentos são predominantes, aparece a noção de que o privado tende a ser melhor do que o público. Isso porque, devido à alta demanda no serviço público, haveria dificuldade do Estado em administrá-lo, enquanto o serviço privado, com menor demanda, poderia ser mais bem administrado.

Nesse sentido, os entrevistados das regiões com maior índice de exclusão social, apesar de citarem o serviço público como atendimento de menor qualidade, reconhecem a importância do SUS e de princípios como a universalidade. Enquanto isso, nas falas das regiões com menor índice de exclusão social, há visão mais distanciada da realidade do serviço público; embora, em alguns momentos, sua importância seja reconhecida, a universalidade é pontuada como obstáculo para a garantia de um serviço de qualidade.

O último ponto identificado foi comum, principalmente, entre os entrevistados que residem nos bairros de alto índice de inclusão, referindo-se à superficialidade de conhecimentos a respeito do SUS. Tais participantes afirmaram não ter maior contato prático com os serviços privados de saúde. Ao tecerem reflexões acerca de possíveis fatores negativos relacionados ao SUS, dois pontos foram trazidos: a falta de agilidade de atendimento e a grande quantidade de usuários do serviço. De acordo com suas falas, os problemas dos serviços do SUS estão relacionados à grande demanda, uma vez que são abertos a toda a população. A partir dessas falas, é possível identificar a visão de que o uso público ocasionaria, necessariamente, degradação ou decadência daquilo a que o uso público se refere. Nota-se também que, em grande parte, tais concepções a respeito do SUS e dos serviços públicos são influenciadas e perpetuadas pela mídia.

Considerando as análises realizadas sobre as comparações entre os serviços público e privado apresentadas pelos entrevistados, nota-se que as significações elaboradas pelos residentes nas regiões de alto índice de inclusão social, que compõem os estratos mais altos da pirâmide social, não se

formulam propriamente a partir da apreensão total dos serviços prestados ou por sua vivência e experiência práticas com tais serviços. Ao contrário, são construídas por uma espécie de simulacro do SUS, por visões midiáticas que focalizam apenas pequena parcela dele ou por sua percepção teórica e ideológica, mantendo caráter superficial.

No que se refere à *política de educação*, foram entrevistados 6 sujeitos, três residentes na zona verde e três na zona vermelha da cidade de São Paulo. Em relação à zona verde, o primeiro sujeito, R. F., é um homem branco de 22 anos, residente no bairro Moema (zona verde), estagiário da área de direito com renda familiar média de mais de 10 salários-mínimos. O segundo sujeito, F.V.M., é um homem branco de 27 anos, residente no bairro Jardim Paulista, educador físico, com renda familiar média de 5 salários-mínimos. A última entrevistada da zona verde, A. A. A. C., é uma mulher branca de 50 anos, residente no bairro Santo Amaro, fisioterapeuta, com renda familiar média de 10 a 20 salários-mínimos. Já em relação à zona vermelha, a primeira entrevista foi realizada com M. A., uma mulher branca de 64 anos, residente no bairro Vila Progresso (zona leste), diarista com renda familiar média de até 2 salários-mínimos. A segunda entrevista foi realizada com M. C., uma mulher parda de 43 anos, residente no bairro Parque Santa Madalena (zona leste), também diarista e com renda familiar média de 2 a 4 salários-mínimos. A última entrevista foi feita com A. R. C., uma mulher branca de 20 anos, residente no bairro Campo Limpo (zona sul), estudante com renda familiar média de 2 a 4 salários-mínimos.

Em relação aos três sujeitos da zona verde, dos bairros Santo Amaro, Jardim Paulista e Moema, foram constituídos quatro núcleos de significação para cada um e a análise do conjunto nos permitiu indicar aspectos da dimensão subjetiva da desigualdade social.

Apontamos a presença de uma lógica de naturalização da desigualdade social em que os sujeitos consideram a sua existência como inevitável e natural, decorrente de oportunidades e de esforços pessoais distintos, como fenômeno que implica na existência de privilégios para as classes mais altas da sociedade, mas não questionam e nem percebem a construção histórica

dessas condições. É possível perceber a presença de falas genéricas que expressam avaliações negativas em relação à população que frequenta as instituições de ensino público e que é pobre.

Há presença marcante de um discurso que desvaloriza as instituições de ensino público, em que ele é sempre colocado como precarizado e ruim, sob a justificativa de má administração e de partidarização das escolhas políticas. Enquanto isso, as escolas privadas frequentadas pelas classes mais ricas, compreenderiam, de acordo com nossos entrevistados, a importância e o valor do ensino e da permanência na escola, garantindo futuro melhor para seus filhos, algo que não acontece nas escolas públicas. Aqui destaca-se uma frase de um dos entrevistados da zona verde: *“infelizmente os colégios muito fortes aqui (no Brasil) eles são caros [...] eles te preparam muito bem pra os vestibulares, onde você, conseqüentemente, tem mais facilidade de entrar num mercado de trabalho futuramente”*.

É importante ressaltar que, para esse grupo, a desigualdade social implica em um ciclo vicioso de desvalorização dos serviços públicos e supervalorização dos privados. Isso pode ser ilustrado pela seguinte frase de um dos sujeitos: *“Então, quanto menos educação pública tem, mais a gente investe em educação privada. Quanto melhor a educação privada menos disposto a gente tá pra construir uma educação comum a todos, mais a gente quer uma solução individual”*. Portanto, percebe-se que há uma naturalização de tais julgamentos e percepções, implicando na ausência de uma noção política crítica e da noção de direito como conquista popular para todos.

Já em relação à zona vermelha, foram entrevistados três sujeitos, sendo eles da zona leste e zona sul de São Paulo. Ao examinar as significações em suas falas, evidenciou-se, aqui também, a naturalização da desigualdade social expressa na falta de análises estrutural e histórica das diferenças de classe, mas também escancarada na noção de meritocracia. Assim como ocorre entre as participantes da zona verde que distinguem a escola pública da escola privada, esta é apontada como a melhor. A naturalização da possível precariedade do público ficou evidente em duas das três entrevistadas. Apesar do reconhecimento da necessidade de mudança no âmbito da educação,

ela é pautada em atitudes individualistas, junto à noção do mérito, evidenciando o aspecto da disciplina, apontada como característica essencial para uma boa educação por duas das três pessoas entrevistadas.

A visão do aluno disciplinado *versus* aquele que faz bagunça aponta para a exposição acrítica dos “alunos problema” e a idealização de uma escola normativa e docilizadora. Entre as colaboradoras da zona vermelha, a escola é apresentada como solução para os problemas sociais e como conquista para condições dignas de vida. Ou seja, a escola é vista distanciada do seu papel social, formador de sentido e de modo utilitarista, apenas como passaporte para o futuro: o meio para chegar à universidade e ao mercado de trabalho.

Assim, em ambas as zonas, a educação pública é julgada ruim, mas essa noção é apresentada pelas participantes com visão individualizante, ao contrário de uma questão coletiva que requer solução também coletiva. A partir do momento em que um fenômeno social passa a ser tratado como algo de responsabilidade do indivíduo, ele se distancia cada vez mais da sua gênese, perdendo-se a noção de sua determinação sócio-histórica e possibilitando a normalização de contradições vividas na atualidade. A redução das questões sociais ao âmbito individual aparece como ferramenta de construção ideológica que naturaliza e obscurece a desigualdade social. O campo da educação surge eivado desses processos e seu lugar de direito social é negado para fazê-lo surgir como conquista individual. Tais significações estão constituídas tanto na zona verde quanto na vermelha, permitindo perceber sua extensão no conjunto da sociedade.

No que se refere à *política de assistência social*, foram realizadas 3 entrevistas, duas em relação à zona verde e uma à zona vermelha da cidade. A primeira entrevista na zona verde foi realizada com C. F., um homem branco de 54 anos, residente no bairro Moema, empresário com renda familiar média de mais de 10 salários-mínimos. O segundo entrevistado foi R. A., um homem branco de 50 anos, residente no bairro Itaim Bibi, também empresário e com renda familiar média maior que 10 salários-mínimos. A última entrevista, referente à zona vermelha, foi realizada com uma mulher branca de 58 anos, residente no bairro Jaraguá, aposentada e com renda familiar média de 3 a 6 salários-mínimos.

A análise das 3 entrevistas permitiu identificar aspectos comuns e divergentes. A concepção de assistência social dos três sujeitos é marcada pelo processo histórico da consolidação dessa política social no Brasil, sendo crucial para o entendimento de suas significações. O assistencialismo aparece como forma de ajuda do Estado, sem perspectiva da ética pública e do direito coletivo e social, considerando as políticas de assistência social pontuais e compreendendo que os benefícios, serviços e auxílios ofertados pelo aparato público corroboram para a manutenção da desigualdade social e para que os usuários não busquem transformar, individualmente, sua condição social. Essa concepção constitui as significações dos três entrevistados, sendo evidenciada, principalmente, nas falas do morador B., de Moema, que se refere diversas vezes à política pública de assistência social como “assistencialismo”.

Além disso, dois dos entrevistados, a moradora no bairro Jaraguá e o morador A., de Moema, apontam o trabalho e a inserção no mercado de trabalho como condições para que o usuário do Suas possa usufruir de seus direitos. Essa concepção está ancorada na ideia de cidadania regulada, anterior à Constituição de 1988, quando o trabalho formal tinha característica central para a garantia e o acesso a direitos e serviços públicos. Dessa forma, os entrevistados convocam duas características: a cidadania regulada e o assistencialismo, explicitando um imaginário social marcado pela noção de direito anterior à Constituição Cidadã, o que perpetua as desigualdades sociais.

Ademais, há concordância em relação à qualidade das políticas públicas, contudo, as justificativas atribuídas por eles a esse funcionamento são diferentes. Nesse aspecto, as significações da moradora na região de maior exclusão atribuem ao público e ao estatal a má gestão e às suas estruturas a incapacidade de sustentar formas mais produtivas e eficazes de trabalho. Os residentes nas zonas verdes expressam que o serviço privado é intrinsecamente bom, e o público, por sua vez, ruim.

Os três entrevistados identificaram problemas no serviço público e manifestaram a necessidade de melhoria das políticas públicas e da urgência de cobrar mudanças. Entretanto, não se consideraram responsáveis por cobrar soluções e melhorias, responsabilizando os usuários, que devem “*trabalhar para superar a desigualdade*”.

Há, além disso, visão semelhante em relação à noção de direito. A semelhança é maior no que diz respeito aos entrevistados em regiões de menor índice de exclusão. O residente A., de Moema, considera o direito, de maneira geral, como produto do pagamento dos impostos; o morador B., do mesmo bairro, entende que o direito deveria ser visto como parte do “patrimônio de cada um”. A moradora na região de maior exclusão expressou uma noção de direito como recompensa pelo trabalho. Nota-se, nas três entrevistas, a valorização das dimensões financeira e produtiva como propiciadoras do acesso aos direitos.

Diante disso, é perceptível que todos os entrevistados expressaram, em alguma medida, uma concepção de direito como algo individual, não coletivo. Isso também está presente nas significações sobre política de assistência social, na medida em que caracterizam os usuários, de maneira geral, como acomodados que não trabalham. Nesse sentido, os entrevistados localizam o Estado de maneira abstrata, como responsável por “ajudar” e gerar oportunidades, reproduzindo a visão assistencialista da política de assistência social.

Para além da compreensão de direito como instância arbitrária, os sujeitos valorizam, também, a ideia de ascensão social por via do mérito. Nota-se que todos os entrevistados reproduziram certo tipo de responsabilização individual pela desigualdade. Eles afirmam que há importância na garantia de políticas sociais, no entanto, compreendem ser necessário que haja um acréscimo de “vontade de mudar de vida” ou de “esforço para trabalhar” a fim de que se produza uma alteração na realidade desigual dos usuários das políticas de assistência.

Tratando da questão da meritocracia em interface com a concepção acerca das políticas sociais é possível dizer que os dois entrevistados provenientes de regiões de menor índice de exclusão denotaram uma visão dessas políticas e, principalmente, dos benefícios da assistência social, como “ajudas” que geram comodismo e, por esse motivo, é necessário que se leve em conta a necessidade de limites. Apesar de expressar certa concordância com tais ideias, a moradora na região de maior índice de exclusão levou em consideração, em suas avaliações, as limitações sociais e produtivas acarretadas pela desigualdade social – o que abarca a questão da acessibilidade e da garantia de direito, além da influência dos preconceitos e exclusões.

Considerando o conjunto de entrevistas analisadas, destacamos que, entre os moradores nas zonas verde e vermelha, há naturalização da desigualdade social, valorização do que é privado, desvalorização do público e responsabilização do indivíduo por suas condições de vida nas esferas da saúde, da educação e do trabalho.

Considerações finais

A dimensão subjetiva da desigualdade social na relação com direitos sociais, políticas públicas e seus dispositivos de acesso a direitos revela a dialética entre a materialidade da vida social e as produções subjetivas, marcada por contradições diversas que evidenciam, entretanto, contradições fundamentais que produzem e reproduzem essa situação social.

Observamos diferenças importantes entre as significações de moradores em regiões diferentes da cidade, oriundas de sua experiência com os serviços públicos, referentes às três áreas pesquisadas: saúde, educação e assistência social. Mas também observamos formulações semelhantes, revelando a sobreposição de concepções sociais hegemônicas às produções singulares, por exemplo: a valorização da esfera privada em relação à pública quando as significações apontam a superioridade dos serviços privados em relação aos serviços públicos. Observamos que isso não tem relação direta com a experiência vivida, pois tanto os que usam um e outro tipo de serviço quanto os que não usam fazem essa avaliação.

Tais avaliações, a partir de experiências específicas, são matizadas por outras pontuações, seja no reconhecimento da qualidade dos serviços públicos, seja no descrédito referente à possibilidade da universalização dos serviços.

Podemos considerar, entre outras análises possíveis, a discussão apresentada por Sader (2018) a respeito da confusão ideologicamente alimentada entre público e estatal, privado e mercantil. A contraposição entre estatal e privado oculta a disputa entre público e mercantil a serviço dos interesses do

mercado e enfraquece a esfera pública. De certa forma, é essa a confusão que aparece nas falas dos participantes desta pesquisa, que revelam, na verdade, um pensamento mais amplamente difundido na sociedade brasileira.

Outra questão identificada e que merece nota é o delineamento pouco definido entre direitos individuais e direitos sociais, o que revela pouca compreensão da dimensão social que deve estar presente na garantia de direitos. As pessoas entrevistadas revelam, por meio das significações identificadas, ênfase maior em noções individuais, em detrimento de concepções coletivas. Isso matiza tanto a relação com os serviços como a identificação de problemas e a indicação de mudanças.

Sabemos que o individualismo, acompanhado da meritocracia, são marcas da sociedade desigual em tempos neoliberais (Furtado et al., 2022). Essa marca está presente também nesse campo das políticas públicas de garantia de direitos, contribuindo para a naturalização e a invisibilização da desigualdade social, como apontamos.

Resta, ao ter claros aspectos como esses, investir na criação de condições para o debate das diferentes perspectivas e, principalmente, para o exercício de experiências transformadoras na direção de fortalecimento da esfera pública e dos espaços coletivos.

Entendemos que conhecer aspectos da dimensão subjetiva da desigualdade social contribui para esse tipo de intervenção, que tem no campo das políticas públicas sociais possibilidades de realização.

Referências

- AGUIAR, Wanda M. J. de e OZELLA, Sergio (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* v. 94, n. 236.
- AGUIAR, Wanda M. J. e BOCK, Ana M. B (2016). “A dimensão subjetiva: um recurso teórico para a psicologia da educação”. In: AGUIAR, Wanda M. J. e BOCK, Ana M. B. (orgs.). *A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez, pp. 43-60.

- ARRETCHE, Marta (2018). Democracia e redução da desigualdade no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 33, n. 96.
- BRASIL (1990). Lei nº 8.080, de 19 de setembro. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 18055, 20 set.
- BRASIL (1993). Lei nº 8.742 de 7 de dezembro. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. nº 18769, 8 dez.
- BRASIL (1996). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 27833, 23 dez.
- BRASIL (2001). Lei nº10.172 de 9 de janeiro. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. (Publicação Original).
- FURTADO, Odair et al. (2022). “A psicologia sócio-histórica e os fenômenos estruturantes na sociedade capitalista neoliberal”. In: BOCK, Ana M. B. et al. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo, Educ/PIPEq, pp. 21-44.
- GONÇALVES, M. Graça M. e ROSA, Elisa Z. (2022). “Direitos sociais e políticas públicas: contribuições da psicologia sócio-histórica para um projeto de sociedade”. In: AGUIAR, Wanda et al. *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de fenômenos sociais*. São Paulo, Educ/PIPEq, pp. 63-80.
- POCHMANN, Marcio (2015). *Desigualdade econômica no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Ideias & Letras.
- SADER, Emir (2018). “As esferas pública, estatal, privada e mercantil no neoliberalismo”. In: SADER, Emir (org.). *Se é público, é para todos*. Rio de Janeiro, Uerj/LPP, pp. 9-22.
- SOUZA, Jessé (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, UFMG.

SPOSATI, Aldaíza e MONTEIRO, Miguel (orgs.) (2017). *Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo*. São Paulo, Educ.

Desigualdade social e práticas escolares

Rita de Cássia Mitleg Kulnig
Ana Mercês Bahia Bock

Em 2004, Reis publicou um estudo sobre a percepção da elite brasileira em relação à desigualdade social em que apontava que, para nossa elite nacional, não havia senso de compromisso amplamente disseminado como sendo ela também responsável pelo enfrentamento dessa desigualdade, cabendo a responsabilidade, primordialmente, ao governo. Entre a lista de políticas públicas que deveriam ser prioritárias para o enfrentamento desse fenômeno, na opinião da nossa elite, apareceu, em primeiro lugar, a promoção da reforma agrária, possibilitando, como concluiu a pesquisadora, “exportar dos grandes centros urbanos os problemas sociais que [...] estimulam a violência e aumentam a insegurança” (ibid., p. 54).

Aparecendo em segundo lugar nessa lista, foi apontada a melhoria da eficiência dos serviços públicos, reforçando, nesse sentido, como explicou Reis (2004), a ideia do não comprometimento dessa elite com a questão da desigualdade social. Já em último lugar na lista levantada pela pesquisadora, aparecem a taxaço da riqueza, a participação dos trabalhadores nos lucros e a expansão dos gastos sociais, bem como um repúdio em relação às ações afirmativas para compensar segmentos sociais discriminados, uma vez que essas ações legitimam o princípio da desigualdade por manipularem e distorcem oportunidades.

Reis (2004) ressaltou que, pelo fato de a elite brasileira acreditar na igualdade de oportunidades, a educação passa a ser o elemento-chave na explicação dos elevados níveis de desigualdade social. Por ser uma estratégia

que não penaliza setores ou classes em especial, foi considerada, por essa elite, como o recurso privilegiado para assegurar a igualdade de oportunidades. De modo geral, como concluiu a pesquisadora, nossa elite enfatiza a educação como ferramenta de capacitação para o mercado como meio de mobilidade social via ocupação, diferindo do papel da educação atribuído por elites de outros países, que a destacam como mecanismo de conscientização política.

Inspirando-se nesse estudo, em 2010, Kulnig realizou uma pesquisa com jovens que cursavam o ensino médio em escolas privadas consideradas de prestígio em sua região.¹ Jovens a quem, de modo geral, são destinados cargos de liderança em nossa sociedade, que serão, em muitos sentidos, responsáveis por gerirem não só os recursos privados, como também os públicos. Os resultados encontrados por Kulnig (2010) corroboraram os achados de Reis (2004) em muitos aspectos. Para a maior parte dos jovens participantes dessa pesquisa, o governo foi apontado como responsável pelas desigualdades existentes no país – explicação que, como já sinalizou Santos (2013, p. 150), aponta “para um modelo em que a dinâmica de produção da desigualdade é concebida alheia aos sujeitos, e não como um processo engendrado coletivamente a partir de relações sociais determinadas”. Para esses jovens, a melhoria da eficiência dos serviços públicos também foi apontada como uma solução para o enfrentamento da desigualdade social, e a violência como a expressão dessa desigualdade em seus cotidianos.

Ao significarem igualdade como igualdade de oportunidades, esses jovens, assim como nossa elite nacional, também apostaram na educação como uma via para diminuição da desigualdade social, por ser esta a forma de propiciar igualdade de oportunidades para todos, sinalizando, dessa forma, crença muito maior no mérito individual como meio de superação desse fenômeno. Nesse sentido, esses jovens entrevistados por Kulnig (2010)

1. Nessa pesquisa, Kulnig aplicou um questionário em 404 jovens e entrevistou 10 desses jovens que cursavam o ensino médio em cinco escolas privadas consideradas de prestígio na Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo. Além de investigar as significações constituídas por esses jovens sobre desigualdade social, a pesquisa teve como objetivo investigar a relação que os jovens estabeleciam entre desigualdade social e educação.

também manifestaram repúdio em relação às ações afirmativas para compensar segmentos sociais discriminados ao comentarem, em especial, sobre o sistema de cotas adotado por universidades federais e sobre o programa federal de redistribuição de renda, em vigor à época da pesquisa, denominado Bolsa Família.

Kulnig (2010) concluiu que, para esses jovens, a significação da desigualdade social estaria fortemente ligada à distribuição de renda e ao acesso a bens e serviços que se expressa nos contrastes por eles observados nas condições de moradia, transporte, saúde, alimentação e vestuário da população, sendo, portanto, a diferença de renda o elemento central que a caracteriza. Isto é, uma desigualdade econômica, de acesso a bens e serviços da sociedade, traduzida em sua concretude como miséria econômica. Apesar de alguns dos jovens terem sinalizado que havia uma diferença para além da renda familiar entre eles e os jovens mais pobres, a maioria não sinalizou que, para além de produzir miséria econômica, a desigualdade social também produz outros tipos de miséria: emocional, existencial, política, como apontam alguns estudiosos do fenômeno.

Desigualdade social

Para o sociólogo sueco Göran Therborn, por exemplo, a desigualdade social é uma violação da dignidade humana, a negação da possibilidade de desenvolvimento das capacidades humanas de todos, que toma formas diversas e tem efeitos variados. Nesse sentido, como afirma o sociólogo, o fenômeno da desigualdade social não se refere apenas ao “tamanho de nossas carteiras”, mas sim a “uma ordem sociocultural que, (para a maioria de nós), reduz nossa capacidade de funcionar como seres humanos, nossa saúde, nossa autoestima, nosso senso de identidade, assim como nossos recursos para agir e participar neste mundo” (Therborn, 2013, p. 1; tradução nossa).²

2. No original: “*It is a socio-culture order, which (for most of us) reduces our capabilities to function as human beings, our health, our self-respect, our sense of self, as well as our resources to act and participate in this world*” (Therborn, 2013, p. 1).

Concordando com Therborn e outros estudiosos do fenômeno, podemos afirmar que a desigualdade social envolve várias dimensões da nossa vida cotidiana, com impactos diversos em nossa estrutura social e na constituição das nossas subjetividades. No entanto, segundo o sociólogo, antes da modernidade, apesar da existência de diferenças hierárquicas que, muitas vezes, não eram aceitas, elas nem sempre eram percebidas, discutidas e teorizadas como desigualdades, tornando-se problemas político e moral apenas na modernidade. Ou seja, na modernidade, “os humanos não eram mais apenas diferentes, de diferentes posições, de sorte diferente. Sua igualdade poderia ser violada; eles poderiam ser desiguais” (ibid., p. 72; tradução nossa).³ Tal afirmativa nos remete a um dos questionamentos apresentado pelo autor na introdução do seu livro *The killing fields of inequality* (Therborn, 2013): qual a distinção entre diferença e desigualdade? (ibid.).

Consultando o significado desses dois vocábulos em dicionários da Língua Portuguesa, constataremos que ambos trazem, em suas acepções, um sentido relacional. Haverá sempre a necessidade de um “outro” como parâmetro/padrão para se determinar uma desigualdade ou uma diferença. Embora muitas vezes utilizados por nós como sinônimos quando nos referimos às relações sociais, Therborn alerta-nos sobre a importância de compreendermos as distinções fundamentais contidas nas significações desses dois vocábulos para que possamos compreender como essas significações têm se relacionado entre si no âmbito social e como ambas se relacionam com a noção de igualdade.

De acordo com Therborn (2010, 2013), existem três formas principais de distinguir diferença e desigualdade. A primeira distinção envolve a ideia de *ranking*: a noção de desigualdade sempre engloba o sentido de algo melhor ou pior, algo que esteja acima ou abaixo, estando essa noção sempre atrelada a uma hierarquia valorativa, o que não se aplica à noção de diferença. A segunda distinção é que, apesar de desigualdade sempre referir-se a uma diferença, é uma diferença que viola uma norma moral de igualdade entre seres humanos, que é grande demais e/ou assume direção injusta.

3. No original “Humans were no longer just different, of different rank, of different wealth, of different luck. Their equality could be violated; they could be unequal” (ibid., p. 72).

A terceira distinção apresentada por ele mostra a desigualdade sempre como diferença passível de ser extinguível, o que aponta para o seu caráter histórico e não natural. Ou seja, “desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (Therborn, 2010, p. 146). Nesse sentido, as “diferenças podem e coexistem com a igualdade e com a desigualdade” (Therborn, 2013, p. 38; tradução nossa).⁴

A partir da dimensionalidade e da pluralidade da vida social, Therborn (2010, 2013) aponta três dimensões da desigualdade – vital, existencial e de recurso – capazes de negar ao indivíduo “a capacidade de funcionar plenamente como humano [...] de escolher uma vida de dignidade e bem-estar” (Therborn, 2013, p. 48; tradução nossa).⁵ Embora apresentem trajetórias variadas em distintos períodos da história e determinações causais diferenciadas, essas três dimensões interagem entre si e influenciam umas às outras. No entanto, ao sinalizar essa interação e o entrelaçamento dessas três dimensões, reforçando a importância de um olhar multidimensional para esse fenômeno, ele enfatiza que não podemos nos esquecer de que cada dimensão tem sua dinâmica própria e que nem sempre apresentam covariação.

A desigualdade vital refere-se “às chances de vida desiguais socialmente construídas dos organismos humanos” (ibid.; tradução nossa).⁶ Ou seja, são diferenças evitáveis e moralmente injustificadas relacionadas aos padrões de saúde e longevidade que encontramos em uma sociedade ou em sociedades distintas, amplamente divulgados por meio de índices como expectativa de vida e taxas de sobrevivência. Embora ligados à constituição biológica dos seres humanos, esses padrões apresentam grande variabilidade entre indivíduos, grupos e sociedades e forte correlação com outros indicadores socioeconômicos, apresentando longas persistências históricas ou rápidas mudanças sociais, ressalta Therborn (2013).

4. No original: “*Differences can and do coexist with equality as well as with inequality*” (ibid., p. 38).

5. No original: “[...] *function fully as a human being [...] to choose a life of dignity and well-being*” (ibid., p. 48).

6. No original: “*Vital inequality, referring to socially constructed unequal life-chances of human organisms*” (ibid.).

“Desigualdade existencial significa a negação de (igual) reconhecimento e respeito” (Therborn, 2010, p. 146), ostensivamente ou não, de diversas categorias de pessoas, como afirma o sociólogo, negando-lhes a liberdade, em seus mais diversos sentidos, ou restringindo essa liberdade, gerando diversas formas de discriminação, estigmatização, humilhação e sofrimento. Porém, vale lembrar o alerta feito por ele de que esse tipo de desigualdade não assume “apenas a forma de discriminação ostensiva, mas também opera de modo eficaz através de hierarquias de status mais sutis” (ibid.).

A terceira dimensão da desigualdade apontada por Therborn é a desigualdade de recursos, tanto materiais quanto simbólicos, que possibilitam ao indivíduo atuar. Ele nos explica que esse tipo de desigualdade se subdivide em desigualdade de acesso e desigualdade de recompensa. A desigualdade de acesso, ou desigualdade de oportunidades, está relacionada à educação, à qualificação profissional, às redes de relações sociais, às competências cognitivas e culturais, às posições hierárquicas nas organizações. Já a desigualdade de recompensa, ou desigualdade de resultados, refere-se à distribuição de renda ou riqueza.

Assim como Therborn, o sociólogo brasileiro Jessé de Souza (2009) se contrapõe às análises que enfatizam tão somente aspectos econômicos da desigualdade social. Ele nos apresenta reflexões sobre esse fenômeno que vão além do “tamanho de nossas carteiras”, ao nos alertar que a percepção da desigualdade social apenas pela ótica da renda torna esse fenômeno opaco, impedindo-nos de perceber os aspectos simbólicos envolvidos em sua (re) produção cotidiana em nossa sociedade. Para Souza (2009), a estrutura de relações que acompanha e marca o fenômeno da desigualdade social no Brasil é caracterizada por redes invisíveis e objetivas que qualificam e desqualificam indivíduos e grupos, distinguindo-os. M. Spink e P. Spink (2006, p. 10) reforçam essa ideia quando afirmam que um dos problemas da diferença de renda é quando esta “adquire uma tonalidade hierárquica em relação aos espaços sociais; quando quem é visto como diferente é também considerado inferior”.

Essas ponderações nos levam a afirmar a importância da compreensão da desigualdade social como fenômeno multifacetado, que envolve várias dimensões da vida social, não se circunscrevendo apenas a um setor da sociedade, tampouco a um único recurso e, muito menos, a uma única variável.

Desigualdade social e práticas escolares

Considerando ser esse fenômeno marca fundamental da sociedade brasileira, a escola deverá tratar dessa temática em suas práticas, uma vez que, entre os conhecimentos que deverão, obrigatoriamente, ser socializados pela escola de educação básica – como preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26, parágrafo 1º (Brasil, 1996) – está o conhecimento das realidades social e política, especialmente as do Brasil. Na perspectiva proposta pela LDB, como exposto em seu artigo 2º, as práticas escolares deverão preparar o educando para o exercício da cidadania, devendo ser pautadas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Essa mesma legislação, em seu artigo 35, inciso III, afirma ser a finalidade do Ensino Médio, que abrange a escolarização dos jovens com idades entre 15 e 18 anos, “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (ibid.). Tais proposições têm sido reforçadas em documentos educacionais de caráter nacional, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta, quando se refere ao segmento da Educação Básica, afirma caber às escolas proporcionarem aos jovens:

[...] experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a *leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas*. O mundo deve lhes ser apresentado *como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais*, de modo que se sintam

estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (Brasil, 2018, p. 463; grifos nossos)

A BNCC complementa:

É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro. [...]. Nessa etapa, como os estudantes e suas experiências como jovens cidadãos representam o foco do aprendizado, deve-se estimular uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana. (Ibid., p. 472; grifos nossos)

Essas reflexões, aliadas aos resultados de pesquisa realizada em 2010, instigaram Kulnig (2019), em sua tese de doutoramento, a investigar como a temática da desigualdade social tem sido abordada nas práticas escolares de instituições educacionais consideradas de prestígio, e significada pelos jovens que delas participam.⁷ Jovens a quem, como dito, são destinados cargos de liderança em nossa sociedade.

A instituição pesquisada

O termo elite, no campo da educação, tem sido cada vez mais utilizado, tanto pela mídia quanto pelo meio acadêmico, para distinguir um grupo de instituições ou de processos educacionais voltados para um segmento específico da sociedade que, de modo geral, é relacionado a uma classe social detentora de maior poder econômico e social, isto é, grupos detentores de oportunidades e recursos que conferem oportunidades vantajosas de poder, prestígio e riqueza pouco acessíveis à maioria da população. O processo de

7. Nessa pesquisa, Kulnig utilizou a observação participante como uma das estratégias para a produção dos dados, além da conversação (González-Rey, 2005).

educação básica desse grupo é, de modo geral, realizado em instituições privadas, sejam laicas ou confessionais, consideradas de prestígio nas comunidades onde se situam.

Tomando como referência a tipologia desenhada por Paes de Carvalho (2006) para caracterizar instituições privadas que atendem às elites, a instituição pesquisada por Kulnig (2019) aproxima-se do que a autora denominou “empreendimentos educacionais”. Ou seja, escolas confessionais tradicionais nas quais pode ser identificada a existência de uma instituição religiosa como mantenedora e a definição de uma missão institucional que propõe formação integral baseada em valores humanistas e religiosos, sem perder de vista a necessidade de integração socialmente responsável do aluno à sociedade.

No caso específico da instituição pesquisada por Kulnig (2019), por ser uma escola confessional católica, sofre a influência das orientações emanadas pelas conferências do Episcopado Latino-Americano, ocorridas posteriormente ao Concílio Ecumênico Vaticano II (1955, 1968, 1979, 1992 e 2007), que conclamam essas instituições, em face da realidade latino-americana, para se inserirem nessa sociedade, a partir de uma perspectiva crítica (olhando, julgando e agindo) para formar agentes transformadores de uma realidade fortemente marcada pela desigualdade social. Ou seja, uma instituição que eduque na e para a solidariedade, que busque a excelência acadêmica, que incentive o protagonismo juvenil, que ofereça uma educação que promova a dignidade da pessoa humana, o bem comum. Nesse sentido, no projeto educativo dessa instituição, há um apelo para que os educadores, nas práticas educativas propostas, considerem a cultura e as condições de vida da população em que a instituição está inserida e incorporem à dimensão técnico-científica os princípios relativos à promoção da justiça social, à multiculturalidade e ao respeito às diferenças. Há orientação formal para que os educadores realizem trabalhos interdisciplinares que auxiliem os jovens, a partir de leitura crítica da realidade na qual estão inseridos, a construam seus projetos de vida sustentados em uma ética solidária, destacando-se, como opção metodológica, ações de intervenção social em defesa da vida, buscando a concretização de uma sociedade mais justa. Nesse sentido,

como conclui Kulnig (2019), o projeto educativo da instituição pesquisada abre espaço para a discussão do fenômeno da desigualdade social em suas práticas escolares.

Os educadores e as práticas observadas

Para os educadores que participaram da pesquisa, a identidade católica da instituição constitui seu diferencial, como ressalta Kulnig (2019). Nesse sentido, para esses educadores, todo o planejamento educacional deveria pautar-se no compromisso institucional de formar uma elite socialmente responsável, sensível em relação a situações de pobreza e de fragilidades, capaz de aderir às causas de justiça e de paz concretizadas no desenvolvimento de uma cultura do cuidado, da solidariedade.

Para concretizar essa proposta, esses educadores acreditam na importância de inserir, em suas aulas, atividades que possibilitem aos jovens o desenvolvimento de pensamento crítico, bem como atividades que possibilitem tirá-los da sua zona de conforto. Por acreditarem na experiência/vivência como ferramenta de mudança/transformação, apostam em práticas que propiciem aos jovens inserção em outras realidades, com o objetivo de sensibilizá-los para as questões sociais do país e levá-los a perceber sua responsabilidade em relação a essas questões.

Para escolher as práticas que observaria, Kulnig (2019) toma como um dos critérios de escolha o indício de que, de forma direta ou indireta, poderiam favorecer o contato dos jovens com uma ou mais dimensões da desigualdade social. Dentre as práticas de inserção social propostas pelos educadores, Kulnig (2019) participou de três: uma realizada em uma das disciplinas que compunha o chamado Núcleo Transdisciplinar Eletivo do Currículo do Ensino Médio e duas realizadas pelo Núcleo da Pastoral da instituição, que tinham caráter extracurricular. As três práticas tinham como objetivo romper com os muros da escola, favorecendo o contato dos jovens com realidades socioeconômicas diversas, bem como possibilitar a convivência com pessoas de diferentes classes sociais, culturas e estilos de vida e o contato com comunidades/pessoas em situação de vulnerabilidade social por

meio de ações voltadas para essas populações/pessoas. Ou seja, eram propostas de atividades que tinham como foco a formação de uma juventude solidária, protagonista e cidadã, visando à transformação social.

Tanto a atividade proposta na disciplina do Núcleo Transdisciplinar quanto uma das atividades propostas pelo Núcleo da Pastoral foram realizadas em uma instituição de educação infantil de caráter beneficente. Embora situada em um bairro com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado muito alto, as crianças que a frequentavam não residiam em seu entorno, mas eram oriundas de bairros cujo percentual médio da população com rendimento até um salário-mínimo era em torno de 20%, e o percentual médio da população que não possuía algum tipo de rendimento, incluindo benefícios como bolsa família e aposentadoria, girava em torno de 36%. As crianças eram atendidas em turno integral (das 7h às 17h), sendo filhos e filhas de mães que trabalhavam nas redondezas da instituição, em sua grande maioria, como trabalhadoras domésticas.

A atividade proposta na disciplina do Núcleo Transdisciplinar consistia em uma ação de intervenção na instituição de educação infantil. Para isso, a turma foi dividida em grupos e cada grupo tinha como responsabilidades: elaborar um plano de ação que envolvesse a divulgação, nas redes sociais, tanto da instituição quanto das atividades desenvolvidas por eles na instituição; articular uma campanha de doação em prol da instituição; auxiliar a instituição na participação da festa junina promovida pela comunidade; realizar uma atividade recreativa para as crianças da instituição. Já a proposta de atividade do Núcleo da Pastoral Infantil consistia em um trabalho voluntário em que os jovens envolvidos participariam, uma vez por semana, da rotina da instituição, auxiliando as professoras.

A terceira atividade que Kulnig (2019) acompanhou, proposta pelo Núcleo Pastoral e denominada “missão de solidariedade”, consistia em uma imersão de quatro dias em um município do interior do Estado, com o objetivo de propiciar aos jovens conhecimento e vivência em outras realidades sociais, econômicas e culturais. Nos dois primeiros dias, os jovens foram recebidos por famílias que residiam nas comunidades rurais do município, hospedando-se em suas residências. Além da convivência com as famílias anfitriãs, os jovens também visitaram residências de outras famílias das

localidades onde ficaram hospedados, propiciando-lhes um conhecimento sobre o cotidiano, a cultura e os problemas vividos por moradores de comunidades rurais. Nos dois últimos dias, ficaram hospedados na sede do município e visitaram instituições educacionais e casa de acolhimento de idosos.

Considerações a partir das práticas observadas

Apesar da proposta educativa da instituição pesquisada abrir espaço para que fosse realizada uma abordagem crítica sobre o fenômeno da desigualdade social, ancorada no tríplice movimento ver-julgar-agir, possibilitando ao jovem exercitar sua capacidade analítica (ver), crítica (julgar) e criativa (agir) frente ao fenômeno da desigualdade social, de modo geral, Kulnig (2019) não observou estratégias que possibilitassem que essas capacidades fossem exercitadas de forma sistematizada durante o período em que realizou as observações participantes.

Ao acompanhar as práticas realizadas pelos educadores, a pesquisadora observou que, apesar de expressarem grande aposta na vivência como forma de sensibilizar os jovens para as questões sociais, não priorizando, em suas falas, práticas assistencialistas e filantrópicas como forma de conscientizar os jovens acerca do fenômeno da desigualdade social – e sim a busca pela formação de indivíduos capazes de conviver e atuar em uma sociedade mais justa e solidária –, as práticas observadas não foram acompanhadas de postura crítica. Nesse sentido, aproximaram-se muito mais do que Negri (2012), ao construir uma tipologia sobre as propostas pedagógicas de responsabilidade social de instituições privadas de ensino, denominou “solidariedade instrumental” e “caridade cristã”, em relação ao que a autora denominou “responsabilidade crítica”.

Se na proposta pedagógica de responsabilidade social denominada “solidariedade instrumental” a finalidade principal é a formação de lideranças capazes de atuar, intervir e promover transformações na realidade social, referindo-se a projetos extracurriculares com ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências dos jovens, nas propostas denominadas “caridade cristã”, o foco é a sensibilização dos jovens pelas causas sociais e pelo

desenvolvimento de valores cristãos por meio de práticas esporádicas de caráter assistencialista e filantrópico sustentadas em valores como fraternidade, compaixão, ajuda ao próximo.

Tanto na primeira quanto na segunda proposta, prevalece a concepção do “outro” como sujeito que necessita da assistência daqueles com melhores condições, seja ela econômica ou não, traçando importante diferença em relação à posição ocupada por aqueles que formulam, organizam e desenvolvem ações solidárias. Nesse sentido, Kulnig (2019) ressalta que os jovens acabam destinando ao “outro” um olhar benevolente e assistencialista, despotencializando-o e perpetuando, mesmo sem terem consciência, uma posição de dominação em relação a esse outro.

Considerações finais

O estudo realizado por Kulnig (2019) trouxe conclusões sobre as experiências de deslocamento de classe propiciadas aos jovens pelos educadores, afirmando que elas podem significar a perpetuação do *status quo* se não possibilitarem a percepção da pobreza e das desigualdades como efeito de uma relação de dominação. Como nos lembra Ribeiro (2017, p. 86):

[...] é fundamental que os indivíduos pertencentes a um grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição de lugares subalternizados.

Ou seja, perceber-se na posição de dominador é um primeiro passo para assumir a crítica, isto é, perceber como as coisas são, por que são dessa forma, quais as determinações implicadas nessa forma de ser para podermos pensar nas possibilidades de como poderiam ser. Esse é o papel da crítica. Esse é o papel do educador.

No entanto, exercer esse papel crítico não é tarefa fácil para os educadores, considerando todos os aspectos relacionados às condições de trabalho

e à presença de concepções que separam educação e instrução (como a levantada pelo movimento Escola sem Partido) que impactam diretamente a função docente.

Não podemos esquecer que o ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver nos educandos a capacidade de ler criticamente a realidade e de se constituírem sujeitos autônomos. A crença nessa possibilidade nos levou ao estudo das práticas escolares. São práticas potentes que permitem o trabalho com questões relacionadas ao fenômeno da desigualdade social. Práticas que, de fato, encerram em si a possibilidade de os jovens exercitarem o tríplice movimento do ver-julgar-agir, apesar de ainda permanecer o desafio de transformar essas experiências em aspectos de reflexão e posicionamento ativo.

Outro aspecto importante a ser pontuado, a partir dos resultados da pesquisa de Kulnig (2019), é a importância de os educadores ampliarem seu olhar para além da pobreza, da diferença, da diversidade quando tratarem de questões relacionadas à desigualdade. É necessário compreendê-la como fenômeno complexo e multifacetado, dotado do componente de dominação/hierarquização que garante a diferenciação entre desigualdade e diferença.

Paulo Freire (1996, p. 44) contribui significativamente em nossas pontuações quando afirma ser a reflexão crítica sobre a prática ferramenta fundamental de trabalho para o professor: “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

Referências

BRASIL (1996). *Lei 9.394 de 20 de dezembro*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 abr. 2023.

- BRASIL (2018). Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37 ed. São Paulo, Paz e Terra.
- GONZÁLEZ-REY, Fernando (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- KULNIG, Rita de Cássia Mitleg (2010). *Educação e desigualdade social: um estudo com jovens da elite*. Dissertação de mestrado em Psicologia. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15967>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- KULNIG, Rita de Cássia Mitleg (2019). *A dimensão subjetiva da desigualdade social no processo de escolarização das elites: um estudo sobre práticas escolares no Ensino Médio*. Tese de doutoramento em Educação: Psicologia da Educação. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22189>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- NEGRI, Stefania de Resende (2012). *A “responsabilidade social” no mercado escolar: uma análise sociológica das demandas parentais em suas relações com a oferta educativa*. Tese de doutoramento em Educação: Psicologia da Educação. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-96NFM5>. Acesso em: 16 maio 2017.
- PAES DE CARVALHO, Cynthia (2006). Contextos institucionais e escolarização: uma hipótese de classificação das escolas da rede privada de educação básica. *Rev. Bras. Educ.* Rio de Janeiro, v. 11, n. 31 abr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2017.
- REIS, Elisa P. (2004). “A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro”. In: SCALON, C. (org.). *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/Iuperj-Ucam.

- RIBEIRO, Djamila (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Luane Neves (2013). *O encontro das psicólogas com o “social” no CRAS/SUAS: entre o suposto da igualdade e a concretude da desigualdade*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12252>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- SOUZA, Jessé (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, UFMG.
- SPINK, Mary Jane e SPINK, Peter (2006). “Introdução”. In: SPINK, Mary Jane e SPINK, Peter (orgs.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo, Cortez, pp. 7-16.
- THERBORN, Göran (2010). Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos estud. Cebrap*. São Paulo, n. 87, jul. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 set. 2017.
- THERBORN, Göran (2013). *The killing fields of inequality*. Cambridge, Polity Press. E-book.

A luta dos Kaiowa por territórios enfrenta a desigualdade social brasileira: considerações a partir da Psicologia Sócio-histórica

Leandro Lucato Moretti
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Pensar a Psicologia em conjunto com os povos indígenas, no Brasil, é um desafio que requer reflexões sobre os pressupostos que a fundamentam enquanto uma ciência moderna. Procuramos, como pesquisadores, enfrentar esse desafio, compartilhando com o povo Kaiowa questões e considerando suas elaborações e importantes ensinamentos. Nosso propósito é, principalmente, a partir do reconhecimento de seus direitos como povos originários, somar forças em sua luta pela garantia desses direitos, sendo o fundamental o direito a seus territórios.

Os Kaiowa têm sido colaboradores em pesquisas que construímos no programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nos períodos de mestrado (Moretti, 2017) e de doutorado (Moretti, 2022). Neste texto, trazemos reflexões e registros sobre questões que compõem o campo que se configura como política pública de saúde mental indígena. São aportes dessas reflexões as pesquisas de mestrado e doutorado referidas, somadas a experiências da atuação de um dos autores no movimento indígena em organizações da sociedade civil (OSC) que se dedicam ao trabalho com os povos Guarani.

Esses processos possibilitaram pensar temáticas como o uso problemático de bebidas alcoólicas destiladas em aldeias kaiowá e guarani e as formas de abordar o problema, desde a política pública de saúde indígena, o próprio povo e suas tradições e as concepções de produção de saúde e práticas de cuidado presentes entre os povos Kaiowá e Guarani, compreendidas como processos históricos e sociais que dão contornos à produção de pessoas e modos de ser e agir. A relação com os territórios bem como suas condições sociais e ambientais evidenciaram-se como fundamentais nesses processos, levando à necessidade de se considerar a situação das terras kaiowá e guarani se quisermos apreender, plenamente, a realidade dos povos indígenas.

Nessa perspectiva, para além das temáticas que foram foco mais direto das pesquisas construídas, foram produzidas reflexões adjacentes, identificando outros aspectos dessa realidade e como se articulam. Um aspecto central nessas formulações sobre a realidade dos territórios kaiowá e guarani no sul do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) é a desigualdade social brasileira, compreendida como fenômeno histórico complexo e multideterminado. A desigualdade social estrutural foi foco de interesse nesse processo, considerando seu atravessamento na vida dos povos indígenas no país. O exercício que desenvolvemos, de análise sobre a articulação entre os vários aspectos, deu-se a partir de categorias fundamentadas na Psicologia Sócio-histórica, o que entendemos relevante, por possibilitar produzir análises históricas e sociais que desvelam processos subjetivos e a dimensão subjetiva da realidade.

Esse exercício, que aqui se desenvolve um pouco mais, busca, também, argumentar e evidenciar que a morosidade do Estado brasileiro em garantir as demarcações dos territórios dos povos kaiowa e guarani, algo que os impacta diretamente, é expressão das lógicas e gramáticas produzidas e reproduzidas pela matriz de desigualdade social histórica que marca a sociedade brasileira. Os territórios são fundamentais e devem reunir as condições objetivas que dão suporte para o modo de vida e a reprodução cultural desses povos. Ao mesmo tempo, a disputa pela terra e as soluções para ela são reféns desse quadro estrutural de desigualdade. É, portanto, relevante pensar o que o momento atual, em que não há demarcação das terras indígenas dos povos

Kaiowa e Guarani, representa como parte do processo de constituição da desigualdade social brasileira, evidenciada, também, em aspectos históricos marcados pela colonização do Brasil.

Para realizarmos o exercício proposto, seguiremos falando sobre o povo Kaiowa e a situação atual de seus territórios, bem como a importância que têm para a vida e a reprodução cultural. Em seguida, propomos a análise de como a não garantia do direito aos seus territórios, por parte do Estado, revela aspectos da desigualdade social.

O povo Kaiowa e a luta por seus territórios

O povo Guarani – destacando-se, aqui, o povo Guarani Kaiowa – estabelece relações particulares com os biomas em que vive, como a mata atlântica e o cerrado, os quais possuem papel fundamental na preservação e reconstrução de suas matas e florestas. Os recursos naturais desses biomas são primordiais para sua organização social e reprodução cultural na medida em que o povo em questão é profundo conhecedor das florestas e matas. Nelas estão disponíveis alimentos, remédios; são espaços compartilhados com animais, plantas e espíritos, de acordo com seu modo de perceber o mundo e sua cosmologia.

Existem diferenças entre as organizações social, territorial, política e ritual dos diferentes povos Guarani – Guarani Kaiowa, Guarani Nandeva, Guarani Mbya e Avá Guarani.¹ Especificamente, os Kaiowa ocupam a região ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo as mesorregiões dos municípios de Dourados, Bodoquena e Iguatemi, em áreas de vegetação do cerrado e com porções da mata atlântica. Estão localizados “em uma faixa

1. O sul do Mato Grosso do Sul possui territórios ocupados pelos povos Guarani Kaiowa e Guarani Nandeva, que historicamente constroem diversas relações sociais, levando a uma denominação Guarani e Kaiowa, sendo Guarani referente ao povo Guarani Nandeva e Kaiowa referente ao povo Guarani Kaiowa. Nas vivências e circulação dos pesquisadores, houve maior relações com coletivos do povo Guarani Kaiowa, sendo-nos orientado a manter a grafia somente enquanto Kaiowa e povo Kaiowa, por se tratar de considerações e conhecimentos kaiowa somente, evitando-se, assim, uma possível generalização.

de terra cerca de 150 quilômetros de cada lado da região da fronteira do Brasil com Paraguai, onde são denominados *Pái Tevyterã*” (Pereira, 2016, p. 15).

A população kaiowa, em Mato Grosso do Sul, apresenta aumento demográfico estimado em 31 mil pessoas (Mélia, 2008); 43.401 pessoas no (IBGE, 2012; 59.218 pessoas a partir do Mapa Guarani Digital (2024). Esse crescimento, para Pereira (2016, p. 15), pode ser explicado “a partir da reorganização de comunidades que passaram a reivindicar e exigir a demarcação de terras tradicionais expropriadas pela ocupação agropecuária”. Acrescenta-se a organização dessas comunidades na luta por políticas públicas que, mesmo descontínuas e escassas, contribuem para a qualidade de vida nos territórios.

A chegada dos não indígenas na região ocupada pelos Kaiowa atravessa sua forma particular de ocupar e se relacionar com o mundo. Esse processo histórico foi descrito por Brand (1997) como confinamento, quando há expulsão de famílias e comunidades de suas terras, amplo desmatamento dessas áreas e concentração de pessoas em pequenas porções de terras reservadas e impostas pelo Estado. Esse conjunto de ações, conduzidas e apoiadas pelo Estado por meio de órgãos indigenistas, inicia-se com a implementação de reservas indígenas na região, a partir de 1915, com objetivo de atender interesses econômicos, consolidando a produção agropecuária – que, atualmente, apresenta-se como agronegócio.

No início do século XX, entre os anos de 1915 e 1928, são implementadas oito reservas indígenas pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI)², impostas aos Kaiowa na região sul do Estado de Mato Grosso.³ É possível

2. Posteriormente substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967, que em 2023 se torna a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, ainda adotando a sigla Funai.

3. Reserva Indígena Dourados no município de Dourados/MS, em 1917; Reserva Indígena Amambai no município de Amambai, reservada em 1915; Reserva Aldeia Limão Verde no município de Amambai, reservada em 1928; Reserva Indígena Caarapó no município de Caarapó, reservada em 1924; Reserva Indígena Sassoró, no município de Tacuru, reservada em 1928; Reserva de Porto Lindo no município de Japorã; Reserva Indígena Pirajuí no município de Paranhos; Reserva Indígena Takuapiri no município de Coronel Sapucaia.

pensar esse processo como expressão de uma perspectiva integracionista adotada com o objetivo de promover a integração dos Kaiowa à sociedade envolvente não indígena por meio da aculturação ou normatização, conforme entendemos mais amplamente na Psicologia, pensando na imposição de uma forma única de ser. Moretti (2017) aponta que, com a imposição do território, impõe-se, também, um modo de vida, a partir de relações de trabalho, renda, serviços ofertados e políticas públicas que, em geral, confrontam-se com os modos de viver dos grupos que ocupam as reservas. Crespe (2015) descreve que, em meados do século XX, cada reserva disponibilizava somente o posto indígena, onde se concentravam os esporádicos serviços de saúde, educação, assistência social e segurança pública. Apesar, entretanto, das ações coloniais e integracionistas por parte do Estado para atender a interesses econômicos, a capacidade de resistência dos Kaiowa se revela com as reorganizações necessárias. A autora é assertiva ao dizer:

[...] a reserva não é o fim de um processo histórico. Nas reservas, as famílias fragmentadas se veem diante do desafio de (re)organizar o social, isto é, (re)organizar as relações danificadas ao longo da chegada das ondas de colonização no sul do MS. Cercados nas reservas, as parentelas fragmentadas precisavam ser reconstituídas e reelaboradas. (Ibid., p. 198)

O fato de reelaborarem relações sociais, modos de ocupar seus territórios e percepções que produzem do mundo em que habitam, expressam modos de resistência nos quais movimentam seu modo de vida de forma a dar conta de novas questões que agora chegam. Com o aumento de dificuldades impostas pela vida nas reservas, como falta de espaço para plantio e a conseqüente falta de alimentos, parentelas e coletivos passam a se organizar para reivindicar seus territórios tradicionalmente habitados. Algumas comunidades resistiram ao processo de expulsão de seus territórios, como a Tekoha Panambizinho, que resistiu por cinquenta anos em uma pequena porção de seu território até a demarcação da Terra Indígena (TI) Panambizinho.

Uma etapa nas demarcações de terras indígenas no Brasil tem início a partir do processo de redemocratização⁴ do país nos anos 1980. A realização da Assembleia Nacional Constituinte, nos anos 1987 e 1988, contou com a participação dos povos indígenas – destacando-se a fala emblemática de Ailton Krenak⁵ –, que reivindicaram o direito ao reconhecimento de seus modos de vida e territórios demarcados. A Constituição Federal de 1988 por meio dos artigos 231 e 232 busca dar respostas a essas reivindicações, dando fundamentação aos direitos territoriais e de modos de vida próprios, marcando um novo momento na relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

A partir disso, iniciam-se novos estudos para fundamentar os processos demarcatórios iniciados pela Funai, tanto nas regiões habitadas pelos Kaiowa e Guarani quanto em outras regiões do país. Em muitos desses casos, é característica marcante a lentidão para a finalização de processos, com as comunidades permanecendo em situações de vulnerabilidade e sofrendo diferentes pressões. As Terras Indígenas (TIs), nesse sentido, são formas de garantir territórios reivindicados pelos povos Kaiowa e Guarani na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

As TIs, entretanto, seguem a lógica de territórios fixos, com fronteiras delimitadas que podem não dialogar com os modos de ocupar e perceber o território dos Kaiowa e Guarani que demandam terras contínuas que garantam ampla circulação. A antropóloga Dominique Tilkin Gallois, dialogando com diferentes definições de território, aponta que, no âmbito das perspectivas indígenas, “as condições ambientais, ecológicas e materiais são componentes obrigatórios na definição” (Gallois, 2004, p. 38). Ao pensar sobre essas concepções e como o Estado as concebe, escreve:

A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial. (Ibid., p. 39)

4. Pimentel (2015) relata a formação da *Aty Guasu*, Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá, durante o período de redemocratização do Brasil.

5. Apresentada no documentário *Índio Cidadão?*, dirigido por Rodrigo Siqueira (2014).

A partir dessa diferenciação entre aquilo que os povos indígenas definem enquanto território, de modo não estático e dinâmico, é possível entendermos que “o contato coloca um grupo indígena diante de lógicas espaciais diferentes da sua e que passam a ser expressas também em termos territoriais” (ibid., p. 41).

O constante levante de reocupações territoriais, as chamadas retomadas de terras, demonstra a insuficiência dessas modalidades territoriais, tanto pela falta de espaço e condições ambientais necessárias para a prática do *teko*⁶ quanto pela imposição de difíceis condições de vida e pelas interferências do Estado e da sociedade não indígena. As retomadas de terra se constituem como expressão política da organização em busca de territórios e de retomar a vida nos modos kaiowa e guarani. São diversas as retomadas que se levantam ao redor da Reserva Indígena de Dourados, por exemplo, evidenciando a insuficiência desse modelo secular e as pressões constantemente relacionadas a esses territórios – por exemplo, mais recentemente, as que revelam interesses do mercado imobiliário que se expande em direção à Reserva com o avanço da área urbana. Retomadas como Nu Vera I, Nu Vera II e Ava'ete, além de novas que se levantam na região, sofrem com ataques de seguranças privados que buscam intimidar os moradores, realizando disparos para cima, forçando despejos, queimando casas, barracos, plantações, pertences pessoais, acirrando conflitos internos, pulverizando agrotóxicos, entre outras formas de buscar desorganizar esses coletivos.

Diante desse cenário, em que os Kaiowa foram expulsos de seus territórios, devastados e ocupados pelo agronegócio, que se torna relevante pensarmos de que modo a Psicologia se relaciona com tais situações em sua atuação direta e produção de conhecimento. Seguindo a proposta desse exercício, vamos aprofundar essa discussão a partir do que produzimos em nossas pesquisas.

6. *Teke*, em Guarani, refere-se ao modo de vida e cultura deste povo.

Buscando consolidar a Psicologia enquanto parceira da luta por territórios

Consideramos pertinente pensarmos de que forma a Psicologia pode colaborar com a luta desses povos em busca da demarcação de suas terras, reforçando os nossos compromissos ético e político enquanto pesquisadores. Os Kaiowa apresentam, para a Psicologia e para o campo convencionado pela política pública de saúde mental em contextos indígenas, demandas relacionadas à recorrência de casos de suicídio e tentativas de suicídio com violência autoinfligida, casos de usos considerados problemáticos de bebidas alcoólicas destiladas e, mais recentemente, de substâncias derivadas de *crack* e cocaína e casos de violências internas ao grupo, principalmente contra mulheres e crianças. Isso vai ao encontro do panorama geral dos povos indígenas no Brasil. Macdowell (2015, p. 14) destaca:

Os principais problemas associados ao campo da saúde mental que hoje afligem as populações indígenas no Brasil – e com significativa frequência em outros países onde há populações autóctones que foram também vítimas de processos coloniais – incluem práticas recorrentes de suicídio (em taxas muito maiores do que as médias verificadas para a população não indígena nos territórios contíguos), situações de violência (externa e interna às comunidades, incluindo a violência doméstica), uso prejudicial de álcool e outras drogas (particularmente aquelas industrializadas e as enredadas no fluxo do tráfico internacional de substâncias ilícitas), e o uso de medicamentos psicotrópicos associado a práticas diagnósticas bastante questionáveis. (Macdowell, 2015, p. 14)

Além disso, Macdowell (2015) destaca a recorrência de práticas de medicalização nos encaminhamentos de casos e demandas pela saúde indígena e saúde mental indígena, não sendo diferente na realidade kaiowa em Mato Grosso do Sul.

Tais demandas foram mais bem discutidas e caracterizadas durante as pesquisas que construímos. A partir de Moretti (2017), buscamos pensar a questão do uso problemático de bebidas alcoólicas destiladas com base nos processos históricos como geradores de transformações sociais. Os modos de beber foram um modo de tratar o movimento histórico na vida kaiowa,

evidenciando o momento em que o uso de bebidas se tornou um problema, uma vez que o beber *kagwy*, a chicha, é considerado positivo e produtor de corpo e saúde.⁷ A introdução das bebidas alcóolicas destiladas como a cachaça, *caña*, está diretamente relacionada com ações colonizadoras na relação histórica com a sociedade não indígena, atendendo a interesses fundiários na região.

A ocorrência de casos de suicídios e tentativas de suicídios se constitui enquanto fenômeno complexo e que se torna recorrente na vida dos Kaiowa e Guarani. Uma série de pesquisadores, principalmente antropólogos, já se debruçaram sobre a questão, como Pimentel (2006), Meihy (1991, 1993 e 1994) e Grünberg (1991). Há, mais recentemente, iniciativas fecundas da Psicologia como em Staliano, Mondardo e Lopes (2019), que tratam especificamente sobre casos de suicídio entre os Kaiowa e Guarani Nandeva. Apesar desses estudos, ainda não há consenso sobre formas de abordar e construir estratégias em conjunto com as comunidades, indicando a necessidade de produções que partam da Psicologia, construídas de forma colaborativa com os conhecedores, pesquisadores, lideranças entre outras figuras importantes do mundo kaiowa, a fim de qualificar essa discussão mais a fundo.

Considerando a complexidade desses fenômenos, os Kaiowa são assertivos em afirmar que passam a conviver com questões como essas no contexto de confinamento e transformações sociais a ele relacionadas. Na visão deles, aumenta a responsabilidade de não indígenas dialogarem com esses problemas por meio da Psicologia, especificamente, na discussão aqui desenvolvida.

O Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul organiza a política de saúde mental indígena, contando, em 2021, com onze profissionais da Psicologia, distribuídos nas aldeias de todo o Estado, atendendo oito povos indígenas que ali residem. Esse serviço conta com o reforço das

7. Entre os Kaiowa, a noção de saúde é necessariamente acompanhada pela noção de produção do corpo, dentro de condições plenas de relação com a terra e com toda a natureza. Essa noção aparecerá mais bem descrita adiante no texto

redes de atenção à saúde mental disponíveis nos municípios próximos às aldeias, que contam com pouco preparo e poucas condições de trabalho para poderem desenvolver ações eficazes.

O contexto de saúde mental entre os Kaiowa e Guarani é propulsor de discussões relacionadas à constituição de um serviço específico de saúde mental indígena dentro da Reserva Indígena de Dourados. É consenso entre lideranças, instituições e órgãos públicos que existe a demanda da construção de um trabalho mais amplo que aborde as temáticas e questões da saúde mental indígena, de forma dialogada com as comunidades, lideranças, usuários e usuárias da rede de saúde mental indígena. Apesar desse consenso, falta uma definição do modelo⁸ de serviço a ser construído, tornando-se esse ponto um campo de disputas entre as diferentes figuras envolvidas. Atualmente, há um processo em curso no Ministério Público Federal (MPF) a respeito da situação da saúde mental indígena no município de Dourados, no qual há discussões e debates para buscar definir qual é o modelo mais apropriado a ser construído.

Posto esse cenário, é relevante pensar em como estão relacionados o contexto de saúde mental e a demarcação de terras entre os Kaiowa. Com base em Moretti (2022), consideramos que a boa saúde kaiowá é produzida de acordo com referências culturais tradicionais sobre corpo e pessoa, implicando em modos de ser e agir. Essa formulação se dá a partir de reflexões a respeito de concepções de saúde e cuidado, em que estas estão relacionadas com a produção do corpo em perspectivas kaiowá e guarani, corpo que demanda determinadas condições ecológicas e sociais para se constituir plenamente. Compreendemos que a saúde e o corpo kaiowá expressam processos históricos diversos e complexos, em que o contato com a sociedade não indígena gera transformações sociais que podem ser causas de doenças, modos de ser e de agir que não estão de acordo com os pressupostos do pensamento kaiowá.

Nesse sentido, as questões colocadas para a Psicologia não podem ser pensadas sem estarem vinculadas com a situação das terras do povo Kaiowa, uma

8. Discussão desenvolvida em Moretti (2022, pp. 61-63).

vez que elas fornecem, ou deveriam fornecer, as condições ecológicas e sociais para a produção da boa saúde. O fortalecimento do modo de vida kaiowa é um caminho que garante a autonomia dessas comunidades para enfrentar demandas colocadas para o campo da saúde mental em contextos indígenas por meio de seus conhecimentos e modos de cuidar de seus parentes.

A falta de territórios e a desigualdade social brasileira

Seguindo a proposta deste capítulo, propomo-nos a pensar o que relatamos em relação à desigualdade social brasileira, em uma perspectiva da Psicologia Sócio-histórica. A desigualdade social brasileira é um fenômeno complexo, multideterminado e histórico, expressão de cinco séculos de colonização e violências contra os povos indígenas e seus territórios, perpetuados por interesses econômicos da sociedade ocidental não indígena.

Pensar sobre as transformações sociais vivenciadas e seu impacto na produção da boa saúde como processos atravessados pela desigualdade social permite analisar histórica e socialmente processos subjetivos e aspectos da dimensão subjetiva da realidade envolvidos, apontando formas de análise que não naturalizem situações de violências históricas.

Conforme já apontado, os territórios são centrais para os Kaiowa e devem reunir as condições objetivas, ecológicas e sociais que dão suporte para o seu modo de vida e a sua reprodução cultural. A produção da boa saúde⁹, bem como de relações harmoniosas, está diretamente relacionada com essas condições objetivas, sendo fundamentais para seus modos de ser e agir no mundo.

Como vimos, a disputa pelos territórios é marca central da luta do povo Kaiowa, pelo enfrentamento da lógica colonialista que marcou a história do país. De acordo com essa lógica, expulsar os povos originários e se apropriar dos territórios são ingredientes essenciais do processo. A marca

9. Ressalta-se que, de acordo com as noções de pessoa e de saúde dos Kaiowa e Guarani, aspectos que identificamos como de *saúde mental* não se separam, não são concebidos como algo à parte do corpo e da pessoa como um todo.

da desigualdade social estrutural, expressa nos diferentes momentos históricos, pelas diferentes maneiras como essa apropriação se deu, indica que a violência da opressão é elemento presente na relação entre indígenas e não indígenas.

Hoje, seus territórios estão ocupados e degradados pela produção agropecuária, que se organiza no chamado agronegócio, com a comercialização de *comodities* agrícolas. Com o apoio do Estado brasileiro, o agronegócio expulsou comunidades e famílias de suas terras, devastou áreas de florestas e matas, confinou a população em pequenos territórios impostos, poluiu o solo, os rios e os corpos. Essa realidade evidencia que a opressão presente na reprodução da desigualdade social estrutural não está superada. Em que pese uma mudança de paradigma importante, após o reconhecimento, pela Constituição de 1988, dos direitos dos povos indígenas à preservação de sua cultura e à terra, a realidade encontrada ainda é de disputa acirrada e violenta, situação em que os interesses hegemônicos se sobrepõem a esses direitos.

O povo Kaiowa se organiza, historicamente, para reivindicar a demarcação de suas terras, bem como para garantir políticas públicas que atendam às suas demandas de forma dialogada com suas realidades e seus projetos políticos. Suas organizações de representação política são a *Aty Guasu*, *Kuñangue Aty Guasu* e a Retomada Aty Jovem (RAJ), contemplando pautas de mulheres e jovens, respectivamente. De forma geral, entendem a pauta de demarcação de terras como central.

Apesar de todos os esforços e avanços nos processos demarcatórios, com a realização de estudos técnicos e antropológicos, delimitação das áreas entre outras etapas que cumpridas, as demarcações de terras kaiowa empacam, esbarrando em interesses de produtores rurais, principalmente. Atualmente, no Mato Grosso do Sul, há 26 TIs que aguardam a assinatura final do governo brasileiro para sua demarcação (Ataque, 2022).

É possível pensarmos o cenário da vida dos povos kaiowa e guarani em relação à dimensão subjetiva da realidade presente nesses processos de disputa pela terra e pelo reconhecimento dos direitos dos indígenas em relação a ela. A opressão e a imposição dos interesses e valores hegemônicos estão acompanhadas de processos de naturalização de concepções que

sobrepõem valores e afetos produzidos na lógica não indígena, ocidental, que nega as lógicas que a ela se contrapõem. São construções ideológicas que associam, desde tempos histórico marcados pela imposição da cultura dominante e colonizadora aos povos originários, o modo de vida indígena ao atraso e impõem a esses povos valores de uma civilização moderna, branca e ocidental.

Tais construções, observadas em muitos contextos, são acompanhadas de preconceitos, estigmas, pensamentos conservadores, reacionários e violentos, favorecendo a tolerância da sociedade em relação à não concretização dos direitos indígenas pactuados na Constituição de 1988.

É preciso reconhecer que as condições objetivas, fundamentais para o modo de ocupar seus territórios são atravessadas por interesses econômicos e por valores, como a propriedade privada, que fortalecem produções subjetivas que contribuem para a reprodução e perpetuação de violências, naturalizando os processos históricos e sociais.

A Psicologia contribui, em muitas situações, para essa reprodução, por exemplo, quando concebe subjetividade (saúde, saúde mental, transtornos e desvios da norma) de maneira universal e sob o crivo de concepções etnocêntricas. Desta forma, tomam-se culturas e modos de vida de maneira estanque, não reconhecendo dinâmicas que geram transformações, mudanças e expressam o movimento vivo da vida entre os povos indígenas. Se a Psicologia contribui com sua produção teórica e técnica para referendar processos subjetivos opressores, pode e deve contribuir para a desconstrução dessas lógicas, para a desnaturalização de processos históricos, para fortalecer formas coletivas de enfrentamento e resistência, como as do povo Kaiowa, contra a lógica não indígena ocidental. É dever da Psicologia consolidar espaços para repensar suas práticas e seus conhecimentos a partir de outras formas de perceber e ocupar o mundo e, assim, tornar-se uma potente parceira de projetos políticos e de sociedade.

Nesse sentido, esse exercício busca argumentar e evidenciar que a morosidade do Estado brasileiro para garantir as demarcações dos territórios do povo Kaiowa não se dá por acaso, mantendo a reprodução de processos que geram e reproduzem a desigualdade social ao impactarem diretamente a vida do povo Kaiowa – seja ao não garantir as terras e condições necessárias para a

vida, seja ao acirrar conflitos com figuras que possuem interesses econômicos ligados às terras da região. Esse impacto tem efeitos em todas as esferas da vida, uma vez que desrespeita elementos e processos culturais legítimos desse povo.

É, portanto, possível pensarmos que o momento atual, em que não há garantia de demarcação de TIs do povo Kaiowa, enquanto parte do processo de constituição da desigualdade social brasileira, evidencia aspectos históricos e fundamentais para o processo de colonização, opressão e violência nas relações construídas entre a sociedade não indígena e os povos indígenas. Pensar formas de fortalecer os modos de resistência e de conhecimentos do povo Kaiowa – e de todos os povos indígenas que vivem no Brasil – é tarefa que deve ser encarada pela Psicologia, pensando em nosso compromisso ético-político com o enfrentamento da desigualdade social que constitui a realidade brasileira.

Considerações finais

Devemos considerar os territórios de referência do povo Kaiowá que vive na região sul do estado do Mato Grosso do Sul como fundamentais para seu modo de vida e para sua reprodução cultural. Territórios de referência são os que tradicionalmente estão associados ao povo em questão, mesmo que, por circunstâncias históricas, tenham deles sido retirados ou que eles tenham sido deles expulsos. São os territórios que reúnem condições necessárias para a produção da boa saúde e, conseqüentemente, dos modos de ser e agir adequados em uma perspectiva própria desse povo. Para a Psicologia, o que esses processos nos permitem considerar é que a luta pela terra é a garantia de outras lutas em que as demarcações de terras podem garantir a autonomia e a reprodução plena de seu modo de vida e organização social, além de garantir a concretização de seus projetos políticos.

No momento em que este texto está sendo escrito (março de 2024), os Kaiowa se movimentam em um novo cenário político no Brasil. Diante disso, reforçamos a importância de a Psicologia estar próxima a essas mobilizações, de modo a se tornar parceira na garantia das demarcações de TIs.

O ano de 2023 foi um marco para o Brasil, com a mudança no cenário político nacional, a partir da eleição, ainda em 2022, de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência do país, em seu terceiro mandato. A imagem do cacique Raoni Metuktire, do povo Mebêngôkre, mais conhecido entre não indígenas enquanto o povo Kayapó, compondo a comitiva que subiu a rampa da sede do Poder Executivo Federal durante a posse do novo presidente, em primeiro de janeiro de 2023, contrastou de imediato com o cenário ainda mais difícil que vivenciaram os povos indígenas em anos anteriores.

Desde o início do governo de Michel Temer, em 2016, com o golpe contra a então presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff e, a seguir, no governo de Jair Bolsonaro, que se iniciou em 2018, o desmonte das políticas públicas e dos mecanismos de participação social foram o mote dessas gestões, impondo mais dificuldades para os povos indígenas, seus territórios e seus modos de vida.

A promessa realizada por Bolsonaro aos produtores rurais, uma de suas principais bases eleitorais, ainda durante a campanha em 2017, de que “não haverá um centímetro a mais para Terra Indígena”¹⁰, foi cumprida à risca e passamos os quatro anos de seu governo sem que nenhuma demarcação de terra fosse assinada e quase nenhum avanço positivo nos processos demarcatórios.

É importante ressaltar que ele foi além do prometido em campanha. O que se viu foi um desmonte das políticas públicas e de órgãos de controle de desmatamento, falta de fiscalização e liberação de atividades predatórias em terras indígenas, sucateamento da Funai e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), contextos de crise humanitária entre o povo Yanomami e outros povos do país como os próprios Kaiowa. Além disso, a chegada da pandemia de Covid-19 pegou o país nesse momento de desmonte de políticas públicas, impactando diretamente nas ações de saúde e na comprovada falta de interesse na promoção da vacinação em todo o país, não sendo diferente nas comunidades indígenas.

10. Mais informações em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/>

No Estado de Mato Grosso do Sul, percebemos conflitos e disputas por terras acirrados, perseguição a lideranças e profissionais que atuam em favor das pautas dos Kaiowa, o mais perverso mecanismo de dominação, o agravamento da fome em suas comunidades devido à descontinuidade de políticas públicas que garantiam o mínimo de segurança alimentar.

Apesar de todo o simbolismo a que a subida da rampa, lado a lado com pessoas representativas de minorias brasileiras remete, existem desafios a serem encarados pelo atual governo federal, como o de demarcar TIs, enfrentando, de fato, os interesses econômicos da elite agrária no país. No período de escrita deste capítulo, seis TIs foram homologadas pelo presidente da república Lula durante o Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília (DF) no mês de abril de 2023, situação que ainda desperta preocupação para o movimento e as lideranças indígenas que consideraram ainda um número baixo de terras, considerando a alta demanda de territórios apresentada.

É também um desafio desse novo governo acompanhar e fortalecer o trabalho do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas (MPI), bem como os trabalhos da Funai e da Sesai, que agora contam com representantes indígenas ocupando cargos de chefia e coordenação, algo novo no cenário brasileiro. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima também se torna relevante neste momento de enfrentamento das emergências climáticas.

Por fim, neste exercício de compreensão, buscando mais levantar questões do que trazer respostas, reiteramos a Psicologia enquanto parceira na luta dos povos indígenas, entendendo o aspecto fundamental da luta pelos territórios. Devemos buscar, cada vez mais, construir em conjunto modos de colaborar e fortalecer os projetos políticos propostos pelos povos indígenas.

Referências

ATAQUE aos Guarani Kaiowá joga luz sobre paralisação da demarcação de Terras Indígenas (2022). *Instituto Socioambiental*, 13 jul. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/ataque-aos-guarani-kaiowa-joga-luz-sobre-paralisacao-da-demarcacao-de>. Acesso em: 3 mar 2024.

- BRAND, Antônio (1997). *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutoramento em História. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CRESPE, Aline Castillo (2015). *Mobilidade e temporalidade kaiowa: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*. Tese de doutoramento em História Indígena. Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados.
- EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL (2016). *Mapa Guarani Continental Povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai*. Campo Grande, Cimi.
- GALLOIS, Dominique Tikin (2004). “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?” In: RICARDO, Fany P. (org.). *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza*. São Paulo, Instituto Socioambiental, pp. 37-41. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.
- GRÜNBERG, George (1991). Por que os Guarani Kaiowá estão se matando? *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, ano 13, n. 258.
- ÍNDIO cidadão? (2014). Direção: Rodrigo Siqueira. Roteiro: Sergio Azevedo, Rodrigo Siqueira. Acesso em: 3 mar 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2012). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.
- MACDOWELL, Pedro Lemos (2015). *Sujeito e subjetivação no pensamento ameríndio, ou Por um diálogo entre a etnologia e a saúde mental*. Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Saúde Mental, Álcool e Drogas. Brasília, Universidade de Brasília.
- MAPA GUARANI DIGITAL (2024). Disponível em: <https://guarani.mapas/#/>. Acesso em: 3 mar 2024.
- MEIHY, José C. S. B. (1991). *Canto de morte Kaiowa: história oral de vida*. São Paulo, Loyola Editora.
- MEIHY, José C. S. B. (1993). Suicídio Kaiowa. Brasília, *Carta*, n. 9.

- MEIHY, José C. S. B. (1994). “A morte como apelo para a vida: o suicídio Kaiowa”. In: SANTOS, Ricardo Ventura e COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (orgs.). *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Fiocruz, pp. 243-251.
- MÊLIA, Bartolomeu (ed.) (2008). *Mapa Guarani Retã 2008: povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. Sem local; Unam, CTI, Cimi, Instituto Socioambiental, CEPAG, SPSAJ. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/guarani-reta-2008-povos-guarani-na-fronteira-argentina-brasil-e-paraguai>. Acesso em: 3 mar 2024.
- MORETTI, Leandro L. (2017). *Modos de beber em áreas indígenas no Mato Grosso do Sul: aproximações entre a psicologia social e perspectivas kaiowá e guarani*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORETTI, Leandro L. (2022). *Produção de saúde e práticas de cuidado entre os Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. Tese de doutoramento. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PEREIRA, Levi M. (2004). *Imagens Kaiowa do sistema social e seu entorno*. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Levi M. (2016). *Os Kaiowa em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado*. Dourados, UFGD.
- PIMENTEL, Spensy K. (2006). *Sansões e Guaxos: suicídio Guarani e Kaiowa-uma proposta de síntese*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.
- PIMENTEL, Spensy K. (2015). “Aty Guasu, as grandes assembleias kaiowa e guarani: os indígenas de Mato Grosso do Sul e a luta pela redemocratização do país”. In: CHAMORRO, G. e COMBÈS, I. (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: cultura e transformações sociais*. Dourados, UFGD, pp. 795-814.
- STALIANO, Pamela; MONDARDO, Marcos L. e LOPES, Roberto C. (2019). Onde e como se suicidam os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul: confinamento, Jejuvy e Tekoha. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221674>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Memórias da população em situação de rua: agravamento e resistência

José Agnaldo Gomes

Ao perscrutar os caminhos da desigualdade social, fenômeno complexo e multideterminado, assumimo-los na contradição capital/trabalho, em que essa relação se estrutura sob a forma de exploração e opressão circunscrita por lutas de classe. Lutas travadas com pautas reivindicativas por direito à vida com dignidade no âmbito de uma sociedade condicionada por suas estruturas assimétricas. Como expressão da desigualdade social e como grupo contestatório, damos ênfase, neste texto, à população em situação de rua, parte dela organizada na luta por direitos que lhe garantam a perspectiva de um mínimo de igualdade.

Lutar pelo acesso ao trabalho digno, pela redução da jornada de trabalho e por melhores salários não caracteriza uma luta emancipatória contra estruturas sistêmicas de opressão. As forças produtivas se transformaram em forças destrutivas, e a racionalidade, pela mediação do sistema econômico, tornou-se irracional. Nesse sistema, o trabalhador vende sua “força de trabalho” por determinado tempo e determinado preço de uso, ou seja, por preço que permita reconstituir sua energia gasta no processo de trabalho e atender às suas necessidades básicas, bem como prover a educação de seus filhos, os quais deverão substituí-lo nesse papel. No sistema de trabalho assalariado, “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (Marx, 2004, p. 89). Dessa luta, na melhor das hipóteses, pode-se

falar pela redução da assimetria que, mesmo sendo parcialmente atendida, ainda não configura luta pelo fim do modo de produção capitalista e sua versão mais nefasta no interior do sistema neoliberal. Procuramos, neste capítulo, contextualizar historicamente a desigualdade social, considerando contribuições que a psicologia sócio-histórica deve ter:

[...] como ponto de partida a concepção de que todos os fenômenos humanos são produzidos no processo histórico de constituição da vida social. Essa vida social se constitui na materialidade das relações entre os homens e entre os homens e a natureza, para a produção da sua existência. (Bock e Gonçalves, 2009, p. 138)

A desnaturalização dos fenômenos nos adverte para a condição concreta de violação de direitos e o que implica em enfrentamentos, ainda que modestos, que conduzam à direção de uma sociedade menos desigual e mais justa. Este trabalho aponta reflexões acerca da população em situação de rua na cidade de São Paulo, a qual denuncia através dos seus gritos de indignação, o fracasso de um modelo que gera exclusão de grande parcela da população.

Economia, política e vida social são gerenciadas no interior do mundo globalizado e formatado pelo sistema neoliberal. Nesse sistema, a capacidade de intervir nos conflitos sociais através de medidas transformadoras depende cada vez menos de indivíduos ou instâncias políticas locais. Relações econômicas e estruturas do comércio internacional interferem nos espaços locais sem permitir interação simétrica entre ambos. O neoliberalismo impõe, globalmente, uma lógica de custo-benefício para a gestão das atividades humanas locais em que não há lugar para a parcela da sociedade que poderá representar um “custo social” sem retorno lucrativo. No tensionamento entre “custo social”, “direitos sociais” e “retorno lucrativo” descontrolado, constitui-se uma sociedade em disputa política entre o desprezo, a flexibilização e a defesa de direitos. Gonçalves chama atenção para este aspecto:

Na verdade, o que se assiste hoje é a necessidade de defender os direitos sociais como direitos humanos. Em certo sentido, é ainda um velho posicionamento, que se julgava superado depois da consolidação do capitalismo e do Estado de bem-estar social. Mas é novo por duas razões:

precisa ser recolocado nestes tempos neoliberais e amplia a noção de direitos na medida em que os direitos fundamentais juntam-se aos direitos sociais. (Gonçalves, 2010, p. 69)

A lógica neoliberal trabalha, sobretudo, com duas categorias: clientes e mercadorias. Nessa relação, somos somente relevantes enquanto clientes e geradores de lucro. O neoliberalismo forja – sobretudo em países econômica e politicamente frágeis e por trás de um sistema financeiro e econômico autônomo – mecanismos de exclusão e expulsão social de moradia, de trabalho e de pátria, de depredação ambiental. Em face da expulsão social tríplice – da casa para a rua, do trabalho para o desemprego e da pátria para a migração como estrangeiro, e da degradação ambiental da água, da terra e do ar, o nosso trabalho, que se concentra na “população em situação de rua”, assume a sua parcialidade. Pesquisas posteriores podem mostrar como o conjunto das expulsões sociais e da destruição ambiental são permeados por uma racionalidade utilitarista que serve para concentrar o poder político e ampliar a renda econômica para pequena parcela da humanidade. Mas, por fim, a ameaça ambiental e o abismo social produzem não só pobreza, fome e desigualdade em escala local, mas ameaçam o futuro de toda a humanidade. São uma declaração de guerra mundial. Netto (2007, p. 142) é categórico ao confirmar que o “desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza”.

Diante dessas ameaças que batem à porta da humanidade, perguntamos se existem saídas, horizontes ou esperanças de outra sociedade possível, ou se “não há vida certa na falsa”, como afirma Adorno (1993, p. 33). Adorno não nos responde a essa pergunta e recorre à citação de Walter Benjamin: “A esperança só nos é dada em nome dos desesperançados” (Adorno, 2009, p. 313). Faz sentido falar de um “projeto de vida” dos “desesperançados” ou é mera falácia? Seria mais realista falar apenas de um “projeto menos alienado”? Em nossa reflexão sócio-histórica, cabem apenas os desafios ou, também, os sonhos de um projeto de vida dos desesperançados?

Consideramos que cada ação histórica produz contradições na medida em que a desesperança se torna indignação organizada. A indignação tem rostos, nomes, idades e bandeiras, os quais, neste texto, são pessoas que,

na esteira do sistema neoliberal, vivem em situação de rua na cidade de São Paulo. Esse fato configura a violação de direitos pelo acesso negado ao emprego, à moradia, à saúde, à educação, ao lazer e a tudo que a própria cultura estabelece como requisitos mínimos de uma vida digna. Mas, atrevemo-nos em afirmar que o abismo social não consegue apagar todos os vagalumes de esperança que permeiam a vida de aflitos e sobreviventes.

Olhares, narrativas, articulações

Quem são essas “pessoas em situação de rua”? Como vivem? Como reconstruir sua inclusão (ou expectativa de inclusão) a partir de fragmentos de suas narrativas que oscilam entre indignação, submissão e revolta? Os fragmentos de fala e os elementos de um projeto de vida de pessoas em situação de rua que procuro, concisamente, reconstruir através desse mosaico são resultados de minhas pesquisas, de trabalhos de iniciação científica, de supervisão de estágios no curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em parceria com organizações que atuam nesse campo e, sobretudo, dos inúmeros encontros e diálogos com as pessoas que vivenciam essa situação.

De acordo com pesquisa censitária apresentada à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da cidade de São Paulo, no ano de 2019, foram constatadas 24.344 pessoas em situação de rua, das quais 12.651 morando em ruas, praças e outros espaços públicos da cidade e 11.693 nos Centros de Acolhida. A pandemia da Covid-19, com seus impactos mais nocivos entre os anos de 2020 e 2021, somada às desastrosas políticas do governo federal nesse período, agravaram ainda mais o fenômeno da desigualdade vivido pela população em situação de rua. Fato esse observado com o novo censo, realizado em 2021, em que se constata na cidade de São Paulo aumento de 7.540 vivendo nessa situação, ou seja, 31.884 pessoas identificadas no Censo. No comparativo entre os Censos de 2019 e 2021, a prefeitura parece surpreender-se com esse crescimento:

Outra comparação que dá a dimensão da nova realidade paulistana indica que o contingente em situação de rua já é maior que o número de habitantes da maioria das cidades do Estado. Para se ter uma ideia, das 645 cidades paulistas, 449, ou 69,6% do total, têm quantidade de moradores menor do que a população em situação de rua aferida na cidade de São Paulo. (Cidade de São Paulo, 2022)

O aumento do desemprego e o sucateamento das políticas públicas fizeram com que muitas pessoas fossem pressionadas a ocupar a rua como local de moradia, visibilizando, assim, a desigualdade no acesso à garantia de direitos à vida com dignidade. Vale ressaltar que na desigualdade social, enquanto expressão da contradição capital/trabalho, está embutida a opressão cultural de uma sociedade racista e patriarcal. “Sob essa perspectiva, é impossível conceber uma dissociação entre pobreza, produção e acumulação de riqueza, que, no Brasil, é mediada pelas relações sociais de dominação-exploração-opressão de gênero e de raça” (Brambilla et al., 2019, p. 10). Sob esse aspecto, a pesquisa censitária de 2021 revela a reprodução da desigualdade acerca de gênero, raça e orientação sexual:

Outro dado importante é que o percentual de mulheres em situação de rua cresceu de 14,8% do total dessa população, em 2019, para 16,6% em 2021. Do mesmo modo, a população trans/travesti/agênero/não binário/outros também aumentou: representava 2,7% em 2019, e agora soma 3,1% da população nas ruas da cidade.

O perfil majoritário continua masculino, em idade economicamente ativa, idade média de 41,7 anos em 2021. Do total de pessoas em situação de rua na capital paulista, 70,8% são pretos ou pardos, registram os dados oficiais do Censo 2021. (Cidade de São Paulo, 2022)

Como mencionamos, a rua enquanto moradia imposta é um sinal de que os dispositivos culturais não são mais suficientes para garantir ao conjunto da sociedade uma vida segundo os padrões que a própria cultura estabelece como dignos. A desigualdade expõe os indivíduos à experiência forçada da humilhação social, a qual deve ser analisada sob o prisma histórico e político:

Os que interrogam radicalmente a servidão humana concordam que se trata de um fenômeno essencialmente político, na sua origem e em seus

desdobramentos. Só os homens elevam os homens à dignidade humana; só os homens excluem os homens da dignidade humana. Efeito da desigualdade política, a humilhação social é um fato psicossocial que reconduz sempre o homem ao outro homem. (Gonçalves Filho, 1998, p. 48)

A luta pela vida ou, ao menos, pela sobrevivência não permite escolhas dicotômicas entre resignação e inconformismo. Na humilhação da rua e no inconformismo sobrevivem atitudes de dignidade, de cabeça erguida e esperança militante, dispostas para o enfrentamento. Negado o acesso ao trabalho e à moradia, as pessoas encontram na rua um lugar aparentemente gratuito de acolhida e de sobrevivência disputada. Procuram, em meio a ambientes de desconfiança, construir relações instantâneas de amizade, afetividade e solidariedade. Procuram, ainda que minimamente, ressocializar-se no mundo da rua, onde a semelhança da situação em que se encontram cria um sentimento frágil de pertença. A necessidade da sobrevivência pela autodefesa permite articulações com outros grupos, politicamente já organizados, em torno da luta por moradia como início de outras lutas, por trabalho e renda básica capazes de substituir a esmola.

É importante levar em conta a heterogeneidade que configura os grupos organizados, conforme aponta Gomes (2005, p. 9): “os itinerários de pessoas em situação de rua envolvem ritmos, cenários e estações diferentes, cada qual com suas biografias que se entrecruzam com outras biografias”. Quando inseridos num grupo, os relatos das pessoas em situação de rua convergem sobre o percurso da exclusão e sobre o desejo de uma vida digna num lar próprio. Esses relatos podem constituir processos grupais para ações coletivas e reivindicativas por direitos sociais junto ao poder público. Faz-se necessário compreender esses processos grupais numa perspectiva histórica, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas, considerando que:

[...] todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada. (Lane, 2004, p. 82)

A população de rua organizada e mobilizada com o apoio militante de instituições e/ou movimentos reafirma seus direitos e tensiona o campo das políticas públicas. No Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), por exemplo, trata-se, segundo Vanilson Torres, de:

[...] um movimento social que existe desde 2005 e que luta por políticas públicas, para e com a PopRua, por uma sociedade sem desigualdades. Somos um grupo de pessoas que vivem ou viveram nas ruas e parceiros(as) que apoiam a nossa causa. Hoje estamos em 19 estados da federação, ocupando várias instâncias de controle social brasileiro. O MNPR luta contra todo tipo de opressão, violações de direitos humanos e sociais, e na busca de políticas públicas estruturantes para e com a população em situação de rua no Brasil. (Torres, 2021)

Das lutas articuladas desdobrou-se, por exemplo, a Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR) e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento através do Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009). Tal política Nacional tensiona e fomenta o dever do Governo Federal de formular ações e políticas públicas com base nos direitos sociais, previstos, por exemplo, no Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). Em São Paulo, na esfera municipal, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é responsável por desenvolver e aprimorar a operacionalização das políticas de proteção social, a qual deve incluir o diálogo com a sociedade civil. Os serviços de Proteção Básica (Centros de Referência da Assistência Social – Cras) e de Proteção Especial (Centros de Referência Especializados da Assistência Social – Creas) compõem os dispositivos que organizam e operacionalizam a rede de atendimento socioassistencial. No Creas, o atendimento é destinado a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal, entre os quais as pessoas em situação de rua (Cordeiro, 2018).

Numa perspectiva que lança um olhar sobre as contradições sociais, as políticas públicas se inserem no interior de uma sociedade marcada por um conjunto de mosaicos constituído de projetos políticos neoliberais com seus vícios decorrentes do individualismo, do autoritarismo, da propriedade

privada e do assistencialismo. As pessoas em situação de rua testemunham a incapacidade da organização política dos Estados que não garantem os direitos fundamentais de trabalho e moradia para todos os cidadãos, incluindo as condições de vida com dignidade. Sem trabalho e sem moradia, a presença da população em situação de rua no centro da cidade de São Paulo está amarrada ao setor informal, a pequenos furtos, à comercialização de drogas, a ofertas caritativas e à mendicância para garantir a sua sobrevivência nesse espaço.¹ Borin (2003, p. 85) capta o conjunto das características desse espaço que:

[...] apresenta condições de trabalhos de sobrevivência através de trabalhos informais, temporários e bicos, além da grande oferta de alimentação gratuita distribuída por entidades filantrópicas, religiosas e por restaurantes, lanchonetes e bares.

A anonimidade possível no centro da cidade garante certa liberdade de circulação do povo em situação de rua, o que facilita a prática da mendicância, a coleta de material reciclável, bem como o aproxima da oferta ampliada de organizações caritativas e de uma rede de serviços de saúde e assistência. O conjunto dessas atividades de sobrevivência configura, com toda a sua precariedade, o núcleo de uma nova convivência das pessoas em situação de rua.

Transitoriedade da rua e estabilidade no trabalho

Um dos motivos sempre referidos no diálogo com essa população quanto à situação em que se encontra diz respeito à perda de emprego e, conseqüentemente, da moradia. Moradia sem trabalho significa agonia prolongada na porta da exclusão, ou seja, teto sem trabalho garante por pouco tempo moradia, portanto, não reduz a precariedade nem elimina a

1. Como centro da cidade, tomamos como referência a Subprefeitura Sé, responsável pela administração pública dos seguintes distritos: Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, República, Liberdade, Cambuci e Sé.

desigualdade social. O trabalho tem rosto de Janus, o porteiro celestial da mitologia romana com duas faces, uma voltada ao passado, outra ao futuro; uma olhando para a herança do tempo da escravidão, que fez do trabalho uma atividade vil, outra para a promessa de libertação da humanidade das contingências da natureza e da penosidade imposta por ela e dos grilhões da alienação construídos pelo próprio gênero humano. Do trabalho ora enfatiza-se seu lado criativo, ora seu lado repetitivo e obrigatório; ora a sua dignidade, ora, já transformado em mercadoria, seu lado compulsório e alienante que não corresponde às potencialidades e aos anseios do trabalhador, mas aos desejos do capital.

A dialética da atividade laboral, desejável e detestável ao mesmo tempo, não é do passado, é companheira contemporânea (Gomes, 2012, 102). Numa sociedade que se assenta sobre o trabalho, o não trabalho representa ameaça à sobrevivência. Algumas iniciativas do poder público do Estado são voltadas para a geração de manutenção de empregos no território paulista, tais como o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego, conhecido como Frente de Trabalho. Ações voltadas para postos de trabalho costumam formar filas imensas de pessoas em situação de rua para garantir a sua sobrevivência. A relação entre emprego e desemprego representa, em muitos casos, a porta de entrada para a rua e a saída dela para uma moradia, ainda que precária.

Um fator importante para qualificar a “vida em situação de rua” é o tempo de permanência das pessoas nessa situação. A rua nunca é “casa”, “lar”, “moradia” ou “residência”, por isso, hoje não se fala mais de “moradores de rua”, mas de pessoas que vivem “em situação de rua”, algo provisório que clama por sua transitoriedade. Na cidade de São Paulo, existem imóveis abandonados que possibilitam às pessoas em situação de rua se apropriarem deles. O direito à vida de pessoas que vivem em situação de rua e se protegem embaixo de marquises ou tetos improvisados por lonas plásticas é mais justo que o direito da propriedade privada ociosa. Rua e casa, como espaços físicos e simbólicos, têm significados semânticos e materiais diferentes. A casa tem conotações de proteção, estabilidade, direito assegurado. A rua pode ser descrita como espaço público, lugar de transeuntes, e, para quem a tem como moradia, lugar de vidas danificadas, de negação de direitos à vida digna.

O diálogo com as pessoas em situação de rua permite reconstruir a geneologia de sua convivência com essa situação. Elas sabem o momento exato em que foram obrigadas a abandonar seus lares e se instalar na rua. “As pessoas, de maneira geral, não nascem na rua. De alguma maneira e em função de diversas causas, elas chegam até a rua” (Pereira, 1997, p. 64). Ao chegar à rua, ainda não familiarizadas com essa situação, muitas vezes, passam na frente de suas antigas moradias, tomados por um sentimento de saudade. Outras vieram do campo ou de pequenas cidades do interior do país, manifestam nos seus relatos a memória de seus vínculos familiares e, por vezes, os sofrimentos vivenciados nessas relações. Mesmo quem já encontrou trabalho e casa sobrevive com sua saudade e o sonho de voltar, no primeiro dia de sua aposentadoria, para seu lugar de origem. “Quem vive nas ruas, muitas vezes, não quer e/ou não consegue ter contato com a família por vergonha, pelo fracasso diante da vida e das oportunidades, ou mesmo em função das vivências de violência” (Broide e Broide, 2018, p. 83). O mero retorno às mesmas condições de vida existentes antes da entrada na rua não constitui efetivo avanço no problema das pessoas em situação de rua. Sua permanência nas ruas do centro da cidade torna-se uma questão a ser vista sob diferentes prismas, incluindo até mesmo o estético, para quem tem a rua apenas como espaço público da cena urbana. Ao concentrar-se no centro da cidade, a população em situação de rua tensiona os projetos políticos municipais de revitalização e embelezamento do centro, cujos autores consideram a presença dessa população de rua um obstáculo a suas ambições políticas e pessoais. Caso recente ocorrido com a promulgação da Lei 14.489, em 21 de dezembro de 2022, a qual proíbe, conforme Agência Senado, a chamada “arquitetura hostil”, destinada a afastar a população em situação de rua dos espaços públicos nos seguintes termos:

Art. 1º Esta Lei, denominada Lei Padre Júlio Lancellotti, veda o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público.

Art. 2º O *caput* do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XX: promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas

interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população. (Brasil, 2022)

Pode-se considerar que a Lei nº 10.257/2001 é resultado de um processo de articulação entre entidades e grupos organizados da população em situação de rua na defesa dos seus direitos. Trata-se de uma forma de resistência da população de rua a não ser mais uma vez expulsa sem que sejam garantidos seus direitos à vida com dignidade, sem que o estético da arquitetura se sobreponha ao compromisso ético-político dos direitos sociais. Mas não há trégua nessa luta. Em abril de 2023, movimentos sociais e representativos das pessoas em situação de rua, entidades, instituições públicas e organizações dos catadores e catadoras de material reciclável assinaram um manifesto intitulado *Chega de higienismo! Queremos endereço, moradia digna já!* Tal manifesto, segundo seus signatários, inclui os seguintes objetivos de atendimento: permanência da Tenda na Praça da Sé, que funciona como abrigo importante durante as baixas temperaturas, e o funcionamento do Bom Prato na região da Luz, recurso importante para uma refeição por preço simbólico. O manifesto tem como destinatários o prefeito da cidade de São Paulo e o governador do Estado.

Considerações finais

Para que uma transformação social se realize, é preciso que o compromisso ético político seja respaldado não só por lideranças internas, externas ou isoladas, mas pelo conjunto da sociedade e pelos próprios movimentos. Esse compromisso não se explica nem se constrói por si mesmo, mas a partir das contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Isso nos faz constatar que:

[...] quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção

[...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (Marx, 2008, p. 48)

Além disso, esperamos encontrar, nos próprios modos de produção, elementos, racionalidades e perspectivas que apontem para transformações qualitativas ainda não assumidas na realidade social. Não se trata apenas de introduzir elementos dinamizadores num sistema estático e vigente, mas de detectar racionalidades e adesão social que permitam repensar o projeto civilizatório e a economia do crescimento em benefício de todos (Honneth, 2008, p. 13).

Transformações podem emergir da desconstrução daquilo que emperra a autonomia, a emancipação e a dignidade, portanto uma desconstrução sistêmica parcial. Lutas organizadas pela população em situação de rua em conjunto com organizações na defesa de direitos já fazem parte dessa desconstrução. A longo prazo, descartamos a “acomodação sistêmica passiva” como alternativa, embora, às vezes, ela se faça necessária, a curto prazo, para momentos de sobrevivência imediata. Na experiência das nossas práticas sociais, aprendemos que as contingências causadas pelo sistema de produção podem forjar formas de lucidez e coragem que contribuem para a resistência organizada. Nesse sentido, no acompanhamento dessa resistência organizada, defendemos a participação de uma psicologia crítica como parte de um projeto ético-político, tendo em vista uma sociedade com condições mais dignas de vida. A psicologia se insere num campo de batalha que não permite neutralidade. Ao explorar os pressupostos políticos e metodológicos da psicologia sócio-histórica, Bock considera:

Nosso trabalho, como psicólogos, passa a ser visto como ação direcionada e intencionada. Embora nossa intervenção tenha sempre uma direção apresentada como possibilidade pela sociedade e pela cultura, não se trata de uma direção qualquer; trata-se de uma dessas possibilidades, e o profissional deverá fazer essa escolha. (Bock, 2001, p. 30)

As memórias da população em situação de rua nos conectam com grandes desafios da humanidade. Denunciam a violação de direitos elementares e, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de transformações sociais

globais. A sobrevivência não é um privilégio que se paga renunciando à dignidade humana. Na insistência de outro modelo de sociedade, não se trata de uma luta por mera inclusão na sociedade que excluiu a população em situação de rua. Trata-se de lutas sociais por uma sociedade sem a aviltante desigualdade social. O recente Relatório Global sobre Crises Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta 258 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar (Global Report on Food Crises, 2023). Não são os que passam fome que ameaçam o planeta Terra. É o modelo de luxo e lixo, de consumo energético e alimentar irresponsável da nossa civilização que clama por uma nova sobriedade do nosso estilo de vida, capaz de forjar e sustentar as lutas cotidianas por novas estruturas sociopolíticas.

Enquanto ciência e profissão, a psicologia apoia essas lutas, na defesa intransigente do direito a ter direitos. Defendemos, portanto, que não há neutralidade na atuação dos psicólogos diante das desigualdades sociais e da destruição ambiental. Acreditamos que o compromisso social da psicologia é capaz de “falar da vida vivida e de apresentar possibilidades de contribuição para a transformação das condições de vida na busca da dignidade” (Bock et al., 2007, p. 55).

Referências

- ADORNO, Theodor W. (1993). *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. 2 ed. São Paulo, Editora Ática.
- ADORNO, Theodor W. (2009). *Dialética negativa*. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOCK, Ana Mercês Bahia (2001). “A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia”. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e FURTADO, Odair (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez.

- BOCK, Ana Mercês Bahia et al. (2007). Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, Edição Especial 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/al/w5gPmcgxnB5w5ThhFkCyCtb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- BOCK, Ana Mercês Bahia e GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (2009). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo, Cortez.
- BORIN, Marisa do Espírito Santo (2003). *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BRAMBILLA, Beatriz Borges et al. (2021). A naturalização da desigualdade na assistência social: dimensão subjetiva do “nó” consubstancial. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 11, n. 26. DOI: 10.32335/2238-0426.2021.11.26.4178. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/4178>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.
- BRASIL (2009). Decreto nº 7.053 de 23 dez. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, p. 16, 24 dez.
- BROIDE, Emília Estivalet e BROIDE, Jorge (2018). *População de rua: pesquisa social participativa, censo, perfil, demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo*. Curitiba, Juruá.
- CIDADE DE SÃO PAULO (2022). Censo antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos. Secretaria Especial de Comunicação, 23 jan. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 20 jan. 2023.

- CORDEIRO, Diego Borges (2018). *A política pública de assistência social em conflito com as demandas em situação de rua na cidade de São Paulo: um estudo de caso da Tenda Bela Vista*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GLOBAL REPORT ON FOOD CRISES (2023). FSIN and Global Network Against Food Crises. *GRFC*. Disponível em: <https://www.fsinplatform.org/sites/default/files/resources/files/GRFC2023-compressed.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- GOMES, José Agnaldo (2005). *A comuna da terra: utopia e alternativa. Itinerários de sentidos e marchas de pessoas em situação de rua que buscam sua participação social*. Quito, Abya-Yala.
- GOMES, José Agnaldo (2012). *Do trabalho penoso à dignidade no trabalho: o itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia do trabalho*. São Paulo, Ideias e Letras.
- GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo, Cortez.
- GONÇALVES FILHO, José Moura (1998). Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 9, n. 2. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107818/106159>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- HONNETH, Axel (2008). Arbeit und Anerkennung. Versuch einer Neubestimmung. *Polar*. Berlin, n. 4.
- LANE, Silvia, T. M. (2004). “O processo grupal”. In: LANE, Silvia, T. M. e CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 14 ed. São Paulo, Brasiliense.
- MARX, Karl (2004). “Salário, preço e lucro”. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo, Expressão Popular, pp. 71-123.
- MARX, Karl (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular.
- NETTO, José Paulo (2007). Desigualdade, pobreza e serviço social. *Revista em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 19.

PEREIRA, Márcia Aparecida Accorsi (1997). *A população de rua, as políticas assistenciais públicas e os direitos de cidadania: uma equação possível?* Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TORRES, Vanilson (2021). Com a palavra: MNPR – Movimento Nacional da População de Rua. 19 ago. Disponível em: <https://cdd.org.br/noticia/saude-publica/com-a-palavra-mnpr-movimento-nacional-da-populacao-de-rua/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Ensino superior, desigualdade social e racismo: uma discussão necessária

Gabrielle Capinam da Silva Simões
Ana Mercês Bahia Bock

A sociedade brasileira, em sua complexidade, desenvolveu-se e está alicerçada em problemas que são tomados, por aqueles que lutam pela garantia dos direitos democráticos, como importantes desafios. A desigualdade social e o racismo, são dois destes problemas que articulados estruturam o funcionamento social.

Aqui, partimos da compreensão da desigualdade enquanto um fenômeno social, histórico, complexo, que articula as dimensões objetiva e subjetiva. A primeira, diz respeito à desigual distribuição de renda; a segunda, aos aspectos referentes ao que é significado pelos sujeitos. Na nossa compreensão, fundamentada na Psicologia Sócio-histórica, tais dimensões não se separam, não são derivação uma da outra, mas estabelecem uma relação em que se articulam e se determinam mutuamente.

Discutir desigualdade social no Brasil, requer que tenhamos em vista a sua particularidade histórica enquanto nação que foi forjada pelo longo período de escravidão, cuja abolição se deu de maneira tal a perpetuar as vantagens sociais e privilégios do grupo dominador, os brancos. Enquanto aos negros, agora “livres”, às iniquidades e impossibilidades sociais colocadas pelo então – e ainda – grupo dominante. Nesse sentido, a dominação-submissão de um grupo pelo outro se dá baseado em uma lógica de superioridade de uma raça, em detrimento da inferioridade daqueles submetidos ao

exercício de poder dos dominadores. Aqui estamos falando de racismo: “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (Guimarães, 1999, pp.9-10 apud Carneiro, 2023, p. 20)

O processo de miscigenação racial da sociedade brasileira fez do Brasil um país marcado pela convivência de diferentes povos. Esse fato contribuiu para uma leitura equivocada de que aqui vivemos em plena democracia racial. Isso implicaria uma convivência harmoniosa, sustentada por relações igualitárias, distante das disparidades sociais produzidas pelo racismo. No entanto, o modo como a sociedade se estrutura, a divisão social do trabalho, os distintos lugares ocupados por pessoas negras e brancas indicam a existência de um racismo estrutural.

Poderosamente arraigado nas estruturas sociais, enquanto espaços físicos, mas também presente nas relações interpessoais (o que, portanto, produz/mantém o próprio funcionamento das instituições), o racismo está como aquilo que articula, “modula” as relações. Ao utilizarmos o termo “modulador” emprestamos a noção de algo que pode moldar, modelar; isto é, em se tratando do racismo, seria aquilo que orientaria/conduziria as relações. Mas não podemos cair na esparrela de uma leitura simplista, que atribui ao racismo esse lugar de um fenômeno pontual, algo patológico, como nos alerta Almeida (2019) e que parece externo às pessoas, pronto para acontecer e ser reproduzido nas relações.

Essa é uma noção deveras simplista para designar o poder e as mazelas do racismo, uma vez que ele é mais profundo do que um modo de organização, modulação, das relações sociais - embora isso também componha a estrutura racista. Queremos aqui apontar para um aspecto mais profundo.

Há uma complexidade no racismo que diz respeito ao modo como os sujeitos (não apenas os negros) se constituem enquanto tal. Queremos assinalar, tendo em vista o racismo enquanto estrutural, que os diferentes processos de subjetivação são produzidos em terrenos fecundados pelo racismo. Desse modo, o tornar-se sujeito se dá a partir da materialidade circunscrita em uma lógica de superioridade e inferioridade a partir do critério racial. Aos brancos, a associação ao belo, sábio, desejável; aos negros, a feiura, a incapacidade, a negação:

A “brancura” passa a ser o parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica etc. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: “eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade” (Nogueira, 1998, pp.101-2 apud Carneiro, 2023, p. 31)

O racismo, assim, faz parte da construção daquilo que nos confere singularidade, o processo que nos torna idiossincráticos. Isso nos dá a dimensão de como a lógica racista orienta o nosso olhar/estar no mundo e anda de mãos dadas com a naturalização do racismo enquanto fenômeno social. Processo complexo, que legitima olhares tranquilos frente as iniquidades, a morte da juventude negra, os lugares ocupados (e não ocupados) pelo povo negro. Assim, a sua complexidade está, também, em seu *modus operandi*. Ou seja, está no cotidiano, nas práticas, decisões políticas, operando sofisticadamente e excluindo a “mancha negra” dos lugares de poder, relegando-a a subalternidade.

Recorramos aos dados. Atualmente, a população negra (representada pela soma de pretos e pardos, de acordo com o IBGE,) corresponde a 56,1% sendo, portanto, a maioria da população brasileira (IBGE, 2022). Em 2019, 77% das vítimas de homicídio no país foram pessoas negras, que possuem o risco 2,6 vezes maior de serem assassinadas, do que uma pessoa não negra (indígenas, brancos, amarelos) (IPEA, 2021). 66% das mulheres assassinadas no Brasil, em 2019, eram negras, de modo que o risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior que mulheres não negras (IPEA, 2021). Os jovens homens (15 a 29 anos) e negros estão entre as principais vítimas de homicídios no país, segundo Atlas da Violência 2020. Em relação ao encarceramento, os negros representam 66,7% dos encarcerados e os brancos 32,3%, segundo dados do 14º anuário brasileiro de segurança pública. Um contraste se desenha quando nos colocamos em exercício de reflexão.

As pessoas brancas, em contrapartida, distantes dessa realidade, ocupam o topo da pirâmide social: comumente lideram a hierarquia corporativa, recebem os melhores salários, ocupam mais cargos de confiança, exercem profissões mais reconhecidas socialmente. Silvio Almeida (2019) destaca que o domínio de homens brancos em instituições públicas (legislativo, judiciário,

reitorias de universidades, etc.) e privadas, se dá por mecanismos (regras e padrões) que dificultam direta ou indiretamente, a ascensão de negros e/ou mulheres. Além disso, o autor aponta que esse domínio depende também da inexistência de espaços de discussão sobre a desigualdade racial e de gênero, que conduzem para a naturalização do lugar ocupado por homens brancos.

Assim, vivemos em uma sociedade em que os brancos possuem melhores condições de vida, em que têm um acesso mais ampliado aos serviços de saúde, educação e lazer. Notamos, portanto, que há uma desvantagem/desigualdade, que intersecciona raça, classe e gênero. No que se refere à educação, o acesso dos negros e pobres é marcado por uma exclusão que se intensifica à medida que se avança nos níveis de ensino. Nas palavras de Delce Queiroz (2001):

O sistema de ensino é um dos espaços de reprodução das desiguais condições de existência dos indivíduos e grupos. [...] Esse processo atinge com particular intensidade aqueles nos quais se associam várias categorias de exclusão, isto é, quando se associam, por exemplo, características como a classe, a raça, o gênero. Esse processo se torna também mais radical à medida que avança em direção aos níveis mais elevados do sistema de ensino, que são também os mais almejados e, por isso mesmo, alvo de disputas mais acirradas. Isto é, a exclusão se exagera à proporção que se elevam os graus de escolaridade, ampliando-se, deste modo, a desigualdade entre os segmentos sociais. (Queiroz, 2001, p. 3)

Portanto, a educação superior é historicamente configurada pela composição elitista e excludente, com reduzido percentual de negros e pobres quando em comparação com brancos e ricos (Simões, 2021).

A vista disso, empreendemos esforços para produção da dissertação de mestrado, de autoria e orientação das autoras deste capítulo, cujo objetivo foi investigar a dimensão subjetiva da desigualdade social, em sua expressão no ensino superior. Nesse trabalho, desenvolvido no programa de Educação: Psicologia da Educação, da PUC-SP, fomos guiadas pelo respaldo da literatura científica que indica a desigualdade histórica presente nas instituições universitárias. Uma desigualdade acentuada ao fazermos o recorte socioeconômico e racial.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021 (Inep, 2022), os brancos representam 54,5%, os pretos e pardos 43,2%, e os que se auto-declararam amarelo/indígenas correspondem a 2,3% do corpo discente. Tais dados expressam que negros e indígenas estão em desvantagem estatística de acesso ao ensino superior em relação aos brancos, que continuam sendo a maioria, mas já se apresentam com índices importantes que demonstram o avanço conquistado, pelas políticas públicas, nos últimos dez anos. Em relação ao perfil socioeconômico, o Observatório do PNE, em 2020, informou que os 25% dos jovens mais ricos da população, na faixa etária de 18 a 24 anos, correspondiam a 50,2% dos jovens que frequentavam o ensino superior. Já os 25% dos jovens mais pobres, no mesmo ano, apresentaram uma taxa de 13,2%. Esses dados, que comparam extremos na escala de poder socioeconômico, evidenciam uma desigualdade significativa.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da *conversação*¹ com estudantes, negros, bolsistas do ProUni, do último semestre do curso de Psicologia de uma instituição de ensino de alto prestígio na cidade de São Paulo, majoritariamente branca. Para isso, elencamos enquanto objetivos específicos: a análise do processo de escolarização até o ingresso no ensino superior; buscamos compreender as significações constituídas sobre o processo de graduação/trajetória acadêmica; e investigamos aspectos facilitadores e desafiadores da vida universitária. Ou seja, para darmos visibilidade à dimensão subjetiva da desigualdade social, desenvolvemos um estudo a respeito das significações sobre a vivência acadêmica, constituídas pelos estudantes.

Embora estivéssemos diante de jovens com histórias diferentes, singulares, as narrativas tecidas em nossas conversas (realizadas individualmente com cada participante), se conectaram em pontos muito semelhantes. E sabemos, pela literatura, que não apenas entre esses estudantes, participantes

1. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa fundamentada na perspectiva teórica da psicologia sócio-histórica, na qual utilizamos como técnica de produção de dados a conversação. Com fundamentação na produção de Gonzalez Rey (2005), a conversação consiste em uma “técnica” de produção de dados, em que o pesquisador desprende-se da lógica centralizada na resposta, no jogo “pergunta-resposta”, assumindo uma postura mais ativa e interessada frente as reflexões trazidas pelo participante.

da pesquisa, de uma determinada realidade institucional. Isto é, não tem a ver apenas com a realidade universitária e o território (subjetivo e geográfico) do qual faziam parte – região sudeste do país, cidade de São Paulo, instituição de elite, etc. É certo que esse pertencimento traz elementos de singularidades para as trajetórias. No entanto, os pontos em comum identificados nos discursos encontram eco com a história de outros jovens, de outros estados, instituições, outras realidades. Esse ponto de encontro que faz ecoar, está especialmente na vivência de jovens pobres e negros.

Ou seja, os marcadores sociais de raça e classe, articulados, parecem determinar como a trajetória universitária desses jovens se darão. Caminhos esses que são lidos como “improváveis”, visto os índices estatísticos de acesso ao ensino superior da população negra e pobre. Assim, ao chegarem ao ensino superior significa que já romperam com a barreira que, historicamente, os impede de acessar esses espaços. Os jovens dessa pesquisa, inclusive, contam como seus caminhos anteriores ao ingresso na universidade, pareciam conduzi-los para repetição do trajeto profissional de seus familiares, com a realização de trabalhos que, por sua vez, não possuem reconhecimento social.

Esse cenário possui outra configuração ao falarmos da realidade de jovens brancos e ricos. Para eles, o ingresso na universidade é visto como um caminho “natural”, ou seja, é esperado, é mais uma etapa para ser cumprida no processo de escolarização (Simões, 2021). Um aspecto importante a ser destacado, diz respeito ao nível de formação acadêmica dos pais desses jovens. Esse caminho “natural”, “pronto” para ser percorrido por brancos e ricos, é na verdade antecedido por familiares que possuem algum tipo graduação, ao contrário dos jovens pobres e negros que, muitas das vezes, são os primeiros a conquistarem o ensino superior. Esses jovens sem tradição universitária, como pontua Santos (2017), produzem, portanto, rupturas em suas histórias familiares, instauram a possibilidade de novos caminhos: são insurgentes (Simões, 2021).

Escutar as histórias contadas pelos participantes da pesquisa e analisá-las, com fundamentação na Psicologia Sócio-histórica, nos levou à conclusão de que a dimensão subjetiva da desigualdade social, em sua expressão no ensino superior, é composta por elementos de humilhação social (em que destacamos os sentimentos de inferioridade, o de não possuir direitos

e o da vigilância) e pela presença de significações de esforço e de vitória. A formulação dessa compreensão nos revela um campo de forças antagônicas: a de viver uma situação de quem sofre com a humilhação social e, ao mesmo tempo, vive um sentimento de vitória e conquista pelo esforço empreendido. Há que se destacar que outros elementos compõem a dimensão subjetiva da desigualdade social e que carecem de investigação.

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da desigualdade social no trabalho supracitado, pudemos constatar como esse fenômeno social se expressa com cores fortes no acesso e permanência de jovens pobres e negros ao ensino superior. Nesse processo de produção e análise dos dados, também nos deparamos com elementos de significação que expressam as marcas do racismo, enquanto constituinte da trajetória universitária desses jovens. O racismo aparece na desigualdade de acesso dos ingressantes (brancos e negros) na universidade, afirmando seu poder estrutural, e também marca presença nas vivências do cotidiano universitário, significado pelos estudantes como fonte de sofrimento psíquico.

No nosso estudo, os participantes falaram da experiência de racismo que vai desde a antecipação de situações discriminatórias motivadas pela questão racial, em que se colocavam em um “estado de vigilância”², até a produção da resistência. Havia um “medo de sofrer preconceito”³, justamente pela leitura de que a própria presença não era “neutra”⁴ naquele espaço. Medo produzido, provavelmente, pela própria experiência cotidiana do racismo, ao passo que também indica um certo letramento racial, que possibilita um olhar analítico sobre a situação. A participante da pesquisa, Marielle, fala do receio de assumir o próprio cabelo crespo, e usá-lo solto, “armado”, no cotidiano da vida universitária, com medo de que pudesse ser confundida com funcionárias da limpeza. Ou seja, o racismo afeta a própria

2. Discussão feita por José Moura Gonçalves Filho, ao trabalhar a questão da humilhação social. Assim, o “estado de vigilância”, sentimento produzido pela humilhação social, mantém os sujeitos em uma posição de que, a qualquer momento, acontecerá uma situação hostil que será destinada a eles.

3. Fala de um dos participantes envolvidos na pesquisa desenvolvida (Simões, 2021).

4. Termo utilizado pela participante da pesquisa (Simões, 2021).

relação consigo, corrói a própria identidade étnica e racial (Carneiro, 2023), em que se empreende um esforço para tentar “amenizar” os próprios marcadores da negritude. Sueli Carneiro nos diz:

Talvez o termo [pardo] se preste apenas a agregar aqueles que, por terem a sua identidade étnica e racial destrocada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude carrega socialmente, não sabem mais o que são ou simplesmente não desejam ser o que são. (Carneiro, 2023, p. 53)

Assim, a participante relata que utilizou por muito tempo o cabelo alisado e preso em um coque. Essa era uma tentativa de se proteger de possíveis ataques racistas, que poderiam vir, segundo ela, como uma advertência por parte dos colegas, de que a visão à lousa da sala de aula estaria sendo prejudicada por causa do seu cabelo. Valério et al. (2021) destacam que quanto mais os sujeitos estão próximos dos marcadores que identificam a sua negritude, geralmente relacionados a aparência física (cabelo, vestimentas, etc.), maior a chance de estarem sujeitos a situações racistas e de discriminação.

Ainda nesse mesmo contexto, nos é narrado o olhar de inferioridade, por parte dos docentes, destinado ao estudante negro. Olhar que fez supor, em situação na sala de aula, que a execução de um trabalho exitoso foi de responsabilidade da menina mais branca da sala, segundo o relato, quando na verdade havia sido da estudante negra. As situações vivenciadas concretamente e o medo de que pudessem vir a acontecer foram fonte de sofrimento que se colocaram na experiência universitária como mais uma barreira a ser superada.

Há que se destacar que o racismo individualiza as tensões derivadas da questão racial, de modo a centrá-la na pessoa negra, como se a causa e solução do problema estivessem localizados nela. Omitindo, assim, a estrutura social e a relação entre brancos e negros que sustenta o racismo. Há que se ter a vista que o racismo é sempre um processo relacional e nas produções engendradas nessas relações, além do sofrimento, se tece a resistência. Ou seja, o processo de resistência surge colado à experiência do racismo.

Os participantes da pesquisa falam de um movimento de união entre os seus pares, negros e pobres, como uma estratégia de sobrevivência e

permanência na universidade. Havia também uma conexão com funcionários da instituição que, segundo relatos, contribuía como uma espécie de “lembrete” para que a própria origem social não fosse esquecida, diante da convivência com jovens da elite. Esse movimento de fortalecimento e resistência narrado pelos participantes, nomeamos de “aquilombamento”, com base no que nos ensina Beatriz Nascimento (1985). Há uma importância na formação desse “quilombo universitário” (para além do fortalecimento e permanência na universidade), que diz respeito a uma formação e um projeto de profissão comprometidos com o próprio segmento social (Simões, 2021). Isso os “impede” de serem capturados por um projeto profissional que é da elite, com a qual eles passam a conviver (Simões, 2021). Oliveira (2014) refere-se a isso como a “contaminação” dos jovens pobres pelo discurso da elite.

No estudo realizado por Valério et al. (2021), norteado pelo objetivo de compreender os impactos do racismo na participação social de estudantes negras em uma universidade pública, bem como as formas de enfrentamento, os autores identificaram que todas as participantes da pesquisa vivenciaram ou presenciaram alguma situação de preconceito ou discriminação, associados ao sexismo e classismo.

Dentre as experiências narradas pelas jovens, o racismo no cotidiano universitário aparece de diferentes formas. Há situações em que se manifesta de forma velada, por olhares e modos diferentes de tratamento. Já em outras, vem através de “brincadeiras”, “piadas”, de modo que, segundo os autores, não se configura declaradamente como violência. Há que se destacar que os professores (não apenas os estudantes) são indicados como responsáveis por esse “racismo recreativo”, como os autores nomeiam.

Santos (2017) nos chama atenção para como alguns docentes, afetados e em reação à presença de negros e pobres na universidade, criam táticas de discriminação que favorecem a exclusão desses estudantes do sistema universitário:

É importante salientar, entretanto, que tais táticas nem sempre são diretas, óbvias ou notáveis a um olhar menos cuidadoso, pois elas ocorrem

de modo a fazer parecer que o estudante é que “se diminui”, “se discrimina” e “não consegue conviver” com aqueles que, por “mérito”, galgaram tal posição. (Santos, 2017, p. 46)

As estudantes da pesquisa realizada por Valério et al. (2021) também relatam uma certa busca pela excelência, um esforço acentuado, para obterem reconhecimento, inclusive, dos professores. É certo que uma leitura mais superficial poderia atribuir esse movimento enquanto comum e esperado, diante da lógica neoliberal e meritocrática que opera em nossas vidas. No entanto, esse esforço está relacionado a tentativa de superação da construção social que nega ao negro o lugar de intelectual. Condição, diante dessa leitura, que é atribuída ao branco.

Com o objetivo de investigar os movimentos de (re)existência de estudantes negros e negras em meio à invisibilidade e ao silenciamento impostos pelo racismo, Rosa e Alves (2020), realizaram entrevistas com estudantes negros e negras, de uma universidade pública, com a pergunta disparadora: “como você se sente sendo um/uma estudante negro/a universitário/a?”. A discussão feita pelas autoras, diante do que fora compartilhado pelos estudantes, destaca os sentimentos de inadequação e de não pertencimento que acompanham as pessoas negras na vivência universitária: “são percebidos e se veem como corpos estranhos a esse ambiente” (Gonçalves & Ambar, 2015).

Santos (2017) parece estar movida por interesses semelhantes ao que fora colocado por Rosa e Alves (2020): interessa-lhe entender o que significa ser negro em cursos prestigiados, “de branco”, de uma universidade federal, do interior baiano, território majoritariamente negro. Em seu estudo, esteve implicada em investigar as questões que envolvem o acesso e permanência desses jovens, antes excluídos. Os relatos dos participantes somam-se e encontram consonância com os resultados encontrados nas pesquisas já citadas. A autora destaca que os estudantes negros, participantes dessa pesquisa, nesses cursos, experimentam uma sensação de não pertencimento ao espaço acadêmico, acentuado pelos tratamentos diferentes, olhares e comentários, recusa na participação de trabalhos em grupos. Esse movimento realizado por colegas, e até mesmo professores, produz sentimentos de humilhação, ressentimento e inferioridade (Santos, 2017).

A autora salienta que a presença de negros em cursos de elite (como a medicina), até hoje, é vista com certa desconfiança, de modo que a presença deles naquele espaço é questionada, como se não fosse possível/real. Como se o estudante negro, *outsider* até então, não tivesse a “cara” do curso (Santos, 2017). Ou seja, não corresponde ao perfil esperado, e historicamente construído, para compor o corpo discente de cursos de alto prestígio.

Em contrapartida, há um processo comum e apontado pela literatura (Santos, 2017; Rosa & Alves, 2020; Simões, 2021; Valério et al. 2021) que consiste na formação de coletivos entre os estudantes negros, enquanto estratégia que os faz (re)existir e permanecer no ensino superior:

(re)existem em meio à invisibilidade e ao silenciamento impostos pelo racismo colonial, na medida em que lançam mão de espaços coletivos formados por pessoas negras e buscam o fortalecimento das relações interpessoais e da qualificação acadêmica e política entre iguais. Portanto, a coletividade negra constitui-se como o alicerce que viabiliza e potencializa a permanência desses estudantes negros e negras na universidade. (Rosa e Alves, 2020, p. 11)

Santos (2017), embora também identifique a coletividade entre os “iguais” como fundamental para permanência na universidade, alerta que nem sempre ela é suficiente, pois muitos estudantes não resistem à hostilidade produzida pelas/nas relações acadêmicas e sucumbem às estatísticas de evasão.

Considerações finais

As trajetórias universitárias de estudantes pobres, negros e negras, portanto, são marcadas por inúmeros desafios, que antecedem o próprio ingresso na universidade (Simões, 2021). Trajetórias comumente forçadas e atravessadas por outras urgências, impostas pela desigualdade social em sua expressão racial, dificultam e distanciam, historicamente, esses jovens de alcançarem o ensino superior.

Uma vez conquistado, enfrentam obstáculos relacionados a permanência, que não se restringe a permanência material (condições financeiras para alimentação, deslocamento, aquisição de materiais para estudos, etc.). Há desafios relacionados a permanência simbólica, definida por Santos (2017) como a possibilidade de o sujeito manter uma constância no espaço universitário, transformando-se enquanto sujeito, criando vínculos entre seus pares, de modo a produzir o sentimento de pertencimento a esse espaço.

Dentre as questões dificultadoras, está o racismo e as situações cotidianas, por vezes não entendidas enquanto racistas, produtoras de sofrimento, podendo leva-los à evasão. As pesquisas implicadas em compreender como se dá a vivência universitária de estudantes negros e pobres, coincidem em mostrar como esses jovens sentem-se deslocados, não pertencentes ao espaço universitário.

Ou seja, o racismo produz um mal-estar naqueles que são vítimas dele, levando-os a compreensão, ou confirmação, de que a própria presença é indevida naquele lugar. Falamos em “confirmação” por termos em vista que o racismo em seus métodos, cada vez mais sofisticados no modo como opera, constrói lugares subjetivos e designa modos de estar no jogo social, sustentado pela hierarquização social, que confere ao negro o lugar de inferioridade e, ao branco, o seu oposto.

Esse processo imprime uma marca na vivência de pessoas negras, organiza o funcionamento das instituições e relações interpessoais. Isso nos leva a compreensão de que esse problema há de ser enfrentado politicamente e também em sua dimensão psicológica, pois há um sofrimento que se inscreve também na subjetividade de corpo negros. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais são fundamentais para o enfrentamento da desigualdade e têm produzido mudanças significativas. No campo da educação superior, políticas como a Lei de Cotas, tem ampliando consideravelmente a inserção de jovens negros.

Garantir a permanência desse segmento social nas universidades é um problema fundamental, que tem sido enfrentado, em alguma medida, com a implementação de políticas públicas. Nas instituições federais, o Pnae) (Plano Nacional de Assistência Estudantil), tem o objetivo de apoiar a permanência de estudantes pobres nos cursos de graduação, reduzindo as taxas

de retenção e evasão. Isso se dá por meio de ações das instituições, articuladas com o ensino, pesquisa e extensão, nas áreas de assistência à alimentação, transporte, moradia, inclusão digital, cultura, apoio pedagógico, atenção à saúde, entre outros (Brasil, 2010).

Há, portanto, que se destacar a importância da formulação de estratégias que, para além da viabilização de ordem material, enfrentem o racismo presente no ambiente universitário, significado como promotor de sofrimento psíquico. Há que se dar nome as violências que passam camufladas como produtos de outras tensões que não as raciais. Racismo que aparece de modo velado, enquanto “piadas”, olhares e tratamentos diferentes e, até mesmo, no epistemicídio.

Esse último, ainda que não tenha sido relatado pelos participantes das pesquisas aqui trazidas, consiste em uma das formas que o racismo opera, excluindo/apagando/negando o negro como sujeitos da produção intelectual. Pensando no cotidiano de jovens negros na universidade, e os sentimentos comumente relatado por eles, entendemos que produzir a subversão, em que o estudante negro se imponha enquanto agente reflexivo, é um processo difícil (Santos, 2017), tendo em vista que por muito tempo produziu-se um saber sobre o negro, mas distanciado do negro: isto é, o negro esteve historicamente, no âmbito acadêmico, como objeto de estudo, e não como sujeito produtor da reflexão (Carneiro, 2023).

Mas é nesse bojo de entraves, disputas de poder, de narrativas que se abre campo para resistência e insubmissão. A estratégia da coletividade, do aquilombamento, é identificada pela literatura (Santos, 2017; Rosa e Alves, 2020; Simões, 2021; Valério, et al., 2021,) como recurso que possibilita a (re) existência na universidade. Assim, o sofrimento engendrado pela vivência do racismo, impulsiona também a formação de coletivos, amalgamados pela identificação racial e/ou socioeconômica entre esses jovens e seus pares. Junção de vozes silenciadas que ganham força, elaboram novos sentidos, quando juntas.

Portanto, diante do que nos apontam os levantamentos censitários e as pesquisas produzidas, queremos ressaltar que o exercício pleno da democracia, no cumprimento dos deveres e garantia dos direitos, está diretamente ligado a construção de uma sociedade igualitária, equânime e sem racismo.

Assim, damos destaque a importância das políticas públicas enquanto instrumentos para transformação da realidade, que têm viabilizado o significativo ingresso dos grupos historicamente excluídos do ensino superior.

Nesse sentido, reforçamos que o enfrentamento ao racismo terá que ser feito, sobretudo politicamente. Combater o racismo presente na vivência acadêmica, através de políticas e estratégias, é fundamental para garantia o direito à educação e a democratização do ensino superior. É sobretudo a possibilidade de oferecer a juventude negra outros caminhos. O que quer e o que pode a juventude negra? O que sonha a juventude negra? É dar a possibilidade de sonhar, pois o racismo aniquila os sonhos e, quando não, a própria vida.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de (2019). *Racismo estrutural (Feminismos Plurais)*. São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, Editora Jandaíra, Edição do Kindle.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Brasília, Congresso Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 19 jan. 2023.
- BRASIL. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2023.
- CARNEIRO, Sueli (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GONÇALVES, Renata, AMBAR, Gabrielle (2015). A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. *Lutas Sociais*. v. 19, n. 34, ago.
- GONZALEZ REY, Fernando Luis (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning,

- ROSA, Evellyn Gonçalves da; ALVES, Míriam Cristiane (2020). Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re) Existência de Estudantes Negros/Negras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, n. spe.
- SANTOS, Dyane Brito (2017). Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). *Rev Contemp Educ.* v.12, n. 23, jan./abr.
- SIMÕES, Gabrielle Capinam da Silva (2021). *A dimensão subjetiva da desigualdade social no ensino superior: um estudo sobre significações constituídas por estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos – PROUNI*. Dissertação mestrado em Educação: Psicologia da Educação, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira, et. al. (2021) Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 29.

Sobre os autores

Ana Mercês Bahia Bock

Psicóloga, professora titular na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ministrando aulas na graduação em Psicologia e na pós-graduação em Psicologia da Educação. Coordenadora do grupo de pesquisa Dimensão subjetiva da desigualdade social e suas diversas expressões. Vice-coordenadora do grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) Método e categorias teóricas na pesquisa em Psicologia Sócio-histórica. Presidente do Instituto Silvia Lane.

Andressa Cezimbra Reichow

Psicóloga pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e especialista em Clínica da Sexualidade e Gênero segundo a Psicologia Sócio-histórica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Psicóloga clínica.

Deivison Faustino

Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André, mestre em Ciências da Saúde/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC e doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-Doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Integrante do Instituto Amma Psique e Negritude.

Gabrielle Capinam da Silva Simões

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mestre e doutoranda em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

José Agnaldo Gomes

Psicólogo formado pela Universidade São Judas Tadeu. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da graduação em Psicologia da PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Trabalho, Atividade e Subjetividade (Nutas) da PUC-SP.

Leandro Lucato Moretti

Psicólogo pela Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD (MS), mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua junto a instituições que desenvolvem atividades com populações indígenas.

Lorena Maria da Silva

Graduada e mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e docente do curso de Psicologia da Universidade Nove de Julho (Uninove). Dedicar-se ao estudo da interface Psicologia e políticas públicas sociais a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica.

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no curso de graduação em Psicologia e na pós-graduação em Psicologia Social. Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Coordena o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Desigualdade Social (Nupedes) da PUC-SP. Coordenadora do grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) Método e categorias teóricas na pesquisa em Psicologia Sócio-histórica. Membro da diretoria do Instituto Silvia Lane.

Marcio Pochmann

Economista, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor e pesquisador da Unicamp, autor de vários livros.

Mônica Gurjão Carvalho

Administradora pela Universidade Federal do Ceará, psicóloga pela Universidade São Judas, mestre pelo programa de pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutoranda pelo programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Professora universitária.

Odair Furtado

Professor associado do departamento de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador em Psicologia Sócio-histórica, Psicologia Social e Trabalho. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Atividade e Subjetividade (Nutas) da PUC-SP. Professor na graduação e na pós-graduação do curso de Psicologia da PUC-SP, na qual participa da equipe de Psicologia Sócio-histórica. Membro do grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) Método e categorias teóricas na pesquisa em Psicologia Sócio-histórica.

Raúl Rocha Romero

Psicólogo e doutor em Ciência Política pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Flacso, México. Professor de Carreira Tempo Completo Titular “B” Definitivo na área de Psicologia Social da Faculdade de Estudos Superiores (FES) da Universidad Nacional Autónoma de México – Unam, Zaragoza. É membro do Sistema Nacional de Investigadores – SNI do México, Nível 1.

Rita de Cássia Mitleg Kulnig

Pedagoga, doutora em Educação: Psicologia da Educação. da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui experiência na área de gestão e docência na educação básica e no ensino superior. Integra o grupo de pesquisa A dimensão subjetiva da desigualdade social: suas diversas expressões, na Psicologia Social (PUC-SP).

Sandra Gagliardi Sanchez

Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da graduação em Psicologia da PUC-SP, em disciplinas de Psicologia Sócio-histórica, Psicologia Social e Métodos de Investigação.

Walter Günther Rodrigues Lippold

Graduado em História pela Fapa (RS), mestre em Educação e doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem experiência de pesquisa na área de História da Tecnologia, História Intelectual, História da África e Formação de Pesquisadores e Professores.

O livro *Desigualdade social. Contribuições da psicologia sócio-histórica*, compreendendo a desigualdade social como um fenômeno complexo e multideterminado – que comporta uma leitura a partir da psicologia que evidencia a dimensão da subjetividade na sua constituição, articulando, obrigatoriamente, aspectos sociais, econômicos, históricos, políticos –, pretende ser uma expressão dos caminhos que se tem percorrido na psicologia nessa perspectiva, com o intuito de dar visibilidade à relação da desigualdade com a subjetividade.

